Este livro foi elaborado para demonstrar que o movimento ambientalista internacional, apoiado em sua vasta rede de organizações não-governamentais (ONGs), nada tem a ver com uma pretensa proteção do meio ambiente. Ao contrário, ele serve a uma hábil estratégia da oligarquia anglo-americana para obstaculizar os esforços de desenvolvimento socioeconômico em escala global, a qual, no Brasil e países vizinhos, tem dificultado sobremaneira os projetos de infra-estrutura imprescindíveis à integração física do subcontinente.

Desafortunadamente, o obscurantismo ambientalista tem vitimado muitas pessoas bem-intencionadas, que crêem sinceramente que estamos diante do "Armagedon ambiental". Em verdade, a grande ameaça global provém das crescentes desigualdades socioeconômicas, concentradoras das riquezas mundiais nas mãos de uma restrita parcela de privilegiados. É para impedir a reversão deste cenário que a oligarquia internacionalista tem na "Máfia Verde" um dos seus mais eficientes instrumentos políticos.

Em grande medida baseado nos documentos originais do aparato ambientalista, o livro expõe os bastidores deste movimento antidesenvolvimentista e

anti-humano, cujos ideólogos costumam rebaixar o ser humano e suas aspirações ao nível dos demais seres vivos, fomentando um pessimismo cultural que tem muito a ver com a presente crise civilizatória.

Para retratar o caráter misantrópico do ambientalismo, os autores escolheram, como base para esta capa, a magistral pintura em que Francisco Goya retrata Saturno, o cruel deus do tempo e filho de Urano e Gaia, a deusa da Terra exaltada pelos ideólogos do ambientalismo. Saturno representa a oligarquia devorando o ser humano, rebaixado ao nível do restante da Criação e despojado do seu caráter de "imagem viva de Deus".

A erradicação do ambientalismo e do malthusianismo é fundamental para resgatar a Civilização da presente crise global com que ela se defronta. A luta pelos grandes projetos de infra-estrutura é uma das frentes em que se decidirá esta guerra pelo futuro do Brasil e da Civilização como a conhecemos. A presente obra visa a fornecer "munição", sob a forma de idéias, aos que se dispuserem a combater este bom combate.

O ambientalismo contra o Estado nacional

Longe de ser um fenômeno sociológico espontâneo, fruto da conscientização sobre as reais necessidades de compatibilização entre as ações humanas e o meio ambiente, o movimento ambientalista foi planejado e criado e vem sendo empregado como um aríete contra as perspectivas de expansão da civilização industrial a todos os povos e países do planeta, bem como contra a instituição do Estado nacional soberano.

Máfia Verde desvenda as forças oligárquicas por trás do movimento, seus planos hegemônicos e a rede internacional de organizações que executa tal investida.

A MÁFIA VERDE
O AMBIENTALISMO A SERVIÇO DO GOVERNO MUNDIAL

Este livro foi escrito por uma equipe de investigadores da revista *Executive Intelligence Review (EIR)*

Copyright © 2001
Executive Intelligence Review

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra sem a prévia autorização dos editores.

Coordenação editorial:
Lorenzo Carrasco

Traduções:
Yára Nogueira Müller

Capa:
DCDesign

Diagramação:
Maurício Santos

Executive Intelligence Review
317 Pennsylvania Ave., SE, 3rd floor,
Washington, DC 20003, U.S.A.
Tel.: (202) 544-7010
e-mail: eirns@larouchepub.com

R. México, 31 - s. 202 - CEP 20031-144
Rio de Janeiro, Brasil
Telefax: (21) 524-0360
e-mail: ocomplo@terra.com.br

ÍNDICE

Introdução 5

1. Ambientalismo, 500 anos de métodos oligárquicos 11

2. As raízes oligárquicas do ambientalismo 29

3. Como os britânicos criaram as ONGs 79

4. Máfia Verde e os "ONGagutangos" 97

5. O Brasil enfrenta o ambientalismo 127

6. Hidrovia Araguaia-Tocantins: a conexão Amazônia-Cerrado 163

7. O caso da hidrovia Paraná-Paraguai 175

8. Roraima no centro da internacionalização da Amazônia 191

9. Como foi criada a reserva ianomâmi 209

10. O papel do MST na "africanização" do Brasil 217

11. Defendamos a natureza contra o ambientalismo radical 233

Apêndices:

1. A história do controle de população:
de Theodore Roosevelt a George Bush 245

2. O relatório *NSSM-200* 265

3. O Iluminismo e as raízes ideológicas do ambientalismo 270

4. A infra-estrutura e o ABC dos corredores de desenvolvimento 283

INTRODUÇÃO

Este livro foi elaborado para demonstrar que a mobilização do movimento ambientalista internacional, apoiado em sua vasta rede de organizações não-governamentais (ONGs), nada tem a ver com uma pretensa proteção do meio ambiente e de povos indígenas que ainda vivem à margem da Civilização. Em especial, no caso do Brasil e seus vizinhos sul-americanos, as ações do aparato ambientalista respondem a uma estratégia habilmente articulada pela oligarquia anglo-americana, para obstaculizar quaisquer tentativas de desenvolvimento das vias naturais de integração física do País com o restante do subcontinente, além da conquista de uma base de capacitação científico-tecnológica crucial para um processo compartilhado de progresso socioeconômico duradouro. Neste contexto, ações que para mentes ingênuas ou desinformadas se revestem de um caráter bem intencionado e até "romântico", podem resultar na interrupção de uma hidrovia, da construção de um porto, da potencial irrigação de áreas agrícolas, da construção de uma usina hidrelétrica ou nuclear. Em tais casos, as "boas intenções" ou o "romantismo" cedem a vez a uma verdadeira sabotagem das perspectivas de progresso de uma sociedade, cuja conseqüência última pode ser um genocídio em potencial.

Desafortunadamente, o obscurantismo ambientalista tem vitimado muitas pessoas bem-intencionadas, que crêem sinceramente que estamos diante do "Armagedon ambiental". Em verdade, a grande ameaça global provém das crescentes desigualdades socioeconômicas, concentradoras das riquezas mundiais nas mãos de uma restrita parcela de privilegiados - cenário que, se não for revertido, quase certamente mergulhará o planeta numa era de convulsões. Quanto à suposta crise ambiental, felizmente para a Terra e a Humanidade, ela simplesmente não existe. Existem problemas ambientais, em sua maioria de âmbito local ou regional, que podem e devem ser enfrentados e solucionados com o recurso à ciência, tecnologias mais eficientes, vontade política e, sobretudo, doses planetárias de bom senso.

Grande parte dos verdadeiros problemas ambientais decorre da falta de desenvolvimento. Três quartos do desmatamento mundial se destinam à obtenção de lenha, o recurso energético mais primitivo usado pelo homem. As queimadas constituem a forma mais rudimentar de preparação de terrenos para a agricultura. A falta de saneamento básico é uma das principais causas de poluição dos cursos d'água nos países subdesenvolvidos. A pior poluição é a da pobreza, diziam com propriedade os delegados brasileiros às primeiras reuniões internacionais sobre meio ambiente, na década de 70. Para combatê-la eficazmente, e promover um desenvolvimento verdadeiramente duradouro, é imprescindível rejeitar o obscurantismo ambientalista.

Por isso, elegemos para a capa deste livro uma estilização da imagem do deus pagão Saturno ou Cronos, deus do tempo, o mais novo e cruel filho de Urano e Gaia, magistralmente retratado pelo pintor espanhol Francisco Goya no quadro *Saturno devora seus filhos*. Como se sabe, Gaia é a deusa da Terra, oriunda do Caos e adotada como símbolo pelo movimento ambientalista. Na mitologia grega, para dominar o Universo e por ordem de Gaia, Cronos castrou seu pai e governou depois de devorar os seus próprios filhos, por receio de vir a sofrer o mesmo destino que seu progenitor. A imagem de Saturno representa a idéia da oligarquia devorando o homem, caracterizada na falaciosa sugestão da luta de todos contra todos, com que Thomas Hobbes propunha explicar a natureza humana. A mesma concepção bestial do homem se manifesta nas teses antiprogressistas de Giammaria Ortes e seu plagiador, o célebre reverendo Thomas Malthus, e em suas recentes reformulações sobre os "limites ao crescimento" elaboradas pelo Clube de Roma, que estão na origem do atual movimento ambientalista.

● Brasil e os demais países da Ibero-América têm sido alvos preferenciais dessa investida. A sanha com que a oligarquia anglo-americana investiu contra o presidente peruano Alberto Fujimori, depois do seu histórico discurso na cúpula sul-americana em Brasília, em setembro de 2000, quando conclamou à formação dos "Estados Unidos da América do Sul", como um bloco econômico independente para promover o desenvolvimento regional conjunto, revela o quanto lhe causa pânico a mera possibilidade de um desenvolvimento soberano da região, baseado na exploração inteligente dos vastos recursos humanos e naturais desta. Com o sistema financeiro internacional em franco processo de decomposicão, a oligarquia financeira de Londres e Wall Street vê com grande preocupação a menor possibilidade de que o Brasil possa se unir às nações vizinhas para encabeçar um processo de desenvolvimento fora do seu controle.

A despeito da saída de Fujimori e do caos que se estende pelo subcontinente, desde a Colômbia até a Argentina, fomentada pelas redes a serviço da oligarquia anglo-americana, com o Departamento de Estado dos EUA à frente, a única solução duradoura para essa crise é a integração física e o pleno desenvolvimento agroindustrial dos países da região. Para isto, são necessárias ações coordenadas para a reforma do atual sistema financeiro internacional, que estejam em harmonia com os princípios regentes do Estado nacional soberano. Como exemplo de tais iniciativas, temos os esforços das nações asiáticas para a formação de um bloco econômico independente da influência e das diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI).

É evidente a oportunidade histórica de que desfruta o Brasil neste momento, para exercer o seu legítimo direito de liderar um bloco sul-americano e conquistar o desenvolvimento econômico e a justiça reclamados pelos 450 milhões de habitantes da região.

Nossas credenciais

A nossa experiência na luta contra a utopia ambientalista proposta pela oligarquia malthusiana anglo-americana vem de longa data. De fato, há mais de 30 anos, Lyndon LaRouche criou o seu movimento político e fundou pouco depois a revista *Executive Intelligence Review* (*EIR*), como uma "força-tarefa" para combater mundialmente o projeto das oligarquias para submergir o mundo em uma nova idade das trevas, ou se se preferir o uso de termos "politicamente corretos", em uma "aldeia global".

Desde os anos 50, LaRouche reconheceu desde o nascedouro a malignidade das teorias de Norbert Wiener sobre a "inteligência artificial" e as tentativas de aplicação da "teoria dos jogos" de John von Neumann à economia. Já então, advertia que, caso se tornassem hegemônicas - como de fato viria a ocorrer -, elas promoveriam a formação de gerações de indivíduos incapazes de desenvolver uma mentalidade científica coerente com a corrente historicamente mais criativa do pensamento científico - derivada da obra de Platão, Nicolau de Cusa, Kepler, Leibniz, Gauss, Riemann, Vernadsky etc. -, como também de aplicar corretamente os avanços científico-tecnológicos na economia real, o que de fato nos levaria a ter pelo mundo inteiro estagnação e economias de "crescimento zero".

Mais tarde, seu movimento político combateu de dentro e com sucesso as premissas expostas na I Conferência Mundial de População, realizada em Bucareste, em 1974, planejada pela oligarquia internacional

como uma grande plataforma de promoção do malthusianismo em escala global. No mesmo período, impregnado pelas falaciosas teses dos "limites ao crescimento" propagandeadas pelo Clube de Roma, LaRouche e seu movimento se aprestaram em denunciar o verdadeiro caráter e as intenções do nascente movimento ambientalista. Para refutar tais embustes, LaRouche escreveu o livro *Não há limites para o crescimento.*[*]

No Brasil, desde 1989, a *EIR* e o Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa) têm denunciado as maquinações ambientalistas anglo-americanas contra o País. Em junho de 1991, a *EIR* publicou o relatório especial *O Brasil e os bastidores do "ecologismo" internacional*, no qual expôs a estrutura e as motivações do aparato ambientalista para com o País. Em agosto do mesmo ano, o correspondente da *EIR* Lorenzo Carrasco prestou um contundente depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional que investigava a ameaça de internacionalização da Amazônia. A partir de 1994, quando iniciou-se a publicação do *EIR Alerta Científico e Ambiental*, passamos a expor continuamente as insidiosas ações do mesmo aparato contra o avanço científico-tecnológico da energia nuclear para fins pacíficos em nosso país, bem como contra os principais empreendimentos de infra-estrutura no Cerrado-Amazônia, principalmente os hidroviários, cuja óbvia motivação geopolítica é impedir que se replique na América do Sul o surgimento de um exitoso e poderoso "cinturão verde", potencialmente apto a transformar-se no "celeiro do mundo" no século 21. Neste particular, em abril de 1997, a *EIR* publicou o relatório *A Grande Hidrovia*, no qual expôs as ações da oligarquia anglo-americana para bloquear a interligação das bacias do Prata-Amazonas-Orenoco.

Igualmente, em numerosos artigos, palestras, debates e outras intervenções públicas, temos denunciado o caráter pseudocientífico da grande maioria dos argumentos que têm sido manipulados para sustentar o movimento ambientalista, como a apresentação distorcida de certos fenômenos atmosféricos (o "buraco" na camada de ozônio, o efeito estufa etc.), juntando-nos a alguns poucos defensores da verdadeira ciência que não se deixaram levar pela "correção política" predominante.

Em paralelo com as denúncias, a *EIR* e o MSIa têm promovido o "antídoto" contra a ideologia ambientalista-malthusiana, demonstrando os princípios sobre os quais deve basear-se um desenvolvimento socioeconômico autêntico, justo e efetivamente duradouro. Tais princípios

---

[*] Lyndon LaRouche, *Não há limites para o crescimento.* Dois Pontos Editora, Rio de Janeiro, 1986.

- os mesmos que, historicamente, têm possibilitado o desenvolvimento dos países industrializados - encontram-se soterrados pela avalanche de irracionalismo vigente nas últimas décadas e têm sido resgatados e aprimorados pelo trabalho de Lyndon LaRouche e seus associados, especialmente quanto às propostas de programas internacionais de infra-estrutura e de reformulação do atual e insano sistema financeiro mundial, baseada na convocação de uma "nova conferência de Bretton Woods". Nas últimas três décadas, LaRouche tem promovido uma série de diretrizes e programas econômicos dirigidos ao estabelecimento de uma ordem mundial justa, na qual a relação entre nações soberanas seja o fundamento para o ingresso numa nova era de paz e prosperidade econômica. Em meados da década de 70, propôs a criação de um Banco de Desenvolvimento Internacional para substituir o FMI, destinado a financiar grandes obras de infra-estrutura no Terceiro Mundo. Em 1982, em face da crise da dívida das nações ibero-americanas, elaborou a chamada "Operação Juárez", um programa de restruturação do sistema financeiro baseado na formação de um "cartel de devedores" e de um mercado comum ibero-americano. Logo após a queda do Muro de Berlim, seu movimento propôs o programa do Triângulo Produtivo Europeu, o qual dotaria as nações recém-libertadas do jugo comunista de uma grande capacidade de desenvolvimento e estabilidade regional, além da extensão de tal rede à região eurasiática.

A erradicação do ambientalismo e do malthusianismo é fundamental para resgatar a Civilização da presente crise global com que ela se defronta. A luta pelos grandes projetos de infra-estrutura é uma das frentes em que se decidirá esta guerra pelo futuro do Brasil e da Civilização como a conhecemos. A presente obra visa a fornecer "munição", sob a forma de idéias, aos que se dispuserem a combater este bom combate.

Uma nota sobre as fontes

A elucidação dos propósitos e das intenções do movimento ambientalista são tarefas que exigem do investigador uma atitude e um método semelhantes aos que proporcionaram a descoberta da "carta roubada" no conto homônimo de Edgar Allan Poe. As evidências e a documentação comprobatória estão praticamente à vista de todos os que souberem como e onde procurá-las. Mesmo entre as organizações de planejamento estratégico situadas no topo da hierarquia do movimento, raros são os documentos que, cedo ou tarde, não se tornam de domínio público. Entretanto, igualmente limitado é o seu uso para fundamentar denúncias

eficazes dessa gigantesca operação de lavagem cerebral que é o ambientalismo, o que apenas demonstra a eficiência da mesma. Em sua grande maioria, as poucas exposições das falácias ambientalistas que têm surgido falham em seguir os tentáculos do movimento até a sua cabeça, representada pela cúpula da oligarquia internacional agrupada ao redor do chamado "Clube das Ilhas", que tem a Monarquia britânica como *primus inter pares*.

Por outro lado, é preciso cautela com as inúmeras falsas pistas que se apresentam aos investigadores mais apressados e descuidados. São documentos apócrifos, contrafações ou boatos, que, por infortúnio, têm circulado insistentemente entre os setores da sociedade que estão se insurgindo contra as maquinações do "Governo Mundial", e cuja persistência pode até mesmo desacreditar o esforço de desmascaramento do ambientalismo como instrumento das oligarquias internacionalistas. Um destes documentos é a chamada "Diretriz Brasil nº 4 - Ano 0", supostamente publicada por um inexistente Conselho Mundial de Igrejas Cristãs (a entidade real chama-se Conselho Mundial de Igrejas). Ainda hoje apontado como "evidência" da perfídia estrangeira quanto à Amazônia, o texto ganhou notoriedade nacional por ocasião da Assembléia Constituinte de 1987-88, quando, efetivamente, grupos ligados ao aparato indigenista-ambientalista internacional tentaram embutir na nova Constituição brasileira o conceito de "plurinacionalidade" para os povos indígenas. A Internet tem se tornado um veículo propício para a divulgação de desorientações do gênero.

A elaboração deste livro se baseou fundamentalmente no conhecimento direto do movimento ambientalista, obtido ao longo de três décadas pela organização de Lyndon LaRouche por meio de um rigoroso trabalho de inteligência. Sempre que possível, foram citados os documentos originais escritos pelos ideólogos, estrategistas e agentes de influência do movimento. Com isto, esperamos que pelo menos alguns dos nossos leitores se disponham a seguir estas e outras pegadas e juntar-se ao esforço de desmascarar esses inimigos da Civilização.

Rio de Janeiro, janeiro de 2001
Os editores

1

AMBIENTALISMO, 500 ANOS DE MÉTODOS OLIGÁRQUICOS

A intensa campanha desfechada contra as celebrações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, tratando de desvirtuar o conteúdo civilizatório da grande jornada iniciada por Pedro Álvares Cabral em 1500, não foi obra de legítimos interesses em prol do esclarecimento de um processo histórico, que apesar de suas evidentes contradições, levou à construção de uma nação de quase 170 milhões de habitantes. Ao contrário, a campanha deflagrada por uma pletora de organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, com o tema "500 anos de genocídio", não foi lançada exclusivamente contra o Brasil, tendo sido cuidadosamente planejada desde finais da década de 80, para atacar também as celebrações dos 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo à América, em 1992.

Na realidade, trata-se de uma campanha falaciosa, meticulosamente articulada pelos centros de inteligência oligárquicos anglo-americanos, para destruir deliberadamente a auto-estima das nações ibero-americanas, induzir-lhes um sentimento de culpa e fazer com que seus povos pensem que são incapazes de lidar com os seus próprios problemas, aceitando o destino de ser recolonizados sob as bandeiras da "globalização", que tais grupos pretendem passar como um fenômeno histórico inexorável. Ao fundo, está a idéia de que os Estados nacionais devem "compartilhar" a sua soberania em benefício de uma estrutura de "governo mundial", apta a controlar os problemas de uma presumida "agenda global", entre os quais os referentes ao meio ambiente e às comunidades indígenas.

Aqui, não se trata apenas de criticar os erros de um processo civilizatório, que, a despeito deles, logrou um grau de miscigenação étnica inigualado por qualquer outra iniciativa colonizadora européia. O objetivo maior da campanha é consolidar uma inusitada "mudança de paradigma cultural", especialmente minar o princípio antropocêntrico, expresso no versículo 18 do Livro do Gênesis, segundo o qual o homem foi criado à

imagem de Deus, com o mandato explícito de dominar a natureza em benefício da expansão qualitativa e quantitativa da espécie humana. Em lugar deste ordenamento judaico-cristão, baseado na razão inteligível, os "engenheiros sociais" oligárquicos oferecem uma idílica "ordem natural" baseada num princípio "biocêntrico", que reduz a espécie humana a apenas uma a mais entre a miríade de espécies de seres vivos existentes. Assim, o que se busca não é a apregoada proteção da natureza, mas a redução do homem ao nível das espécies inferiores e a sua manipulação como se fosse gado de corte, tratado por um processo de manejo malthusiano de maneira tal que o seu crescimento não comprometa o controle oligárquico dos recursos naturais.

O ambientalismo é um subproduto dessa distorcida visão do mundo e do homem adotada pelas oligarquias, a qual podemos qualificar como oligarquismo. O oligarquismo se baseia na concepção do homem como um ser egoísta e hedonista, inserido num Universo cujo "desenvolvimento" seria regido pelo acaso e sobre o qual a única conseqüência da intervenção humana seria o aumento da entropia (desordem interna). Evidentemente, tal conceito - do qual também derivam o liberalismo e o fascismo, expressões do Leviatã "hobbesiano" - contraria frontalmente as evidências observáveis e, não menos, um dos pilares da Civilização Ocidental judaico-cristã: a idéia de que o homem, constituído à imagem e semelhança do Criador (*imago Dei*), representa a expressão mais elevada da Criação e, como tal, pode ser considerado um "coadjuvante" do Criador na missão de transformar a natureza, aplicando a sua criatividade inata ao domínio das leis naturais, conforme está implícito no Livro do Gênesis.

A despeito dos esforços dos ideólogos do oligarquismo, o Universo é ordenado e evolui de acordo com leis que são crescentemente acessíveis ao intelecto humano, as quais se aplicam também ao progresso da Civilização. O homem, com sua capacidade criativa inata que o qualifica a "imitar" o Criador (*capax Dei*), está "naturalmente sintonizado" com o ordenamento universal, condição cuja tradução na ordem social constitui a essência da idéia do republicanismo (neste particular, poderíamos dizer que a oligarquia é "incapax Dei").

A evolução do Universo se caractariza por uma sucessão de estágios de crescente organização e diversificação dos seus constituintes básicos - matéria, energia, vida e, cada vez mais, a mente e o espírito humanos. A vida é essencialmente antientrópica e, por extensão, o mesmo se aplica à sua manifestação mais avançada conhecida, o ser humano, na escalada evolutiva que o particulariza entre as demais espécies viventes. Com o homem, a evolução se torna um processo "consciente", retratado na sucessão de

formas de organização social e civilizações que configuram o progresso da Humanidade, desde as sociedades primitivas até a moderna civilização industrial. Tais avanços se dão coerentemente com as leis universais, cuja incorporação à prática social deve dar-se por intermédio das práticas políticas, econômicas e culturais e do conhecimento científico e tecnológico, cabendo ao Estado assegurar que tais requisitos se cumpram.

Até o presente, várias civilizações falharam no cumprimento de tais requisitos e se extinguiram, como ocorreu com as espécies biológicas que representaram etapas intermediárias na escalada que conduziu aos seres contemporâneos e ao homem. A lição a se extrair daí é que nenhuma sociedade pode contrariar as leis universais por muito tempo. A predominância de uma visão oligárquica ambientalista constitui um sintoma inquestionável, não apenas da degeneração da nossa civilização, mas também da iminência do seu colapso.

Por isso, em 1992, o ano em que se celebravam os 500 anos da primeira viagem de Colombo à América, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a chamada Rio-92, evento grandioso destinado a anunciar uma "Nova Ordem Mundial" utópica. Nela, trombeteava-se o princípio do fim dos Estados nacionais soberanos, surgidos cinco séculos atrás sob o impulso das navegações ibéricas e do Renascimento Europeu, para abrir caminho a uma "nova era" malthusiana regida por um "governo mundial", que, sob a suas roupagens ambientalista e indigenista, apenas oculta uma política anti-humana regida por um Olimpo oligárquico cruel e arbitrário.

Para o Brasil, essa agenda implicou na oferenda da delimitação da absurda e gigantesca reserva indígena ianomâmi, uma área de 90.000 km² situada na fronteira com a Venezuela, habitada por alguns poucos milhares de silvícolas errantes que ainda não ultrapassaram o nível civilizatório do Neolítico. Para o restante do continente, a "nova ordem" representou o início de um processo de desintegração política, com insurgências de grupos terroristas que se levantavam como vingadores contra o colonizador ibérico, especificamente contra a Igreja e as Forças Armadas, representadas na "cruz e espada" do processo colonizador ibero-americano. Amparados demagogicamente em uma suposta defesa dos direitos indígenas e étnicos, vimos emergir movimentos como o do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), encabeçado por personagens como o "subcomandante Marcos", produto da promiscuidade entre a chamada Teologia da Libertação e o existencialismo alemão e francês.

separar o Brasil em 4 países: Sul, Sudeste e/ Centro-Oeste,

Igualmente, verificou-se o revigoramento das ações terroristas de grupos como o Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA), no Peru, e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que, após a queda do Muro de Berlim, substituíram os cartéis de Cáli e Medellín como o principal cartel de drogas no país.

Foi sob essa mesma matriz que as redes da Teologia da Libertação, com o apoio ostensivo de famílias oligárquicas européias, especialmente a Casa de Windsor - e, com ela, a Igreja da Inglaterra -, formaram a liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), muito antes que este surgisse como o assustador movimento de massas que ameaça transformar o Brasil numa gigantesca Colômbia.

Em suma, a promoção do indigenismo, do tribalismo e do ambientalismo constitui uma mesma iniciativa oligárquica, que está semeando as sementes do ódio, do separatismo e da balcanização do continente e, se continuar, o regará com rios de sangue das lutas fratricidas induzidas deliberadamente pelas oligarquias financeiras internacionais.

O RETORNO DA "LEGENDA NEGRA"

O método que rege esse processo desagregador do continente ibero-americano não é novo. Em verdade, a idéia de que a experiência do descobrimento e evangelização do Novo Mundo conduzida por Espanha e Portugal representou tão-somente um processo de ocupação, genocídio e grande devastação da natureza, é uma versão moderna da "Legenda Negra". Esta última foi a ofensiva deflagrada contra a colonização ibérica da América e integrou o movimento anti-renascentista lançado no século 16 pelas famílias oligárquicas européias, no intento de restabelecer parte do seu poderio perdido. Recordemos que as navegações ibéricas foram o fator-chave que esvaziou o controle econômico exercido pela oligarquia de Veneza por intermédio das rotas comerciais mediterrâneas com o Oriente, elemento que contribuiu substancialmente para a consolidação da idéia do Estado nacional soberano.

A subversão do Renascimento e, com este, do ideal do Estado nacional soberano, foi um processo diverso, que incluiu o lançamento da Reforma Religiosa de Lutero, como uma maneira de dividir e controlar a Cristandade. Da mesma forma, foram divulgadas novas bases filosóficas em defesa do "livre comércio" e da pirataria, especialmente contra o monopólio ibérico das rotas marítimas atlânticas. Este foi o caso das idéias do direito natural individualista de Michel de Montaigne,

Nordeste (sob a influência dos EEUU) e Norte (AMAZÔNIA). A área Norte se tornará uma área internacional!

Hugo Grotius e Samuel Puffendorf, defendendo a tese de que os direitos do homem não provinham do seu Criador, mas eram imanentes na natureza. Daí surgiu a idéia do "selvagem nobre", que vivia num idílio com a natureza, a qual ganhou popularidade numa Europa influenciada pelas crônicas das viagens ao Novo Mundo, que tanto influenciaram o Iluminismo do século 18.

A publicação do livro de Grotius, *Mare Liberum* (Mar livre), em 1609, proclamando a liberdade de comércio, coincide com a criação da Companha das Índias Ocidentais e as primeiras manifestações holandesas de interesse pelo Brasil, num momento em que a promoção da pirataria era política oficial dos Países Baixos e da Inglaterra. Foram precisamente estas forças colonialistas anglo-holandesas centradas nas grandes companhias coloniais que promoveram a "Legenda Negra".

Hoje, a política de criação de grandes reservas indígenas na Amazônia e, em particular, o projeto oligárquico denominado Iniciativa do Escudo das Guianas, idealizado para dominar a chamada "Ilha da Guiana" (região delimitada pelo oceano Atlântico e os rios Orenoco, Cassiquiare, Negro e Amazonas, cujo centro é o Estado de Roraima), representam uma retomada daquela velha política anglo-holandesa da Companhia das Índias Ocidentais e seus piratas, hoje ostentando as bandeiras das ONGs.

A "Legenda Negra" nunca deixou de ser uma política oligárquica para o Hemisfério Ocidental. Em especial, os movimentos de independência hispano-americanos, iniciados por aspirações legítimas de desenvolvimento político e social, foram ardilosamente manipulados pela Inglaterra, para "balcanizar" o continente e dominar, por meio dos seus bancos, nações exaustas e profundamente endividadas pelas guerras de independência. Neste contexto, toda a política de liberalismo econômico predominante na região foi uma imposição de Inglaterra, juntamente com a qual veio uma série de ataques abertos à evangelização promovida pela Igreja Católica.

A falácia básica desse impulso culminou com a grande propaganda conferida à tese de Max Weber, de atribuir as causas do atraso econômico da Ibero-América ao fato de a região não ter experimentado a Reforma Protestante, permanecendo submetida ao predomínio católico. Coerentemente, esta versão oligárquica da história ibero-americana, de grande apelo entre certos setores da intelectualidade ocidental, passa ao largo do fato de que as guerras religiosas foram as causas principais da divisão da Europa Continental, que se precipitou em lutas fratricidas dentro da própria Cristandade, como a Guerra dos 30 Anos, concluída em 1648, com os acordos

da Paz de Westfália. Assim, as nações ibero-americanas são criticadas por não terem participado do "moderno" e "avançado" processo "liberal" que ensangüentou a Europa no século 17.

Para os requentadores mais recentes da "Legenda Negra", como Max Weber, a industrialização e o progresso são processos inerentes ao mundo protestante. E não se pense que este assunto é uma mera discussão acadêmica. Ao contrário, ele integra o cerne da estrutura de crenças da oligarquia anglo-americana atual. Por exemplo, este é um dos fundamentos axiomáticos da Teologia da Liberação, baseada no velho naturalismo iluminista, ainda mais degenerado pelo existencialismo de Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Franz Fanon e seus sucessores dentro do chamado descontrutivismo.

Portanto, a perversidade da "Legenda Negra" e suas atualizações se manifestam não apenas na tentativa de criar entre as nossas populações um sentimento de culpa e inferioridade, apresentando as virtudes cristãs e os valores mais humanos, como o rechaço à usura, como fontes de atraso econômico. Pior ainda, no estabelecimento de um princípio de uma suposta superioridade ético-religiosa anglo-saxã, para justificar as políticas de pilhagem econômica dos países ibero-americanos, que, na visão oligárquica, não passam de nações inferiores indignas de respeito.

Vários historiadores e outros intelectuais a serviço da oligarquia britânica têm popularizado tais teses. Mais recentemente, as encontramos nas diatribes propagandeadas pelo historiador estadunidense David Landes, autor do celebrado livro *Riqueza e pobreza das nações*, que, numa entrevista à revista *Veja* de 22 de março de 2000, afirmou que "o protestantismo era na sua origem pluralista, enquanto o catolicismo sempre foi centralizador". Landes chega ao ponto de sugerir a divisão do Brasil: "(...) Estou dizendo que se o Sul se separasse do Norte teria boas chances de alcançar os países mais avançados. Sei que as pessoas logo vão pensar em coisas do tipo: mas como assim, abrir mão dos infindáveis recursos da Amazônia? Pois eu lhe digo que se vivesse em São Paulo não me preocuparia muito com o destino do Amazonas. Minerais? Madeira? Tudo isso pode ser comprado. Não é preciso ser dono desses recursos. É mais fácil comprar e vender do que ser proprietário. Em nossa época, não existe nenhuma virtude intrínseca, política ou econômica, em manter um grande território e ser uma grande unidade."

Longe de constituir um delírio acadêmico, a sugestão de Landes tem ganho popularidade entre os círculos geopolíticos da oligarquia anglo-americana - e, desafortunadamente, conta com simpatizantes até mesmo entre brasileiros desorientados.

A Revolução Americana e a geopolítica britânica

O processo de independência dos países ibero-americanos foi grandemente contagiado pelos interesses da oligarquia britânica, que, por intermédio de uma rede de lojas maçônicas adredemente estabelecidas, exerceu uma forte influência sobre a primeira geração dos líderes independentistas da região. Além de criar condições favoráveis aos seus interesses comerciais na região, essa iniciativa oligárquica tinha como objetivo neutralizar a influência da Revolução Americana de 1776-83, que, além de guerra de independência, foi uma guerra contra o sistema britânico do "livre comércio", cuja orientação era manter os futuros Estados Unidos da América como simples produtores de matérias-primas para a metrópole industrializada. Por outro lado, os colonos patriotas americanos haviam emigrado ao Novo Mundo não apenas em decorrência de perseguições religiosas, mas também para implementar aqui o projeto de um Estado republicano que consolidasse os feitos mais elevados do Renascimento europeu*. Por conseguinte, estavam comprometidos com o estabelecimento de uma república inspirada nas contribuições universais de Gottfried W. Leibniz, não somente no direito natural cristão, mas também na maneira de organizar o processo econômico com base no desenvolvimento das manufaturas industriais e nos avanços da ciência e da tecnologia.

Uma das maiores contribuições da Revolução Americana para o processo civilizatório foi a introdução do chamado Sistema Americano de economia política, cuja aplicação proporcionaria a transformação dos Estados Unidos da América na maior potência econômica e militar do planeta.

Herdeiro dos preceitos dos cameralistas europeus e das ações práticas de estadistas como o ministro das Finanças francês Jean-Baptiste Colbert, durante o reinado de Luís XIV, o Sistema Americano se caracteriza por

---

* Segundo Gilson Nazareth, a primeira tentativa de estabelecimento desse projeto humanista na América foi encetada por um grupo de seguidores portugueses das idéias de Erasmo de Rotterdam (os "erasmistas"), encabeçado pelo capitão-mor da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho. Durante as duas décadas (1533-53) em que Duarte Coelho esteve à frente da capitania, estes erasmistas "criaram, no Novo Mundo, uma ilha de livre reflexão, respeito ao próximo e liberdade". Portanto, afirma, "o Brasil precede os EUA na aplicação do humanismo ao social e isto aconteceu em Pernambuco". Ver Gilson Nazareth, *O imaginário fidalgo de uma sociedade burguesa*. Tese de doutoramento em Comunicação na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, inédita.

estabelecer a responsabilidade do Estado na promoção dos elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma Nação. Tal responsabilidade deve satisfazer o princípio da igualdade do ser humano como *imago Dei*, como expresso na Declaração de Independência dos EUA, que consagrou os direitos inalienáveis do indivíduo quanto à vida, à liberdade e à busca da felicidade.

As principais diretrizes do Sistema Americano são as seguintes:

• controle do crédito por intermédio de um sistema de bancos nacionais (em contraposição ao sistema de bancos centrais privados "independentes", promovido pela oligarquia financeira segundo o modelo do Banco da Inglaterra e, posteriormente, do Sistema da Reserva Federal dos EUA);

• proteção à indústria nacional, por meio de incentivos tarifários; e

• desenvolvimento da infra-estrutura básica - inicialmente, vias de transporte (rodovias, ferrovias e hidrovias) e, posteriormente, estendendo-se aos recursos hídricos e energéticos, comunicações, educação e saúde pública.

Desde o Descobrimento da América, a criação da República Americana representou o revés mais importante para a oligarquia européia, que entrou em pânico e se lançou a uma grande mobilização contra a nascente nação estadunidense. A partir daí, o propósito imediato do eixo oligárquico anglo-holandês, ao qual se somou intermitentemente a França, após a Revolução Francesa de 1789, passou a ser o de conter a expansão da influência mundial das idéias econômicas e políticas da Revolução Americana. Todos os velhos conflitos e acordos das potências européias se reordenaram dentro desta nova geometria. Por exemplo, a Santa Aliança, dominada pelo austríaco Metternich, estabeleceu como parte do projeto restaurador um esforço de reconquista das antigas colônias do Novo Mundo. Foi a esta intenção que respondeu a Doutrina Monroe, divulgada em 1823 pelo presidente estadunidense James Monroe, estabelecendo explicitamente o princípio anticolonialista de não-intervenção de qualquer potência européia no Hemisfério Ocidental.

Não obstante o estabelecimento dos princípios de 1823, os esforços de subversão continuaram, provocando repetidas guerras civis em todo o hemisfério, sem a isenção dos próprios Estados Unidos, que sofreram a Guerra de Secessão provocada pelos escravagistas pró-britânicos da Confederação sulista. Os mesmos interesses oligárquicos provocaram as guerras contra o México, que resultaram na anexação de quase metade do território mexicano aos EUA, aumentando a importância dos estados escravagistas, impulso que culminou com a invasão do México por

Napoleão III, em 1861, coroada com a entronização do austríaco Maximiliano de Habsburgo como imperador mexicano.

A vitória do presidente Abraham Lincoln na Guerra Civil estadunidense (1861-65) foi motivo de inspiração para os patriotas de todo o mundo, desde a Europa à Ásia, passando por toda a Ibero-América, em seus anseios de construir nações modernas, sob Estados protetores das manufaturas nacionais e fomentadores do desenvolvimento da infra-estrutura física, da ciência e da tecnologia, a exemplo da república estadunidense.

Retomando os princípios do Sistema Americano, originalmente propostos pelo secretário do Tesouro Alexander Hamilton no final do século 18, Lincoln não apenas salvou o país da secessão pretendida pelos Confederados (apoiados por Londres), como lançou as bases para a transformação dos EUA, nas décadas seguintes, na maior potência industrial, tecnológica e militar do mundo. A ele deve-se, entre outros feitos notáveis, a construção das primeiras ferrovias transcontinentais estadunidenses e o estabelecimento de um plano geral para a ocupação do virtualmente desabitado Oeste do país.[1]

Após a Guerra Civil, a chamada "Revolução de Lincoln" foi empunhada por um extraordinário grupo de industriais, políticos, financistas e oficiais militares, cujo mentor e líder intelectual era o ex-assessor de Lincoln, Henry C. Carey. Nas décadas seguintes, até o início do século 20, o grupo, que ficou conhecido como "Os Interesses de Filadélfia", envidou os maiores esforços para industrializar e transformar países como a Alemanha, Rússia, Japão, China, Brasil, México, Colômbia, Peru e outros em Estados nacionais modernos e poderosos - e que, igualmente, pudessem se contrapor à influência do Império Britânico, que viam como a principal força obstaculizadora do progresso de toda a Humanidade.[2]

Na Alemanha, no período 1876-80, o grupo de Carey, influenciou grandemente o abandono das políticas de livre comércio e a adoção de políticas protecionistas e de industrialização promovida pelo Estado, que tinham sido a preocupação de Friedrich List, inspirador da União Aduaneira (*Zollverein*) e da construção da rede ferroviária alemã, que serviram de base para a posterior unificação dos principados alemães sob o regime de Bismarck.

---

1 Anton Chaitkin, "The Lincoln Revolution", *Fidelio*, Vol. VII, No. 1, Spring 1998.

2 Anton Chaitkin, "A 'ponte terrestre': o programa de Henry Carey para o desenvolvimento global", *Solidariedade Ibero-americana*, Vol. IV, nos 22 e 23, 2ª quinzena de maio e 1ª quinzena de junho de 1997.

Na Rússia, o czar Alexandre II, aliado de Lincoln, pediu à organização de Carey planos para a industrialização do país, que incluíam a construção de uma ferrovia ligando a costa russa do Báltico à do Pacífico. Em 1881, o czar e o presidente estadunidense James Garfield, igualmente seguidor de Lincoln, foram assassinados em circunstâncias misteriosas, com meses de diferença. Posteriormente, na década de 1890, remanescentes do grupo de Filadélfia atuaram como assessores na construção da ferrovia Transiberiana.

No Japão, após a Restauração Meiji (1870), a influência do grupo e das idéias de Carey na modernização do país foi marcante, tendo sido seu discípulo e agente político Erasmus Peshine Smith (ele próprio autor de importantes obras sobre os princípios da economia política segundo o Sistema Americano) nomeado conselheiro econômico do imperador japonês.

No México e no Peru, as primeiras ferrovias foram construídas sob a orientação de representantes dos "revolucionários de Lincoln". Desafortunadamente, a feroz oposição movida pelos interesses britânicos - que chegaram a instigar a Guerra do Pacífico, que colocou Peru e Bolívia contra o Chile - obstaculizou a plena concretização dos ambiciosos planos de desenvolvimento destes países.

Na Colômbia, durante o Governo de Rafael Nuñez (1880-88), o presidente estadunidense Ulysses S. Grant enviou o general Stephen Hurlbut, ligado ao grupo de Filadélfia, para negociar a construção de um canal interoceânico através do istmo do Panamá, então território colombiano. Instigada pelos britânicos, uma forte oposição política se ergueu contra o projeto, até que o arquianglófilo Theodore Roosevelt chegasse ao poder nos EUA e instigasse a secessão do Panamá e a posterior construção do Canal do Panamá como um projeto imperialista.

O espírito do grupo de Carey foi explicitado pelo general Joshua T. Owen, que atuou como embaixador na Rússia de Alexandre II: "Nós descobrimos que a verdadeira glória apenas pode ser obtida pelo desempenho de grandes feitos, que tendem a promover a civilização e desenvolver a riqueza material dos povos." [3]

No Brasil, as idéias do Sistema Americano influenciaram decisivamente um grupo de industrialistas que, desde as últimas décadas do século 19, lutavam para modernizar o Brasil com o estabelecimento de indústrias modernas, contra a intenção das oligarquias locais e seus aliados externos, de mantê-lo preso a um modelo agrário-exportador de matérias-

---

3 Anton Chaitkin, *op. cit.*

primas. Neste esforço, destacaram-se a Associação Industrial de Antonio Felício dos Santos, a ação de Ruy Barbosa como ministro da Fazenda do primeiro gabinete republicano, abertamente inspirada na obra de Hamilton, e os círculos do Centro Industrial do Brasil, especialmente Serzedelo Correia, Luiz Rafael Vieira Souto e outros promotores das idéias de Hamilton, List e Carey.[4]

Foi contra essa perspectiva progressista que os estrategistas britânicos assestaram as diretrizes da geopolít ca. O seu objetivo primário era obstaculizar o desenvolvimento dos *hinterlands* continentais, principalmente por meio de ligações ferroviárias transcontinentais. Em particular, interessava-lhes bloquear quaisquer ligações terrestres entre a Europa e a Ásia. Para tanto, a partir de meados do século 19, passaram a fomentar distúrbios e conflitos motivados por questões étnicas ou religiosas entre os povos que habitavam os pontos-chave para a passagem de ligações terrestres entre os dois continentes, nos Bálcãs, Cáucaso e Afeganistão - este último, a porta de acesso ao subcontinente indiano. Por esta razão, eles tanto se sobressaltaram e se opuseram à construção das ferrovias Transiberiana e Berlim-Bagdá, iniciadas na década de 1890 (sendo a última concluída apenas em 1940). Segundo a estratégia britânica, a função das ferrovias deveria ser apenas a de ligar os centros produtores de matérias-primas aos portos para o transporte marítimo, terreno em que a supremacia britânica era então absoluta.

Na América do Sul, a geopolítica britânica encontrou um campo fértil para a sua aplicação, em função da influência política e econômica que Londres e sua oligarquia financeira mantinham sobre os países da região, particularmente o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. As maquinações dos britânicos e seus aliados regionais foram grandemente responsáveis pela eclosão de dois conflitos, a Guerra do Paraguai (1864-70), quase concomitante à Guerra Civil dos EUA, e a Guerra do Pacífico (que opôs o Chile ao Peru e à Bolívia entre 1879 e 1883), cujas seqüelas muito contribuíram para obstaculizar as perspectivas de integração e desenvolvimento econômico regionais. Os resultados de tais manobras ainda hoje são visíveis: inexistência de ferrovias transcontinentais; sete bitolas ferroviárias diferentes; geração elétrica com ciclagens diferentes; e o acirramento de disputas regionais que têm, virtualmente, mantido os países sul-americanos de costas uns para os outros.

---

4 Lorenzo Carrasco Bazúa e Geraldo Luís Lino, *A influência do Sistema Americano de economia política no Brasil*. Apêndice a Alexander Hamilton, *Relatório sobre as manufaturas*. Movimento de Solidariedade Ibero-americana, Rio de Janeiro, 1995.

A RECOLONIZAÇÃO BRITÂNICA DA IBERO-AMÉRICA

Atualmente, as maquinações geopolíticas do eixo anglo-americano se mostram, por exemplo, na virulenta campanha encetada por ONGs ligadas ao *Establishment* oligárquico, encabeçadas pelo WWF da Casa de Windsor, contra os projetos de hidrovias brasileiras, na tentativa de obstaculizar a implementação de tais artérias cruciais para o desenvolvimento do interior do subcontinente. Outro exemplo é a iniciativa do Grupo de Trabalho Europeu sobre a Amazônia (European Working Group on the Amazon - EWGA) na coordenação da chamada Iniciativa do Escudo das Guianas (Guyana Shield Initiative). Seu objetivo é utilizar esta vasta unidade geológica como base para o estabelecimento de um grande programa internacional de "proteção ambiental" em toda a região abarcada por ela, que inclui os estados brasileiros do Amapá, Roraima e parte do Amazonas, a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e parte da Venezuela. O projeto retoma a velha intenção da oligarquia anglo-holandesa de controlar a chamada "Ilha da Guiana", delimitada pelos rios Orenoco, Negro, Amazonas e o canal de Cassiquiare, região de grande importância geoestratégica e dotada de vastos recursos minerais e biológicos.

A estratégia geopolítica também pode ser vista nas articulações anglo-americanas para transformar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) numa espécie de "força policial global" automobilizada e desvinculada de eventuais deliberações até mesmo do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A campanha do Kosovo, contra a Iugoslávia, em 1999, e os recorrentes ataques ao Iraque constituem as primeiras mobilizações de tal aparato, cujo alcance seus idealizadores pretendem expandir para o Leste, para abranger os países da antiga União Soviética, no Cáucaso e na Ásia Central. O objetivo declarado desta iniciativa é o controle das ricas reservas de matérias-primas e recursos energéticos da região, dentro da estratégia geral do *Establishment* oligárquico de assegurar o controle desses recursos em escala global, para mantê-los como "reservas de valor" num cenário de iminente desintegração do sistema financeiro internacional. Outro objetivo, mais velado, é, como no século 19, estabelecer um bloqueio (ou, pelo menos, um controle local) da Ponte Terrestre Eurasiática, o grande programa iniciado pelo Governo da China para a construção de uma infra-estrutura moderna de transportes e telecomunicações entre a Ásia e a Europa. A Ponte Terrestre Eurasiática, ou Nova Rota da Seda, como é conhecida

na China, representa hoje o maior programa do gênero do mundo e, provavelmente, o melhor vetor para proporcionar a reconstrução da economia mundial, ameaçada pela perspectiva do maior colapso financeiro da História.

Para o Hemisfério Ocidental, o que os estrategistas oligárquicos pretendem é o chamado "Plano Einaudi", elaborado pelo diplomata estadunidense Luigi Einaudi, que prevê o estabelecimento de uma força militar supranacional hemisférica vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA). A missão precípua desta força seria a de intervir em quaisquer países onde ocorressem "ameaças à democracia", violações de direitos humanos, agressões ambientais de grande impacto e outros pretextos afins.

O fato inescapável é que tal estratégia multifacetada visa assegurar a hegemônia oligárquica num cenário de desintegração do atual sistema financeiro internacional, inapelavelmente corroído por décadas de crescente predominância de atividades financeiras especulativas sobre as atividades produtivas que configuram a economia real, após a desestruturação do arcabouço estabelecido pelos Acordos de Bretton Woods, ao final da II Guerra Mundial. Esta inversão de valores econômicos, somada à ampla liberdade de circulação dos capitais especulativos por quase todo o mundo, constitui a essência da denominada "globalização".

Coube a Henry Kissinger, num discurso proferido no Real Instituto de Assuntos Internacionais (RIIA), berço das políticas britânicas, em 10 de maio de 1982, em pleno andamento da Guerra das Malvinas, a admissão de que, durante o seu período no Departamento de Estado e no Conselho de Segurança Nacional dos EUA, ele havia atuado decisivamente para consolidar na política exterior estadunidense os princípios de domínio mundial da cabala oligárquica anglo-americano-canadense (agora transformada na aliança Reino Unido-EUA-Comunidade Britânica de Nações). Nada mais próprio para prová-lo do que a própria Guerra das Malvinas, que abriria o precedente ao assalto britânico ao continente, ao lograr, com a própria ajuda dos Estados Unidos, romper os acordos de segurança hemisférica, especialmente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que se tinham erguido no espírito da Doutrina Monroe, com o Tratado do Rio de Janeiro, de 1944.

A necessidade de reverter a política de não-intervenção no Hemisfério Ocidental surgiu em paralelo com a ruptura dos acordo de Bretton Woods, em agosto de 1971, pela óbvia necessidade de gerar campos de "livre saque" econômico capazes de sustentar uma política monetária e financeira sem lastro. Foi só depois da Guerra das Malvinas, com a destruição do TIAR, que abriu-se a possibilidade de uma reorganização hemisférica

que se distancia da antiga tradição anticolonialista baseada no império da soberania dos Estados nacionais e o princípio da não-intervenção, e abrisse as portas às políticas oligárquicas de livre comércio do "governo mundial". Esta foi a tarefa central conferida ao Diálogo Interamericano, desde a sua criação em 1982.

Do lado da inteligência britânica, foi clara a intenção de que a Guerra da Malvinas acarretaria tensões crescentes nas relações hemisféricas, como se constata em colocações posteriores do RIIA e seu Grupo de Estudos da América Latina, que advertiram que a Grã-Bretanha deveria aproveitar-se das crescentes tensões entre os Estados Unidos e a Ibero-América para reconstruir a sua presença na região.

Mais recentemente, em janeiro de 1997, o então ministro da Fazenda britânico Kenneth Clarke, em uma visita que realizava ao México, declarou que "os britânicos, historicamente, tiveram fortes vínculos com Ibero-América, mas nos tempos modernos, cometemos o erro de considerá-la parte do mundo dominado pelos Estados Unidos".

Mais tarde, em fevereiro do mesmo ano, o Foreign Office auspiciou a pomposa reunião "Vínculos com a América Latina". A reunião foi patrocinada por companhias privadas do coração do império, como a Rio Tinto Zinc, e foi presidida por Tristan Garel-Jones, representante do núcleo político interno que rodeia a rainha Elizabeth II. De 1990 a 1993, Garel-Jones foi ministro de Estado do Ministério de Relações Exteriores e da Comunidade Britânica de Nações, e em 1991 foi nomeado integrante do Conselho Privado da rainha.

O objetivo da conferência foi exposto pelo ministro de Relações Exteriores Malcolm Rifkind: "A Grã-Bretanha é o amigo e aliado da América Latina na Europa. Esta conferência coloca o selo de um novo vínculo de amizade entre a Grã Bretanha e a América Latina. Juntos estamos forjando uma nova aliança". No dia seguinte, ocorreu outra conferência complementar na Canning House, intitulada "O lugar da Grã-Bretanha nas economias em crescimento da América Latina", à qual assistirem 550 pessoas da mais seleta elite bancária, de energia e das matérias-primas da Grã-Bretanha. Reflexo da importância de tal evento é que foi presidido pelo conde de Limerick, na ocasião presidente da Canning House.

Já antes, em abril de 1996, o RIIA havia organizado duas conferências em Londres, uma delas intitulada "México: de volta à briga", presidida pelo conde de Limerick. A segunda foi "Brasil: o redespertar de um gigante", cujos conferencistas foram representantes do Hong Kong and Shangai Banking Corporation (HSBC), da Rio Tinto Zinc e da empresa privada de segurança Control Risk.

A "AGENDA" AMBIENTALISTA

O que se esconde por trás de cada um dos itens da "agenda ambiental", de mãos dadas com as chamadas políticas dos "direitos humanos" e "direitos indígenas", não tem nada a ver com qualquer preocupação legítima com a proteção do meio ambiente ou de populações indígenas. Na verdade, trata-se da velha geopolítica britânica, redesenhada com estas novas roupagens pelos "engenheiros sociais" do *Establishment* oligárquico anglo-americano, como um arma política para demolir a instituição do Estado nacional soberano e suplantá-lo por um sistema oligárquico neofeudal, no qual uma minoria de indivíduos dotada de privilégios autoconcedidos "pastoreie" e explore uma imensa maioria da população, submersa na ignorância e na pobreza, como ocorria no período pré-renascentista. Ou seja, uma ordem mundial malthusiana, dominada por um "governo mundial" imperando sob um sistema de soberanias limitadas, instituído por pretextos diversos.

Esse fato foi reconhecido com toda crueza por um dos principais porta-vozes da oligarquia britânica, lorde William Rees-Mogg, que, num artigo publicado no jornal londrino *The Times*, em 5 de janeiro de 1995, afirmou categoricamente: "O que importa é a elite. No futuro, a Grã-Bretanha deve concentrar-se em educar 5% da população, dos quais depende o êxito de todos. Na competição internacional, talvez 5% da população produzirão 80% do produto nacional, e o emprego dos outros 95% dependerá do êxito destes poucos."

Assim, o objetivo da ofensiva ambientalista é inviabilizar a capacidade das nações de manter não apenas o crescimento e a prosperidade de suas populações, mas até mesmo de sustentar as suas populações atuais. Em suma, retirando do ambientalismo o seu popular véu de romantismo, o que surge é o rosto fascista do genocídio e do despovoamento.

O Brasil, por suas dimensões, potencial de desenvolvimento e posição estratégica, tem representado um alvo prioritário da investida malthusiano-ambientalista, que vem sendo implementada desde a década de 60 pelo *Establishment* anglo-americano. Em 1975, sob a orientação pessoal do ex-secretário de Estado Henry Kissinger, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA determinou que o crescimento populacional do Brasil, junto com outras 12 nações em desenvolvimento todas ricas em recursos naturais - constituía uma ameaça a segurança dos EUA e seus aliados (leia-se Inglaterra). Tal política, manifestada no *Memorando-Estudo de Segurança Nacional 200* (*NSSM-200*), era explícita em

assinalar que a ameaça decorria da utilização dos seus recursos naturais daquelas nações, especialmente minerais, no atendimento das necessidades de bem-estar de suas populações crescentes.

Essa política populacional contra as nações mais importantes do chamado Terceiro Mundo, que se manteve secreta por mais de duas décadas, foi a contrapartida estadunidense da política idealizada pela inteligência britânica para a recolonização de amplas regiões do planeta, a começar pela África. Aí, mesmo com o advento do processo de descolonização formal do continente, a oligarquia britânica em particular logrou manter em grande medida o seu controle sobre as antigas colônias e seus vastos recursos naturais, principalmente por intermédio do sistema de parques naturais, com o qual o aparato ambientalista ficou em posição de determinar uma política asfixiadora das possibilidades de desenvolvimento econômico. Os parques e reservas, quase todos dirigidos por fundações privadas supranacionais, ao mesmo tempo em que impedem a exploração dos recursos naturais neles existentes, obstaculizam a implementação de empreendimentos de infra-estrutura de grande porte - principalmente vias de transporte - imprescindíveis ao desenvolvimento socioeconômico regional.

O instrumento para efetivar essa política foi o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF)*, fundado pela Casa de Windsor em 1961, para, junto com a Igreja da Inglaterra e seu braço "ecumênico", o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), estabelecer e dirigir um exército de ONGs, que, a pretexto de defender causas de grande apelo popular, estão corroendo a estrutura interna dos Estados nacionais, fazendo avançar as bandeiras do livre comércio e da "globalização".

As ONGs - denominação cunhada pela Fundação da Comunidade Britânica (Commonwealth Foundation), nos anos 60 - foram elevadas ao seu atual status político por obra da restruturação das Nações Unidas, iniciada na gestão do secretário-geral Javier Pérez de Cuellar e consolidada na de Boutros Boutros-Ghali, ambos notórios agentes de influência da oligarquia anglo-americana.

Essa reorganização malthusiana do poder mundial representa a culminância do processo iniciado no início do século durante a Presidência de Theodore Roosevelt - processo interrompido apenas pelas políticas anticolonialistas do presidente Franklin D. Roosevelt, de 1933 a 1945 -, quando foi iniciada a política da "relação especial" dos EUA

---

* Atualmente, denominado Fundo Mundial para a Natureza, com a mesma sigla WWF.

com a Inglaterra, nucleada ao redor de uma cabala oligárquica de famílias estadunidenses, britânicas e canadenses. O poderio desta cabala pode ser aquilatado pelo seu controle efetivo sobre o Banco da Inglaterra, o Sistema da Reserva Federal, o Banco de Compensações Internacionais (BIS), as grandes casas bancárias, financeiras e seguradoras da Europa e da América do Norte, os grandes cartéis de alimentos, matérias-primas e recursos energéticos, os grandes conglomerados de mídia e as principais organizações do sistema das Nações Unidas (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial de Comércio, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente etc.).

Em sua cúpula, esse conglomerado oligárquico se autodenomina "Clube das Ilhas", em homenagem a Eduardo VII, cognominado "Príncipe das Ilhas". O "Clube das Ilhas" criou, financia e dirige a gigantesca máquina de propaganda e intervenção política representada pelas ONGs ambientalistas, das quais as primeiras foram a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), fundada em 1948, e o WWF, criado em 1961 pelos príncipes Philip da Inglaterra e Bernardo da Holanda. O financiamento do aparato ambientalista provém de uma vasta infra-estrutura constituída de mais de 1000 fundações familiares oligárquicas da América do Norte e da Europa, alem de doações de empresas privadas e agências governamentais dos EUA, Canadá, Inglaterra e outros países.

A "AFRICANIZAÇÃO" DO BRASIL

É apenas a partir dessas considerações históricas de longo prazo que podemos entender a malévola "agenda ambientalista" da oligarquia anglo-americana, a qual está sendo implementada no Brasil, obviamente, com a extrema cumplicidade do presidente Fernando Henrique Cardoso, que se considera parte dessa elite anglo-americana.

A investida ambientalista contra o Brasil começou simultaneamente com a política de recolonização da África, na década de 60, quando a monarquia britânica decidiu montar, por meio de ONGs coordenadas pelo WWF, uma maquinaria propagandística para criar as pré-condições para estabelecer a doutrina das reservas indígenas, que levaria, mais tarde, à criação da reserva ianomâmi, entre muitas outras.

Essa ofensiva se consolidou a partir de 1990, com o Governo títere do presidente Fernando Collor de Mello, cujas políticas foram totalmente retomadas no atual Governo, que se propôs a converter o

aparato internacional de ONGs numa estrutura institucional básica, para implementar não só a "agenda ambientalista", mas também as políticas de segurança pública.

Sob o ponto de vista anglo-americano, o Brasil é realmente uma presa cobiçada. É por si mesmo quase um continente; em termos de recursos minerais só pode ser comparado ao continente africano; quase a metade de seu território se encontra na Região Amazônica, cuja riqueza mineral ainda está grandemente inexplorada ou é desconhecida. Mais grave ainda, sob a ótica colonial, é o fato de que o País poderia transformar-se rapidamente em uma potência industrial, como foi exemplificado nos 50 anos - 1930-1980 - do esforço de industrialização, que, sob a direção de um Estado forte, foi capaz de desenvolver a infra-estrutura física, uma indústria de base de bens de capital e um eficiente aparelho de pesquisa científico-tecnológica, como observado no impressionante progresso técnico nas áreas da energia atômica, medicina e indústria aeroespacial - feitos que a partir de 1990, vêm sendo destruídos criminosamente, sob o atento olhar anglo-americano.

No caso do Brasil, a estratégia da geopolítica anglo-americana se desenvolve na sabotagem das possibilidades da expansão da infra-estrutura física, com hidrovias, ferrovias, estradas, grandes plantas de geração de energia etc., já não somente na região do Prata, para o que é fundamental obstaculizar o sistema de hidrovias Paraná-Paraguai, mas também frear violentamente o desenvolvimento da região do Cerrado e as vias de penetração civilizatórias para a Região Amazônica, como é o caso da hidrovia Araguaia-Tocantins. O projeto oligárquico anglo-americano é debilitar todas os vínculos de integração nacional, ao mesmo tempo em que dificulta a existência humana na Amazônia, criando as condições simultâneas de despovoamento na região e desintegração nacional.

O projeto oligárquico é o desmembramento nacional, o afundamento da Nação e da população na demência jacobina, na guerra civil e no genocídio, manipulando como massa de destruição a uma população desesperada e sem esperança. E, finalmente, criar condições para uma "guerra de trinta anos", que cristalize a balcanização, não somente do Brasil, mas de todo o subcontinente sul-americano.

A "agenda ambientalista" é uma das armas mais eficientes com que a oligarquia conta para tal propósito.

2

As raízes oligárquicas do ambientalismo

O rompimento dos acordos de Bretton Woods, em agosto de 1971, representou um ponto de inflexão para o processo de desenvolvimento do pós-guerra - o de mais rápido crescimento econômico de toda a História, até então. A partir daí, se cristalizaram politicamente as diretrizes que vinham sendo trabalhadas ao longo da década de 60 pelos estrategistas do *Establishment* oligárquico, no sentido de reverter o conceito e o impulso de progresso global que se espalharam por todo o mundo com a reconstrução do pós-guerra, os quais eram vistos por eles como ameaças mortais aos seus planos hegemônicos. Na ocasião, o presidente dos EUA, Richard Nixon, eliminou a paridade entre o dólar e o ouro, vigente desde 1944, abrindo caminho para a maior onda de desregulamentação e especulação financeira da História, cujos efeitos perduram até os dias de hoje.

Nesse contexto, o impulso dado pela oligarquia à criação do movimento ambientalista de massas foi parte fundamental da introdução generalizada do irracionalismo como forma de controle social, que mudou radicalmente a maneira como os estratos educados da sociedade percebem a causalidade dos processos de reprodução e desenvolvimento da sociedade e da economia, ou seja, o próprio processo civilizatório. Tal processo, que seus próprios planejadores denominavam "mudança de paradigma cultural", consta das seguintes linhas de ação:

1. O fomento de propostas de criação de estruturas de "governo mundial". Estas se iniciaram no pós-guerra imediato, com as sugestões de Bertrand Russell para a colocação dos armamentos e minérios nucleares sob o controle de uma autoridade mundial. Daí resultaram as iniciativas em prol da não-proliferação nuclear e do desarmamento convencional no âmbito da Organização das Nações Unidas, bem como as conferências de Pugwash, iniciadas por Russell, cujo objetivo era o estabelecimento de um "condomínio de poder" mundial Leste-Oeste. As iniciativas pró-desarmamento constituíram o campo de provas para a elaboração das estruturas de "governo mundial", que,

posteriormente, se expandiriam a setores como o meio ambiente, "direitos humanos", combate à corrupção, promoção da "democracia" e outros.

2. A reorientação da economia, com uma crescente tendência a priorizar as atividades financeiras especulativas sobre a produção de bens e serviços que configura a economia real. Para isto, foi também promovida uma drástica mudança das condutas administrativas e gerenciais das empresas em geral, com a qual os lucros não mais decorriam dos ganhos de produtividade da economia física, tanto da própria empresa como da infra-estrutura em geral, mas, crescentemente, dos ganhos financeiros e, particularmente, do "canibalismo" da base produtiva pré-existente. A conseqüente desregulamentação do sistema financeiro internacional foi uma exigência deste processo.

3. A criação do mito da "sociedade pós-industrial", segundo o qual a industrialização não mais deveria ser vista como um objetivo das políticas governamentais dos países subdesenvolvidos, uma vez que seria suplantada pela "sociedade de serviços" ou "sociedade da informação". Esta tese insana seria posteriormente apresentada sob rótulos como a "Era Tecnetrônica" de Zbigniew Brzezinski ou a "Terceira Onda" de Alvin Toffler. Hoje, a chamada "Nova Economia" da Internet não passa de uma fase terminal desta enfermidade epidêmica.

4. A reforma dos sistemas educacionais, especialmente nos níveis secundário e universitário, abandonando-se os mais rigorosos conteúdos clássicos dos currículos, ou o que restava deles, e substituindo-os por uma orientação "profissionalizante". A estratégia foi elaborada inicialmente no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), sob a orientação do Dr. Alexander King (que depois viria a ser um dos fundadores do Clube de Roma), de onde se disseminou por quase todo o mundo.

5. A disseminação do culto "antiautoritário" da Escola de Frankfurt e do existencialismo de Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre contra todas as estruturas hierárquicas que fundamentam a organização da sociedade - família, cadeias de comando, sistema educacional e científico, Forças Armadas e Igreja. Isto foi feito por intermédio da promoção maciça de autores como Hannah Arendt, Herbert Marcuse, Erich Fromm e outros, apoiada pela introdução do uso maciço de drogas psicotrópicas, como o LSD, nos *campi* universitários dos EUA, objeto da chamada Operação Mk-Ultra da CIA. Este foi o fermento do qual se formou a chamada contracultura do rock, drogas e "libertação sexual", a partir dos círculos da "Nova Esquerda" estadunidense e européia.

6. A criação do movimento ambientalista de massas, que se tornaria rapidamente o principal aríete da ofensiva contra a razão, o progresso científico-tecnológico e o pleno desenvolvimento humano.

2001! Há um artigo sobre esse Grupo que queria criar o GOVERNO MUNDIAL!

O resultado dessa "mudança de paradigma cultural" foram duas gerações de indivíduos desarraigados do processo civilizatório e de um sentido coletivo de propósito, perdidos numa selva de interesses hedonistas insaciáveis, que saltam de uma crise existencialista a outra. Em suma, o indivíduo descrito no *Leviatã* de Thomas Hobbes, que, a despeito de suas ilusões sobre a "democracia", somente pode ser governado sob a férrea tirania de um Grande Irmão, o "governo mundial" descrito por George Orwell.

Essa versão moderna das velhas idéias oligárquicas da criação de um "governo mundial" foi entabulada a partir do início do século por um grupo de estrategistas reunidos ao redor do rei Eduardo VII da Grã-Bretanha. Entre eles, destacavam-se Bertrand Russell, H.G. Wells e os membros dos círculos geopolíticos da Távola Redonda de Cecil Rhodes e dos Coeficientes de lorde Alfred Milner* . Foi neste período que se consolidou o eixo de poder anglo-americano, em torno das famílias bancárias da *City* de Londres e de Wall Street, que até hoje representam o núcleo de poder que está implementando as políticas de desmonte dos Estados nacionais, inclusive o ambientalismo. Para coordenar as ações entre eles, em 1921, foram criados dois importantes órgãos de planejamento estratégico, como o Real Instituto de Assuntos Internacionais de Londres (RIIA) e o Conselho de Relações Exteriores de Nova York (CFR). Posteriormente, a eles se juntaram o Grupo Bilderberg (1954) e a Comissão Trilateral (1973).

Em 1928, no livro *The Open Conspiracy* (A conspiração aberta:), outro proeminente estrategista da rede, o escritor H.G. Wells, assim explicitava as diretrizes estratégicas desse aparato de poder:

- a "natureza provisória" dos Estados nacionais;
- a necessidade de minimizar a oposição dos Estados nacionais, "em particular, o uso militar", ao estabelecimento de um sistema econômico mundial;
- o estabelecimento de um controle central mundial sobre os sistemas de crédito, transportes e produção de bens estratégicos dos diversos países;
- a necessidade de um sistema de controle sobre o crescimento da população mundial;
- a subordinação dos interesses da vida pessoal e das pesquisas científicas e tecnológicas a um governo mundial central.[1]

---

* Lorde Milner foi o primeiro gestor do fundo deixado em testamento por Cecil Rhodes para a formação de uma sociedade secreta dedicada à "extensão do domínio britânico a todo o mundo". O Real Instituto de Relações Internacionais (RIIA) e o Conselho de Relações Exteriores de Nova York (CFR) derivam diretamente deste esforço.

1 H.G. Wells, *The Open Conspiracy: Blueprints for a World Revolution*. Victor Gollancz, London, 1928.

Quem é o inimigo

A caracterização que se segue da oligarquia anglo-americana foi baseada na avaliação feita por Lyndon LaRouche no artigo "A 'Síndrome da Eagle Star'", publicado no jornal *Solidariedade Ibero-americana*, Vol. VI, nºs 8 e 9, 1ª e 2ª quinzenas de outubro de 1998.

Desde 1971, a economia dos EUA, como a do mundo em geral, tem sido pilhada com uma rapacidade cujos efeitos cumulativos rivalizam com a reputação de Gengis Cã. Dadas as inúmeras alterações nas facções políticas dirigentes e nas políticas dos vários governos do mundo, que percorrem essas cinco décadas, as perguntas cabíveis são as seguintes: Que entidade poderosa fez isto conosco? Qual é a substância, a personalidade da influência causadora responsável? Qual é a entidade de poder ativa, que continua a espreitar por trás dos panos, durante as sucessivas mudanças políticas ocorridas durante as décadas pelas quais se desenrola aquela seqüência de "principados e potestades" reinantes?

Reformulemos essa pergunta: que poderosa e intencional entidade tem sido capaz de controlar a formulação de políticas dos EUA durante todo esse tempo, em tal grau e com dolo tão evidente que todos os cidadãos estadunidenses, exceto uma minúscula minoria, estão sofrendo as conseqüências das suas ações, em grau relativamente maior ou menor? Não estamos sugerindo que a entidade em questão seja onipotente ou onisciente; se ela não for impedida, como ocorreu com a antiga Babilônia de Baltazar, ela se autodestruirá inevitavelmente. Não obstante, trata-se de uma entidade muito poderosa, que, a menos que nós a impeçamos, se destruirá e levará consigo grande parte da vida existente no planeta.

Para a vasta maioria sofredora dos cidadãos dos EUA, o terrível é que a sociedade civilizada no país tem sido destruída, não apenas com a tolerância, mas até mesmo com a insistência do Governo! Não deve ser negligenciado o fato de que a própria ruína dos EUA representa apenas uma faceta da derrocada mundial, mas, no momento, concentremo-nos na identidade das importantes entidades que forçaram decisões economicamente suicidas garganta abaixo dos governos e do povo estadunidense.

Para o objetivo de nossa investigação, a organização de Lyndon LaRouche tem demonstrado a competência especial de conhecer alguns dos principais indivíduos e entidades que têm desempenhado uma parte significativa na formação dos acontecimentos relevantes das décadas recentes. Desde meados até o final dos anos 70, possuíamos e divulgamos, repetida e publicamente, evidências conclusivas que demonstravam que tal entidade, baseada na América do Norte, se ocultava de forma conspícua por trás de

todos os ataques dos principais órgãos de imprensa e outras investidas contra LaRouche e sua organização, além da tradição anteriormente associada ao presidente Franklin Roosevelt. Tal entidade representa um núcleo do próprio *Establishment* anglo-americano-canadense (conhecido pela sigla BAC - de British-American-Canadian), organizado anteriormente por elementos da rede de espionagem dirigida por lorde Beaverbrook, no período 1938-46. Também documentamos as evidências que mostravam que o mesmo núcleo tem sido um dos principais protagonistas no delineamento - na maioria das vezes, diretamente - da maioria das mudanças de tendências políticas introduzidas durante o mesmo período.

Para essa investigação, devemos distinguir entre dois tipos de entidades principais, comuns à história das oligarquias. A primeira é o processo social representado pela própria oligarquia; o segundo é o tipo de "establishments" que se sucedem uns aos outros, de tempos em tempos, atuando com os poderes de delegada para cada oligarquia dominante relevante. A seguir, mais adiante, focalizaremos a identidade e motivação da entidade, a própria oligarquia atual, em cujo interesse atua o *Establishment BAC* dos nossos dias. Até então, continuaremos a focalizar assuntos que versam diretamente sobre a identidade e as influências de nosso inimigo mais imediato, este *Establishment BAC*.

Para os propósitos dessa investigação, o atual *Establishment* oligárquico do bloco Grã-Bretanha-Canadá-EUA pode ser descrito corretamente por uma referência comparativa com um notório gabinete real britânico conhecido como "A Cabala", que data da época da Restauração dos Stuarts. Os nossos atuais inimigos mais imediatos refletem essa tradição do século 17. A "Cabala" atual representa o conjunto de ações que, de acordo com as evidências factuais disponíveis, age como uma agência executiva e delegada para os oligarcas, e que tem sido a principal responsável pelo desenvolvimento de todo o mal feito ao Governo e ao povo estadunidense, nos últimos 25 anos.

Nas décadas recentes, a corporação de seguros baseada no Canadá Eagle Star tem sido uma típica integrante das sociedades nominalmente particulares que representam os interesses desse *Establishment*, este inimigo comum dos EUA e dos autores. Os impérios jornalísticos da Hollinger Corporation e Rupert Murdoch também se alinham entre os importantes subprodutos desse mesmo aparato de espionagem do período da guerra. Entre os integrantes estadunidenses individuais desse sindicato britânico-estadunidense-canadense, encontra-se cabalística coleção de banqueiros dúbios e outros "espectros" do "Establishment da Costa Leste" (*Eastern Establishment*). Estes últimos são exemplificados

pelos finados Allen Dulles, James Jesus Angleton e Jay Lovestone, que, a partir da sua condição de agentes da claque controlada por Londres dentro do Gabinete de Serviços Estratégicos (OSS) - que antecedeu a CIA - e em outras operações relacionadas, durante a guerra, galgariam mais tarde posições proeminentes dentro do *Establishment* de inteligência estadunidense.

Os participantes estadunidenses da rede BAC na II Guerra Mundial eram, principalmente, membros ou recrutas das redes britânica, canadense e estadunidense pré-existentes, inclusive os agentes estadunidenses sob influência britânica. Estas redes anteriores datavam dos presidentes Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson. Entretanto, o "ninho BAC" que representa o atual *Establishment* estadunidense não é uma simples continuação gradual das instituições estabelecidas a partir de 1901, sob a presidência de Theodore Roosevelt. A rede BAC do período 1938-98 tem as suas características próprias e funcionalmente distintas.

As forças políticas a partir das quais a rede BAC foi estabelecida têm, reconhecidamente, uma longa e contínua história de oposição odiosa aos princípios expressos pela Declaração de Independência estadunidense de 1776, pela Constituição Federal de 1789 e pelas grandes reformas efetuadas sob a liderança do presidente Abraham Lincoln. Os princípios que norteiam a oposição subjacente e axiomática da rede BAC aos princípios da república federal estadunidense remontam, sem risco de exagero, até à antiga Babilônia. Desde meados do século 18, a mesma tradição oligárquica babilônica se manifestava nas cabalas anteriores, cuja influência última foi elemento constituinte das origens da atual rede BAC, no período 1938-46.

Entretanto, se levarmos em consideração os seus antecedentes, a "Cabala BAC" de 1938-98 não pode ser corretamente entendida, a menos que a reconheçamos como uma nova espécie, com características específicas que a diferenciam até mesmo da forma anterior, no século 20, da mesma sociedade financista internacional e oligárquica centrada em Londres, que tem sido inimiga mortal dos EUA há mais de dois séculos. O atual e o anterior componente estadunidense da mesma tem sido, e continua a ser, uma oligarquia político-econômica identificada por suas formas traiçoeiras de associação histórica com os banqueiros de Manhattan, os traficantes de ópio da Nova Inglaterra e os escravagistas do Sul, desde guerra, no século 18, para assegurar e defender a independência nacional dos EUA frente à odiada monarquia britânica.

Assim, portanto, reconhecidas as antigas raízes e os antecedentes pré-1938 do inimigo britânico dos EUA, de um modo geral, devemos

distinguir no mundo atual entre duas formas específicas e distintas, pré e pós-1938, da organização do *Establishment*, que o nosso inimigo oligárquico assumiu na América do Norte neste século.

Revisemos, sucintamente, as características do desenvolvimento da rede BAC neste século:

Primeiro, como observamos anteriormente, havia os interesses britânicos, que, de forma crescente, passaram a dominar a maior parte dos interesses econômicos privados e até do próprio Governo dos EUA, no período imediatamente posterior ao assassinato do presidente William McKinley, em 1901. Tal corrupção continuou com a sua crescente influência durante a participação estadunidense como aliada do inimigo britânico em duas guerras mundiais, influência que cresceu em ritmo acelerado na maior parte do último meio século.

Aproximadamente, a partir de 1938, a aliança dos EUA de Franklin Roosevelt com a Grã-Bretanha, para a futura guerra contra Hitler, foi usada para deslanchar o que, em 1946, assumiu o caráter de um virtual golpe de Estado dentro do Departamento de Justiça e em outras importantes instituições oficiais e particulares dos EUA. Isto envolveu o que pode ser chamado de "mudanças estruturais" cruciais e cumulativas na composição e no caráter de importantes instituições pró-oligárquicas. Esta mudança teve as suas próprias características, como a sucessão de mudanças radicais nas políticas econômicas e correlatas dos EUA, nos últimos 53 anos. A morte prematura de Roosevelt, que era adversário de Winston Churchill, representou a circunstância que deflagrou a consolidação dessa verdadeira contra-revolução pós-1945 contra a Declaração de Independência e a Constituição Federal dos EUA.

Conforme as tendências das últimas cinco décadas, a face do inimigo visível, o atual *Establishment*, adquiriu o aspecto específico de poder financeiro e político, tanto na economia como dentro das burocracias permanentes do governo de Washington. Estas formas específicas devem ser reconhecidas, principalmente, como um produto do ainda em curso processo degenerativo de reorganização qualitativa das corporações e da burocracia governamental estadunidense, por parte daquele poder oligárquico britânico-estadunidense-canadense-holandês, baseado em Londres, processo que já era o objetivo das mudanças institucionais efetuadas no início deste século, durante os governos de Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson. Entretanto, dito isto, é a cabala agrupada desde os acontecimentos ocorridos nos EUA no período 1938-46 que ostenta uma importância qualitativamente distinta e específica para a compreensão e, esperamos, a correção dos males que afligem hoje os EUA e o mundo.

"ENGENHARIA SOCIAL" E A "MUDANÇA DE PARADIGMA CULTURAL"

Uma das mais importantes organizações a serviço desse esquema hegemônico é o Instituto Tavistock de Relações Humanas. Originalmente fundado em 1923, em Londres, como Clínica Tavistock, o Instituto, que é diretamente ligado à casa real britânica, tem atuado como o principal centro de desenvolvimento de técnicas de "engenharia social" para a oligarquia, especializando-se no uso dos meios de comunicação de massa para criar o que chamam um ambiente psicologicamente controlado.

Em 1966, o Instituto Tavistock emitiu o chamado "Relatório Rapoport", memorando escrito pelo biólogo e sociólogo estadunidense Anatol Rapoport, o qual apontava a grande influência da corrida espacial entre os EUA e a URSS na disseminação do que chamava o "otimismo tecnológico" da população estadunidense e européia. No relatório, Rapoport, que era editor-chefe da revista do instituto, *Human Relations*, observa em tom de lamento que o programa espacial estivesse produzindo um número "redundante" e "exagerado" de cientistas e engenheiros, o qual aumentava com rapidez muito maior que qualquer outro segmento profissional. Segundo ele, este fato estava acarretando um impacto profundo nos valores de toda a população estadunidense.[2]

O "Relatório Rapoport" teve influência considerável na decisão de reduzir o impulso do programa espacial dos EUA. Ao mesmo tempo, o Instituto Tavistock e a vasta rede de centros de pesquisa social associada a ele, como o Instituto de Pesquisas de Stanford e outros, desempenhava um papel crucial na adoção da "mudança de paradigma cultu al" entre os altos centros de planejamento estratégico do *Establishment* oligárquico internacional.

A "engenharia social" pode ser definida como a técnica de moldagem das crenças e padrões de comportamento de um grupo social, para facilitar o seu controle pelos grupos detentores do poder político e econômico. Seu princípio básico é a neutralização da razão que orienta as atitudes individuais e a sua substituição pela irracionalidade coletiva. O conceito é descrito no livro *Battle for the Mind* (Batalha pela mente), de 1957, pelo Dr. William Sargant, um especialista do Instituto Tavistock que passou vários anos estudando o "otimismo tecnológico" da população dos EUA: "Vários tipos de crenças podem ser implantados em um grande número

---

2 Club of Life White Paper, *The Club of Rome - The Malthusian Menace Today*, New York, February 1983

de pessoas, depois que as funções cerebrais tenham sido suficientemente perturbadas pelo medo, raiva ou excitação acidentais ou deliberadamente induzidas. Dos resultados causados por tais distúrbios, o mais comum é uma capacidade de julgamento temporariamente prejudicada e uma suscetibilidade elevada. Suas várias manifestações de grupo são às vezes classificadas sob o rótulo de 'instinto de rebanho' e surgem mais espetacularmente em tempos de guerra, durante epidemias severas e em todos os períodos similares de perigo comum, que aumentam a inquietação e, assim, a suscetibilidade individual e de massa."[3]

Segundo Lyndon LaRouche, a Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962, e o assassinato do presidente estadunidense John F. Kennedy, em novembro do ano seguinte, foram os eventos que proporcionaram aos "engenheiros sociais" da oligarquia o estado de choque e as perturbações que abriram caminho para a implementação da pretendida "mudança de paradigma cultural". A promoção da contracultura das drogas, rock e "libertação sexual" entre as massas de jovens universitários revoltadas contra a Guerra do Vietnã, induzida sob o rótulo do pacifismo, funcionou como um catalisador das mudanças.

Também no campo científico, tal "mudança de paradigma" teve um impacto devastador. Com ela, os critérios de veracidade baseados nos princípios da razão humana, que devem orientar a verdadeira atividade científica, foram substituídos pela "busca do consenso", na linha da "correção política", mais palatável para os curadores das grandes fundações oligárquicas que aprovam as generosas doações com que tais entidades controlam grande parte da pesquisa científica - e, igualmente, o movimento ambientalista.

O ambientalismo se mostrou um terreno fértil para a aplicação das técnicas de "engenharia social", enfatizando ameaças inexistentes ou exageradas, decorrentes de todo tipo de atividades humanas que representam o processo de desenvolvimento socioeconômico e científico-tecnológico. A primeira vítima deste processo foi o pesticida DDT, o mais barato e eficiente já produzido, cujo banimento pela Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA), em 1972, após uma campanha alarmista encabeçada por ONGs criadas especificamente para esta tarefa, contrariou as conclusões do painel de cientistas convocado pela própria agência. A campanha contra o DDT estabeleceu o precedente para as campanhas ambientalistas que se seguiram, nas quais a ciência passou a subordinar-se à "percepção pública" dos fatos.

---

3 William Sargant, *Battle for the Mind: The Mechanics of Indoctrination, Brainwashing and Thought Control*. Penguin Books, Baltimore, 1961.

Outro exemplo da manipulação pseudocientífica que cerca o ambientalismo é o chamado aquecimento atmosférico. Até 1975, poucos discutiam a sério tal possibilidade, pois as oscilações verificadas no registro de temperaturas eram corretamente consideradas variações naturais que têm ocorrido em toda a história geológica do planeta. Entretanto, em outubro daquele ano, tal percepção começou a mudar com a realização do seminário "A atmosfera: ameaçada e ameaçadora", em Washington, EUA, o qual reuniu cientistas de várias áreas para discutir os possíveis impactos da ação humana sobre a atmosfera. Sintomaticamente, o evento não foi organizado por nenhum especialista no assunto, mas pela antropóloga Margaret Mead, uma das mais experimentadas "aprendizes de feiticeiro" dos EUA, ativa participante da Operação Mk-Ultra. Juntamente com seu ex-marido Gregory Bateson, outro expoente da operação, Mead desempenhou um papel de grande importância na criação do movimento ambientalista.

No seminário, os participantes - entre os quais alguns que assumiriam papéis de destaque na campanha do aquecimento global, como o Dr. Stephen Schneider - ouviram uma advertência incisiva. Diz o relatório oficial do evento:

> A Dra. Mead enfatizou que a conferência foi baseada no pressuposto de que decisões políticas de tremendo alcance serão tomadas - com os cientistas provendo elementos de julgamento ou não. Não há meio de os cientistas evitarem afetar o processo de tomada de decisões em assuntos relacionados às suas disciplinas, mesmo se permanecerem publicamente em silêncio. Uma decisão dos formuladores de políticas no sentido de não agir na ausência de informação ou conhecimento científico é uma decisão política por si mesma e, para os cientistas, não há a possibilidade de inação, exceto a de deixarem de ser cientistas.[4]

A "sinceridade" da Dra. Mead explica as campanhas alarmistas contra os clorofluorcarbonos (CFCs), acusados de destruir a camada de ozônio, os combustíveis fósseis e várias outras substâncias utilizadas pela indústria, todas colocadas no índex sem qualquer fundamentação científica.

Com seus métodos de "engenharia social", o *Establishment* oligárquico foi capaz de desviar o curso do otimismo cultural desencadeado pela recuperação econômica do pós-guerra, pelas perspectivas das conquistas científicas então promovidas pelos programas espaciais dos EUA e da URSS e pelas aplicações pacíficas da energia nuclear, e transformá-lo em um mar de pessimismo, num movimento de massas mobilizadas contra o progresso e a civilização.

---

4 William W. Kellogg e Margaret Mead (eds.), *The Atmosphere: Endangered and Endangering*. Fogarty International Center Proceedings No. 39, Washington, 1976.

As funções do ambientalismo

Sob tais condições pré-estabelecidas, foi relativamente fácil inocular o germe virulento do ambientalismo numa sociedade em que o otimismo era predominante. Não obstante, as bases desta pseudo-ideologia são tão sólidas quanto a areia movediça. A grande maioria dos problemas que motivam as campanhas ambientalistas - principalmente, os de alcance mundial, como o aquecimento global, o "buraco" na camada de ozônio e outros - não tem qualquer fundamento científico, sendo promovida por meio de meias-verdades, supressão de evidências contrárias e, até mesmo, falsidades abertas.

Nesse particular, o popular conceito de "desenvolvimento sustentado", pilar central da estrutura de crenças ambientalistas, não passa de uma nova roupagem do velho e surrado argumento malthusiano de inexistência de recursos naturais e a conseqüente incapacidade da biosfera para suportar a expansão dos benefícios da moderna civilização industrial a todos os povos e países deste planeta - sugestão que é tanto histórica e cientificamente injustificável, quanto moralmente inaceitável.

Desenvolvido a partir dos trabalhos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, mais conhecida como Comissão Brundtland, o conceito de "desenvolvimento sustentado", além de redundante, oculta uma retomada do velho paganismo, na forma de um novo culto à deusa Gaia (a deusa grega que representava a Terra).

A chamada Hipótese Gaia, formulada pelo biólogo inglês James E. Lovelock e sua colega estadunidense Lynn Margullis, é uma teoria pseudocientífica segundo a qual a Terra seria um ser vivo de direito próprio e presciente, dotado de mecanismos de controle sobre os organismos constituintes da sua biosfera, inclusive o homem. Assim, este teria que condicionar as suas aspirações ao progresso e ao desenvolvimento aos rígidos limites impostos por Gaia, a Mãe-Terra, sob pena de ser implacavelmente eliminado. Os ideólogos do ambientalismo propõem a equiparação do homem com as demais espécies vivas, rebaixando-o, na hierarquia universal, ao nível dos seres irracionais (com "direitos" não superiores aos destes) e despojando-o do direito de aplicar as leis universais e dispor plenamente dos recursos da natureza para a promoção de um desenvolvimento equitativo para toda a Humanidade.

Sob tal dogma, Gaia passa a ser sacralizada, juntamente com todos os seres que nela vivem, devendo os seus processos evolutivos ser deixados seguir o seu curso "natural", de preferência, sem intervenção humana.

A conseqüência disto é que a Terra apresentaria uma "capacidade de suporte" limitada, que estaria sendo rapidamente atingida pelo aumento incontrolável da população humana, principalmente nos prolíferos países subdesenvolvidos, com suas crescentes necessidades de utilização de recursos naturais.

Conseqüentemente, segundo a concepção oligárquica, a riqueza humana provém da terra e dos seus recursos - sempre "escassos" - e da capacidade de "comprar barato e vender caro", esquema que não deixa qualquer espaço para a criatividade humana e sua capacidade de desenvolvimento científico-tecnológico.

Assim sendo, a instrumentalização do ambientalismo como uma eficiente arma política do arsenal oligárquico tem uma tríplice finalidade:

1. A disseminação do irracionalismo e do "pessimismo cultural" entre a população em geral, fazendo com pessoas educadas aceitem sem questionamento a subordinação das políticas de promoção do bem-estar e do desenvolvimento da sociedade em geral a requisitos - geralmente injustificados - de "proteção do meio ambiente". Um subproduto desse impulso é a formação de uma imagem negativa da ciência e da tecnologia, que passam a ser consideradas "inimigas do meio ambiente". Como afirma explicitamente o ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, um dos campeões do ambientalismo, em seu livro *Earth in the Balance* (Terra na balança), a intenção é colocar o meio ambiente no centro da organização da sociedade humana.[5]

2. A manipulação de argumentos de "proteção ambiental" para justificar o estabelecimento de estruturas legislativas de "governo mundial", baseada no argumento de que os problemas ambientais não reconhecem fronteiras políticas. Neste particular, a aprovação do chamado Protocolo de Montreal para a Proteção da Camada de Ozônio, sem a menor justificativa científica, estabeleceu um perigoso precedente para iniciativas posteriores, como a Convenção de Mudanças Climáticas, que pretende coibir drasticamente o uso dos combustíveis fósseis sob o falacioso argumento de que estes contribuem para agravar o aquecimento global. Pelos termos do Protocolo de Montreal, os países que não aderirem ao banimento das substâncias supostamente responsáveis pela deterioração do ozônio estratosférico (CFCs, halons etc.) estão sujeitos a sanções comerciais e de outros tipos por parte dos

---

5 Albert Gore Jr., *Earth in the Balance: Ecology and the Human Spirit*. Houghton Mifflin, Boston, 1992 (resenha de Jeffrey Sreinberg, "Mein Planet", *Fidelio*, Spring 1999).

signatários do tratado. Com a Convenção de Mudanças Climáticas (e suas atualizações, como o chamado Protocolo de Kyoto), os mentores da "agenda ambientalista" pretendem criar um obstáculo quase intransponível ao desenvolvimento em escala mundial, já que três quartas partes da energia consumida no planeta provêm dos combustíveis fósseis.

3. A manipulação direta de argumentos ambientais ou étnicos, para obstaculizar projetos de desenvolvimento, particularmente, no setor de infra-estrutura, como é o caso da campanha contra as hidrovias brasileiras.

A matriz cultural oligárquica que fundamenta o ambientalismo é a mesma na qual se baseia a geopolítica, a marca registrada do pensamento estratégico da oligarquia britânica. No prefácio do livro *O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América*, Lyndon LaRouche observa:

> É sob essa ótica que temos que compreender a geopolítica... Que ela se baseia na concepção pagã da natureza, oposta à noção de que o princípio da imago Dei dirige a História - o desenvolvimento de idéias, suas aplicações aos mecanismos criativos, a transmissão de idéias na prática de uma geração à seguinte por meio desta capacidade do indivíduo, tudo isto como causa determinante da História... É sob essa ótica que podemos compreender, como devemos fazer com a geopolítica, os demais fenômenos deste período. É claro que a geopolítica tem especial importância, já que é o dogma reinante, mais ou menos desde a década de 1880, entre a forma da força oligárquica responsável pelas duas guerras mundiais deste século e pelas diversas aventuras colonialistas e neocolonialistas do final do século 19 e do século 20, aí incluída a variante neocolonialista que os britânicos e os pagãos do mesmo naipe, como os príncipes Philip e Charles, da família real britânica, promotora do culto a Gaia, a mãe de Satanás pretendem impor ao mundo.[6]

A ofensiva ambientalista vem atingindo um auge na medida em que se aprofunda a crise do apodrecido sistema financeiro internacional, na qual a oligarquia anglo-americana se lançou numa corrida contra o tempo, para assegurar o controle da maior quantidade possível de bens físicos, matérias-primas e ativos reais, com os quais pensa proteger-se da "implosão" da bolha financeira criada por ela própria, a qual é inevitável.

---

6 Executive Intelligence Review, *O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América*, Rio de Janeiro, 1997

THEODORE ROOSEVELT, O "PAI DO CONSERVACIONISMO" ANGLO-AMERICANO

A primeira iniciativa de instrumentalização política do ambientalismo ocorreu durante o Governo de Theodore Roosevelt nos EUA (1901-09), como parte das reformas elaboradas pelos mencionados círculos de Eduardo VII para enquadrar os EUA dentro de uma "relação especial" com sua Pátria-Mãe, a Inglaterra. Entre elas, destacaram-se: a criação do Sistema da Reserva Federal como o banco central privado dos EUA; do FBI, baseado ostensivamente na polícia secreta de Napoleão Bonaparte; e de fundações privadas, como a Fundação Rockefeller, encarregadas da elaboração de diretrizes políticas para vários setores da administração pública. Desde a sua criação, a Fundação Rockefeller esteve no centro do financiamento dos principais movimentos de controle social elaborados pela oligarquia anglo-americana, como a eugenia, o controle populacional e o ambientalismo.

Theodore Roosevelt, um arquianglófilo por convicção e raízes familiares (durante a Guerra Civil, seu tio James Bullock foi chefe de inteligência dos Confederados em Londres), era um ardente defensor da tese fisiocrática de que a riqueza de uma nação está nos recursos naturais disponíveis em seu território e sob seu controle em outros países. Para tanto, ele foi o introdutor da "conservação dos recursos naturais" como política oficial do Governo estadunidense. Sob a orientação de Gifford Pinchot, o malthusiano fundador do Serviço Florestal dos EUA (1905), Roosevelt implementou uma agressiva política de estabelecimento de grandes parques florestais, principalmente no Oeste do país. Isto impediu qualquer aproveitamento econômico de vastas extensões de terras e praticamente bloqueou a expansão demográfica que aquela região vinha experimentando desde as últimas décadas do século 19, em decorrência da "revolução de Lincoln". Não por coincidência, Pinchot era também um entusiasmado adepto da pseudociência da eugenia. Como parte do mesmo projeto, Roosevelt criou também o Conselho de Conservação (Conservation Board) e organizou a célebre a Conferência dos Governadores, em Washington, em 1908, na qual a "conservação" foi estabelecida como política de Governo.[7]

---

7 Anton Chaitkin, *Treason in America: From Aaron Burr to Averell Harriman*. New Benjamin Franklin House, New York, 2nd edition, 1985.

Antes dele, entretanto, já na década de 1840, esses grupos oligárquicos haviam criado a Sociedade Etnológica Americana (1842) e o Instituto Smithsoniano (1846), com a finalidade de promover um ideário racista e malthusiano de superioridade racial da população anglo-saxônica, a redução da população não-branca (e não-protestante) e o controle dos recursos naturais. As primeiras organizações ambientalistas dos EUA surgiram deste impulso: o Sierra Club, fundado em 1892, e a National Audubon Society, em 1905. Ainda hoje, ambas se alinham entre os mais ativos membros do movimento ambientalista estadunidense.

Segundo os planos de Roosevelt e seus aliados, a Conferência dos Governadores deveria ser seguida por uma Conferência Internacional de Conservação, para discutir "o assunto dos recursos mundiais e seu inventário, conservação e utilização racional". A conferência deveria realizar-se em Haia, em setembro de 1909 e os convites para a participação chegaram a ser feitos a 58 países, mas o projeto foi abortado pelo sucessor de Roosevelt, William Taft, cujo secretário do Interior, Richard A. Ballinger, era um ferrenho opositor da política "conservacionista" de Roosevelt & Cia.[8]

Em coerência com o "conservacionismo", Theodore Roosevelt foi também um promotor das teses de "higiene racial", ou eugenia. Esta pseudociência foi criada no final do século 19 pelo inglês Francis Galton, primo de Charles Darwin. Seu objetivo declarado era o "melhoramento" da espécie humana - "dar às raças ou linhagens de sangue mais aptas uma melhor chance de prevalecer rapidamente sobre as menos aptas".[9] Rapidamente, tornou-se coqueluche entre os círculos oligárquicos, tanto na Inglaterra como nos EUA, além de alguns países europeus.

Nos EUA, o centro do movimento era o Museu de História Natural de Nova York, então dirigido por Henry Fairfield Osborn. Como parte das políticas propostas para o "melhoramento racial", os adeptos da eugenia nos EUA propunham, entre outras medidas, a esterilização forçada de inválidos e deficientes físicos e a restrição da imigração de indivíduos não-brancos para o país. Em 1932, Osborn, juntamente com Averell Harriman, John D. Rockefeller e Andrew Carnegie, todos, destacados membros do *Establishment* anglo-americano -, organizou a Terceira

---

8 Max Nicholson, *The Environmental Revolution: A Guide for the New Masters of the World.* Pelican Books, Middlesex, 1972.

9 Daniel J. Kevles, *In the Name of Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity.* University of California Press, Berkeley, 1985.

Conferência Eugênica Internacional, em Nova York na qual foi eleito para a presidência da Federação Internacional de Organizações Eugênicas o Dr. Ernst Rüdin, que, anos depois, escreveria as leis raciais do regime nazista de Adolf Hitler.

A associação das teorias racistas com o "conservacionismo" ambiental frutificou na Alemanha nazista, o primeiro país europeu que estabeleceu um sistema policial de proteção de reservas naturais e habitats silvestres, por meio de grupos especiais de tropas SS. Igualmente, os nazistas se horrorizavam com a construção de usinas hidrelétricas nos rios "sagrados" e aprovaram várias leis sobre os direitos dos animais. Segundo a escritora inglesa Anna Branwell, os nazistas foram os primeiros ambientalistas radicais a governarem um Estado, além de terem influenciado "alguns dos dogmas do ambientalismo britânico".[10]

A EUGENIA SE CONVERTE EM AMBIENTALISMO

Após a II Guerra Mundial, as atrocidades cometidas pelos nazistas em nome do "melhoramento racial" tornaram a eugenia altamente impopular. Assim, os oligarcas anglo-americanos que apoiavam o movimento eugênico transferiram os seus esforços para o "controle demográfico" e a "conservação ambiental". Esta reorientação foi elaborada pelos mais altos órgãos de planejamento estratégico da oligarquia britânica, o RIIA e o Planejamento Político e Econômico (PEP - criado em 1931), com o apoio direto da Sociedade Zoológica de Londres e da Real Sociedade Geográfica.

Os dois "engenheiros sociais" mais profundamente envolvidos no projeto foram Julian Huxley e Max Nicholson, ambos membros do PEP e da Sociedade Eugênica (Huxley foi seu presidente no período 1937-44). Em 1948, ambos desempenharam um papel fundamental da criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), para a qual Huxley foi nomeado o primeiro secretário-geral. Na carta de fundação da nova entidade, Huxley coloca entre as suas finalidades a promoção da necessidade da eugenia e da proteção da vida silvestre. "Embora seja certo que por muitos anos será psicologicamente impossível qualquer política eugênica radical, para a UNESCO será importante

---

10 Anna Bramwell, *Ecology in the 20th Century: A History*. Yale University Press, New Haven, 1989.

assegurar que a opinião pública se mantenha informada dos temas que se manejam, para que muito do que agora é impensável, ao menos possa ser pensável", escreveu ele. Para Huxley, "a proliferação do homem deve estar em segundo lugar, depois da conservação de outras espécies".[11]

No mesmo ano, Huxley e Nicholson foram os mentores da criação das duas primeiras organizações ambientalistas do *Establishment* anglo-americano, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e a Conservation Foundation dos EUA. A carta de constituição da UICN foi elaborada pelo Foreign Office do Governo britânico, por solicitação direta de Nicholson. Denotando a inclinação "familiar" de tais atividades, tanto a UICN como a Conservation Foundation tiveram entre os principais patrocinadores o sobrinho de Henry F. Osborn, Fairfield Osborn. Este último foi também um dos pioneiros da literatura apocalíptica sobre temas ambientais - que, nas décadas seguintes, se tornaria uma verdadeira indústria -, com a publicação do livro *Our Plundered Planet* (Nosso planeta espoliado), no qual, já em 1948, alertava para a ameaça de "destruição" do planeta pela superpopulação e pelo uso indevido dos recursos naturais.

Huxley também teve uma importante participação na elaboração da estratégia de "proteção ambiental" da África. Em 1960, ele fez uma viagem de três meses ao continente, ao término da qual afirmou que os países recém-libertos do jugo colonial não eram confiáveis para "conservar a vida selvagem".

Para Huxley e Nicholson, a "conservação da vida silvestre" representava um elemento crucial para a implementação de um "governo mundial". Para não deixar dúvidas sobre as reais intenções da UICN, recentemente, seu diretor David McDowell afirmou que "a anacrônica noção de que os Estados nacionais são os únicos agentes legítimos para implementar políticas de desenvolvimento tem que morrer". Em outra ocasião, McDowell expressou a sua repulsa pela existência de fronteiras nacionais, que separam ecossistemas e dificultam a cooperação entre os "ecogerentes", propondo a criação de "parques da paz" para reduzir as tensões históricas ao longo de fronteiras de países conflitantes.

Nicholson elaborou as principais diretrizes do movimento ambientalista mundial, como descreve em seu relato oficioso sobre o movimento ambientalista, publicado em 1970, cujo título fala por si próprio: "A Revolução Ambiental: um guia para os novos senhores do mundo".

---

11 Allen Douglas, "El WWF promueve la ciencia racista y el gobierno unimundista", *Resumen Ejecutivo de EIR*, Vol. XI, núm. 21-21, octubre-noviembre de 1994.

WWF, O MANTO VERDE DO COLONIALISMO

Em 1961, Julian Huxley e Max Nicholson, juntamente com um importante grupo de notáveis da oligarquia britânica, fundaram a que viria a compor, juntamente com a UICN, o "Estado-Maior" do movimento ambientalista: o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (World Wildlife Fund), atualmente chamado Fundo Mundial para a Natureza (World Wide Fund for Nature), utilizando a mesma sigla WWF. Entre os fundadores do WWF, cujo objetivo era apoiar e ampliar as ações da UICN, destacaram-se, entre outros: o pintor e conservacionista sir Peter Scott (a quem é oficialmente atribuída a "paternidade" da organização); o príncipe Philip, consorte da rainha Elizabeth II; lorde Solly Zuckerman, principal consultor científico do Governo britânico; o marechal lorde Alan Brooke, ex-chefe do Estado-Maior do Reino Unido; e sir Frank Chapell, ex-comandante-geral do Exército britânico.

A fundação do WWF ocorreu em um momento de particular relevância para os interesses estratégicos do *Establishment* britânico em particular, devido aos movimentos de independência que se espalhavam pelo continente africano. Neste particular, a entidade foi fundamental para assegurar a predominância das empresas da Comunidade Britânica de Nações sobre os recursos naturais africanos, com o seu controle sobre grande parte da vasta rede de parques e reservas naturais que retalham a maioria dos países do continente.

Desde a sua fundação, o WWF tem sido encabeçado pelo príncipe Philip. Para primeiro presidente internacional do WWF, Philip recrutou o príncipe Bernardo da Holanda, um ex-membro ativo do Partido Nazista - posição da qual viu-se forçado a se afastar ostensivamente, em 1975, devido à repercussão do seu envolvimento nos escândalos da empresa aeronáutica estadunidense Lockheed. Em 1971, suas altezas fundaram o ultra-seleto Fundo 1001 para a Natureza (1001 Nature Trust), para ajudar a financiar as atividades do WWF. O "Clube 1001", como é mais conhecido, reúne 1001 membros especialmente convidados, recrutados entre a nata da oligarquia internacional, membros das casas reais européias, executivos das grandes corporações e bancos do *Establishment* oligárquico, cada um dos quais paga uma taxa de admissão de 10.000 dólares. O prédio onde até há pouco funcionavam as sedes do WWF e da UICN, em Gland, Suíça, foi doado pelo "Clube 1001".[12]

---

12 Scott Thompson, "El 'Club 1001': la élite que coordina al ecologismo internacional", *Resumen Ejecutivo de EIR*, Vol. XI, núm. 20-21, octubre-noviembre de 1994.

A partir do WWF, os estrategistas oligárquicos dirigiram a criação, orientação e financiamento do aparato internacional das ONGs ambientalistas. Em 1969, o WWF fundou um ramo "indigenista", a Survival International, que teve um papel fundamental para a criação da imensa reserva indígena yanomâmi no Brasil e Venezuela.

Como mencionado anteriormente, o WWF e a UICN constituem um virtual "Estado-Maior" do movimento ambientalista internacional. A partir de ambos, emanam as diretrizes que orientam a atuação das organizações do sistema das Nações Unidas envolvidas com o meio ambiente (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, Organização Meteorológica Mundial-OMM e UNESCO), das fundações e corporações financiadoras do movimento e da pletora de ONGs que constituem as "tropas de choque" do mesmo.

A OCDE E A OTAN,
NINHOS DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Em meados da década de 60, o cenário estava pronto para a deflagração do movimento ambientalista de massas. A partir das determinações do Instituto Tavistock, da UICN e do WWF, as diretrizes do movimento foram discutidas e estabelecidas numa série de reuniões promovidas na Europa sob os auspícios da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Cabe observar que este era o mesmo aparato em cujo âmbito estavam sendo discutidas as "reformas educacionais" que acabariam com os currículos clássicos em quase todo o mundo.

Um desses conclaves foi realizado em maio de 1967,em Deauville, França, com o enganoso título de Conferência sobre o Desequilíbrio e a Colaboração Tecnológica Transatlântica. Entre os principais participantes do evento, destacavam-se Zbigniew Brzezinski, então funcionário do Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado dos EUA, e o industrial italiano Aurelio Peccei, então presidente do principal *think-tank* da OTAN, o Comitê Econômico do Instituto Atlântico. As principais conclusões da conferência foram as seguintes:

1. O progresso científico, tal como definido pelo domínio sucessivo do homem sobre as leis universais, deveria ceder lugar a uma visão do homem reduzido a uma parte da natureza, cujas leis seriam imutáveis e incognoscíveis.

2. Os sistemas de governo baseados nos paradigmas industriais então predominantes não mais funcionariam nessa "Nova Era" pós-industrial. Os Estados nacionais se desagregariam, na medida em que o homem criasse novas maneiras mais "empáticas" de se relacionar com os seus semelhantes.

3. A promoção da contracultura do rock, drogas e "libertação sexual", em um período pouco superior a uma geração, a transformaria na cultura global dominante, o que significaria o fim da Civilização Ocidental judaico-cristã, encerrando o que se considerava a "Era de Peixes" e abrindo a "Era de Aquário".

Em 1968, Zbigniew Brzezinski publicou o livro *The Technetronic Age* (A Era Tecnetrônica)[13], no qual argumenta que essa "nova era" lançará as bases para uma ditadura benevolente por parte de uma elite "globalizada". A sociedade, afirma ele, caracterizar-se-á por uma "revolução da informação", pela "cibernética" e pela substituição da "orientação para as conquistas" (ou seja, um sentido de propósito para a sociedade) por um "enfoque de entretenimento" baseado em "espetáculos (esportes de massa e televisão) que forneçam um narcótico para massas crescentemente sem propósito... Novas formas de controle social podem ser necessárias para limitar o exercício indiscriminado pelo indivíduo de suas novas capacidades. A possibilidade de um extensivo controle químico da mente requererá a definição social dos critérios comuns de restrição, bem como de utilização".

Sobre o ainda inexistente movimento ambientalista, Brzezinski afirma, com grande "antevisão": "A preocupação com a ideologia está cedendo vez à preocupação com a ecologia. Seus começos podem ser divisados na preocupação popular sem precedentes com assuntos como a poluição do ar, a fome, a superpopulação, a radiação e o controle de doenças, drogas e atmosfera... Existe já difundido consenso de que é desejável o planejamento funcional como o único meio de enfrentar as diversas ameaças ecológicas."[14]

As declarações de Brzezinski foram ecoadas no livro *The Chasm Ahead* (O abismo à frente), escrito por Aurelio Peccei, que logo depois iria criar o Clube de Roma. Segundo ele, a "Nova Era" está entre nós. Portanto, afirma, isto requererá dramáticas mudanças na maneira como o homem

---

13 Zbigniew Brzezinski, *América: laboratório do mundo*. Artenova, Rio de Janeiro, 1971.

14 Laurent Murawiec, "How NATO created environmentalism and the peace movement", *Executive Intelligence Review*, 15/6/1982.

governa a si próprio, bem como a sua relação com a natureza. O que se necessita é uma nova forma de "gerenciamento de crises" e planejamento.

Em outro livro, The *Human Quality* (A qualidade humana), Peccei repete os argumentos do príncipe Philip, fundador do WWF, ao afirmar que "o homem tem uma opinião muito elevada sobre si mesmo - o homem é parte da natureza e é apenas um animal que, por sua arrogância, coloca a natureza em perigo e, portanto, deve aceitar sua subserviência em relação à natureza".[15]

Mais tarde, em *Cem páginas para o futuro*, ele diria: "Será que foi então num impulso de criatividade ou num momento de desvario que a Natureza produziu sua última grande espécie, que chamamos de homo sapiens? Será ele sua obra-prima, ou, pelo contrário, um refugo que escapou às triagens da seleção imediata e foi provisoriamente admitido no turbilhão da vida? E acabará esta por eliminá-lo se ele for de encontro a muitas outras espécies ou se enfraquecer-se biologicamente? São questões que se tornam cada vez mais controvertidas."[16]

O Clube de Roma e os "limites do crescimento"

A criação do Clube de Roma, em 1968, resultou diretamente das deliberações das conferências da OTAN e da OCDE. Para presidi-lo, foi eleito Aurelio Peccei, que ocuparia o cargo até a sua morte, em 1984. Outro de seus fundadores foi o Dr. Alexander King, o principal responsável pela elaboração das "reformas educacionais" na OCDE. Sintomaticamente, a reunião de fundação do Clube foi realizada na propriedade da família Rockefeller, em Bellagio, Itália.

Desde a sua fundação, o Clube de Roma tem atuado ativamente como o principal centro de difusão da ideologia malthusiana do "crescimento zero". Em 1972, o Clube publicou o seu primeiro relatório, o célebre *Limites do crescimento*, que recebeu ampla divulgação mundial, sendo publicado em dúzias de idiomas. O relatório, resultante de um estudo baseado num modelo computadorizado elaborado por uma equipe de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), pretendia demonstrar a impossibilidade de um crescimento econômico permanente devido à "escassez de recursos". Diz o texto:

---

15 Club of Life / White Paper, *The Club of Rome – The Malthusian Menace Today*. February 1983.
16 Aurelio Peccei, *Cem páginas para o futuro*. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

Se as atuais tendências de crescimento da população mundial - industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais - continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população como da capacidade industrial.[17]

Tal conclusão foi obtida, entre outros artifícios, com a fraude malthusiana de considerar uma base tecnológica fixa. Posteriormente, o truque foi admitido pelo próprio Peccei, sob o argumento de que as nações industriais do Ocidente necessitavam de um "tratamento de choque", que era o objetivo do estudo. A mesma orientação seria mantida nos documentos subseqüentes divulgados pelo Clube.

Em uma entrevista publicada na revista *Executive Intelligence Review (EIR)*, em 23 de junho de 1981, Alexander King fala abertamente sobre as articulações que levaram às "reformas educacionais" e à fundação do Clube de Roma:

> Eu fui diretor-geral e, depois, secretário-geral da OCDE. Lá, conversei muito com um economista dinamarquês, Thorkil Kristensen. O Clube de Roma se originou de um sentimento de que o crescimento pelo crescimento não era uma boa coisa... No período em que isso estava acontecendo, Thorkil Kristensen escreveu um artigo para o Conselho de Ministros da OCDE sobre os problemas da sociedade contemporânea. Os ministros o discutiram - antes da agitação estudantil. O que foi discutido foi a questão da inquietação educacional, a questão da necessidade de profundas reformas educacionais para tornar a juventude mais sintonizada com o que estava acontecendo, muito mais sintonizada com as realidades da sociedade. As discussões levantaram a questão da destruição ambiental, a questão da alienação do indivíduo, rejeição da autoridade e outros temas do gênero. Tudo isto surgiu ao mesmo tempo... Foi nessa época que Kristensen e eu entramos em contato com Aurelio Peccei. Na verdade, o Clube de Roma nasceu dentro da OCDE, em torno dessas preocupações.

Prosseguindo, King fala sobre os apoios recebidos:

> A Fundação Ford nos ajudou muito na OCDE. Nós iniciamos um centro para inovação educacional, fora do orçamento normal, que foi financiado metade pela Fundação Ford e metade por empresas industriais, especialmente a Royal Dutch Shell... O início do Clube de Roma foi aí.

---

17 Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III, *Limites do crescimento*, Editora Perspectiva, São Paulo, 2ª ed., 1978.

Em outra entrevista à revista (*EIR*, 27/5/1980), o então secretário-geral do Clube de Roma, Maurice Guernier, fala com idêntica desenvoltura sobre a atuação da organização:

> **P**: Vocês têm tido muitos problemas com a aceitação de suas idéias?
>
> **R**: O grande problema é o líder nacional de um país. Por definição, um chefe de Estado é altamente nacionalista; ele não está disposto a submeter o interesse nacional de seu país a um compromisso mais elevado... Nós temos um grupo de chefes de Estado que está muito próximo do Clube de Roma. Por exemplo, Pierre Elliot Trudeau, no Canadá, Olof Palme, na Suécia... (Bruno) Kreisky, na Áustria... Mas o nosso problema ainda é um problema de poder. A nossa chave para o poder é o movimento ecologista, os partidos ambientalistas. O Clube de Roma começou estes partidos. O movimento ecológico, esses partidos, são muito úteis para nós, porque eles transcendem fronteiras, porque englobam tanto a esquerda, como a direita e, também, o centro. As pessoas não acreditam nos políticos, mas elas acreditam nos ambientalistas. Se o movimento ecologista for bem administrado, com pessoal bom... então, vocês verão populações inteiras começando a mudar suas idéias sobre muitas coisas e, então, os chefes de Estado também terão que mudar as suas idéias.

Em um documento mais recente, denominado *A primeira revolução global*, escrito em 1991 por Alexander King e Bertrand Schneider (então secretário-geral da entidade), os "zerocrescimentistas" do Clube de Roma chegam ao cerne da questão, ao afirmar:

> Na busca de um novo inimigo para unir-nos, chegamos à idéia de que a poluição, a ameaça do aquecimento global, a escassez de água, a fome e coisas do gênero preencheriam este papel... Todos estes perigos são causados pela intervenção humana... O inimigo real, então, é a própria Humanidade."[18]

O MOVIMENTO AMBIENTALISTA DECOLA

Na virada dos anos 60-70, com as diretrizes básicas estabelecidas, os mentores do ambientalismo partiram para a sua institucionalização nas políticas de governo e transformação num movimento de massas. Um ponto de inflexão neste processo foi a aprovação, em 1969, da Lei de Política Ambiental Nacional (NEPA) pelo Congresso dos EUA, da qual resultou a

---

18 Alexander King e Bertrand Schneider, *The First Global Revolution*. Pantheon Books, New York, 1991.

criação da Agência de Proteção Ambiental (EPA), o primeiro organismo ambiental governamental com poderes restritivos do mundo. Assim como havia ocorrido com a criação do Sistema da Reserva Federal, em 1913, a grande maioria dos congressistas não se deu conta das implicações de sua decisão. O mesmo não ocorreu com o autor do projeto de lei, deputado Lynton Caldwell, um ambientalista profundamente imbuído da necessidade de redução da população dos EUA. Segundo ele,

> Este país estaria melhor com um bocado menos de gente. Nós deveríamos promover uma taxa de crescimento 'subzero'... Eu concordo com Paul Ehrlich (autor do livro "A bomba de população" e um dos "gurus" do movimento ambientalista) quando ele diz que estaríamos melhor com a metade do número de pessoas neste país. Cem milhões seriam bem melhor que 200 milhões.[19]

Em paralelo com a aprovação da NEPA, o *Establishment* oligárquico estadunidense, com a família Rockefeller à frente, ensejou e financiou a criação de ONGs especificamente dedicadas a invocar a nova legislação em uma série de ações legais contra setores avançados da indústria estadunidense Entre elas, destacam-se o Natural Resources Defense Council (NRDC) e o Environmental Defense Fund (EDF).

A primeira vítima do esquema foi o DDT, alvo de várias investidas judiciais do NRDC e do EDF e cujo banimento pela EPA, em abril de 1972, assentaria o padrão para as campanhas ambientalistas que se seguiriam: acusações cientificamente infundadas, propaganda alarmista disseminada pela mídia e decisões políticas por parte dos órgãos regulamentadores pertinentes. Anos depois, o administrador da EPA responsável pelo banimento do DDT, William Ruckelshaus, admitiu que sua decisão tinha sido eminentemente "política"[20]. Não surpreendentemente, Ruckelshaus, que dirigiu a EPA em dois períodos (1970-73 e 1983-84), se tornaria um destacado "executivo" do movimento ambientalista internacional. Em 1983, foi selecionado para integrar a célebre Comissão Brundtland.

Um personagem-chave para esse esforço foi o magnata do petróleo Robert O. Anderson, presidente da Atlantic Richfield Oil Corporation e do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos. Sob a direção de Anderson,

---

19 Executive Intelligence Review, *Profile of the Environmentalist Conspiracy* 1965-1980, New York, s/d.

20 Dixy Lee Ray e Lou Guzzo, *Trashing the Earth: How Science Can Help Us Deal with Acid Rain, Depletion of the Ozone, and Nuclear Waste (Among Other Things)*, Regnery Gateway, Washington, 1990 (edição brasileira: *Sucateando o planeta*, Ed. Expressão e Cultura, São Paulo, 1992).

este último se transformou no que foi talvez a mais importante plataforma de lançamento para a popularização da ideologia "verde". Em seu conselho diretor, tinham assento indivíduos que desempenharam papéis cruciais na "mudança de paradigma cultural" induzida pela oligarquia anglo-americana, como o ex-secretário de Defesa dos EUA e futuro presidente do Banco Mundial Robert McNamara, a antropóloga Margaret Mead e outros.

Na primavera de 1969, Anderson trocou a Presidência do Instituto Aspen pela do conselho de curadores da entidade. Para sucedê-lo, nomeou Joseph Slater, ex-diretor de programas da Fundação Ford, que levou com ele Thomas Wilson, um ex-funcionário do Departamento de Estado, para dirigir o programa ambiental do Instituto. Sob a coordenação de Slater, Wilson preparou um estudo sobre as perspectivas de criação de organizações ambientalistas, o qual foi publicado no livro *The Environment: Too Small a View* (O meio ambiente: uma visão muito estreita).

Ao mesmo tempo, Slater trabalhava nos bastidores da Organização das Nações Unidas (ONU) para que a entidade promovesse uma conferência internacional sobre o meio ambiente. Com o apoio do embaixador sueco na ONU, Sverker Ostrom, a proposta foi aprovada pela Assembléia Geral em 1970, mas apenas depois de superar uma forte oposição dos representantes dos países subdesenvolvidos, que já suspeitavam de que as preocupações ambientais poderiam implicar em obstáculos ao seu desenvolvimento econômico. Um dos países mais ativos nesta oposição era, precisamente, o Brasil, que, em Estocolmo, chegou a referir-se oficialmente à "filosofia calvinista que inspira os países desenvolvidos".[21]

A Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em junho de 1972, introduziu a temática ambiental no cenário das relações internacionais, abrindo o caminho para a elaboração da série de tratados internacionais que se tornaria uma das marcas registradas do impulso ambientalista. O secretário-geral da Conferência foi o empresário canadense Maurice Strong, também membro do Instituto Aspen, que viria a tornar-se uma das principais personalidades do movimento ambientalista (em 1992, Strong seria também o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a chamada Rio-92). O principal assessor de Strong na preparação do conclave foi Thomas Wilson.[22]

---

21 Ramón Tamames, *Ecología y desarrollo: La polémica sobre los límites al crecimiento*. Alianza Editorial, Madrid, 1980.

22 Para mais detalhes sobre o papel crucial que Strong viria a desempenhar no movimento ambientalista, ver Elaine Dewar, *Cloak of Green* (James Lorimer, Toronto, 1995), principalmente os capítulos 18 e seguintes.

Como parte dos preparativos para a Conferência de Estocolmo, em 1971, Slater ajudou a criar em Londres o Instituto Internacional para Assuntos Ambientais (IIEA), depois renomeado Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED), que atuava em estreita coordenação com o Instituto Aspen. Entre os seus membros fundadores, encontravam-se Thomas Wilson, Robert O. Anderson, Maurice Strong, Robert McNamara, o futuro ministro do Interior britânico Roy Jenkins e a escritora inglesa Barbara Ward.

Com verbas da Fundação Ford e do Banco Mundial, o IIEA patrocinou a elaboração de um libelo pró-ambientalista a ser divulgado como documento oficioso da Conferência de Estocolmo. Para escrevê-lo, foram destacados Barbara Ward e o biólogo estadunidense René Dubos, da Universidade Rockefeller. O documento, que resultou no livro *Uma Terra somente*, foi publicado em 15 idiomas e se tornou um dos "clássicos" do ambientalismo. A "mensagem" do livro pode ser sintetizada no seguinte trecho:

> Em resumo, os dois mundos do homem: a biosfera, que herdou, e a tecnosfera, que criou, estão desequilibrados e de fato potencialmente em profundo conflito. E o homem está no meio. Esta é a conjuntura da História em que nos encontramos: a porta do futuro abrindo-se para uma crise mais brusca, mais global, mais inevitável e mais desconcertante do que qualquer outra já defrontada pela espécie humana que tomará forma decisiva dentro do lapso de vida das crianças que já nasceram.[23]

Um resultado direto da Conferência de Estocolmo foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cujo primeiro diretor foi Maurice Strong.

Nos EUA, Robert O. Anderson financiou diretamente a criação do movimento ambientalista de massas, virtualmente a partir do zero. De seu bolso, saíram 200.000 dólares para a realização do "Dia da Terra", em 22 de abril de 1970, a primeira manifestação popular contra a "destruição do meio ambiente" no país, que contou com a participação de dezenas de milhares de estudantes, recrutados entre as hostes da "Nova Esquerda" infestadas pela contracultura.

Ao mesmo tempo, os contatos do Instituto Aspen na mídia estadunidense asseguravam a publicidade necessária para o lançamento das carreiras de alguns dos que viriam a tornar-se os "gurus" do ambientalismo

---

23 Barbara Ward e René Dubos, *Uma Terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. Edgard Blucher/Melhoramentos/Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

nas décadas seguintes, como Ralph Nader, Paul Ehrlich, Barry Commoner, Kenneth Boulding, Dennis Hayes e outros.

Com outra doação de 200.000 dólares, Anderson garantiu a criação dos Amigos da Terra (Friends of the Earth), uma das primeiras entre as milhares de ONGs que viriam a formar as "tropas de choque" do movimento ambientalista. Numa amostra sintomática dos interesses ideológicos envolvidos na promoção do ambientalismo, vários dos principais fundadores dos Amigos da Terra foram recrutados entre os quadros dos Federalistas Mundiais e dos Cidadãos Planetários. Estes últimos foram criados no pós-guerra como centros de difusão do ideário do "Governo Mundial", por ideólogos oligarcas como Bertrand Russell, H.G. Wells e o mentor de Anderson, o reitor da Universidade de Chicago Robert M. Hutchins, um fanático proponente do "crescimento zero".

A combinação da "generosidade" das fundações oligárquicas com a ampla massa de manobra proporcionada pelas fileiras da "Nova Esquerda", desorientadas pela contracultura e pelos programas de "engenharia social" do *Establishment* anglo-americano proporcionou uma sólida base de apoio para a decolagem do movimento ambientalista. O conluio de interesses pode ser avaliado pela confrontação de duas citações oriundas dos dois campos. A primeira é do jornal *Militant*, um mensário publicado por grupos esquerdistas estadunidenses, em novembro de 1968:

> O que nos falta é uma geração nova, irracional, do sexo, da violência, da irreligião... Uma geração que saiba queimar os papéis militares, os seus dólares, os seus diplomas... Que se embale com música, droga, LSD... para, enfim, redefinir a realidade.[24]

A segunda é de um artigo publicado um mês depois, na edição de 14 de dezembro de 1968 da revista *Saturday Review*, pelo magnata John D. Rockefeller III:

> Eles dão provas de uma tenacidade que faltava no passado... O meu instinto me diz que a maior parte dos atos, ou das declarações destes jovens são fundamentalmente bons e razoáveis... Em vez de nos atormentar quanto aos meios de parar a revolução desta juventude, nós deveríamos procurar, pelo contrário, ajudá-la... Uma ocasião única se nos oferece de lhes levar a nossa experiência e o nosso dinheiro.[25]

---

24 P.F. de Villemarest e Danièle Faillant, *História secreta das organizações terroristas*. Otto Pierre Editores, Rio de Janeiro, 1979.

25 Id.

Em seu relato autobiográfico de 1987, *The Power of Reason* (O poder da razão), Lyndon LaRouche assim descreve o fenômeno:

> Na ocasião (junho de 1968), nós sabíamos que a Nova Esquerda não era de maneira alguma um fenômeno sociológico, mas um projeto coordenado internacionalmente criado de cima para baixo por agências de inteligência, com a participação da Liga para a Democracia Industrial nos EUA e do aparato da Internacional Socialista. Imbuída de um pacote de contracultura de rock-drogas-sexo introduzido pelas agências organizadoras, o cerne da Nova Esquerda já era um movimento amplamente fascista em construção.[26]

Em outro trecho, LaRouche, cuja organização política se originou na mesma época, descreve a guinada da "Nova Esquerda" para o ambientalismo:

> Alguns associados, baseados em Filadélfia e na Universidade Cornell, vieram com a sugestão de que a nossa orientação estava errada. Eles disseram que o 'movimento' estava se movendo numa nova direção e que, se não nos orientássemos para ela, corríamos o risco de perder o bonde. Essa 'nova direção' era o 'movimento ecologista'. Os proponentes dessa orientação acrescentavam que haviam recebido informações sigilosas de círculos bancários não mencionados, sugerindo que nos movêssemos para a base dessa empreitada emergente.[27]

Na maioria dos demais países, o fenômeno ambientalista assumiria caráter idêntico.

O "VÍRUS AMBIENTALISTA" SE ESPALHA PELA EUROPA

Na Europa, a disseminação do "vírus ambientalista" foi em grande medida proporcionada pelos esforços conjugados de um grupo de famílias oligárquicas anglo-holandesas, que se entrelaçam nos conselhos administrativos de grandes conglomerados empresariais como a Royal Dutch Shell, Unilever e outros. Historicamente, esta aliança anglo-holandesa tem sido o eixo de poder econômico mais importante do continente europeu desde a ascensão da Casa de Orange ao trono inglês, em 1688. Tradicionalmente, estas empresas têm patrocinado ativamente os esforços para a instrumentalização política do malthusianismo e do ambientalismo.

---

26 Lyndon LaRouche, *The Power of Reason: 1988*. Executive Intelligence Review, Washington, 1987.
27 *Id.*

Nesse esquema organizativo, coube um papel destacado à família Rothschild, cujo interesse pelas causas "conservacionistas" vem pelo menos desde a sua participação, juntamente com Theodore Roosevelt, na aventura amazônica do Bolivian Syndicate, no início do século. Lorde Victor Rotchschild, alto executivo da Royal Dutch Shell e membro do serviço de inteligência britânico, foi, juntamente com Alexander King, um dos coordenadores da política "educacional" destinada a preparar a opinião pública européia para a difusão e aceitação da ideologia ambientalista.

A operação, amplamente financiada pela Shell, foi dirigida a partir da Sociedade Européia de Cultura de Amsterdan, outra criação de Julian Huxley. A sociedade organizou o "Projeto Europa-2000", de cujas recomendações foi estabelecido, no início dos anos 70, o Instituto para a Política Européia de Meio Ambiente. Este, juntamente com o IIED e organizações coligadas dos EUA, como o Instituto Aspen e as fundações Ford e Rockefeller, têm sido das mais ativas instituições envolvidas na elaboração da "agenda verde global". Este esforço foi a contrapartida européia para a realização da Conferência de Estocolmo, em junho de 1972.[28]

Além da Conferência de Estocolmo, o ano de 1972 foi também assinalado pela divulgação de três famosos manifestos ambientalistas: o relatório *Blueprint for Survival* (Roteiro para a sobrevivência)[29] , editado pela revista inglesa *The Ecologist*, dirigida por Edward Goldsmith e patrocinada conjuntamente pelo irmão deste, sir James Goldsmith e por lorde Victor Rothschild; a "Carta Mansholt", redigida pelo então secretário da Comissão da Comunidade Européia, o francês Sicco Mansholt, igualmente um protegido de lorde Rothschild; e o já mencionado relatório do Clube de Roma, *Limites ao crescimento*.

Os três documentos batem na mesma tecla: a impossibilidade de expansão contínua da sociedade industrial e da população do planeta. O seguinte trecho de *Blueprint for Survival* é significativo: "É necessário e inevitável mudar radicalmente porque os aumentos de população e de consumo per capita, atualmente verificados, ao desequilibrarem os sistemas ecológicos e defraudarem os recursos estão a minar os alicerces da própria sobrevivência."

Por sua vez, Sicco Mansholt tornou-se um dos principais líderes intelectuais do "ambientalismo" europeu, tendo sido, também, um dos

---

28 Executive Intelligence Review, *European Terrorism: The Soviets' Pre-War Operations*, New York, 1985.

29 Edward Goldsmith *et alii*, *Como vamos sobreviver*. Seara Nova, Lisboa, 1977.

incentivadores da criação do Clube de Roma, em 1968. Mansholt foi um dos primeiros promotores do aumento dos poderes das organizações supranacionais para debelar as supostas crises mundiais do meio ambiente e da escassez dos recursos naturais, cuja responsabilidade atribuía ao crescimento populacional. Não por coincidência, mais tarde, sob sua direção trabalharia Petra Kelly, antes de tornar-se líder do Partido Verde alemão, nos anos 80.

As idéias de Mansholt foram largamente adotadas pelas lideranças da Internacional Socialista, como ficou patenteado pelo endosso de François Mitterrand à "Carta Mansholt" e, mais tarde, nas propostas da Comissão Brandt.[30] Isto evidencia, em parte, que Mitterrand e seu chanceler Michel Rocard não cometeram um mero deslize diplomático ao exigirem do Brasil, na Conferência de Haia, em março de 1989, a "renúncia a parcelas de soberania" para facilitar a solução de problemas ambientais. Tal preceito constitui um elemento fundamental da estratégia da oligarquia européia e de seus títeres na Internacional Socialista.

A "DESINTEGRAÇÃO CONTROLADA DA ECONOMIA"

Até o início da década de 70, essas propostas oligárquicas ainda não haviam ganho preponderância dentro das estruturas governamentais da maioria dos países da OCDE. Foi a demolição do sistema de Bretton Woods, desorganizando as cadeias produtivas e os fluxos comerciais em escala global, que proporcionou à oligarquia anglo-americana as condições para o planejamento de uma reorganização do cenário mundial de acordo com os seus propósitos hegemônicos. Neste contexto, foi determinante a criação da Comissão Trilateral, em 1973, por iniciativa da família Rockefeller, com o objetivo de atrair as elites empresariais e políticas do Japão - cujo poderio econômico não podia mais ser ignorado - para as suas maquinações estratégicas. A ascensão de Jimmy Carter à Presidência dos EUA, em 1977, que representou a consolidação política de todas aquelas diretrizes oligárquicas no país mais poderoso do mundo, resultou de um projeto gestado diretamente no interior do CFR e da Comissão Trilateral.

---

30 Independent Commission on International Development Issues under the Chairmanship of Willy Brandt, *North-South: A Programme for Survival*. Pan Books, London, 1980.

A intervenção do CFR na agenda ambiental ficou explícita com o artigo do diplomata George Kennan, intitulado "Para evitar um desastre mundial", publicado na edição de abril de 1970 da revista da organização, *Foreign Affairs*. No artigo, Kennan, um dos mais importantes estrategistas do *Establishment* estadunidense, particularmente quanto à formulação da política exterior, enfatiza três pontos:

• a crise ambiental representa uma ameaça global tão grande que ameaça a vida na Terra;

• a crise deveria ser controlada por uma parceria entre governos e empresariado, operando sob a supervisão de uma super-agência ambiental mundial;

• parte dos recursos necessários para esse esforço deveriam provir dos orçamentos de defesa nacional.[31]

Para o planejamento da reorganização pretendida, foram estabelecidas duas iniciativas paralelas. Uma delas, em 1973, simultaneamente com a criação da Comissão Trilateral, foi o "Projeto dos Anos 80", uma força-tarefa organizada pelo CFR com o objetivo de elaborar diretrizes de governo nos campos estratégico, econômico e social, visando a promoção de uma "desintegração controlada da economia mundial". Entre os seus organizadores, estavam Zbigniew Brzezinski, Cyrus Vance e outros indivíduos que, posteriormente, ocupariam importantes cargos na cúpula do Governo Carter.

A outra empreitada foi a "Força-Tarefa para a Agenda Ambiental", patrocinada pelo Fundo dos Irmãos Rockefeller (Rockefeller Brothers Fund), com o objetivo de elaborar um documento de consenso do movimento ambientalista sobre temas como energia, controle demográfico, poluição, recursos naturais e agricultura. O documento resultante do esforço, intitulado *The Unfinished Agenda* (A agenda inacabada), foi publicado em 1977 e recomendava uma série de medidas que representavam uma degradação deliberada dos setores intensivos em tecnologia da economia dos EUA, com a conseqüente imposição de um regime de "crescimento zero", coerente com as sugestões explícitas dos relatórios do Clube de Roma.

Entre outras recomendações, a *Agenda inacabada* sugeria:

• estabelecer a redução populacional como meta nacional;

• promover uma política de esterilização feminina no Terceiro Mundo;

---

31 Michael S. Coffman, *Saviors of the Earth? The Politics and Religion of the Environmental Movement*. Northfield Publishing, Chicago, 1994.

• imposição de fortes restrições à imigração para os EUA, especialmente a proveniente dos países pobres;

• vincular a ajuda alimentícia aos países pobres a metas de redução das taxas de natalidade;

• reduzir a intensidade energética da agricultura estadunidense;

• eliminar a utilização de fertilizantes e pesticidas na agricultura;

• eliminar a fissão nuclear como fonte energética;

• fomentar o uso de fontes energéticas de pequena escala.

Na conclusão, o coordenador do relatório, Gerald O. Barney, admite abertamente que o objetivo do projeto e do movimento ambientalista não é resolver o problema de recursos escassos, mas promover uma mudança de valores na sociedade, afastando-a do compromisso com o progresso:

> Aqueles que vivem no ambiente comum do planeta estão agora experimentando a transição da abundância para a escassez. Os desafios imediatamente à frente não são os limites físicos ao crescimento, mas o desafio de uma grande transformação nos valores humanos.[32]

Em paralelo com essas iniciativas, o Governo dos EUA elaborava a sua própria pauta malthusiana. Sob a orientação de Henry Kissinger, o Conselho de Segurança Nacional trabalhava no que viria a ser o famigerado documento *National Security Study Memorandum 200*, mais conhecido como *NSSM-200*, intitulado "Implicações do crescimento populacional mundial para a segurança e os interesses externos dos EUA". O tema central do estudo era o impacto do crescimento demográfico dos países em desenvolvimento sobre a utilização de recursos naturais de interesse para a economia dos EUA. Como recomendação, o estudo sugere a adoção de uma política de contenção do crescimento demográfico em 13 países-chave, entre eles o Brasil[33] - o que foi efetivado com o apoio de agências oficiais como a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e "entidades privadas" como a Federação Internacional de Paternidade Planejada (IPPF), controlada pela família Rockefeller. O *NSSM-200* foi o primeiro passo do Governo estadunidense para "oficializar" o malthusianismo como política.[34]

---

32 EIR, *Profile of the Environmentalist Conspiracy 1965-1980*.

33 Os demais países eram: Bangladesh, Colômbia, Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Tailândia e Turquia.

34 National Security Concil, *Implications of Worldwide Population Growth for U.S. Security and Overseas Interests*. National Security Study Memorandum 200, Washington D.C., december 10, 1974

O passo seguinte foi a elaboração do relatório *Global 2000*, pelo Governo Carter. Sintomaticamente, o coordenador-geral do trabalho foi Gerald O. Barney, escolhido pelo seu desempenho à frente da *Agenda inacabada* dos Rockefeller. Publicado no início de 1980, pouco antes de Carter deixar a Presidência, o relatório recebeu uma ampla divulgação mundial e foi publicado em vários idiomas. Entretanto, ao contrário dos manifestos malthusianos anteriores, como *Limites do crescimento* e a *Agenda inacabada*, o relatório *Global 2000* abandona qualquer pretensão "científica" de demonstrar a inviabilidade do crescimento econômico e da industrialização mundial. Em vez disto, trata-se de uma aberta "declaração de intenções" para reduzir as taxas de desenvolvimento econômico e crescimento demográfico, por meio da elaboração de diretrizes políticas específicas, nas áreas de investimento de capital, planejamento econômico, agricultura, energia e pesquisa científico-tecnológica. Com o relatório, que explicita as até então secretas metas delineadas no *NSSM-200*, a reversão do impulso de progresso passa a ser uma política deliberada do Governo dos EUA. Neste contexto, ele representa uma confluência oficializada das diretrizes do "Projeto dos Anos 80" e da *Agenda inacabada*.

Para que ninguém precisasse ler as suas mais de 1.500 páginas, em dois volumes e tipo pequeno, os autores do *Global 2000* resumiram as suas principais conclusões logo no início do texto:

> Se as atuais tendências continuarem, no ano 2000, o mundo estará mais lotado, mais poluído, menos ecologicamente estável e mais vulnerável à desagregação do que o mundo em que vivemos hoje. Claramente visíveis à frente estão sérias tensões envolvendo a população, os recursos e o meio ambiente. A despeito da maior produção material, as pessoas do mundo serão de várias maneiras mais pobres do que são hoje.
>
> Para centenas de milhões entre os desesperadamente pobres, as perspectivas de alimentação e outras necessidades da vida não serão melhores. Para muitos, elas serão piores. Salvo por avanços tecnológicos revolucionários, para a maioria das pessoas a vida na Terra será mais precária em 2000 do que hoje - a menos que as nações do mundo atuem decisivamente para alterar as presentes tendências.[35]

Praticamente todos os "problemas" que hoje configuram a agenda malthusiana-ambientalista foram levantados no relatório: superpopulação, deterioração das terras agricultáveis, escassez de recursos naturais, inclusive de água, desmatamento, extinções de espécies animais e vegetais,

---

35 Gerald O. Barney (Study Director), *The Global 2000 Report to the President: Entering the Twenty-First Century*. Penguin Books, Middlesex, Vol. 1.

chuva ácida, aquecimento global, desgaste da camada de ozônio etc. Igualmente, o relatório introduz o conceito de "capacidade de suporte do planeta", que, posteriormente, seria desenvolvido pela Comissão Brundtland.

Mas a principal recomendação do relatório se referia ao papel de liderança que os EUA deveriam assumir no processo de conduzir o mundo ao pesadelo malthusiano idealizado pelo *Establishment* oligárquico:

> As mudanças necessárias vão muito além da capacidade e responsabilidade desta ou de qualquer outra nação individual. É essencial uma era de cooperação e compromissos sem precedentes. Porém, há oportunidades - e fortes motivos - para que os Estados Unidos proporcionem a liderança entre as nações. Para esta Nação, deve ser uma alta prioridade uma profunda avaliação das suas políticas externas e domésticas referentes aos assuntos de população, recursos e meio ambiente. Possuindo a maior economia do mundo, os Estados Unidos podem esperar que suas políticas tenham uma significativa influência nas tendências globais... Cooperação adicional entre as nações é também necessária para reforçar os mecanismos internacionais para a proteção e utilização das 'áreas comuns globais' - os oceanos e a atmosfera.[36]

Por outro lado, seus autores não ocultam as suas intenções de direcionar o mundo para um rumo que assegure as pretensões hegemônicas da oligarquia:

> O modelo (usado no relatório) também assume que o sistema econômico existente e as instituições e instalações financeiras associadas são fundamentalmente positivas... Esses pressupostos podem parecer implicar que as recentes demandas dos Países Menos Desenvolvidos por uma nova ordem econômica não serão preenchidas. O (modelo) Simlink não foi projetado para analisar este assunto... Uma Nova Ordem Econômica semelhante envolveria grandes mudanças na estrutura da indústria mundial, uma nova divisão internacional do trabalho e uma dramática mudança na influência relativa do mundo ocidental no sistema econômico internacional.[37]

Como se percebe, os "engenheiros sociais" do *Establishment* sabem exatamente o que querem.

---

36 Gerald O. Barney, *op. cit.*

37 *Id.*, Vol. II.

O "Futuro Comum":
MALTHUSIANISMO E LIVRE COMÉRCIO

A despeito dos ingentes esforços que resultaram na confecção do relatório *Global2000*, o advento do Governo de Ronald Reagan, em 1981, representou um obstáculo momentâneo para os planos oligárquicos de colocar os EUA na liderança da agenda ambientalista global. Em grande medida, isto se deu por conta da decidida atuação do secretário James Watt à frente do Departamento do Interior (ao qual é subordinado a EPA), no qual se mostrou um osso duro de roer para o fanatismo regulamentador dos ambientalistas[38]. Assim, a cúpula do movimento ambientalista decidiu concentrar seus esforços no âmbito das Nações Unidas.

O grande passo seguinte para o aprimoramento da "agenda ambiental" foi a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelecida pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1983. O objetivo principal da Comissão, que ficou mais conhecida pelo nome da sua principal coordenadora, a ex-primeira-ministra norueguesa Gro-Harlem Brundtland, foi a consolidação do conceito de "desenvolvimento sustentável", que se tornaria a pedra de toque do discurso ambientalista, a partir da publicação do relatório oficial da Comissão, em 1987, denominado *Nosso futuro comum.*

Em sua essência, o conceito não constitui novidade, pois representa tão-somente uma retomada, sob nova roupagem, do conceito de "crescimento limitado" defendido anteriormente pelo Clube de Roma, com seus informes alarmistas sobre os "limites ao crescimento" e continuados, por um lado, pela Comissão Brandt e pelas teses "neofisiocráticas" do relatório *Global 2000.*

A herança malthusiana do conceito é manifesta, como se verifica na seguinte passagem de *Nosso Futuro Comum*: "O desenvolvimento sustentável é mais que crescimento. Ele exige uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matérias-primas e energia e mais eqüitativo em seu impacto". Em outra parte, lê-se: "Padrões de vida que estejam além do mínimo básico só são sustentáveis se os padrões gerais de consumo tiverem por objetivo alcançar o

---

38 Ron Arnold, *At the Eye of the Storm: James Watt and the Environmentalists.* Regnery Gateway, Chicago, 1982.

desenvolvimento sustentável a longo prazo. Mesmo assim, muitos de nós vivemos acima dos meios ecológicos do mundo, como demonstra, por exemplo, o uso da energia."

No mesmo parágrafo, os autores do relatório enfatizam a importância do fator cultural para a estratégia de promoção dos paradigmas malthusianos: "As necessidades são determinadas social e culturalmente e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro dos limites das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar."

Em outro trecho, a Comissão Brundtland torna ainda mais explícitos os seus pendores malthusianos: "A cada ano, aumento o número de seres humanos, mas permanece finita a quantidade de recursos naturais destinados ao sustento dessa população, à melhoria da qualidade de vida e à eliminação da pobreza generalizada."

Ou: "Um aumento populacional excessivo faz com que os frutos do desenvolvimento sejam repartidos por um número cada vez maior de pessoas, não permitindo que, em muitos países em desenvolvimento, os padrões de vida se elevem; é imperativo reduzir as atuais taxas de aumento populacional a fim de se atingir o desenvolvimento sustentável."[39]

A inspiração malthusiana do conceito de desenvolvimento sustentado foi claramente explicitada durante a Segunda Conferência Internacional da Indústria sobre Controle do Meio Ambiente (WICEM II), realizada em Rotterdam, Holanda, de 10 a 12 de abril de 1991, a qual reuniu mais de 700 representantes das maiores empresas industriais do mundo. A Declaração Final da conferência, assinada por mais de 200 dirigentes de empresas como a General Motors, Imperial Chemical Industries (ICI), DuPont, Bayer, Union Carbide e outras, enumera, como condições básicas para a adoção do desenvolvimento sustentado, a redução do crescimento populacional e a ampla adoção do livre comércio. As motivações básicas e as conclusões da conferência foram assim sintetizadas pelo jornal *Gazeta Mercantil* de 14/04/1991: "As mais poderosas companhias do Primeiro Mundo admitem agora publicamente e em conjunto que, se os seus próprios padrões de crescimento forem imitados pelo resto do mundo, o planeta não irá resistir muito tempo".

39 Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Nosso futuro comum*. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.

Duas semanas depois da conferência de Rotterdam, em visita ao Brasil, o príncipe Charles da Inglaterra ratificou esses princípios. Falando em São Paulo, em 24 de abril, para uma platéia de empresários, o príncipe de Gales também vinculou o desenvolvimento sustentado ao livre comércio e à limitação de recursos e da população. Segundo ele, "hoje está brutalmente claro - desde a publicação há quatro anos do relatório da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento intitulado *Nosso futuro comum* - que se continuarmos a produzir energia, a manufaturar, a praticar a agricultura e a pesca e a utilizar florestas do modo como fazemos hoje, e se a população do mundo continuar a crescer à taxa atual, reduziremos drasticamente as chances de prosperidade ou até mesmo de uma vida segura para as gerações vindouras".[40]

Por outro lado, o relatório da Comissão Brundtland não oculta a vinculação dos temas temas ambientais à limitação das soberanias nacionais. Em suas próprias palavras, "o conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômico, ambiental e de segurança. Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir de um centro nacional; o Estado-nação não basta quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multilaterais". Por conseguinte, o texto recomenda a criação de uma agência ambiental com poderes supranacionais, suplantando as soberanias dos diversos países e, ao mesmo tempo, alerta para as possibilidades de futuros conflitos em torno de disputas por recursos naturais ou de contencioso ambientais.

Evidentemente, a concretização de tais recomendações exigiria mudanças radicais nos atuais sistemas jurídico e financeiro internacionais, principalmente no que concerne à inclusão de "condicionalidades ambientais" na concessão de novos créditos aos países em desenvolvimento. Citando textualmente o relatório, "seria mais fácil a transição para o desenvolvimento sustentável se cada agência de assistência ao desenvolvimento e o FMI passassem a contar com um escritório de alto nível, com autoridade e recursos para assegurar que todos os projetos, políticas e condições de empréstimos apóiem o desenvolvimento sustentável".[41]

---

40 *Gazeta Mercantil*, 25/04/1991

41 Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *op. cit.*

De fato, essa recomendação vem sendo implementada ao pé da letra por intermédio da limitação dos créditos financeiros e a imposição de políticas econômicas monetaristas, tanto aos países em desenvolvimento como aos do Leste Europeu, por intermédio das agências financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras.

Nesse contexto, as objeções do Banco Mundial à concessão de créditos para grandes empreendimentos de infra-estrutura energética, como projetos de usinas hidrelétricas em vários países, observadas de forma crescente desde o final da década de 80, se enquadram na concretização das diretrizes da Comissão Brundtland.

Para coordenar a implementação de todo o esquema sugerido, a Comissão Brundtland propõe o reforço do papel das ONGs, como a UICN, além da criação de um "tribunal ambiental mundial" e de "um sistema bancário internacional" para financiá-lo, projetos que se encontram em fase de elaboração.

Após a divulgação do relatório da Comissão, com o objetivo de propagandear o conceito de "desenvolvimento sustentado", a ONU criou o Grupo de Trabalho de Ética, uma iniciativa conjunta com a UICN e o WWF.

O fim da Guerra Fria e a "guinada verde" do "condomínio" Leste-Oeste

A implementação das recomendações da Comissão Brundtland foi um dos temas centrais das negociações entabuladas entre o *Establishment* anglo-americano e a cúpula da *Nomenklatura* soviética, no intento de manter o status quo mundial, antes que os acontecimentos que se seguiram à queda do Muro de Berlim conduzissem à dissolução da URSS.

A cooperação Leste-Oeste no campo das questões globais do meio ambiente e recursos naturais vinha se dando desde os anos 60, com a participação soviética na criação do Clube de Roma e, particularmente, nas atividades do Instituto Internacional de Análise de Sistemas (IIASA), sediado em Laxenberg, Áustria. Posteriormente, em dezembro de 1987, o IIASA, a Universidade de Harvard e as academias de ciências da Suécia e da União Soviética reuniram-se para organizar o Projeto Internacional Geosfera-Biosfera (IGBP), em resposta às solicitações da Comissão Brundtland para estabelecer um sistema confiável de alerta antecipado de riscos e conflitos ambientais. Sintomaticamente, a organização do IGBP ficou a cargo de renomados malthusianos, como o seu primeiro diretor, o presidente da

Academia de Ciências da Suécia, Thomas Rosswall, para quem "a interferência do homem no meio ambiente é a maior ameaça ao futuro do planeta, só comparável a uma eventual guerra nuclear", conforme declaração publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 7 de março de 1989.

A adesão soviética à "agenda verde global" foi explicitada pelo então chanceler Eduard Shevardnadze, num discurso na ONU, em 27 de setembro de 1988: "Confrontadas com a ameaça de uma catástrofe ambiental, as linhas divisórias do mundo ideológico bipolar estão se desvanecendo. A biosfera não reconhece divisões em blocos, alianças ou sistemas... ninguém está em posição de edificar a sua própria linha de defesa ambiental independente e isolada". Em seguida, o chanceler soviético denominava o que considerava "os nossos aliados" na batalha para conter o "Apocalipse ambiental". Entre eles, alinham-se "o crescente movimento mundial Greenpeace... cientistas ambientais e políticos, crescentemente convertidos em ambientalistas... o que ficou evidenciado no recente apelo formulado pelo Movimento Pugwash... o relatório *Nosso Futuro Comum*, preparado pela Comissão Brundtland... a experiência que atesta a possibilidade de remover crescimentos corrosivos do corpo da Terra".

Em 7 de dezembro do mesmo ano, a dedicação ambiental soviética foi enfatizada pelo próprio Gorbachov, num discurso perante à Assembléia-Geral das Nações Unidas. Na ocasião, juntamente com um apelo ao desarmamento geral, Gorbachov afirmou que os problemas do meio ambiente e da população transformam "problemas nacionais ou regionais em problemas globais". No mesmo discurso, pediu o estabelecimento, no âmbito da ONU, de "um centro de assistência ambiental emergencial", para atuar em caso de grandes problemas ambientais nos diversos países. Anos depois, como presidente da Fundação Gorbachov, o ex-secretário-geral repetiria a idéia, propondo a criação de uma "Cruz Verde Internacional".[42]

Em 22 de fevereiro de 1989, o jornal *Pravda* saudou a "adesão da União Soviética à idéia da segurança ecológica no planeta", com um peculiar "recado" aos brasileiros: "Agora, mesmo no Brasil, onde o destino das reservas florestais da Amazônia era considerado assunto interno, ouvem-se vozes cada vez mais altas em apoio aos esforços coordenados no interesse de salvar estes pulmões do planeta."[43]

---

42 Executive Intelligence Review, *The greenhouse effect hoax: a world federalist plot*, Washington, 1989

43 Executive Intelligence Review, *O Brasil e os bastidores do "ecologismo" internacional*, Rio de Janeiro, 1991.

Outra evidência da cooperação Leste-Oeste nos temas ambientais foi proporcionada pelo já mencionado George Kennan, que, num artigo intitulado "Depois da Guerra Fria", publicado na *The New York Times Magazine* e reproduzido na edição de 11 de março de 1989 do jornal *O Estado de São Paulo*, admitia que, no setor ambiental, "há possibilidades ilimitadas de cooperação útil, mesmo entre governos tão diferentes em inspiração tradicional e ideológica como o americano e o soviético". No mesmo artigo, Kennan parafraseia os líderes soviéticos e endossa o sistema de soberanias limitadas, ao afirmar que "o meio ambiente não reconhece nenhuma fronteira nacional e, para se conseguir a máxima eficácia, os esforços nacionais devem ser suplementados pelos internacionais. Este fato está agora começando a ser amplamente reconhecido na Rússia tanto quanto aqui e movimentos ambientalistas estão germinando em toda a União Soviética".

A Trilateral "ecológica"

Uma das mais relevantes manifestações de peso em prol do estabelecimento do condomínio do poder Leste-Oeste se mostra no relatório publicado pela Comissão Trilateral em 1990, intitulado *Além da interdependência: a mescla da economia mundial e a ecologia terrestre*, cujo principal redator foi o secretário-geral da Comissão Brundtland, o canadense Jim MacNeill.

Logo nas primeiras páginas, o relatório apresenta o conceito do condomínio: "(A) *glasnost*, a *perestroika* e a avassaladora mudança nas relações Leste-Oeste abriram enormes oportunidades. Por mais de 40 anos, os assuntos mundiais foram dominados pelo contencioso entre o Leste e o Oeste. O objetivo de cada lado era conter a expansão do outro e tal objetivo foi perseguido às expensas de enormes custos em recursos humanos e financeiros e em oportunidades desperdiçadas. Mudanças recentes privaram cada lado de seu principal inimigo. Elas também aumentaram a possibilidade de (disposição) de significativos novos recursos financeiros para subscrever uma cooperação relevante entre as superpotências e seus aliados nos assuntos do meio ambiente e o desenvolvimento. Estes temas estão redesenhando os assuntos nacionais e internacionais e bem poderão tornar-se os temas preponderantes do próximo século."

Assim sendo, o relatório sinaliza: "As conexões entre recursos e segurança não estão mais limitadas aos clássicos fatores geopolíticos de localização, terra, minerais, passagens marítimas e outros corredores de transporte... a degradação ambiental e a diminuição dos recursos poderão, no futuro, representar focos muito mais importantes de conflitos humanos

e entre Estados nacionais. Isto já pode estar evidente na mudança dos conflitos de grande escala para o Sul. A maioria dos conflitos sérios durante os últimos 45 anos ocorreram no Sul e os ódios religiosos e raciais e disputas territoriais de longa data por detrás de muitos deles podem, muito bem, ter sido agravados pela destruição ambiental, a pobreza e o declínio econômico. Estes fatores poderiam, também, reforçar os focos potenciais de conflitos no futuro."

Demonstrando claramente a influência das idéias desenvolvidas pela Comissão Brundtland, *Além da interdependência* endossa integralmente o conceito de desenvolvimento sustentado e ressalta a importância do fator populacional, lamentando que "a menos que os países da OCDE e, em particular, os Estados Unidos, provenham um grandemente ampliado suporte político e financeiro para programas de população, é improvável que as atualmente insustentáveis taxas de crescimento populacional possam ser revertidas".

No tocante aos temas ambientais merecedores de um tratamento global, o relatório concede uma grande importância ao efeito estufa e à deterioração do ozônio estratosférico, atribuído a produtos químicos como os clorofluorcarbonos (CFCs). Para o tratamento eficaz destes problemas, a Comissão Trilateral introduz um conceito apenas esboçado nos trabalhos da Comissão Brundtland: as "barganhas globais" (*global bargains*). De acordo com a idéia, "o grupo de nações, desenvolvidas e em desenvolvimento, que se reunirem para acertar uma barganha, devem concordar em renunciar a alguma coisa (comumente uma linha de desenvolvimento num certo setor, a qual é insustentável e que representa uma ameaça a elas próprias ou a outras nações ou aos espaços globais de uso comum), de modo a obter outra coisa (incluindo os meios de buscar uma linha de desenvolvimento alternativa naquele setor, mais sustentável e menos ameaçadora). Quaisquer fatores podem ser apresentados para facilitar a negociação - outros temas, transferências de tecnologia, financiamentos especiais ou pressão política doméstica".

Como exemplo de aplicação do conceito, o relatório aponta os acordos estabelecidos sob a égide do Protocolo de Montreal (1987) e da Declaração de Helsinki (1989), para a eliminação dos CFCs, como "um dos mais promissores e um dos mais importantes do ponto de vista ambiental". A propósito, o relatório enfatiza a importância da inclusão dos países em desenvolvimento: "Alguns países em desenvolvimento, com enorme potencial de aumentar as emissões (de CFCs), não aderiram. Substitutos para virtualmente todos os usos dos CFCs estão ou estarão disponíveis, cuja tecnologia está sendo compartilhada entre algumas grandes multinacionais... Devido à natureza dos CFCs, extremamente danosa para a atmosfera, um grupo de nações industrializadas

e/ou companhias multinacionais deve tomar a liderança na negociação de barganhas entre países-chave do grupo em desenvolvimento, incluindo, no mínimo, a República Popular da China, o Brasil e a Índia."

Para os trilateralistas, "a participação ativa dos países em desenvolvimento é essencial para várias outras negociações em andamento, incluindo as relativas às mudanças climáticas" - assunto tratado nas reuniões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O IPCC, cujos integrantes, baseados na exacerbação da influência as atividades humanas - emissões de gases industriais, combustíveis fósseis, metano de origem agrícola e agropecuária etc. -, sobre o efeito estufa da atmosfera, defendem a adoção compulsória de políticas restritivas do uso destes combustíveis e outros presumidos contribuintes para o aquecimento global, medidas que acarretarão evidentes conseqüências negativas sobre o desenvolvimento econômico na maioria dos países, principalmente no setor em desenvolvimento.[44]

A "Nova Ordem Mundial" e a "agenda ambiental"

Desde o período 1989-91, que caracterizou o processo de desintegração da União Soviética, a oligarquia anglo-americana considerou que tinha chegado o momento de consolidar a idéia oligárquica do "governo mundial", sobre os escombros dos Estados nacionais soberanos. Neste contexto, coube ao presidente dos EUA George Bush, de mãos dadas com a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, anunciar ao mundo o advento de uma "Nova Ordem Mundial" - uma ordem imperial para impor um sistema de "livre comércio", "globalização" e malthusianismo sob diversas roupagens, entre elas o ambientalismo radical. O ponto de partida deste processo foi a impiedosa ação militar multinacional desfechada contra o Iraque, em 1991, que devastou esta nação.

A "Nova Ordem" se baseia em quatro diretrizes fundamentais:

1. O deslocamento dos conflitos mundiais do eixo Leste-Oeste para o eixo Norte-Sul.

2. A institucionalização do conceito de "soberania limitada" nas relações internacionais.

3. A imposição da "globalização" às economias de todo o mundo, com a disseminação de políticas neoliberais a praticamente todo o setor em desenvolvimento.

---

44 Jim Mac Neill, Peter Winsemius e Taizo Yakushiji, *Beyond Interdependence: The Meshing of The World's Economy and The Earth's Ecology*. A report to the Trilateral Comission, Washington D.C., April 1990.

4. A instituição de um regime de "apartheid tecnológico" aos países em desenvolvimento, restringindo-lhes o acesso às tecnologias avançadas, sob o pretexto de obstaculizar possíveis usos militares destas.

Nos dois primeiros itens, o fator ambiental tem desempenhado um papel destacado.

Com o chamado "fim da Guerra Fria", a confrontação entre as superpotências - EUA e URSS - passou a ser substituída pela ameaça de conflitos de natureza diversa, inclusive étnica e religiosa - como "prognosticado" por Samuel Huntington, veterano estrategista da Comissão Trilateral, no livro *O choque de civilizações*[45]-, bem como por questões demográficas, ambientais e ligadas a recursos naturais. Um significativo exemplo deste enfoque foi proporcionado pelo almirante inglês sir Julian Oswald, Primeiro Lorde do Almirantado, que, em entrevista ao jornal *Daily Telegraph*, em 28 de novembro de 1989, afirmou que a Inglaterra deveria manter intocado o seu poderio naval, mesmo com a diminuição ostensiva de uma ameaça soviética, devido a uma nova série de ameaças, inclusive o rápido crescimento populacional e os movimentos migratórios no Terceiro Mundo.

Nesse contexto, assume especial relevância a restruturação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para atuar como uma "força policial global", missão iniciada com a Guerra de Kosovo, em 1999, com a qual estabeleceu-se de fato um núcleo de poder supranacional à margem até mesmo do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após o conflito, ficou evidenciada a intenção do bloco anglo-americano de estender para o Leste a área de abrangência da OTAN, até a bacia do Caspio e a Ásia Central, com a visível intenção de controlar os ricos recursos naturais da região.

Em dezembro de 1999, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) e o jornal londrino *Financial Times* promoveram em Washington uma conferência denominada "Geopolítica da Energia no Século 21", na qual aquela região foi rotulada como "o Golfo Pérsico do século 21". Na ocasião, o veterano Zbigniew Brzezinski falou claramente sobre a estratégia: "A emergência dos Estados independentes na Ásia Central significa que, em alguns lugares, a fronteira sudeste russa foi empurrada mais de 1.600 km para o norte. Os novos Estados controlam agora vastos depósitos minerais e energéticos, que atrairão interesses estrangeiros."[46]

AFEGANISTÃO

45. Samuel P. Huntington, *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 1997.

46. Scott Thompson, "Lunatic Brzezinski's 'New Carter Doctrine'". *Executive Intelligence Review*, 24/12/1999.

A intenção de instrumentalizar a OTAN para travar conflitos por recursos naturais (e, eventualmente, por questões ambientais) vem sendo acompanhada desde o início da década de 90 por um "esverdeamento" das Forças Armadas e dos serviços de inteligência do eixo anglo-americano. Nos EUA, o Departamento de Defesa (Pentágono) criou uma bastante ativa Secretaria de Assuntos Ambientais. Além disto, a Agência de Inteligência de Defesa (DIA) e a Agência de Segurança Nacional (NSA), dois dos mais sofisticados braços do serviço de inteligência estadunidense, incluíram definitivamente os temas ambientais na sua pauta de operações.

A intenção de "militarizar" a questão ambiental está evidenciada no documento *United States Security Strategy for the Americas* (Estratégia de Segurança dos Estados Unidos para as Américas)[47], publicado pelo Pentágono em setembro de 1995, o qual enfatiza a contribuição que as Forças Armadas dos países do Hemisfério Ocidental poderiam dar à consolidação do "desenvolvimento sustentado". A mesma idéia foi ratificada pelo então subsecretário de Estado para Assuntos Globais dos EUA, Timothy Wirth, durante a Conferência de Segurança Ambiental do Hemisfério Ocidental, organizada pelo Pentágono, em Miami, em junho de 1997. Segundo ele, "a proteção dos recursos naturais é hoje um assunto legitimamente militar". Por conta disto, não surpreende que o general Patrick Hughes, diretor da DIA, tenha dito, numa conferência proferida em 9 de abril de 1998, no Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), que uma das hipóteses de conflito do Pentágono para as próximas duas décadas é uma intervenção na Amazônia brasileira, para evitar danos ambientais que possam, eventualmente, provocar impactos sobre os interesses estadunidenses.

Nesse cenário, não houve qualquer descontinuidade nas políticas seguidas por Washington e Londres, com a substituição de Bush e Thatcher por Bill Clinton e Tony Blair. Nos EUA, em particular, o Governo Clinton, especialmente em seu segundo mandato, a partir de 1997, acossado por uma série de escândalos fabricados pelos estrategistas do *Establishment*, concedeu o virtual comando da política externa do país a um grupo encabeçado pelo vice-presidente Al Gore Jr. Gore, que construiu grande parte de sua carreira política com uma exploração demagógica e oportunista do ambientalismo, é um malthusiano radical, como revela em seu já citado livro *Earth in the Balance*.

---

47 U.S. Department of Defense. *United States Security Strategy for the Americas*. Washington, September 1995.

Em paralelo com essas iniciativas, se a década de 70 foi a da popularização do ambientalismo, a de 90 ficaria marcada pela elevação do mesmo ao plano superior da formulação de políticas públicas e das relações internacionais. Isto foi obtido, principalmente, pela implementação de uma série de tratados internacionais envolvendo temas ambientais, como o Protocolo de Montreal para a Proteção da Camada de Ozônio, a Convenção Quadro de Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Outro elemento crucial para o processo foi a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a chamada Cúpula da Terra ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, da qual resultaram as convenções supracitadas e a chamada Agenda 21, um enorme conjunto de diretrizes destinado a introduzir o elemento ambiental, principalmente o conceito de "desenvolvimento sustentado", em praticamente todos os ramos das atividades humanas. A importância da conferência foi assim descrita por Elaine Dewar:

> Propagandeada como A Maior Cúpula do Mundo, a conferência do Rio era publicamente descrita como uma negociação global para reconciliar a necessidade de proteção ambiental com a necessidade de crescimento econômico. Os bem informados entendiam que havia outros objetivos, bem mais profundos. Estes envolviam a transferência de poderes regulamentadores nacionais para vastas autoridades regionais; a abertura de todas as economias nacionais fechadas a interesses multinacionais; o reforço de estruturas de tomada de decisões muito acima e muito abaixo do alcance de democracias nacionais recém-estabelecidas; e, acima de tudo, a integração dos impérios soviético e chinês no sistema de mercado global. Eu não havia ouvido ninguém usar qualquer nome para esta agenda bastante grande, de modo que, mais tarde, eu mesmo a batizei - a Agenda de Governança Global.[48]

Quanto aos tratados mencionados, o Protocolo de Montreal, que vinha sendo negociado desde 1987, determinou o precedente para os grandes tratados ambientais internacionais. Pelos seus termos, toda uma família de produtos supostamente deletérios para a camada de ozônio - CFCs, halons etc. - tiveram ou terão os seus usos suprimidos até 2010. Embora a adesão ao tratado seja teoricamente voluntária, na prática, um país que se recuse a fazê-lo sofrerá uma série de restrições

---

48 Elaine Dewar, *Cloak of Green*. James Lorimer, Toronto, 1995.

comerciais. Por exemplo, caso o Brasil não aderisse, ficaria impossibilitado de vender compressores de refrigeradores a países signatários. O Protocolo foi implementado a despeito das objeções de grande parte da comunidade científica e das advertências de que o custo da substituição dos produtos banidos chegaria à casa das centenas de bilhões de dólares em todo o mundo.

A Convenção Quadro de Mudanças Climáticas promete efeitos ainda piores. Seu objetivo é restringir a utilização de combustíveis fósseis - petróleo, carvão e gás natural -, sob o pretexto de combater o chamado aquecimento global. A meta prevista é obter até 2010 uma redução dos níveis de emissões dos "gases de efeito estufa", principalmente o gás carbônico, aos níveis vigentes em 1990. Em escala global, isto implica em um virtual congelamento da utilização de combustíveis fósseis, que respondem por três quartos da produção mundial de energia, com um impacto conseqüente nos planos de desenvolvimento de cada país.

Um subproduto das negociações em torno da convenção é o estabelecimento dos chamados Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), instrumentos originalmente idealizados por Maurice Strong, cujo objetivo é a "comercialização" dos direitos de emissões de gases de efeito estufa. Juntamente com os MDL, os planejadores da agenda ambiental pretendem estabelecer um sistema de "cotas de emissões" para cada país, por critérios que ainda estão em discussão. Não obstante, por meio dos MDL, os países interessados poderão negociar a compra ou venda de cotas segundo os seus interesses momentâneos - o que, na prática, significará a mercantilização do direito ao desenvolvimento.

Outra vez, ouçamos Elaine Dewar:

> Ao final de 1991, eu havia me tornado altamente cética sobre os motivos dos participantes do circuito (ambientalista). Eu havia chegado à conclusão de que a poluição transfronteiriça estava sendo usada como um instrumento de mercado para vender aos que ainda tinham dúvidas a necessidade de adoção de níveis de governança regionais e globais. O "pense globalmente, aja localmente" era apenas outro slogan propagandístico. O público estava sendo persuadido a aceitar a proteção ambiental baseada num modelo de mercado: regulamentações seriam substituídas por leis que permitiriam a comercialização de débitos e créditos de poluição. Se os associados de (Maurice) Strong fossem bem sucedidos, em breve, os créditos e débitos de poluição seriam comercializados globalmente como pernis de porco e derivativos financeiros. Por volta do ano 2000, haveria poucas entidades nacionais independentes capazes de defender as comunidades locais dos leviatãs internacionais.

As comunidades locais competiriam entre si pelos favores dos grandes interesses. Aqueles de nós que vivêssemos nas periferias brutais dessas novas potências mundiais se veriam agradecidos por comercializar com qualquer um, a qualquer preço.[49]

Como as outras duas principais fontes energéticas que se seguem em importância aos combustíveis fósseis, a hidrelétrica e a nuclear, se encontram igualmente na alça de mira dos ambientalistas, não é difícil perceber que a plena implementação da "agenda verde" implicará num obstáculo quase intransponível para as perspectivas de progresso dos países que ainda lutam para atingir um nível de desenvolvimento pleno.

A Convenção sobre Diversidade Biológica parte do pressuposto de que as atividades humanas estão destruindo a biodiversidade que a natureza levou bilhões de anos para desenvolver e estabelece um marco legal para a proteção dos ecossistemas julgados ameaçados. A sua interpretação e aplicação irrestritas tem o potencial de obstaculizar um grande número de atividades econômicas.

Vale comentar que o Senado dos EUA, que detém a palavra final nos acordos internacionais assinados pelo país, ainda não ratificou nem a Convenção sobre Mudanças Climáticas nem a de Biodiversidade.

Com esse aparato legal, que vem sendo constantemente ampliado com novas iniciativas, o fator ambiental da estratégia hegemônica da oligarquia adquire uma relevância crucial para a determinação do futuro imediato da nossa Civilização.

Até hoje os EEUU não assinaram o Protocolo de Kyoto (efeito estufa)

A ORDEM DE BATALHA DA "MÁFIA VERDE"

O movimento ambientalista internacional é organizado e controlado hierarquicamente, a partir dos círculos mais elevados do *Establishment* oligárquico reunido no chamado "Clube das Ilhas". Em linhas gerais, a estrutura do movimento pode ser dividida em três escalões:

1. O "Estado-Maior", diretamente vinculado à cúpula do *Establishment*, no qual são elaboradas as diretrizes gerais do movimento. Neste nível, encontram-se a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), que recebem o apoio financeiro direto do "Clube 1001", além de outras fontes ligadas à cúpula oligárquica.

---

49) ElaineDewar, *op.cit.*

2. O "comando operacional e logístico", no qual as diretrizes são transformadas em programas de ação, tanto envolvendo governos nacionais como organizações não-governamentais (ONGs). Aí se encontram: a) as entidades das Nações Unidas envolvidas com as questões ambientais (PNUMA, PNUD, UNESCO, Organização Meteorológica Mundial etc.); b) o Clube de Roma, que coordena as atividades de uma série de organizações internacionais encarregadas da difusão da ideologia malthusiana dos "limites ao crescimento"; c) o Instituto Tavistock, responsável pela elaboração dos programas de "engenharia social" (ou "arquitetura social") para tornar o ambientalismo socialmente aceitável; d) as organizações "de inteligência", como o World Resources Institute e o Worldwatch Institute; e e) o aparato de financiamento dos programas, das ONGs e da formação dos quadros especializados necessários, integrado por agências de ajuda internacional de governos como os dos EUA, Grã-Bretanha, Canadá etc., fundações familiares e uma rede de empresas "fita azul" do *Establishment*.

3. As "tropas de choque", representadas pelas ONGs de "ação direta". Estas, por sua vez, podem ser subdivididas entre um seleto grupo de "organizações respeitáveis", dirigidas por "cidadãos acima de qualquer suspeita" (Nature Conservancy, Environmental Defense Fund, Conservation International, Natural Resources Defense Council etc.) e as organizações radicais, que geralmente protagonizam as ações de grande impacto propagandístico, como o Greepeace, Amigos da Terra, etc. Entre estas, os níveis de radicalismo vão crescendo até se chegar a organizações prototerroristas e abertamente terroristas.

A Fig. 1 apresenta as principais entidades que integram o movimento ambientalista, ou seja, a "ordem de batalha" da Máfia Verde. A Fig 2 mostra o controle exercido por essa cúpula oligárquica sobre as matérias-primas.

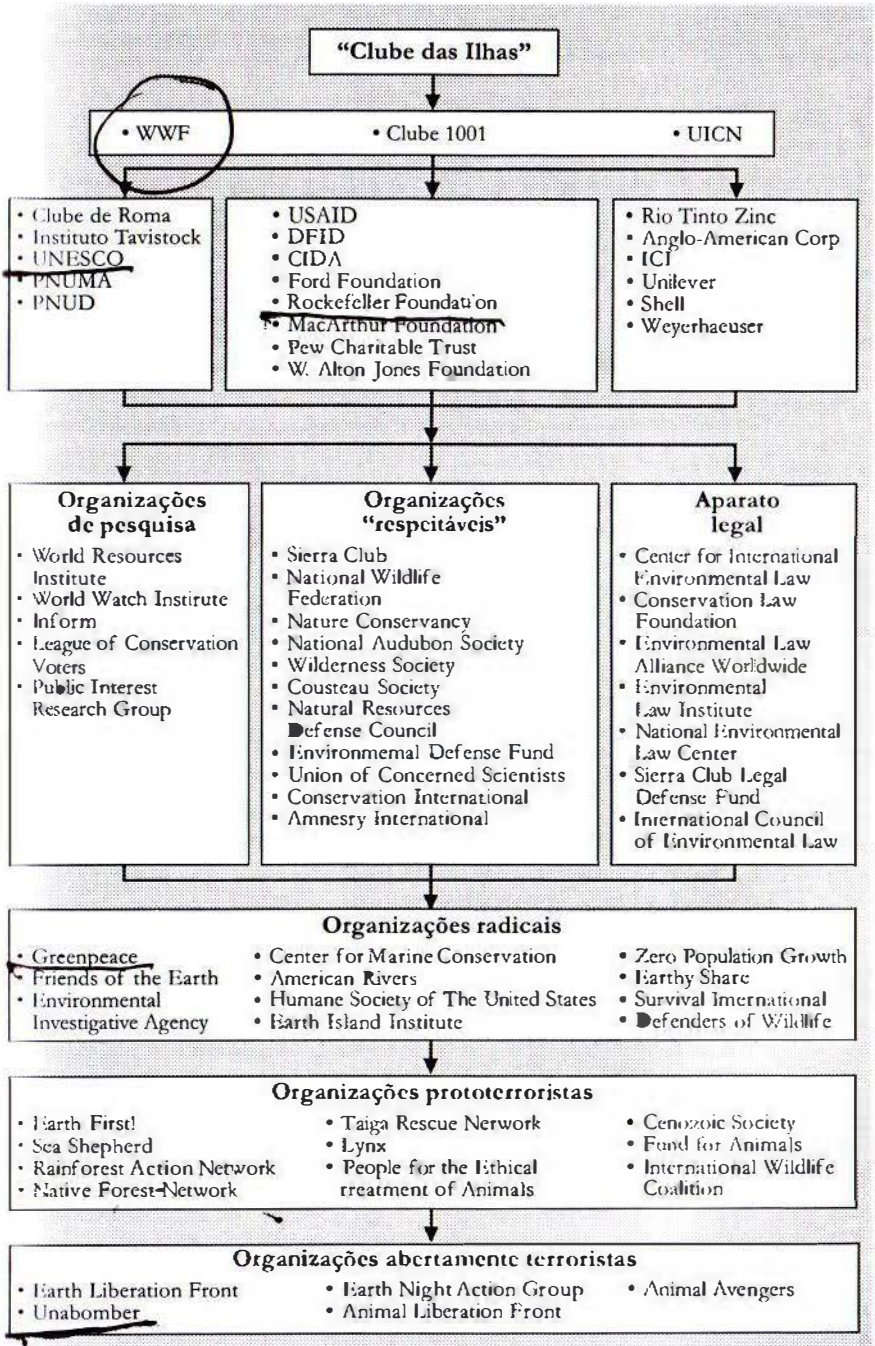


Figura 1 - A "ordem de batalha" da Máfia Verde (fonte: *EIR*)

A Casa de Windsor e o controle das matérias-primas

Casa de Windsor

Clube das Ilhas

World Wide Fund for Nature

Hollinger Corporation

Petróleo, gás e carvão	Alimentos	Minerais e metais
Royal Dutch Shell	Archer Danieis Midland	Anglo - American
British Petroleum	Unilever	RTZ
Hansan Trust	Grand Metropolitan (Pillsbury)	Barrick Gold
Enron ? (não falir ?)	cargill	Newmont Mining
	Cadbury	Brascan/Noranda
	Dona da Light!	Lonrho
		N.M. Rothachild

Controle de matérias-primas minerais por empresas da Comunidade Britânica (% da produção mundial em 1995)

platina – 78%	titânio – 47%	vanádio – 32%	estanho – 24%
cobalto – 64%	manganês – 42%	chumbo – 30%	ferro – 21%
ouro – 59%	níque – 40%	prata – 29%	carvão – 15%
bauxita – 58%	cromo – 39%	cobre – 25%	petróleo – 12%

Figura 2

3

Como os britânicos criaram as ONGs

O presente capítulo é uma compilação de dois textos de Joseph Brewda: "Britain deploys NGOs to destroy the nation-state", publicado como parte do relatório especial da revista Executive Intelligence Review, Why U.N. plans for world government must be stopped *(Washington D.C., 1993); e "The invisible empire of NGOs", publicado em* Executive Intelligence Review, *17/5/1996.*

Uma das armas mais eficientes desenvolvidas nas últimas décadas pelo Império Britânico contra os Estados nacionais são as chamadas organizações não-governamentais (ONGs), que contam com a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Sob o pretexto de defender os "direitos humanos", proteger o "meio ambiente" ou organizar "ajuda humanitária", muitas ONGs constituem instrumentos políticos para desacreditar e subverter estados, fomentar guerras civis, golpes "democráticos" e revoluções.*

A Fundação da Comunidade Britânica (Commonwealth Foundation), que cunhou a expressão "ONGs" nos anos 60, define as ONGs como "organizações voluntárias, independentes, sem ânimo de lucro", que buscam "melhorar as circunstâncias e possibilidades das pessoas desprotegidas" e "atuar em interesses e temas que são prejudiciais à sociedade em geral". A fundação foi criada em 1966, para ajudar a agenciar a presumida transição do Império Britânico para a Comunidade Britânica.

---

* A tradição britânica de usar organizações dedicadas a causas vistas como justas como instrumentos de subversão vem de longa data. Um exemplo é a Internacional Anti-Escravidão (Anti-Slavery International-ASI), entidade criada ainda no final do século 18, que se autoproclama "a mais antiga ONG do mundo". Supostamente dedicada ao combate à escravidão em todas as suas formas, atualmente, a ASI tem sido uma ativa apoiadora de movimentos protoinsurgentes como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) brasileiro (verCap. 10). A própria repressão ao tráfico de escravos - que o Império Britânico adotou como política depois de abolir a escravidão em suas colônias - representava um instrumento de fustigamento político semelhante ao presente empenho em proteger o meio ambiente, os direitos humanos e os povos indígenas.

Segundo a fundação, as ONGs são um fenômeno recente, embora, na realidade, elas representem uma rede cuja origem remonta há bastante tempo e abarca desde as fundações privadas da aristocracia britânica até uma multiplicidade de seus rebentos, organizações com as quais a expressão é geralmente identificada. Esta rede, que promove e derruba políticos, manipula a opinião pública, cria movimentos religiosos, urde revoltas e assassina chefes de Estado, é, em muitos sentidos, tão poderosa quanto os organismos de Governo cujo poder deriva diretamente da Coroa britânica. Atualmente, segundo a Fundação da Comunidade Britânica, existem mais de 50.000 ONGs apenas na Grã-Bretanha, as quais manejam um orçamento combinado em torno de 30 bilhões de dólares anuais. Entre elas, há um grupo de elite de umas poucas centenas, controladas diretamente pelas famílias ligadas ao poder, que determinam o rumo seguido pelas demais.

A Câmara dos Lordes do Parlamento Britânico, onde se congregam representantes das famílias no poder para anunciar as políticas já concertadas de antemão, desempenha um papel especial na coordenação de todo esse exército "não-governamental". Freqüentemente, é lá onde se decide a execução de campanhas propagandísticas de imprensa e operações clandestinas, que são confiadas seja a organismos de Governo, seja às ONGs.

Algumas das ONGs mais importantes são comandadas diretamente por membros da Câmara dos Lordes. Por exemplo, lorde Frank Judd, ex-secretário de Relações Exteriores da casa, foi diretor da Oxfam (Oxford Famine), organização que trafica armas sob o disfarce da ajuda em casos de fome. Outro ex-secretário de Relações Exteriores, lorde David Ennals, já falecido, encabeçava a Anistia Internacional, rede de apoio e propaganda pró-terrorista que opera com o apoio da família Ennals. A baronesa Lynda Chalker, ministra de Desenvolvimento Internacional (o novo nome do antigo Gabinete Colonial), manejava todas as doações do Governo britânico ao exterior, entre elas as feitas às ONGs.

A forma com a qual as ONGs podem oprimir a nação que desejem pode ser entendida simplesmente pela sua força numérica. Um exemplo disto é a paupérrima ex-colônia britânica de Bangladesh. Segundo um relatório de 1995 da Fundação da Comunidade Britânica, atuam lá cerca de 16.000 ONGs, quase todas financiadas ou administradas por estrangeiros. Isto equivale a quase 1,5 ONG para cada 10 quilômetros quadrados. A penetração destas organizações é impressionante. Uma delas atua em 85.000 aldeias como parte de um programa de imunização; outra oferece crédito à população pobre em 23.000 aldeias e tem 900 sucursais. Atualmente, inexistem cifras confiáveis sobre o montante de fundos manejados por estas ONGs em Bangladesh, já que, no país, como em outros lugares, as ONGs costumam ignorar os requisitos nacionais de prestação de contas.

O que fazem elas? Por um lado, o explosivo crescimento das ONGs em Bangladesh e outros países infestados pela mesma praga criou um verdadeiro exército privado colocado fora do alcance das autoridades nacionais. Este exército vem a ser, com efeito, uma forma privatizada da velha estrutura de controle direto exercido pelo Gabinete Colonial britânico.

Embora seja certo que nem todas essas organizações se dediquem a atividades subversivas, este é o objetivo das principais ONGs e da rede em geral. Um exemplo claro disso é a Oxfam, estabelecida por um grupo de *gentlemen* de Oxford para, supostamente, combater a fome. Em Bangladesh, a campanha da Oxfam contra a fome se manifesta no financiamento da Gana Sahajya Sangsta, uma ONG abertamente "revolucionária", que promove a luta de classes. No Sri Lanka, a aruação da Oxfam é ainda pior. Nos anos 70, a entidade proporcionou o financiamento e os acampamentos no Sul da Índia para o treinamento dos Tigres de Tamil, grupo guerrilheiro que mergulhou o Sri Lanka na guerra civil que ainda hoje assola o país, na qual já perderam a vida dezenas de milhares de pessoas.

A Fundação Luterana Mundial, sediada em Genebra, também é típica do caráter subversivo das ONGs, já tendo sido flagrada fornecendo armas e munições ao Exército Popular de Libertação Sudanês, que atua no Sul do Sudão, sob o pretexto de proporcionar assistência alimentícia às vítimas da guerra civil promovida pela insurreição daquele grupo. Desde que se tornou independente da Grã-Bretanha, em 1956, o Sudão tem estado quase permanentemente afligido por guerras civis orquestradas pela Real Sociedade Africana.

Para piorar as coisas, os governos europeus, os EUA e entidades financeiras internacionais, como o Banco Mundial, cada vez mais canalizam seus fundos de apoio por intermédio das ONGs. Como resultado, os governos das nações mais pobres se vêem diante da opção de deixar atuar livremente organizações empenhadas em desestabilizá-los ou ver cerceados os seus vínculos com as instituições de crédito. Por exemplo, segundo dados do Departamento para o Desenvolvimento Internacional britânico (DFID), 30% da ajuda externa concedida pelo Governo sueco em 1994 foram canalizados via ONGs. No mesmo ano, o Governo dos EUA, o maior doador do mundo, canalizou 9% de seus fundos de ajuda ao exterior por meio das ONGs e anunciou a intenção de elevar este percentual até 50% até o final da década. Em 1994, as ONGs estiveram diretamente envolvidas em mais da metade dos projetos do Banco Mundial, não apenas na fase de execução, mas desde o seu planejamento.

Como resultado dessa política, segundo um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), há talvez 250 milhões

de pessoas em todo o mundo sob a influência direta das ONGs, número que "aumentará consideravelmente nos anos vindouros". Segundo a Fundação da Comunidade Britânica, "a explosão das ONGs pode ser vista como manifestação de um novo pensamento sobre o papel do governo, que deve ser mais um gestor de política do que fornecedor de bens e serviços. Assim, os governos se voltam mais e mais para as ONGs para o abastecimento. A privatização, a descentralização e a localização constituem manifestações paralelas da mesma tendência geral".

CÉUS!

As novas "hordas mongóis"

De acordo com os planos de longo prazo do *Establishment* britânico, a década de 90 deveria assinalar o início do fim da era do Estado nacional. Em seu lugar, os estrategistas oligárquicos tencionam estabelecer uma nova ordem imperial, em parte dirigida por instituições supranacionais como a ONU. Embora a eliminação do Estado nacional tenha sido uma política britânica desde a Revolução Americana, este plano particular agora em implementação data do período posterior à II Guerra Mundial. Ele está por trás de muitas e diversas operações estratégicas anglo-americanas desde aquela época, como a guerra genocida sérvia na Croácia e na Bósnia, a inanição forçada da Somália e as políticas de condicionantes econômicas do Fundo Monetário Internacional (FMI), que estão matando a América do Sul e a África e devastando cada vez mais o Leste Europeu.

Um objetivo maior dessas ações é criar uma série de profundos choques psicológicos e mudanças políticas que fomentem o que o Instituto Tavistock denomina "mudança de paradigma cultural". Tal mudança ocorre quando o conceito anterior de identidade própria e visão do mundo da população-alvo é abruptamente mudado para outro, adredemente planejado. De acordo com os planos, os anos 90 deveriam marcar o triunfo do paradigma imperial, sobrepondo-se ao do antigo Estado nacional soberano.

Entre os dias 13 e 19 de novembro de 1989, o Programa para Inovações Sociais em Gerenciamento Global (SIGMA), da Case Western Reserve de Cleveland, EUA, deu início a uma série de conferências sobre o uso das ONGs para terminar a era do Estado nacional. Os anos 90 foram identificados como o período em que isto começaria a ocorrer. A teoria apresentada fora desenvolvida pelo Instituto Tavistock e muitos dos oradores eram antigos agentes do instituto. A conferência reuniu psiquiatras, sociólogos e ativistas políticos de 44 países.

Posteriormente, os coordenadores da conferência, David Cooperrider e William Pasmore, escreveram uma série de artigos sobre a conferência na revista do Instituto Tavistock, *Human Relations*, enfatizando que os poderes do Estado nacional deveriam ser drasticamente cortados, se o mundo quisesse resolver uma série de desafios globais, identificados pela ONU e outras organizações. Segundo eles, tais desafios incluíam o crescimento populacional, o esgotamento dos recursos naturais, o aquecimento global, o desflorestamento tropical, a perda da biodiversidade, a fome crônica e a subnutrição, a injustiça e a violação de direitos humanas, o aumento do terrorismo e da violência comunitária e o eterno potencial de holocausto nuclear.

Com relação ao então recente colapso do Muro de Berlim e à transformação do Leste Europeu, Cooperrider e Pasmore afirmavam que o mundo encarava a ameaça, mas também a oportunidade de estar num "ponto de encontro" entre as limitações do passado da Humanidade e as potencialidades do seu futuro.

Para sobrepujar tais alegadas limitações, diziam, era necessário a rapida disseminação de uma "consciência global" - o que, para eles, era tarefa das ciências sociais. O SIGMA, juntamente com a Universidade das Nações Unidas, o Conselho Internacional de Ciência Social e a Federação Internacional de Institutos de Estudos Avançados, haviam concluído que as ONGs estavam melhor equipadas para fomentar o crescimento dessa "consciência global".

Segundo eles, desde o final da II Guerra Mundial foram criadas milhares de ONGs, que são capacitadas para encarar esse "desafio global". Elas "representam uma invenção social única do sistema mundial pós-moderno, pós-industrial, rico em informações, centrado nos serviços e globalmente conectado". Embora advirtam contra a idealização das ONGs, acrescentam que, embora o conceito só tenha um século, ele é "um dos fenômenos mais importantes do século 20".

O essencial dessas organizações, afirmam, é que elas transcendem as fronteiras nacionais, já que existem como entidades que estão além do Estado nacional. Para eles, as operações das ONGs levaram à "presente transnacionalização dos assuntos mundiais, pela qual as relações internacionais do sistema dos Estados nacionais foram suplantadas ou suplementadas por relações não-territoriais entre indivíduos, grupos e organizações privadas, e pela emergência de novas formas de organização e gerenciamento, que iluminam os caminhos pelos quais os povos do mundo podem aumentar suas esferas de cooperação a serviço do bem-estar global sustentado".

Na conferência do SIGMA, a socióloga Elise Boulding afirmou que o anos 90 presenciariam a maior transformação social ocorrida no mundo desd o século 13, a qual seria dirigida pelas ONGs. Viúva do proeminente eco nomista do Clube de Roma Kenneth Boulding e popularizadora dos con ceitos de Tavistock, ela identificou o período atual como uma "era axial" Segundo ela, uma "era axial" é um período em que povos, idéias e tradições culturais de regiões grandemente diferenciadas se juntam num "grand florescimento da criatividade humana". A grande tarefa dos anos 90, tornad possível pela vindoura era axial, seria a de fomentar o "transnacionalismo" - concepção de que as identidades humanas devem ultrapassar as fronteira nacionais - e rejeitar os "atuais nacionalismos centrados nos Estados".

Boulding situa a primeira era axial como tendo ocorrido em 12.00 a.C., com a transição da "sociedade de caça e coleta" para a agricultura A primeira era axial documentada teria sido a formação dos impérios centrais na África, no Mediterrâneo, no Egito e na Suméria, por volta d 3.000 a.C. A seguinte teria sido o período de 500 a.C. a 500 d.C., no qua pequenos grupos de homens santos zoroastrianos, budistas, jainistas e, depois, cristãos e muçulmanos, divulgaram a mensagem de uma ordem cósmica da qual a Terra era um espelho. Infelizmente, afirma, a "formação de redes" por estes grupos teve poucos resultados concretos.

A era axial seguinte teria ocorrido 1200, quando "os grandes impérios nômades de Gêngis Cã e Kublai Cã reorganizaram a face social da Ásia" e o conhecimento avançava na Europa. Porém, ignorando o Renascimento italiano, ela afirma que a Europa teria voltado as costas a esse processo, com a sua política de evangelização cristã, especialmente ligada às explorações Para ela, "essas explorações seguiram um modelo de dominação e espoliação que violava um importante princípio do axialismo - a interação simétrica" Como resultado, "a Europa, com toda a sua expansão das fronteiras, demorou a se mover para domínios radicalmente novos do futuro".

Felizmente, diz Boulding, novas formas de universalismo se desenvolveram na Inglaterra. Ela aponta o papel "promissor" dos quakers, das irmandades, dos menonitas e de outras "igrejas da paz", que começaram a construir redes internacionais baseadas na fraternidade mundial, o que foi possibilitado pelo fato de que a era axial anterior erradicara o "complexo institucional Igreja-Estado existente". Depois, em 1780, o filósofo iluminista inglês Jeremy Benthham cunhou a palavra "internacional" para aplicar ao direito das nações, no qual se acha a origem do conceito do "cidadão do mundo". Este conceito teria sido ampliado com a primeira Feira Mundial em Londres, em 1851, seguida pelas de Paris (1855, 1867 e 1900) e a de Chicago, em 1893.

Tal "florescimento" teria levado ao surgimento da "sociedade civil internacional", em contraste com a "sociedade de internação". Igualmente, teria ensejado a criação da primeira ONG. Começando com 200 ONGs pela virada do século, já havia 18.000 em 1980. "Orientadas para o futuro, com membros altamente móveis e interativos, as ONGs preenchem as três condições para contribuir com a era axial", exulta Boulding. Ela proclama que uma nova era axial caracterizaria os anos 90, tendo as ONGs como o instrumento da mudança que levará à civilização global - desempenhando o mesmo papel que as hordas mongóis no século 12.

A PRIMEIRA CIVILIZAÇÃO GLOBAL

Também na conferência, Howard Perlmutter, professor de "Arquitetura Social" na Escola de Administração Wharton e líder de fato do Instituto Tavistock nos EUA, relatou como a civilização global poderia ser montada. Perlmutter é um protegido de Eric Trist, que foi durante décadas um dos mais importantes operativos do instituto, tendo posteriormente emigrado para os EUA, onde antecedeu Perlmutter em sua cadeira.

Segundo ele, "a tese central do nosso trabalho recente tem sido a de que estamos presenciando uma mudança de paradigma na arquitetura social de instituições sociais por todo o mundo... que tem como causa e conseqüência a construção da primeira civilização global do planeta". Ele já estudara o fenômeno nos anos 50, quando assessorava empresas transnacionais do *Establishment* anglo-americano em estratégias de expansão mundial. Mais recentemente, ele encabeçou um grupo que estudava os mecanismos pelos quais a Europa e os EUA poderiam bloquear a disseminação "descontrolada" de tecnologia ocidental avançada para o Terceiro Mundo.

Perlmutter advertiu sobre o descrédito da noção de civilização global baseada num universalismo etnocêntrico, defendida pelo historiador e agente de inteligência britânico Arnold Toynbee, na qual um grupo como a Europa procura se tornar hegemônico. Assim sendo, tal controle deve ser exercido de forma dissimulada, como o "governo indireto" com o qual a Grã-Bretanha dominava a Índia, usando marajás como testas-de-ferro.

Conseqüentemente, Perlmutter identifica como primeira civilização global uma nova "ordem mundial que compartilhe valores, processos e estruturas, com o que nações e culturas se abram à influência mútua". Em tal civilização, que proporciona um novo paradigma, há também um reconhecimento das identidades e diversidades dos povos. Povos de diferentes ideologias e valores devem cooperar e competir, mas nenhuma ideologia prevalece sobre todas as outras, afirma.

Perlmutter afirma que a principal característica do período é a ocorrência de uma mudança de paradigma do que ele e Trist denominaram Modelo Industrial (Paradigma I), para o Modelo Simbiótico e Societário (Paradigma S), por intermédio do Modelo Desindustrial (Paradigma D). Ou seja, a desintegração do Paradigma I sob ataque das forças sociais definidas pelo paradigma D, eventualmente, conduzirá à nova integração, o Paradigma S. Este último é o paradigma da "Nova Ordem Mundial"; o Paradigma D é o das ONGs.

Na concepção de Perlmutter e Trist, o Modelo Industrial se caracteriza pelos seguintes valores fundamentais: prevalência da eficiência sobre a preocupação com as pessoas; lucro a curto prazo sem preocupação com as conseqüências; preocupação secundária com o meio ambiente; prevalência da competição sobre a cooperação; e etnocentrismo. Este Paradigma I se baseia numa lógica na qual a dominância e a dependência constituem uma preocupação central nas relações societárias e intersocietárias.

O Modelo Desindustrial tem os seguintes valores característicos: ambientalismo; feminismo; "pequeno é bonito" (*small is beautiful*); pensamento intuitivo; preocupação com a extinção das espécies; e questionamento da sustentabilidade da industrialização. Este Paradigma D se caracteriza pela idéia de "limites". Uma sociedade baseada em tal lógica subjacente seria um mundo transformado num "arquipélago de comunidades relativamente pequenas e grandemente autocentradas", pelo menos em intenção.

Uma versão do Paradigma D é arcadiana. Outra versão é espiritual. Mao Tsé-tung e o anarquista russo do século 19 Nikolai Bakunin são líderes típicos dos movimentos arcádicos: o Mahatma Gandhi é um líder típico do movimento espiritual, segundo Perlmutter. Estas, afirma, são as duas principais versões dos paradigmas definidores das ONGs atuais, acrescentando que, sob condições de colapso econômico, novas variantes podem surgir.

Por sua vez, o Modelo Simbiótico e Societário busca equilibrar os valores dos dois modelos anteriores e antagônicos. Haveria uma preocupação com resultados, mas também com as conseqüências; uma orientação global dos problemas, mas também local; uma preocupação com as pessoas e com a eficiência; o uso da tecnologia, mas preocupação com o meio ambiente; e um equilíbrio entre autonomia e interdependência. Daí, emergirá triunfalmente o esperado Paradigma S.

Segundo Perlmutter, nem o Paradigma I nem o D constituem bases viáveis da civilização global, já que a continuação do primeiro pode levar à

extinção da espécie humana, enquanto a do segundo pode provocar uma fuga utópica do mundo real.

Eis a seguir alguns valores característicos contrastantes dos três paradigmas:

I - ciência ocidental, tecnologia como fonte de conhecimento;

D - verdades orientais como duradouras e fontes de sabedoria perene;

S - complementaridades globais entre conhecimento, sabedoria e visões espirituais, com respeito às diferenças.

I - medicina ocidental;

D - medicina oriental, p.ex., ervas medicinais;

S - diferentes enfoques científicos produzindo descobertas fundamentais.

Aqui, fica aparente que tal conflito manipulado entre os paradigmas I e D representa, simplesmente, um esforço imperialista para impedir que as conquistas positivas da Civilização Ocidental sejam irradiadas entre o antigo setor colonial. Há outra série de conjuntos de valores contrastantes, em que o objetivo do conflito manipulado é bem diferente, como por exemplo:

I - estilo ocidental de capitalismo como modelo, com defesa da "terapia de choque econômico";

D - rejeição do capitalismo puro; importância da agricultura torna a industrialização menos relevante para países altamente endividados;

S - elementos de livre mercado aceitos largamente, com grande variedade de propostas de "redes de segurança social".

Aqui, a intenção é forçar o Terceiro Mundo a aceitar formas modificadas de domínio colonial, tornadas palatáveis por um processo de conflito e conciliação. O processo é análogo ao método de pressão pelo qual um líder sindical é envolvido em negociações brutais, nas quais se sentirá feliz de encontrar uma alternativa aparentemente um pouco melhor que a pior proposta do empregador. No caso acima, todas as alternativas acabarão por destruir a nação.

Perlmutter antevê o seguinte cenário:

Os esforços europeus e estadunidenses para impor a "ocidentalização homogeneizada", a universalização do Paradigma I, levam a fatos como a disseminação de vídeos de rock no Nepal e a imposição da "terapia de choque" ao Leste Europeu. Isto, por sua vez, provoca uma tendência caracterizada por uma "reação xenófoba à crescente interdependência em todas as áreas", um pouco mascarada pela afirmação de legados históricos e identidades culturais. Esta reação se

INDIA + PAQUISTÃO ISRAEL X ?

torna uma fonte da revivescência de rivalidades étnicas e religiosas, que podem tornar-se hostilidades mortais.

A universalização dessa contra-reação constituiria a vitória do Paradigma D. Assim, somos deixados com a escolha entre a "terapia de choque" e o lixo cultural impostos pelo Ocidente ou o morticínio maciço provocado pela irrupção de movimentos sociais irracionais.

Eventualmente, a universalização do Paradigma D levaria à fragmentação da Humanidade. Como exemplo, Perlmutter projeta uma "confrontação nuclear entre países ocidentais e o Islã fundamentalista, no século 21" (o que ele não diz é que o esforço da oligarquia anglo-americana para criar tal confrontação é hoje mais que evidente). Tal fragmentação também poderia tornar muitos povos reféns de líderes psicopatas ou messiânicos, determinados a converter o resto da Humanidade.

Portanto, para o nosso "arquiteto social", a alternativa a esse cenário é a hegemonia do Paradigma S, já que os dois primeiros não podem ser universalizados sem resultados catastróficos.

Em outras palavras, a oligarquia oferece à Humanidade a escolha entre um genocídio imposto pelo FMI e pelo eixo euro-americano ou mortes em massa pela disseminação de guerras xenófobas. Ademais, por meio de conflitos orquestrados entre o setor avançado e as ex-colônias, os oligarcas tencionam criar um novo sistema global, erradicando o que há de positivo nos dois lados. Esta é a tarefa da ciência social na atualidade.

O Quadro 1 (pág. 94), extraído de um estudo de Perlmutter e Trist, de 1986, deixa claro o que os "arquitetos sociais" de Tavistock tencionam obter como resultado desse processo.

Perlmutter adverte que a mudança do atual Paradigma I para o S implica em vários pré-requisitos: um deles é a construção de redes de organizações locais e internacionais conectadas internacionalmente, ou seja, as ONGs. Outro é a criação de eventos globais, como os rituais de iniciação das sociedades primitivas. Ele cita o historiador britânico E.P. Thompson:

> E assim, a transição da civilização à planetarização, da sociedade industrial materialista baseada na produção e no consumo para uma cultura contemplativa baseada na consciência e simbiose ecológica, é uma experiência de iniciação para a raça humana. Os demônios que vemos em forma de guerra nuclear, fome e catástrofes ecológicas são as imagens terríveis que acompanham a mudança de um nível de realidade para outro. Por causa das limitações de nossos egos, não podemos compreender que somos todos partes de uma única vida planetária, a menos que descubramos, para nosso horror, que agora estamos ameaçados por uma única morte planetária.

A TEORIA POR TRÁS DA OFENSIVA

Para se compreender melhor o tipo de pensamento por trás dessas vagas formulações, é preciso conhecer os trabalhos do Instituto Tavistock sobre o "ambiente turbulento". Um "ambiente turbulento" é o que possibilita o surgimento de novos paradigmas. Em 1967, o teórico do Instituto Fred Emery delineou a visão da instituição sobre o mundo até o final do século. Num documento intitulado "Os próximos 30 anos: conceitos, métodos e antecipações", Emery fala exultante sobre o domínio que o Instituto já atingira sobre os métodos de manipulação social e delineia os planos para a obtenção de uma nova mudança de paradigmas nos anos 90: "Já deve estar claro que, com planejamento, as ciências sociais podem ter um papel ativo nas próximas décadas, não apenas passivo - elas podem procurar modificar diretamente o ambiente social, para ajudar os homens a perseguir melhor os fins que desejam, em vez de se adaptarem passivamente ao que possa surgir às cegas."

A fim de moldar esse futuro desejado, Emery enfatiza a importância de investigar os quatro tipos ideais de ambiente de organização, para ver qual deles caracteriza o atual, e que, por meio de planejamento ou de outra forma, caracterizará o futuro. Segundo ele, é o ambiente que determina como funcionam os vários sistemas individual ou de grupo. A análise de Emery se baseia na de Kurt Lewin:

1. O tipo mais simples de ambiente é o "plácido e aleatório". Nele, os objetivos e os vínculos são relativamente imutáveis e distribuídos ao acaso. Um exemplo é o campo de concentração da II Guerra Mundial. A atitude ótima neste ambiente é a tática simples de "tentar fazer o melhor numa base local".

2. O segundo tipo se caracteriza pela "aglomeração" (*clustering*). Nele, os objetivos e os vínculos não estão distribuídos ao acaso. Conseqüentemente, algumas partes do ambiente podem servir como sinais para outras partes. Nele, como no primeiro, a sobrevivência do sistema é condicionada pelo conhecimento do ambiente. Um exemplo é a gaiola do rato de Skinner, na qual o rato pode evitar um choque doloroso ou apanhar alimento, por meio de certas ações. A atitude ótima é limitada apenas pelas restrições do conhecimento.

3. O terceiro tipo é denominado "ambiente perturbado-reativo". Este é considerado como ocorrendo freqüentemente no mundo real e o ambiente que caracterizou o mundo do pós-guerra até meados dos anos 60. É um exemplo do segundo tipo, exceto que contém mais de um sistema. Conseqüentemente, a sobrevivência de um deles é importante, positiva ou

negativamente, para a dos outros. Como exemplo, Emery cita o livre mercado ou gladiadores lutando pela sobrevivência no Coliseu romano.

4. O ambiente mais complexo, e o que supostamente caracteriza o período desde meados dos anos 60, é o "campo turbulento". A principal diferença entre ele e os anteriores é que ele é dinâmico, ao contrário do "plácido" e do "aglomerado". Mas, à diferença do terceiro tipo, suas propriedades dinâmicas surgem não só da interação/competição dos sistemas, mas também do próprio campo. Emery o compara, um tanto equivocadamente, ao que ocorre quando um grupo de soldados marcha a pé por uma pequena ponte. Neste campo, os processos surgem como conseqüências não planejadas de ações tomadas pelos componentes do sistema. Portanto, é difícil, senão impossível, para organizações individuais se adaptarem a ele com sucesso. O planejamento estratégico não pode assegurar estabilidade. Não importa o que se faça ou planeje, parece que não há saída.

O que Emery não diz é que a maioria dos "campos turbulentos" são comumente controlados, por trás dos panos, por poderes superiores que pretendem destruir ou lavar os cérebros das vítimas apanhadas nestes ambientes controlados. Comumente, o dinamismo misterioso e incognoscível do campo é simplesmente resultante da manipulação oculta do mesmo. Por exemplo, a turbulência na ex-Iugoslávia não é um fenômeno sociológico natural - ela é deliberada e largamente controlada pelos britânicos e seus asseclas.

Há várias formas sobrepostas, todas patológicas, pelas quais o "sistema" individual (pessoa, nação) responde tipicamente a esse ambiente turbulento imposto de fora. Uma resposta de indivíduos ou da sociedade a ambientes turbulentos em que os conflitos são insolúveis é simplificar as complexidades do ambiente, pela repressão no âmbito do indivíduo e supressão e opressão na sociedade. Procura-se restringir o alcance das condições às quais se deve responder. Uma manifestação desta resposta é a tendência à superficialidade e à histeria, especialmente a histeria rebelde, que Emery projetava que pudesse tornar-se o tipo social dominante nos anos 90.

Uma segunda resposta à turbulência é a fragmentação ou desintegração, onde as partes do sistema se separam e perseguem os seus próprios fins sem se importar com o sistema total. Um exemplo disto é o alargamento do fosso entre os países avançados e os subdesenvolvidos, a desintegração das sociedades em grupos étnicos, raciais e classistas diferentes.

Uma terceira resposta é a dissociação, manifestada na criminalidade, por exemplo, na qual as necessidades das sociedades e dos outros são ignoradas.

Acima de tudo, todas as respostas são associadas a comportamentos grupais irracionais, incluindo os carismáticos, de multidão, modas e "coqueluches". Estas várias respostas patológicas exemplificam o processo de desintegração da antiga Iugoslávia e a tendência da sociedade desde o advento da contracultura dos anos 60.

Emery conclui que há um modo completamente diferente de responder ao ambiente turbulento, além da descida à barbárie. Porém, ele requer a intervenção da ciência social e o surgimento de organizações, como a ONU, que medeie conflitos e restrinja turbulências. Diz ele que esta forma alternativa de responder à turbulência se dá por meio da adoção de novos valores pelos sistemas, com uma mudança de paradigma na sociedade. Esta mudança transforma o campo: "Pela transformação, se cria um campo que não mais é tão rico e turbulento, mas simplificado e relativamente estático" (como, por exemplo, no plácido campo de concentração).

Essa transformação, entretanto, requer a direta intervenção da "arquitetura social" de Tavistock. "Esse processo inconsciente de formação de valores é por demais vagaroso para cobrir as atuais necessidades prementes", reclama ele, acrescentando que, portanto, "é necessário que os cientistas sociais exerçam os seus esforços para apressar o processo de destilação". Ele acrescenta que "se essas questões que propusemos sobre valores tiverem que ter suas próprias soluções separadas, podemos duvidar se os homens poderão lidar com elas na próxima geração e, então, encontrar-nos-emos elaborando cenários pessimistas para os anos 90". Isto não precisa acontecer, pois os cientistas sociais podem intervir, com uma estratégia simples, complementa.

A mudança de paradigma que Perlmutter propõe para acabar com essa era de turbulência é uma sociedade baseada em formas "democráticas" de autocontrole por "gerenciamento de sistemas". Isto nos leva à planejada ditadura oculta da ONU - ou de uma Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) reformulada e ampliada em sua área de atuação e atribuições.

Uma regra, nessa visão de gerenciamento de sistemas, é maximizar a cooperação entre sistemas diferentes, enquanto se reconhece que nenhum sistema pode tomar o papel do outro. Os sistemas diferentes em competição formam uma espécie de consenso; deve-se rejeitar a idéia do certo ou errado absolutos.

É óbvio que, em tal sociedade, o poder estará com os gerentes de sistemas, fora ou acima do ambiente, que orientam a tomada de decisões, ou seja, o Conselho de Segurança ou organismos internacionais relacionados à ONU - ou à OTAN.

Há dois grandes objetivos do gerenciamento de sistemas. O primeiro é proporcionar um fórum no qual as regras básicas possam evoluir. Com o gerenciamento de sistemas estabelecendo as regras do jogo, os jogadores podem ser manipulados e previsíveis. Emery adverte, porém, que o gerente deve manter um grau de segredo, porque, sem isto, os propostos jogadores nunca aceitariam uma busca conjunta pelas regras básicas.

O gerenciamento de sistemas também busca fornecer "sanções sociais mais abrangentes" - ou seja, os gerentes, por meio de recompensas e punições, se asseguram de que as regras do jogo se tornem virtualmente sagradas e, portanto, invioláveis. Em outras palavras, sanções e guerras determinadas pela ONU (ou pela OTAN). Tal processo de sanções tenciona controlar "a difusão de valores através das organizações-membros... (que é) uma das funções exercidas pelas entidades profissionais".

Emery conclui afirmando que esse projeto de tomada de controle (planejado em 1967) teria melhores probabilidades de sucesso se os cientistas sociais procedessem cautelosamente e às escondidas: "Esses processos são mais efetivos quando proporcionam a coordenação que surge do ajuste mútuo dos valores e interesses dos participantes, mesmo que estes processos sociais não possam ser conscientemente dirigidos para um objetivo explícito e os processos decisórios sejam caracterizados pelo incrementalismo desarticulado."

O papel das ONGs no "ambiente turbulento"

Escrevendo em 1986, Perlmutter e Trist confirmam a afirmativa de Emery de que, nos últimos 20 anos, "uma profunda mudança ocorreu no ambiente mundial... O surgimento do ambiente perturbado-reativo" - que dizem caracterizar o período do pós-guerra até os anos 60 - "deu lugar à emergência do ambiente turbulento".

A transformação do ambiente significa que "as formas institucionais e os modos de adaptação", que surgiram em relação a um ambiente anterior, se tornaram disfuncionais: "A capacidade de resposta que pode absorver e, eventualmente, reduzir a turbulência, só se desenvolverá se a Humanidade tiver sucesso em construir um conjunto de grandes instituições sociais baseadas em premissas, valores e crenças radicalmente diferentes das que basearam nossas atuais instituições." Eles afirmam que "levar a construção institucional a um novo nível de consciência é a tarefa primária da era atual", que definem como "arquitetura social".

A respeito da mudança de paradigma em andamento, eles notam que, até recentemente, a noção de que não havia limites ao crescimento era hegemônica, uma crença subliminar essencial do Paradigma I. Porém, acontecimentos como o choque do petróleo de 1973 começaram a expor a "falsidade" dessa crença e, assim, solaparam o paradigma.

Perlmutter e Trist observam que a alternativa ao industrialismo antevista pelos pensadores do Paradigma D, a filosofia das ONGs, se caracteriza pela noção de limite. Conseqüentemente, aqueles pensadores procuram transformar os "Estados nacionais" num "arquipélago de pequenas comunidades". "As superpotências e as ex-'grandes potências' se dissolveriam em grupos regionais com identidades lingüísticas e culturais distintas", de acordo com os objetivos das organizações que têm tais pontos de vista. Mais ainda, a "tecnologia complexa seria evitada", como sendo "inerentemente elitista".

Os "arquitetos sociais" enfatizam veementemente que a estrutura de pensamento do Paradigma D não mais pode substituir o do Paradigma I, já que alguns de seus valores são indesejáveis e outros impraticáveis. Posteriormente, afirmam que a ciência social deve intervir: "O grau de sofrimento que ocorrerá se esperarmos pelo colapso do (Paradigma) I, antes de tentarmos uma intervenção pró-ativa de arquitetura social por todos os meios relevantes e todos os caminhos, é grande demais para ser aceitável."

Dessa maneira, o Instituto Tavistock coloca a estrutura de pensamento do Paradigma S como a única alternativa aceitável à desacreditada estrutura do Paradigma I, enquanto evita a sociedade impraticável idealizada por utópicas ONGs propondo o Paradigma D.

Por meio da intervenção da ciência social, o Paradigma S, que fornece uma alternativa mais suave ao Paradigma D, se torna aceitável. "Além do crescimento desregulado e cego (I) ou do não-crescimento (D), há a política do crescimento seletivo regulado (S), que pode harmonizar a necessidade de crescimento com as necessidades do meio ambiente. Os Estados nacionais permanecerão, mas sua soberania será limitada. Alguns poderes serão transferidos para unidades maiores, outros para unidades menores", sinalizam.

A aceitação de tal "compromisso" por nações que encaram, por um lado, o FMI e a "Nova Ordem Mundial" e, pelo outro, as ONGs desestabilizadoras e a disseminação de guerras, constitui a vitória da "arquitetura social'" da inteligência anglo-americana.

Quadro 1
Como os "arquitetos sociais" de Tavistock avaliam 12 instituições-chave

Paradigma I	Paradigma D	Paradigma S
Estado-nação		
Soberania absoluta ligada à segurança e à economia nacionais	Pequenas sociedades autárquicas naturais; nenhum Estado formal	Soberania limitada, lealdades múltiplas, regiões relativamente autônomas
Economia		
Livre mercado mundial baseado em crescimento contínuo (cego)	Mercados locais, economia em estado fixo, desmonetarização	Mercados mundiais, regionais, nacionais e locais, livres e regulados; integração das economias formal e informal; crescimento selecionado administrativamente
Estado de bem-estar social		
O Estado assume funções sociais para compensar irregularidades na distribuição de renda	Estado de bem-estar social substituído por cuidados comunitários	Ampla variedade de parcerias entre Estado, comunidade e fontes privadas
Países avançados (PAs) e países menos desenvolvidos (PMDs)		
Império, colônias, hegemonia, dependência por dominação	Retirada dos PAs; auto-sustentação dos PMDs, desacoplamento	PAs ajudam PMDs a perseguir as suas próprias metas de desenvolvimento, restruturação comercial, reavaliação dos desequilíbrios de consumo
Democracia política representativa		
Democracia política representativa, curtos intervalos eleitorais, particularidades legislativas, deslocamento administrativo, coalizões produzindo mudanças mínimas	Política de comunidades baseada na democracia direta e participativa	Combinação de políticas de curto e longo prazos, combinações inovadoras de democracia representativa e participativa, com tecnologia eletrônica, maior capacidade de mudança
Empresas		
Predominância de empresas de grande porte e alta tecnologia, organizadas burocraticamente, de propriedade privada ou pública	Somente cooperativas e outras formas de pequenos empreendimentos	Todos os tipos de escalas de empreendimentos; democracia organizativa

Paradigma I	Paradigma D	Paradigma S
	Cidades	
Crescimento descontrolado, declínio interno (PAs), favelas (PMDs)	Dissolvidas em comunidades pequenas e auto-suficientes	Cidades difusas ou microrregiões, campos urbanos interdependentes
	Família	
Família nuclear isolada, menor, tensionada, insegura	Vários tipos de unidades apoiadas por mentalidade comunitária, em vizinhanças intimamente integradas	Famílias multigeracionais com amigos e vizinhos como grupos de apoio
	Indivíduo	
Individualismo ganhar-ou-perder, orientação masculina, orientação para o ter, privatizado	Cooperativismo ganhar-ganhar, orientação feminina, orientação para o ser	Equilíbrio entre cooperação e competição, orientação masculina-feminina e ter-ser, individualidade socialmente responsável
	Ciência	
Método científico clássico; causação linear, dados "duros" de lógica reducionista, hemisfério cerebral esquerdo	Ciência "antidura", intuitiva, abordagem contextual holística, capacidades do hemisfério cerebral direito	Equilíbrio entre análise e síntese, conhecimento e sabedoria, ambos os hemisférios cerebrais; sinergia da reconciliação entre as duas culturas
	Opção tecnológica	
Imperativo tecnológico, preferência por tecnologias avançadas e recursos não-renováveis, negligência ambiental	Imperativo humano, tecnologias intermediárias, apenas recursos renováveis, primazia ambiental	Otimização conjunta, amplo espectro de tecnologias, harmonização das necessidades humanas com a conservação ambiental (ecodesenvolvimento)
	Educação	
Educação formal contínua até a especialização das capacidades analíticas na vida adulta, valores competitivos e submissão social incentivados	Desescolarização, ênfase no cultivo dos interesses pessoais e aprendizado holístico	Múltiplos canais e formas de aprendizado, competência e desenvolvimento pessoal cultivados simultaneamente, equilíbrio generalista-especialista, valores colaborativos e pesquisa independente

4

A Máfia Verde e os "ONGagutangos" *

A seguir, apresentam-se em ordem alfabética, fichas informativas sobre as principais entidades integrantes da estrutura do movimento ambientalista internacional, além das ONGs brasileiras mais ativas na agenda ambiental.

Amigos da Terra (Friends of the Earth)

A criação do Friends of the Earth (FoE) está ligada ao lançamento público da "pedra fundamental" do movimento ambientalista nos EUA, com a celebração do primeiro Dia da Terra, em 22 de abril de 1970, planejado, financiado e executado pelos altos escalões do *Establishment* anglo-americano. O financiamento para o Dia da Terra veio diretamente do cofre de Robert O. Anderson, então presidente da empresa petrolífera Atlantic Richfield e do Instituto Aspen. Paralelamente ao evento, Anderson contribuiu com 200 mil dólares para a fundação do FoE, a primeira de uma série de novas ONGs que seriam criadas com o apoio das elites malthusianas e que viriam a desempenhar um papel fundamental na difusão da ideologia ambientalista. A maior parte dos membros iniciais do FoE foi recrutada entre os quadros dos Federalistas Mundiais (World Federalists) e dos Cidadãos Planetários (Planetary Citizens), organizações criadas no pós-guerra pelo mentor de Anderson, Robert Hutchins, reitor da Universidade de Chicago, e seus dois íntimos colaboradores britânicos, Bertrand Russell e Aldous Huxley.

---

* ONGagutango. (zool.) S.M. Nome dado a uma nova subespécie surgida em 1961, após a criação do Fundo Mundial para a Natureza (então chamado Fundo Mundial para a Vida Selvagem – WWF), organização não governamental (ONG) criada pelo príncipe Philip, que se considera, ele próprio, um "mono superior". Contraria a teoria evolucionária, por representar uma involução no desenvolvimento biológico. Alimenta-se do irracionalismo anticientífico e dos generosos financiamentos das fundações familiares do *Establishiment* anglo-americano, o que tem lhe assegurado uma rápida proliferação. Tem hábitos gregários e altamente predatórios, sendo particularmente letal para grandes projetos de infra-estrutura.

Norman Cousins, editor da revista *Saturday Review* e membro do Instituto Aspen, era um patrocinador dos Cidadãos Planetários e tornou-se um dos primeiros membros do conselho diretor do FoE.

Nominalmente, o FoE foi fundado por David Brower, o "arquidruida" radical do movimento ambientalista estadunidense, que liderou o grupo por 10 anos. Posteriormente, Brower fundou o Earth Island Institute, que tem dois "braços" principais: a Rainforest Action Network (em cujo conselho diretor tem assento o terrorista Mike Roselle, líder do Earth First!) e a International Rivers Network (IRN), integrante da Coalizão Rios Vivos e uma das coordenadoras da campanha contra a hidrovia Paraná-Paraguai. O principal ativista da IRN para a América Latina é Glenn Switkes.

A sede mundial do FoE situa-se em Londres, capital do aparato ambientalista internacional, de onde controla uma rede mundial de afiliados. O translado do FoE dos EUA para a Grã-Bretanha, ocorrido logo após sua fundação, foi financiado por sir James Goldsmith e pela família Rothschild. Ainda em 1970, Edward Goldsmith, irmão de sir James, fundou a revista *The Ecologist*, da ala radical do movimento ambientalista, e lançou o Partido Verde do Reino Unido, modelo de seus congêneres europeus. O fundador do FoE na França, Brice LaLonde, foi nomeado ministro de Meio Ambiente pelo presidente François Mitterrand, cujo pensamento "ambientalista" pode ser resumido por sua declaração perante a Conferência de Haia, realizada em abril de 1989, de que o Brasil deveria "renunciar a parcelas de sua soberania sobre a região Amazônica". Sua viúva, Danielle Mitterrand, é uma das mais importantes indigenistas internacionais da atualidade e elo de ligação entre o MST e os zapatistas.

Em sua diretoria, o FoE tem contado com representantes da nata do *Establishment* oligárquico, como: o finado Aurelio Peccei, do Clube de Roma; lorde Solly Zuckerman, ex-assessor científico do Governo britânico; e Jonathon Porritt, assessor e amigo pessoal do príncipe Charles. Em novembro de 2000, Porritt foi nomeado para ocupar a "assessoria ambiental" do Ministério das Relações Exteriores britânico, juntamente com sir Crispin Tickell, outro notório estrategista do ambientalismo britânico.

Desde sua fundação, o FoE tem se mantido principalmente com contribuições, das grandes fundações filantrópicas estadunidenses, o que é suficiente para determinar quais são seus reais propósitos "ambientalistas" no Brasil e outros países em desenvolvimento.

No Brasil, os Amigos da Terra atuam em coordenação com a IRN na campanha anti-hidrovias e com o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) de Brasília. Seu representante no País é Roberto Smeraldi.

Associação Amazônia

Fundada em 1992, especificamente para criar a Reserva Ecológica Nixuaú-Xiparinã, situada na margem direita do rio Jauaperi, divisor dos Estados Amazonas-Roraima, cuja compra foi financiada pelo duque italiano Roberto Paolo Imperiali da Vila Franca. Possui diversos convênios com instituições estrangeiras, como a Universidade de Birmigham (Grã-Bretanha), o Instituto para a Qualidade de Vida (Dinamarca), e as Universidades de Siena e Salerno (Itália), entre outras. É afiliada à UICN e possui escritórios em Manaus (sede), Dinamarca e Itália. Seu presidente é Christopher Clark.

Uma de suas características mais interessantes é o vínculo com a Cruz Verde Internacional, fundada pelo ex-líder soviético Mikhail Gorbachov em 1993, para impulsionar a criação dos "capacetes verdes", uma pretendida força paramilitar supranacional de intervenção rápida no âmbito da ONU para enfrentar crises e emergências ambientais.

Canadian International Development Agency - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA)

A CIDA é uma instituição mantida pelo Governo do Canadá. Reporta-se diretamente ao Parlamento, por intermédio do ministro de Relações Exteriores. Foi criada em 1968 por Maurice Strong, como sucessora da External Aid. Opera em conjunto com outra outra agência oficial, o International Development Research Center (IDRC). Desde o final da década de 80, tem financiado diversas ONGs ambientalistas e indigenistas brasileiras.

Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC)

O CEBRAC foi fundado em Brasília, em 1986, por Maurício Galinkin, um dos mais antigos articuladores da campanha contra a hidrovia Paraguai-Paraná. O CEBRAC possui vínculos com a ONG holandesa Both Ends, mantida pelo Governo e pela filial holandesa do WWF.

Em 1994, o CEBRAC foi comissionado pelo WWF para engrossar a campanha contra a hidrovia. Em setembro daquele ano, Galinkin lançou o panfleto *Quem paga a conta?*, no qual tenta demonstrar, com argumentos risíveis, a inviabilidade econômica do projeto. No mês seguinte, o panfleto foi publicado em inglês na sede mundial do WWF, em Gland, Suíça. Na ocasião, Leonardo Lacerda, diretor do WWF para a América Latina, disse que "o projeto (da hidrovia) não deve ser levado adiante".

Galinkin utiliza o mesmo método falacioso empregado pelo Clube de Roma, fazendo extrapolações lineares para analisar efeitos a longo prazo de fenômenos que, por sua natureza, são necessariamente não-lineares.

Mais recentemente, em março de 2000, Galinkin foi comissionado para elaborar mais uma distribe contra outra hidrovia, desta feita, a Araguaia-Tocantins. O "estudo" foi mais uma vez patrocinado pelo WWF e secundado pelo Instituto Socioambiental, International Rivers Network, Coalizão Rios Vivos e outras ONGs regionais que aparecem como coadjuvantes para atenuar o cunho eminentemente geopolítico do trabalho.

Clube 1001

O Clube 1001 foi fundado em 1971, pelo príncipe Bernardo da Holanda, consorte da rainha Juliana, da Casa de Orange, com a finalidade de ajudar a financiar as operações do WWF. O número de membros é restringido a 1001 e a admissão de novos sócios é feita por meio de um convite especial. Todos os membros pagam uma inscrição de 10 mil dólares. Oficialmente denominado 1001 Nature Trust Fund, o clube foi descrito à revista *Executive Intelligence Review* (*EIR*) por um agente de inteligência britânico como "a maior reunião de plutocratas do mundo". O prédio onde se situa a sede do WWF e da UICN, em Gland, Suíça, foi doado pelo Clube 1001.

A seguir, relacionamos alguns dos membros mais ilustres do Clube:

Príncipe Bernardo da Holanda - Fundador do Clube 1001. Na década de 30, participou da diretoria da companhia química alemã I.G. Farben, célebre pela produção do gás Zyklon-B, utilizado em câmaras de gás. Por seus vínculos com o regime nazista, seu casamento com a rainha Juliana provocou um escândalo na Holanda. Em 1961, foi co-fundador da WWF. Em 1976, envolvido no célebre escândalo de suborno da empresa aeronáutica estadunidense Lockheed, renunciou às presidências do Clube 1001 e da WWF, que então acumulava.

Príncipe Henrik da Dinamarca - Presidente do WWF na Dinamarca.

Rei Juan Carlos de Bourbon - Fundador e presidente honorário do WWF na Espanha.

Conrad Black - Presidente da Hollinger Corporation, conglomerado de imprensa que controla mais de 150 jornais e revistas na Grã-Bretanha, Canadá, EUA, Israel e Austrália, além de peça-chave da "Cabala BAC".

Barão Aubrey Buxton de Alsa - Vice-presidente do WWF do Reino Unido. A famíla Buxton dirige o Barclays Bank.

Peter Cadbury - Presidente da Preston Publications PLC e da George Cadbury Trust, uma das maiores *tradings* do Extremo Oriente.

Luc Hoffman - Vice-presidente do WWF International e da UICN (1966-69); diretor da empresa farmacêutica Hoffman-LaRoche.

Alexander King - Co-fundador do Clube de Roma, em 1968. Como alto funcionário da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento

Econômico (OCDE), nos anos 60, foi um dos principais formuladores da política de "reformas educacionais" que abriu caminho para o advento do ambientalismo e da contracultura.

John H. Loudon - Ex-diretor-executivo da Royal Dutch Shell Group; presidente da Shell Oil Co. até 1976. Cavaleiro das famílias reais britânica e holandesa.

Maurice Strong - Vice-presidente do WWF até 1975; primeiro diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); subsecretário da ONU de 1985-87; secretário-geral das conferências de Estocolmo e Rio de Janeiro (Rio-92). Nomeado presidente da Petro-Canada pelo Governo canadense (1976-78). Atual presidente da Ontario Hydro e assessor especial do secretário-geral da ONU, Kofi Annan e da Presidência do Banco Mundial para assuntos ambientais.

Sir Kenneth Kleinwort - Um dos acionistas majoritários do Kleinwort Benson, um dos mais antigos bancos britânicos.

Edmond Safra - Presidente do Banco Safra, falecido em 2000.

JUDEU GAY! Fez um casamento de conveniência com uma dama da ALTA PONTO FRA!
Foi assassinado pela máfia russa!

Clube de Roma

Criado em 1968, por um grupo de estrategistas do *Establishment* oligárquico reunido na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e seu "braço civil", a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o apoio financeiro de várias fundações oligárquicas, como a Ford, Rockefeller e outras. Seu objetivo primário é a difusão da ideologia dos "limites ao crescimento", objeto de uma série de relatórios publicados a partir de 1972. Desde a sua fundação, tem sido um dos principais integrantes do "Estado-Maior" do movimento ambientalista.

Coalizão Rios Vivos

Fundada em dezembro de 1994, sob os auspícios do WWF, especificamente para coordenar a campanha contra a hidrovia Paraná-Paraguai. Reúne mais de 300 ONGs de vários países do mundo. Por intermédio de seus integrantes, recebe recursos do Governo da Holanda, tanto por intermédio do Ministério da Cooperação Internacional como pela ONG Both Ends, mantida pelo Governo e pela seção holandesa do WWF. A Coalizão Rios Vivos conta também com recursos financeiros das fundações estadunidenses C. S. Mott e W. Alton Jones. Desta última, recebeu não menos de 234 mil dólares.

O Brasil está representado na Coalizão pelas ONGs ECOA e Instituto Centro de Vida. A Argentina tem como representante a Fundación Kattan de Buenos Aires e a Taller Ecologista de Rosario. O Paraguai, pela Sobrevivencia, que, por sua vez, recebeu 140 mil dólares da Fundação W. Alton Jones.

Comissão Para a Criação do Parque Ianomâmi (CCPY)

Foi fundada em 1978, sob os auspícios da Survival International, para "nacionalizar" a campanha para a criação da reserva ianomâmi, após a expulsão de seus representantes no Brasil, em 1976. A CCPY começou a atuar como a conexão brasileira do lobby oligárquico britânico, convertendo-se em sua principal propagandista frente ao Governo, Congresso e grupos privados brasileiros. Iniciaram-se então diversas campanhas internacionais de pressão, que incluíram ações legais contra o Brasil na ONU, na OEA e na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o país passou a aparecer como o "vilão ambiental planetário número um". Na época, sua figura de proa era a fotógrafa suíça Claudia Andujar.

Em 21 se setembro de 1997, Tony Lloyd, então ministro das Relações Exteriores do Reino Unido e da Comunidade Britânica, fez uma visita aos escritórios da CCPY, onde reuniu-se com Claudia Andujar. O ministro se fez acompanhar pelo embaixador britânico no Brasil e pelo cônsul-geral de São Paulo. Após seu regresso à Grã-Bretanha, Lloyd enviou a seguinte carta à CCPY: "O Governo Britânico tem uma grande simpatia com a finalidade e objetivos do trabalho que vocês estão realizando. Estejam certos que o Governo Britânico veria com preocupação qualquer ameaça ao modo de vida que os ianomâmis pretendem manter, e se utilizará de todas as oportunidades para encorajar os governos brasileiro e venezuelano para que cumpram suas promessas de proteger o ambiente no qual os ianomâmis vivem contra a ameaça de garimpagem de ouro ilegal e sem controle."

Em agosto de 1999, provocou revolta na população de Roraima o convênio assinado entre a Fundação Nacional de Saúde e a CCPY para que esta passasse a administrar 12 dos 25 postos de saúde do Distrito Sanitário Ianomâmi, com duração de 15 meses e envolvendo a quantia nada desprezível de R$ 7,5 milhões. Em realidade, o "projeto saúde" da CCPY conta, desde 1994, com o apoio financeiro do Banco Mundial e de agências de desenvolvimento externo dos governos do Reino Unido e da Alemanha.

A CCPY conta ainda com outras verbas de agências internacionais, entre as quais o PNPI - Programa Norueguês para Povos Indígenas, e a Rainforest Foundation, da Noruega; a Oxfam e a Survival International, do Reino Unido e da França; e a Iwgia, da Dinamarca. Segundo a descrição da própria CCPY: "No Brasil, o CEDI, NDI, CIMI, Diocese de Roraima, Comissão Pró-Índio de São Paulo, entre outras, trabalharam na campanha de demarcação da área indígena, até sua realização, em 1992. Importante também foi o apoio sem reservas

e durante muitos anos, do senador Severo Gomes Em 1997, a CCPY foi agraciada com o terceiro prêmio de Direitos Humanos da presidência da República Federativa do Brasil."

Na atual diretoria da CCPY permanecem Bruce Albert e Carlos Alberto Ricardo, que pertence também ao Instituto Socioambiental e à Rainforest Action Network.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

O CIMI foi fundado em 1972, como braço militante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a questão indígena. Dois anos depois, iniciou uma série de "assembléias indígenas" para conscientizá-los de seus direitos. Em 1980, um grupo de indígenas organizados pelo CIMI fundou a União das Nações Indígenas (UNI) para promover a autonomia e a autodeterminação dos indígenas brasileiros.

Desde a sua criação, o CIMI tem estado profundamente envolvido em praticamente todas as iniciativas do *Establishment* oligárquico para fomentar o "indigenismo" no Brasil. Nos primeiros meses de 2000, o CIMI foi abertamente acusado por entidades indígenas de Roraima de fomentar dissenções e violência entre as comunidades indígenas do Estado.

É difícil determinar as fontes patrocinadoras do CIMI. Sabe-se que várias ONGs vinculadas ao Conselho Mundial de Igrejas e que atuam no Brasil prestam "ajuda" a algumas de suas operações. Dentre estas ONGs destacam-se a Christian Aid e a ICCO. Entre 1992 e 1994, o CIMI recebeu 85.000 dólares da Fundação Nacional para a Democracia (NED) dos EUA, para "ajudar a fortalecer organizações independentes e assistir comunidades indígenas para defender seus direitos em meio a uma atmosfera violenta e discriminatória" (a NED é uma organização mantida pelo Governo dos EUA e dirigida pelo Congresso deste país, cujo objetivo é fomentar a agenda neoliberal em todo o mundo; sua existência veio à luz por ocasião do escândalo Irã-Contras, operações triangulares que envolveram trocas de armamentos por drogas com os rebeldes anti-sandinistas "Contras" da Nicarágua).

Conselho Mundial de Igrejas (CMI)

Atualmente sediado na Suíça, o CMI foi fundado em 1937, em um seminário realizado na Universidade de Oxford, Inglaterra, do qual participaram representantes da nata do *Establishment* anglo-americano. Um deles foi lorde Lothian, que deu o tom da entidade ao palestrar sobre a "influência demoníaca da soberania nacional". O CMI é integrado pela Igreja Anglicana, cujo chefe é o monarca da Grã-Bretanha, e outras igrejas protestantes. A Igreja Católica, apesar de não integrá-lo, envia representantes às suas reuniões.

O CMI e sua rede de ONGs associadas têm financiado ativamente o aparato internacional de "direitos humanos" e, igualmente, tem apoiado ativamente levantamentos separatistas, como o do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em Chiapas, México.

Uma das funções do CMI é coordenar mundialmente as ações dos seguidores da Teologia da Libertação, que propõe igrejas autóctones indígenas (pagãs). Em junho de 1997, o papel desestabilizador do CMI foi denunciado pelo cardeal Joseph Ratzinger, presidente da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano, ao afirmar que "grande parte dos bispos católicos da América Latina se lamentam comigo do fato de que o Conselho Ecumênico de Igrejas (outra denominação do CMI - n.a.) tem dado uma grande ajuda aos movimentos de subversão, uma ajuda que talvez tivesse boas intenções, mas que acabou sendo bastante danosa para o Evangelho".

Mais recentemente, o CMI tem sido um dos mentores da campanha internacional de desarmamento civil, tendo sido um dos fundadores da Rede de Ação Internacional de Armas Pequenas (IANSA), entidade criada em Haia, Holanda, em maio de 1999, para coordenar a campanha em âmbito mundial.

No Brasil, o CMI tem participado ativamente do movimento indigenista, por intermédio de seu apoio à criação do CEDI e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (ver referência). Na campanha pró-desarmamento, seu principal parceiro é o Movimento Viva Rio.

As seguintes organizações atuam na órbita do CMI:

• **Organização Interéclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO):**

Sediada na Holanda e mantida por igrejas protestantes européias. Em 1994, seu orçamento anual era de 86,5 milhões de dólares, dos quais 8,1 milhões de dólares foram repassados a ONGs brasileiras. Seus temas prioritários são desenvolvimento rural sustentável, direitos humanos e ambientalismo.

• **Brot für die Welt (Pão para o Mundo):**

Pertencente à Igreja Evangélica na Alemanha. Em 1994, tinha uma receita anual de 100 milhões de dólares, tendo feito doações de 4 milhões de dólares a ONGs brasileiras. Atua basicamente junto a ONGs ligadas a pequenos produtores rurais, povos indígenas, o MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Uma de suas atividades no Brasil inclui o que denomina "Diálogo Grande Carajás".

• **Christian Aid:**

Baseada em Londres, é mantida por igrejas protestantes européias. Em 1994, seu orçamento anual era de 75 milhões de dólares, tendo feito doações de 2,2 milhões de dólares a organizações brasileiras.

Conservation International

É uma dissidência da The Nature Conservancy (TNC). A CI é muito ativa na América do Sul e foi dela a idéia de criar um parque natural na região da Cordilheira do Condor, área de conflito entre Peru e Equador, que foi palco de operações militares de envergadura. A região possui comprovados depósitos auríferos e outros minérios. Várias mineradoras da Comunidade Britânica ou suas *junior partners*, como a TVX Gold, de Luke Batista (filho de Eliezer Batista, ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, ex-diretor da CI e atualmente um dos conselheiros da CI-Brasil), possuem concessões na região.

A CI também está presente na Selva Lacandona, centro operacional dos "zapatistas", guerrilheiros que pregam a separação do riquíssimo estado mexicano de Chiapas. Peter Seligman, então presidente da CI, anunciou em 17 de junho de 1996 que a entidade canalizaria 10 milhões de dólares para a serem aplicados em "projetos" na Selva Lacandona. O dinheiro foi doado à CI pelo Grupo Pulsar, um consórcio empresarial mexicano baseado em Monterrey, que tem negócios em mais de 100 países, envolvendo serviços financeiros, produtos agrícolas, agrobiotecnologia e laboratórios. O presidente do grupo é Alfonso Romo, um empresário *nouveau riche* de Monterrey, de quem se diz que sua fortuna teve origem no tráfico de narcóticos. Ele possui grandes propriedades rurais em Chiapas e, desde o levante dos zapatistas tem afirmado publicamente que "não tem problemas" com o grupo, porque "sabe como tratá-los".

É também bastante conhecida a atuação da CI na criação e administração de um cordão de parques naturais no Peru e na Bolívia, que inclui a região de Camisea, no Peru, onde estão localizadas as maiores reservas petrolíferas do país, cuja concessão pertence à Mobil Oil e à Shell, esta uma das principais patronas do WWF.

No Brasil, além da Mata Atlântica, a CI definiu como prioridade três outras áreas: o Pantanal, o Cerrado e a Caatinga. A CI financia ou mantém convênios com diversas ONGs locais e promove "workshops" para garantir que as ações dos ambientalistas no Brasil estejam sincronizadas com a agenda e o cronograma estabelecidos.

Para desenvolver seus projetos no Brasil, a CI foi uma das beneficiárias da USAID, que destinou ao Brasil 5 milhões de dólares em seu orçamento de 1997 e 4,75 milhões de dólares no de 1998, para o desenvolvimento de atividades florestais "ambientalmente sustentáveis", onde se incluem especificamente a Amazônia e o Cerrado brasileiros.

Um destes convênios da CI no Brasil é feito com a Fundação Ecológica de Mineiros (Fundação Emas), que administra o Parque das Emas, no sul de Goiás, localizado estrategicamente no divisor de águas das bacias Prata-Araguaia.

O convênio é financiado pela Alfred Jurzykowski Foundation, e pela Ford Motor Company. Outro convênio, feito com a Comunidade Indígena Kayapó, visa a conservação dos ecossistemas do Alto Xingu e tem como patronos financeiros a Embaixada do Canadá no Brasil, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a Ford Motor Company, a David Suzuki Foundation e o Banco Mundial.

A CI é a mentora da criação do conceito de "corredores de conservação" para "resolver o dilema da fragmentação de habitats e impactos adversos para a sobrevivência de espécies".

A utilização da carta ambiental pelo *Establishment* anglo-americano como fator de controle geopolítico foi claramente enunciado pelo atual presidente mundial da Conservation International, Russel Mittermeier, ex-vice-presidente do Programa de Conservação do WWF, num seminário realizado em 1990 no Brasil: "Com o alívio das tensões Leste-Oeste, o mundo entrou em uma era na qual as agendas política e econômica serão modeladas pelo alargamento do fosso entre as regiões temperadas e tropicais. Nesta nova era, a conservação de florestas tropicais não é apenas uma prioridade ambiental mas um marco de estabilidade geopolítica."

Cultural Survival

Criada em 1972, em Cambridge, Massachussets (EUA), pelo antropólogo britânico David Maybury Lewis, como uma filial norte-americana da Sociedade para os Povos Ameaçados (Society for Endangered Peoples), ONG vinculada à Casa Real dinamarquesa. A CS surgiu para engajar os antropólogos na "carta indigenista" epecificada pela oligarquia britânica um ano antes, explicitada na Declaração de Barbados (1972), culminação do seminário preparado e patrocinado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), segundo a qual os povos indígenas deveriam ser vistos "povos colonizados" e que os antropólogos deveriam comprometer-se a lutar por sua "libertação".

Cambridge foi escolhida como sede da CS porque aí localiza-se também a Universidade de Harvard, sede do chamado Projeto Chiapas, uma das mais antigas iniciativas do *Establishment* anglo-americano para "perfilar" os povos indígenas de uma dada região, com o objetivo de fomentar o separatismo étnico entre eles. Apenas entre 1957 e 1977, os antropólogos do Projeto Chiapas produziram 27 livros, 21 teses de doutorado, 33 teses univesitárias, duas novelas e um filme sobre os indígenas desse Estado do Sul do México (situado na fronteira com a Guatemala, rico em jazidas minerais e onde localiza-se a segunda maior reserva petrolífera do país). A CS desempenhou um papel central na formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), os chamados "zapatistas", organização terrorista que prega a autonomia da população indígena de Chiapas.

Em 1982, a CS se instalou no Brasil, onde tem atuado em especial com os indígenas caiapós. David Maybury Lewis foi um dos principais responsáveis pela transformação do cacique caiapó Paulinho Paiakan numa "estrela internacional" do indigenismo-ambientalismo.

Departamento para o Desenvolvimento Internacional (Department for International Development - DFID)

Departamento do Governo britânico, sucessor da Overseas Development Administration, que, por sua vez, sucedeu o antigo Colonial Office, órgão responsável pela administração das colônias ultramarinas do Império Britânico. A importância conferida pelo governo britânico ao DFID pode ser avaliada por seus dirigentes, a começar por seu secretário permanente, Sir John Vereker. Além de membro do Conselho Britânico - instituição que governa de fato os integrantes da Comunidade Britânica - Sir Vereker foi secretário particular de três ministros e, de 1980 a 1983, integrou o gabinete de Margaret Thatcher; em 1992-93, foi subsecretário de Educação e está no DFID desde 1994.

Ecologia e Ação (ECOA)

Fundada em 1989 por Alcides Farias, tem sede em Campo Grande (MS). Representa a Coalizão Rios Vivos no Brasil, sendo responsável pela Secretaria Executiva da coalizão.

Como seu "clone" de Cuiabá, o ICV, a ECOA tem sido agraciada com generosas doações de fundações filantrópicas e governos estrangeiros. Recebeu pelo menos 115 mil dólares da Fundação W. Alton Jones e partilhou com outras ONGs do "Esquema Pantanal" 368 mil dólares doados pelo IDRC canadense, para a "Fase 2"da criação de centros de ação ambientalistas no Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Ecotrópica

Criada e dirigida por Adalberto Eberhard, foi fundada em 1989 e tem sede em Cuiabá (MT). A Ecotrópica mantém estreitos vínculos com a ONG estadunidense The Nature Conservancy, que, em 1995, adquiriu por um milhão de dólares uma área 60 mil hectares no Pantanal Matogrossense, transferindo o seu título de propriedade para a Ecotrópica, para a criação das reservas Acurizal, Penha e Dorochê, localizadas na fronteira com a Bolívia. A Ecotrópica conta ainda com o apoio institucional da Conservation International, do WWF e, eventualmente, suporte financeiro da Fundação W. Alton Jones.

Environmental Defense Fund (EDF)

ONG estadunidense fundada em 1967, especificamente para a campanha contra o DDT. Foi a primeira ONG "jurídica", criada para "defender o meio ambiente nos tribunais do país". Em 1993, seu orçamento anual foi de 17,4 milhões de dólares. Mantida basicamente por grandes fundações, é dirigida por políticos e altos funcionários do Governo estadunidense, como Anthony A. Lapham, que foi diretor do EDF entre 1972-76, renunciou em 1976 e foi servir na CIA, que deixou em 1979, tendo retornado ao EDF em 1981. Outro exemplo é Paul Nitze, especialista em controle de armas, funcionário do Departamento de Estado e ex-assessor dos governos Kennedy, Johnson e Nixon; foi diretor do EDF logo após o Governo Bush.

Por sua vez, Frank Loy foi presidente do EDF entre 1983 e 1990, tendo sido nomeado subsecretário de Estado para Assuntos Globais no Governo Clinton, no lugar de Tim Wirth, que foi administrar o fundo de um bilhão de dólares doados às Nações Unidas pelo magnata das telecomunicações Ted Turner, que, incidentalmente, vem a ser também diretor do EDF.

O EDF participou ativamente da primeira etapa da investida ambientalista contra o Brasil, nos anos 80, desfechada contra o programa Polonoroeste e, posteriormente, desempenhou um importante papel na transformação do líder seringueiro Chico Mendes em estrela do movimento ambientalista.

Fundação Ford

Foi uma das pioneiras no financiamento do movimento ambientalista, já na década de 50. Igualmente, teve participação decisiva na deflagração da contracultura, principalmente com a ascensão de McGeorge Bundy à sua Presidência, em 1966. Sob sua direção, a Fundação Ford financiou diretamente uma série de organizações da chamada "Nova Esquerda" estadunidense, as quais forneceram muitos dos quadros para as futuras organizações ambientalistas. Em 1977, a Fundação doou 400.000 dólares para a fundação do Natural Resources Defense Council. A partir da década de 80, passou a financiar iniciativas ambientalistas no exterior, o que vem fazendo até os dias de hoje.

Fundação Interamericana (IAF)

A Inter-American Foundation foi criada pela Administração Nixon, especificamente para promover os interesses dos EUA junto ao nascente movimentos de organizações não-governamentais (ONGs) na América Latina, em especial na área ambiental. É mantida pelo Congresso dos EUA

e sua diretoria é composta por três deputados e por seis empresários nomeados pela Casa Branca, reportando-se diretamente a comissões específicas da Câmara de Deputados e do Senado.

A IAF proporcionou uma importante contribuição financeira para as primeiras ONGs ambientalistas brasileiras, na década de 70.

Fundação MacArthur

Criada em 1970, tornou-se rapidamente uma das maiores fundações dos EUA e uma das mais envolvidas nos programas da cúpula do *Establishment* anglo-americano. Na área ambiental, patrocinou os estudos do WWF e Nature Conservancy para a elaboração das chamadas trocas de dívida por natureza (*debt-for-nature swaps*). O padrão de suas doações neste campo denota claramente uma tendência para a imposição do intervencionismo ambientalista nos países subdesenvolvidos.

Fundação Rockefeller

Uma das mais antigas fundações oligárquicas estadunidenses (a entidade que a precedeu foi criada em 1893), a trajetória da Fundação Rockefeller é a mais clara demonstração do *modus operandi* do *Establishment* anglo-americano em seus programas de "engenharia social", estabelecendo um padrão que seria seguido pelas fundações criadas posteriormente. Já nas primeiras décadas do século 20, envolveu-se ativamente na promoção do movimento eugênico, financiando instituições dedicadas à "higiene racial" em vários países. No pós-guerra, ao mesmo tempo em que apoiava os programas de pesquisa agrícola que resultaram na "Revolução Verde", deu um grande impulso ao movimento de controle de população. Durante a década de 70, juntamente com outras fundações do aparato Rockefeller, foi instrumental para a "decolagem" do movimento ambientalista, tanto nos EUA como em outros países.

Em 1986, a Fundação estabeleceu o seu próprio Programa Ambiental Global, para financiar programas nas áreas de conservação de energia, desenvolvimento sustentado e uso de recursos naturais. Em 1990, foi criado um ambicioso programa de formação de "lideranças ambientais, denominado **Lideranças para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento** (LEAD, na sigla em inglês).

Lideranças para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (LEAD)

Programa criado para "cultivar uma rede de talentosos profissionais de diversas disciplinas e setores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável". Seu orçamento inicial foi de 50 milhões de dólares. Tem ramificações em vários países, inclusive no Brasil, onde foi fundado em 1991

JUDEU!

com o nome Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL). O primeiro presidente da ABDL foi José Goldemberg, que também integra o comitê internacional do programa.

Em 11 de junho de 1991, a *Gazeta Mercantil* afirmou que "a Fundação Rockefeller pretende investir no Brasil 5 milhões de dólares nos próximos cinco anos na formação de líderes na área ambiental, com a finalidade de preparar formadores de opinião capazes de ter uma visão ampla dos problemas ambientais e de suas implicações econômicas". Sir Shridath Ramphal, que ocupava na ocasião a presidência do Comitê Internacional do programa, é membro do mais alto escalão do aparato ambientalista internacional: ex-secretário-geral da Comunidade Britânica de 1975 a 1990, é também o atual presidente da UICN. Três dirigentes da ABDL - Israel Klabin, Henrique Rattner e Enéas Salati - escreveram capítulos do *Relatório de Uma Análise Independente*, documento elaborado pelas ONGs Environmental Defense Fund e pelo CEBRAC para combater o projeto da hidrovia Paraná-Paraguai.

JUDEUS!

Fundação W. Alton Jones

Uma das mais poderosas fundações estadunidenses. Seu balanço de 1999 revelou ativos superiores a 426 milhões de dólares, tendo feito doações da ordem de 58 milhões de dólares. Seus "ecodólares" têm sido fundamentais para a movimentação das campanhas anti-hidrovias na América do Sul, principalmente contra a hidrovia Paraná-Paraguai, para a qual doou diretamente mais de 1,1 milhão de dólares. Seus principais receptores foram as ONGs International Rivers Network, Coalizão Rios Vivos, ICV, ECOA, Sobrevivencia, Ecotrópica, EDF e Wetlands for the Americas.

Adicionalmente, fez as seguintes doações para programas "ambientais" destinados ao Brasil: 100 mil dólares para a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Suatentável, presidida por Israel Klabin; 275 mil dólares para o Amazon Conservation Team; 204 mil dólares para a Amazon Watch; 100 mil dólares para a Fundação Vitória Amazônica; 80 mil dólares para o Instituto de Advogados para um Planeta Verde; 48 mil dólares para a SOS Amazônia; 684 mil dólares para o World Resources Institute (inclui outros países); 239 mil dólares para a Rainforest Alliance (inclui outros países); 100 mil dólares para a Universidade de Maryland; 184 mil dólares para a Universidade de Washington.

Fundo Mundial para a Natureza (World Wide Fund for Nature - WWF)

O WWF foi fundado em 1961, com o nome Fundo Mundial para a Vida Selvagem (World Wildlife Fund), por um grupo de estrategistas e planejadores políticos e econômicos do *Establishment* britânico, com o

objetivo de compor, juntamente com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o "Estado-Maior" do movimento ambientalista internacional.

Os patronos do WWF são grandes corporações britânicas (como a Shell, ICI, Cadbury, National Westminter Bank e outras), fundações "filantrópicas" estadunidenses (Rockefeller, Ford, MacArthur) e até mesmo instituições governamentais como a USAID. Sua diretoria é predominantemente constituida de luminares das grandes famílias do *Establishment* oligárquico da Europa e América do Norte.

Sediado em Gland, Suíça, o WWF, que mudou o nome para Fundo Mundial para a Natureza (World Wide Fund for Nature), tem escritórios em 27 países, inclusive o Brasil. Em nosso País, desenvolve cerca de 40 projetos, sendo suas duas principais linhas de atuação a "conservação" da Amazônia e do Pantanal Matogrossense. Neste último caso, desde 1992, o WWF coordena a campanha contra a implementação da hidrovia Paraná-Paraguai, "esterilizando" o Pantanal contra o desenvolvimento econômico que acompanharia a plena operação da hidrovia. Com a obstaculização da hidrovia, o WWF pretende bloquear o seu desdobramento natural, a ligação das bacias do Amazonas e do Prata, que, juntamente com a interligação com a bacia do Orenoco (que já está naturalmente ligada à Bacia Amazônica pelo canal de Cassiquiare), formariam a chamada Grande Hidrovia, com 10 mil quilômetros de extensão, integrando todos os países sul-americanos, exceto o Chile. Em 1994, o WWF auspiciou a criação da Coalizão Rios Vivos, um agrupamento de mais de 300 ONGs de vários países, dedicado à campanha contra as hidrovias brasileiras. No início de 1998, o WWF e o Greenpeace estabeleceram uma divisão de trabalho no Brasil, segundo a qual o primeiro se concentraria na campanha anti-hidrovia e o segundo, na Amazônia. Para tanto, o WWF estabeleceu um escritório em Corumbá (MT) e o Greenpeace, outro em Manaus (AM).

Em 1996, o WWF anunciou que seu capítulo brasileiro seria "autônomo", contando com um orçamento anual de 5 milhões dólares. Como ocorre com a organização internacional, a diretoria do WWF Brasil era constituída na época por uma constelação de representantes do *Establishment*. Entre eles, destacavam-se: presidente: José Roberto Marinho (Organizações Globo); vice-presidentes: Mario Augusto Freitas (CAEMI) e Paulo Nogueira Neto (ex-presidente da SEMA); diretores: José Pedro de Oliveira Costa (atual secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente), Joseph Safra (Banco Safra) e Roberto Paulo Cezar de Andrade (BRASCAN).

Greenpeace

Talvez a mais conhecida ONG ambientalista do mundo, a criação do Greenpeace foi um dos mais bem sucedidos projetos do "Clube das Ilhas" na configuração do movimento ambientalista, o qual foi executado por intermédio do WWF e de alguns veteranos dos serviços de inteligência britânicos. Sua fundação remonta a 1969, em Vancouver, Canadá, com o nome Comitê Não Faça Ondas (Don't Make a Wave Committee), cujo objetivo era protestar contra testes nucleares estadunidenses (Vancouver é um notório "asilo para aposentados" de ex-funcionários da inteligência britânica e centro de operações destes serviços visando os EUA e as outras nações da bacia do Pacífico).

Os primeiros membros da organização foram recrutados entre membros do Sierra Club canadense, do grupo terrorista estadunidense Weathermen, da Frente de Libertação de Vancouver e de grupos locais hippies, maoístas e trotskistas. Outro grupo relevante nesta fase foi o Quakers Canadenses Pela Paz, liderado por Irving Stowe e financiados pelo Fundo Cadbury. A família Cadbury, que integra a cúpula da oligarquia britânica, ocupa postos de destaque no WWF, sendo Peter Cadbury, presidente do Fundo Cadbury na época, igualmente membro do Clube 1001. Por sua vez, Christopher Cadbury integra o conselho executivo do WWF do Reino Unido.

Em 1971, o Comitê Não Faça Ondas mudou o nome para Fundação Greenpeace. Seu primeiro chefe foi Ben Metcalfe, veterano integrante do aparato de inteligência britânico. Outro importante membro fundador do Greenpeace foi Robert Hunter, correspondente ambiental do jornal *The Sun* de Vancouver. Numa entrevista ao escritor ambiental Fred Pearce, Hunter falou abertamente sobre a tática de propaganda da organização: "Não é que tenhamos mentido. Isto nunca é feito na propaganda moderna. Mas pintávamos um quadro muito exagerado sobre os múltiplos perigos que seriam deflagrados... tsunamis, terremotos, nuvens radiativas, dizimação da pesca, bebês deformados. Nunca dissemos que isto aconteceria, mas que poderia acontecer." Segundo ele, "em lugar de mísseis, nós disparamos imagens: bombas mentais transportadas pela mídia mundial".

Em 1972, juntou-se à organização o canadense David McTaggart, que logo assumiria a sua liderança. Embora a "história oficial" do Greenpeace o aponte como um ex-empreendedor imobiliário, outras fontes afirmam que ele tem um obscuro passado nos serviços de inteligência. Sua ascensão na hierarquia do grupo foi grandemente facilitada pela morte de Irving Stowe, em 1974, pois este se opunha à crescente tendência para o terrorismo aberto que o grupo ia tomando.

A partir de 1977, com o apoio financeiro explícito do WWF, o Greenpeace iniciou a sua expansão internacional, com a instalação de um

escritório em Londres e a aquisição do primeiro navio de sua frota, o *Rainbow Warrior*. Outra ONG ligada ao *Establishment* anglo-americano que ajudou a escalada do Greenpeace foi a Friends of the Earth, que lhe forneceu não apenas dinheiro, como também pessoal para dirigir os primeiros escritórios europeus. Em outra oportunidade, a Royal Dutch Shell doou secretamente cerca de 2 milhões de dólares ao grupo, que, supostamente, foram para um fundo de lobby contra a caça à baleia.

A partir de 1978, sob a coordenação do diretor-executivo do WWF, sir Peter Scott e do príncipe Philip, o WWF e o Greenpeace estabeleceram uma "força-tarefa" para dominar a Comissão Internacional de Caça à Baleia (IWC) e acabar totalmente com a indústria baleeira. As reuniões do grupo eram feitas no escritório do WWF em Londres. Graças ao reforço de vários países da Comunidade Britânica de Nações, sem qualquer tradição baleeira, além de outras pequenas nações "convencidas" por generosas doações financeiras, em 1982, o número de membros da IWC havia subido de 17 para 37. Simultaneamente, o Greenpeace desfechava uma campanha de propaganda e paramilitar contra os baleeiros em todos os oceanos. A ampliada frota do Greenpeace se envolveu numa série de "ações diretas", amplamente propagandeadas, contra baleeiros da Islândia, Rússia, Japão e outros países. Ao mesmo tempo, o grupo se ramificou para investir contra caçadores de focas na Noruega e na Terra Nova.

Na medida em que aumentava a violência das "ações diretas" do grupo, o Greenpeace começou a gerar várias "subsidiárias" radicais e criar a aparência de estar distante de suas ações. Em 1977, Paul Watson, membro do grupo original de Vancouver e ex-membro da Frente de Libertação de Vancouver, abandonou a organização para criar a Sea Shepherd Conservation Society. A Sea Shepherd também recebia fundos das redes da Casa de Windsor, por intermédio do WWF dos EUA e da Sociedade Real para a Prevenção de Crueldade contra os Animais britânica.

Watson, pintado pela mídia como um "romântico" defensor dos animais marinhos, já dirigiu centenas de abalroamentos de navios e outras ações de sabotagem contra a indústria baleeira de vários países. No início de 2000, ele esteve no Brasil para inaugurar um escritório da Sea Shepherd em Porto Alegre (RS). Com os auspícios do governador Olívio Dutra, a ONG passou a "assessorar" as autoridades estaduais e federais na repressão à pesca clandestina no litoral do Estado.

Em 1985, outro ramo prototerrorista surgiu da campanha do Greenpeace contra a indústria de peles, o Lynx (Lince), acusado de desfechar uma série de ataques à bomba contra lojas de departamentos londrinas que comerciavam peles.

Outra organização ecoterrorista com a qual o Greenpeace tem vínculos notórios é o Earth First! (Terra Primeiro!), fundado nos EUA em 1979 por dissidentes do Sierra Club e da Wilderness Society. Célebre por suas ações de sabotagem de equipamentos de indústrias acusadas de "devastação ambiental", principalmente a madeireira, o Earth First! já atuou em várias ações conjuntas com o Greenpeace. De uma lista de "devastadores do meio ambiente" publicada pelo grupo, o ecoterrorista Unabomber escolheu algumas das vítimas dos seus ataques à bomba.

No final da década de 80, McTaggart se afastou ostensivamente de sua posição como presidente do Greenpeace (na realidade, ele continua a dirigir a organização dos bastidores, ainda supostamente mantendo uma fieira de contas em bancos suíços, para manejar as ações mais "sensíveis" do grupo). Na ocasião, lorde Peter Melchett se tornou o diretor do escritório londrino da organização. Melchett é herdeiro da fortuna da Imperial Chemical Industries (ICI), outra das corporações estelares do "Clube das Ilhas".

Atualmente, o Greenpeace tem escritórios em 30 países e dispõe de um orçamento anual da ordem de 100 milhões de dólares.

Em 1991, o grupo abriu escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo (posteriormete, o do Rio foi fechado, tendo sido aberto um em Manaus). Inicialmente, um dos seus principais alvos foi o programa nuclear brasileiro. No início de 1993, o Greenpeace passou a encabeçar a chamada Rede Brasileira Antinuclear, aliança que tinha entre seus integrantes as seções paulistas do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nos dois anos seguintes, a aliança desfechou uma virulenta campanha contra a utilização da energia nuclear no País, que incluiu ações cinematográficas como a "caravana antinuclear" que entregou um abaixo-assinado contra o programa nuclear ao presidente Itamar Franco, e a invasão do canteiro de obras da usina Angra-2, em novembro de 1994.

A campanha antinuclear do Greenpeace ensejou uma imediata resposta do setor nuclear brasileiro. Encabeçado pela Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN), o setor desfechou um bem sucedido esforço de contrapropaganda e esclarecimento público sobre a energia nuclear e o papel das ONGs, o qual acabou se firmando como um exemplo internacional de como se lidar com o radicalismo ambientalista e conseguiu minimizar consideravelmente o clamor antinuclear no País (que, diga-se de passagem, nunca foi muito pronunciado). O fracasso do Greenpeace ficaria definitivamente selado com o prosseguimento do programa nuclear nacional e, particularmente, com a inauguração da usina Angra 2, em abril de 2000.

Em 1999, o Greenpeace anunciou uma grande campanha na Amazônia, com o objetivo de denunciar a exploração predatória de madeira. Com um orçamento superior a 5 milhões de dólares, a campanha incluiu uma viagem de três meses do navio *Amazon Guardian* pela região, entre março e maio de 2000.

Outro alvo do grupo é o uso das sementes geneticamente modificadas (chamadas transgênicos) em cultivos agrícolas. Nesta cruzada irracional e anticientífica - como todas as suas campanhas -, o Greenpeace estabeleceu mais uma aliança com o PT, na figura do governador gaúcho Olívio Dutra, que tem apoiado as atividades da organização no Estado.

Grupo de Trabalho Europeu para a Amazônia (European Working Group on the Amazon - EWGA)

Grupo *ad hoc* integrado por inúmeras ONGs ambientalistas e representantes de vários governos de países amazônicos, entre os quais o Brasil, para a coordenação de ações na Amazônia. O EWGA é coordenado pela IUCN e pelo WWF. Atualmente, é dirigido por Wouter Veening, do capítulo holandês da UICN. Reúne-se usualmente em Amsterdam, Holanda.

Instituto Centro de Vida (ICV)

O ICV foi criado por Sérgio Guimarães em 1991 e é sediado em Cuiabá (MT). Ex-secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Guimarães é pródigo no recolhimento de "doações" estrangeiras, inclusive de governos, para promover a "carta ambiental" contra o desenvolvimento econômico do Mato Grosso. Até meados de 1997, ele mantinha sob sigilo a origem dos recursos do ICV. Em agosto daquele ano, o jornal *Gazeta* de Cuiabá tornou público os seus vínculos estrangeiros, ao reproduzir trechos relevantes do relatório especial "A Grande Hidrovia", do *EIR Alerta Científico e Ambiental*.

Entre outros, o ICV tem recebido recursos financeiros da Fundação W. Alton Jones, do Governo canadense, por intermédio do IDRC e do Governo dos EUA, via Inter-American Foundation (IAF).

Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC)

Sediado em Brasília, foi criado por Maria José Jaime, em 1978, para efetuar lobby no Congresso brasileiro para as iniciativas ligadas ao indigenismo, direitos humanos e ambientalismo. Maria José Jaime foi membro da Ação Popular e, em 1968, tornou-se maoísta. Um ano depois, após o seqüestro do embaixador dos EUA Charles Elbrick, foi para China onde recebeu treinamento político e militar. Em 1972, foi para o Chile e, depois,

para o Peru, onde trabalhou para a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), mantida pelo CIDA. Em 1976, retornou ao Brasil e criou o INESC dois anos depois.

O INESC contrata especialistas para realizarem pesquisas sobre direitos humanos, questões indígenas, reforma agrária etc., e desenvolveu um ativo trabalho de lobby na tentativa de orientar a elaboração dos itens referentes à política ambiental e indigenista durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1987-88. Segundo a jornalista canadense Elaine Dewar, o INESC recebeu fundos de ONGs estadunidenses e européias, principalmente vinculadas a igrejas. A Fundação Interamericana (IAF) também contribuiu para o INESC, doando 150.000 dólares entre 1988 e 1990. Um elemento-chave foi José Carlos Libânio, na ocasião, coordenador do INESC, para assuntos indígenas. Ele atuou também como consultor da CIDA e da embaixada canadense em Brasília. Libânio acompanhou o ex-primeiro ministro canadense Pierre Trudeau na viagem que este fez à Amazônia em 1988, quando visitou várias tribos indígenas, entre as quais os ianomâmis.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
– ver *Woods Hole Research Center*

Instituto Socioambiental (ISA)

O Instituto Socioambiental (ISA) é o sucessor do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), desmembrado em 1994. Atualmente, é uma das mais ativas ONGs brasileiras, destacando-se em ações envolvendo questões indígenas, especialmente a manipulação de tais temas para obstaculizar os projetos hidroviários em curso no País.

Os vínculos do ISA com o aparato ambientalista internacional podem ser constatados na lista dos seus membros fundadores, que inclui:

• *Barbara Bramble*: diretora de Projetos Internacionais da National Wildlife Federation (NWF), ativa participante da campanha contra o Projeto Polonoroeste e do "Projeto Chico Mendes", na década de 80.

• *Stephen Schwartzman*: ativista do Environmental Defense Fund (EDF) nos anos 80, integrante da mesma rede. Trabalhou concomitantemente no INESC, no desenvolvimento de laços entre ONGs estadunidenses e brasileiras. Foi também o elo de ligação entre o CEDI e o EDF.

• *Willem Pieter Groeneveld*: holandês radicado em Rondônia, organizou os seringueiros de Rondônia em nome do capítulo canadense da Cultural Survival (CS). Fundou, com o suporte financeiro do Friends of the Earth da Suécia, o Instituto para a Pré-História, Antropologia e Ecologia

(IPHAE), sediado em Porto Velho. Recebeu ajuda financeira da Canadian International Development Agency (CIDA) para atuar na conferência Rio-92 e atuou como consultor da embaixada do Canadá no Brasil para selecionar ONGs brasileiras que pudessem receber auxílio financeiro da CIDA. Foi, além disto, consultor da empresa canadense Brascan.

• *Tony Gross*: agente da Oxfam no Brasil, trabalhou junto ao CEDI.

• *Jason Clay*: diretor da Cultural Survival (CS). Defende o "nacionalismo étnico" contra o Estado nacional. Também foi consultor da CIDA no Brasil.

A figura-chave para a "decolagem" do ISA foi Márcio Santilli, egresso do CEDI e também fundador do NDI. Santilli, que é formado em filosofia, foi deputado federal por São Paulo (1982-86) e presidente da FUNAI. Durante o seu mandato parlamentar, presidiu a Comissão do Índio na Câmara dos Deputados e foi o responsável pela coordenação da ação do aparato indigenista na tentativa de influenciar a Assembléia Constituinte de 1987-88 para implementar o conceito de "plurinacionalidade" no Brasil. Santilli é ex-treinando do programa de lideranças ambientais da agência estadunidense USAID.

Os projetos do ISA têm recebido o apoio de diversas entidades internacionais. Entre elas, destacam-se: ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento - Holanda); Fafo (Programa Norueguês para Povos Indígenas); Comunidade Européia; Fundação Ford; RFN (Rainforest International Norway - Noruega); Rainforest Foundation International; e IIZ (Instituto para a Cooperação Internacional /Campanha Aliança pelo Clima - Áustria).

Instituto Summer de Lingüística (SIL)

O Summer Institute of Linguistics é uma das mais antigas ONGs estadunidenses, tendo sido fundada em 1934 por William Cameron Townsend, pioneiro no estabelecimento das missões "religiosas" protestantes na Amazônia. Nesta empreitada, Townsend contou com o apoio irrestrito da família Rockefeller. O SIL tem sede no Texas (EUA), opera em mais de 50 países e atualmente é presidido por Kenneth L. Pike, discípulo de Townsend. Os fundos do SIL são provenientes da Wycliffe Bible Translators International, de doações de fundações filantrópicas e mesmo de agências governamentais estadunidenses.

Instituto Tavistock de Relações Humanas

O Instituto Tavistock de Relações Humanas, sediado em Londres, tem uma longa história de desenvolvimento de técnicas de lavagem cerebral. Conhecida como "Freud Hilton", a Clínica Tavistock, posteriormente

transformada em Instituto, foi criada e financiada por redes diretamente ligadas à família real britânica e tem atuado como braço de guerra psicológica da Casa de Windsor e suas redes oligárquicas. Nos Estados Unidos, onde atua por intermédio de uma série de institutos de pesquisa, tendo como uma de suas principais patrocinadoras a família Rockefeller.

O homem que deu forma a Tavistock e desenvolveu as técnicas de lavagem cerebral, que ficaram conhecidas como "Método Tavistock", foi o brigadeiro-general John Rawlings Rees, que se tornou diretor da Clínica em 1932. Rees foi o primeiro a propor a indução deliberada de formas controladas de comportamento neurótico e, mesmo, psicótico, com o propósito de exercer um controle psicológico de massa sobre a sociedade. Rees não escondia um desprezo aberto pelas minorias, situando-as no que chamava "o décimo psicopatológico" da população ou "os estúpidos" (*dullards*). Segundo Rees, "Aldous Huxley estava planejando produzir um estrato de homens subnormais que fizessem os trabalhos fastidiosos da sociedade; realmente, não necessitamos produzir mais deles, pois já os há em grande número".

Com o incentivo de Rees, as equipes de Tavistock desenvolveram métodos para a concretização de uma ordem mundial fascista, inclusive o uso dos meios de comunicação de massa para criar o que foi rotulado um *ambiente psicologicamente controlado*.

Os "engenheiros sociais" de Tavistock têm conferido especial atenção ao trabalho de destruição da família e à psicologia infantil. O ponto de ataque foi o enfoque na "sexualidade infantil" e seus efeitos sobre o desenvolvimento da personalidade, visando produzir uma população adulta cujo desenvolvimento intelectual e emocional fosse o de crianças neuróticas.

A II Guerra Mundial forneceu a Tavistock os meios de testar suas técnicas de lavagem cerebral em massa, sob a égide dos serviços de inteligência anglo-americanos. Estes testes tendiam a corroborar as malignas teses de Rees e seus seguidores, segundo as quais grupos de indivíduos, tanto pequenos quanto grandes, sob condição de tensão induzida e controlada, podiam ser induzidos a tornar-se mais infantis e, portanto, renunciaram a crenças firmemente imbuídas, de modo a conformar-se à opinião popular vigente. Estes resultados poderiam ser dirigidos por um controlador ou líder de grupo treinado nos métodos de Tavistock, ou, como agora chamam em escolas estadunidenses, um "facilitador".

Em 1947, com o financiamento de seus patronos reais, a Clínica Tavistock se converteu no Instituto Tavistock, de modo a aumentar sua capacidade de dirigir suas agora vastíssimas operações. Em troca, os novos centros de pesquisa associados recrutavam mais indivíduos para serem trei-

nados no "Método Tavistock" e, com eles, foi possível lançar uma operação mais ampla para tomar o controle de grandes instituições governamentais, trabalhistas, educacionais e empresariais a partir de seu interior.

A redução do programa espacial dos EUA, empreendida no Governo Lyndon Johnson, e o planejamento do movimento ambientalista foram duas das principais empreitadas do Instituto Tavistock nas últimas décadas.

International Rivers Network (IRN)

Fundada em 1985, juntamente com a Rainforest Action Network (RAN), como braços especializados do Earth Island Institute, criado por David R. Brower, um dos mais radicais ambientalistas dos EUA. Em realidade, o Earth Island Institute surgiu como uma operação especial dos Amigos da Terra (Friends of the Earth) que acabou se tornando "independente" (Brower também foi fundador dos Amigos da Terra). A RAN, por sua vez, é uma das principais promotoras do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) mexicano nos EUA. Em seu conselho diretor, está Mike Roselle, que é também fundador e diretor do grupo ecoterrorista Earth First!

A IRN foi destacada para coordenar múltiplas ações ambientalistas contra grandes projetos hidráulicos mundiais, destacando-se as hidrovias Paraguai-Paraná, Araguaia-Tocantins, Mekong etc. e usinas hidrelétricas, como Três Gargantas (China), Bío Bío (Chile), Yaciretá (Argentina-Paraguai), Serra da Mesa (Brasil) e outras.

O representante da IRN no Brasil é Glenn Switkes, que notabilizou-se por sua atuação no Equador contra a exploração petrolífera em áreas amazônicas, mobilizando dezenas de ONGs e organizações indígenas no período 1992-1994, quando ainda pertencia à RAN. Para a campanha anti-hidrovia, a partir de 1994, a IRN passou a contar com generosas doações da Fundação W. Alton Jones, que somaram mais de 360 mil dólares nos cinco anos seguintes. Em maio de 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto autorizando a IRN a "abrir escritório de representação no Brasil com o objetivo de promover a conscientização do público quanto ao manejo e proteção de fontes de água doce".

National Wildlife Federation (NWF)

Segunda maior ONG ambientalista dos EUA, tem 4 milhões de associados, 600 funcionários e orçamento anual de 83 milhões de dólares (1993). Tem ambições internacionais e influencia o Congresso para incluir os aspectos ambientais na análise de projetos de países estrangeiros financiados pelo Banco Mundial. A lista de mantenedores da NWF permite descrevê-la como a ONG das grandes empresas de petróleo e químicas.

Natural Resources Defense Council (NRDC)

Organização de natureza jurídica criada em 1970, com financiamento da Fundação Ford, para a campanha contra o DDT. Entre seus fundadores, estava James Gustave Speth, que mais tarde ocuparia as presidências do Conselho de Qualidade Ambiental do Governo Carter (1977-81) e do World Resources Institute. Sua especialidade, na qual foi pioneira, são ações judiciais contra empresas e agências governamentais baseadas em alegadas violações da legislação ambiental, intervenções caracterizadas por uma marcante ideologia anti-industrial e que serviram de modelo para outras organizações ambientalistas em todo o mundo.

Oxfam (Oxford Famine)

Braço encoberto do Ministério de Relações Exteriores britânico. Comandada diretamente por membros da Câmara de Lordes, da Grã-Bretanha, como lorde Frank Judd, ex-secretário de Relações Exteriores. Tem atuado em Chiapas, México, e na região fronteiriça com a Guatemala desde meados de 1980. Segundo Jorge Santiago Santiago, um lider zapatista detido pelas autoridades mexicanas, a Oxfam financia este grupo separatista. A Oxfam já foi apanhada com a mão na massa financiando campos de treinamento do grupo terrorista Tigres de Tamil, do Sri Lanka, notórios pela crueldade de seus ataques.

PNUMA/PNUD/UNESCO/OMM

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) atuam em estreita coordenação com a cúpula ambientalista na UICN-WWF. O PNUMA, criado em 1972, após a Conferência de Estocolmo, é sediado em Nairobi, Quênia. Juntamente com a UICN e o World Resources Institute, elaborou uma Estratégia Global de Biodiversidade, que inspira os programas ambientais de muitas nações. Seu Centro Mundial de Vigilância da Conservação, baseado em Cambridge, Inglaterra, e apoiado pela UICN e o WWF, funciona como uma coordenação de inteligência para o movimento ambientalista.

O PNUD, criado para fomentar programas de desenvolvimento, tem ampliado crescentemente os requisitos ambientais destes últimos.

A UNESCO resultou diretamente da iniciativa do *Establishment* britânico para a criação do movimento ambientalista no pós-guerra, em substituição ao movimento eugênico. A organização define a proteção ambiental como um dos seus objetivos principais e financia uma vasta rede de grupos ambientalistas.

Por sua vez, a OMM tem funcionado como o principal centro de difusão do alarmismo referente ao chamado aquecimento global, por intermédio do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

Survival International

A Survival International (SI) é a seção de "assuntos humanos" do WWF. Foi fundada em 1969, com o patrocínio de sir Peter Scott, então presidente da WWF, para oferecer financiamento para "ajudar os povos indígenas a proteger suas terras, seu meio ambiente e seu modo de vida", eufemismo para a criação de enclaves onde habitam os indígenas com autonomia sobre o solo e subsolo de seus "territórios", nos quais as nações onde se localizam exerceriam apenas o que denominam "soberania limitada".A SI foi fundada visando a criação da gigantesca reserva ianomâmi no Brasil e na Venezuela.

Em 1971, o antropólogo britânico Robin Hanbury-Tenison, então presidente da SI, empreendeu viagens exploratórias à América do Sul, cujos roteiros coincidiram com os eixos naturais de integração do subcontinente. Em seu livro *Worlds Apart*, o próprio Hanbury-Tenison apresenta um mapa onde demonstra esta preocupação e revela que a importância estratégica de seus roteiros lhe fora indicada pessoalmente pelo príncipe Philip.

Em 1976, a equipe da SI, encabeçada por Kenneth Taylor e pelo antropólogo Bruce Albert, foi expulsa do Brasil. Em 1980, Marcus Colchester, antropólogo britânico e colaborador da SI, publicou uma proposta para criar um parque em território venezuelano fronteiriço com o Brasil. Em 1985, a Organização dos Estados Americanos (OEA) instou o governo brasileiro a criar um parque ianomâmi para preservar seus costumes e sua cultura.

Em 1989, a SI levou o líder ianomâmi Davi Kopenawa em uma turnê pela Europa, durante a qual recebeu uma enorme cobertura da imprensa internacional.

The Nature Conservancy (TNC)

Fundada em 1951, a TNC é a maior e mais rica ONG ambientalista dos EUA, com ativos superiores a 900 milhões de dólares, orçamento anual da ordem de 300 milhões de dólares, mais de 1.000 funcionários e mais de 700.000 membros contribuintes, dos quais mais de 400 são empresas. Sua especialidade é realizar grandes lucros em operações de compra de imóveis particulares, para, posteriormente, revendê-los a órgãos oficiais para fins de conservação ambiental.

Entre as empresas que têm contribuído regularmente para a TNC, destacam-se a Dow Chemical, Exxon, Allied-Signal, W. Atlee Burpee Co.,

British Petroleum, Enron, Newmont Gold Company, Times Mirror Corporation, Chevron, Coca-Cola, Du Pont, Eastman Kodak, J.P. Morgan Bank, Philip Morris e Boeing. Entre as fundações, destacam-se a Mellon, Amoco, ARCO, Cargill e Mildred Andrews Fund.

O currículo da TNC é extenso e envolve múltiplas transações suspeitas na aquisição de imóveis e outros bens que integram o seu impressionante conjunto de ativos. A organização conta com quadros profissionais de alto nível, que dedicam-se em tempo integral a promover e organizar uma miríade de ONGs ambientalistas em todo o mundo, com o propósito declarado de impedir o desenvolvimento de projetos industriais e de infra-estrutura.

No Brasil, a TNC mantém "parceiras" com quatro ONGs: a Fundação Pró-Natureza – Funatura, dirigida pela ex-presidenta do IBAMA Maria Tereza Jorge Pádua; a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS), de Curitiba (PR); a Fundação SOS Amazônia, de Rio Branco (AC); e a Ecotrópica. Sua representante no País é a economista Ângela Tresinati.

Em 1991, TNC e a Funatura efetivaram a primeira operação de troca de "dívida por natureza" no Brasil, no valor de 2,2 milhões de dólares, para o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Para viabilizar a operação, a TNC adquiriu títulos DFAs (Debt Finance Agreements) da dívida brasileira no mercado secundário.

A TNC costuma ser uma das receptoras de dinheiro da USAID destinado anualmente ao Brasil sob a rubrica do meio ambiente.

U.S. Agency for International Development - Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID)

Agência mantida pelo Governo dos Estados Unidos. Em seus orçamentos anuais, tem destinado ao Brasil entre 4 e 8 milhões de dólares para o desenvolvimento de atividades florestais "ambientalmente sustentáveis" e afins, onde se incluem especificamente a Amazônia e o Cerrado. Usualmente, as ONGs beneficiárias destas somas têm sido o WWF-EUA, The Nature Conservancy, Conservation International e Woods Hole Research Center, cuja filial brasileira é o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

Entre os objetivos da USAID, é citada textualmente a orientação e apoio técnico às ONGs locais, "que estão crescendo e assumindo papel de liderança em nível estadual e federal" e, como decorrência, "uma mudança de atitude está aparecendo lentamente nos escalões mais conservadores do governo brasileiro, reconhecendo a eficácia da abordagem de parceria participativa da USAID em questões ambientais". Entre as metas estabele-

cidas pela USAID para o Brasil, está a quantidade de "profissionais treinados em meio ambiente", escalando de zero em 1991 para 1.500 em 1999.

União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)

Fundada em 1948, por iniciativa de Julian Huxley, Max Nicholson e outros "engenheiros sociais" britânicos. Como o WWF, tem sua sede em Gland, Suíça (até há pouco, ambos compartilhavam o mesmo prédio) e passa por ser a maior organização ambientalista do mundo, reunindo mais de 100 entidades governamentais e mais 640 ONGs de 68 países. Sua ata de constituição foi redigida pelo Ministério das Relações Exteriores britânico, por atribuição de Max Nicholson.

A UICN considera que sua principal missão é a conservação da biodiversidade do planeta. Juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o World Resources Institute, a UICN elaborou uma "estratégia global de biodiversidade", que inspira os planos de conservação de muitas nações. Seu pessoal planeja diretamente as estratégias de conservação e administra os parques nacionais de muitas ex-colônias britânicas.

De acordo com o cineasta Kevin Douglas, num artigo publicado em 5 de janeiro de 1999 na *newsletter* francesa *Intelligence*, intitulado "O movimento ambientalista - a história secreta de uma revolução", a UICN já administra 10% da área terrestre do planeta. Segundo ele, "o arquipélago verde de parques nacionais, florestas nacionais, monumentos nacionais e outras áreas ocupam mais terra que a Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão, Afeganistão, Irã e Birmânia em conjunto". Estas áreas são todas "estritamente protegidas". Quando outras 40.000 áreas cuja proteção é mais branda são incluídas na lista, "a área total sob conservação mais que dobra, atingindo os mencionados 10%".

Woods Hole Research Center

O WHRC foi fundado e ainda é presidido pelo biólogo George M. Woodwell, também membro fundador do EDF, do World Resources Institute e do Natural Resources Defense Council, ex-presidente da Ecological Society of America, ex-presidente e atual membro do conselho nacional do WWF dos EUA e um dos oito membros do conselho consultivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia IPAM

Woodwell iniciou sua trajetória no aparato ambientalista internacional no início da década de 1970, no EDF, com a campanha anti-DDT. Sua seriedade científica pôde ser aquilatada durante as audiências efetuadas em 1972 pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) para avaliar a

necessidade de banimento do DDT, quando foi apanhado utilizando dados "fabricados" para sustentar os seus pontos de vista alarmistas sobre o pesticida.

Como ocorre com a quase totalidade das ONGs do aparato ambientalista, o WHRC é financiado predominantemente pela rede de fundações "filantrópicas" do *Establishment* dos EUA. Em 1995, a entidade recebeu 215 mil dólares da Fundação MacArthur, para elaborar políticas de desenvolvimento florestal "adequadas". No mesmo ano, o WHRC recebeu 200 mil dólares da Fundação W. Alton Jones.

Para suas campanhas contra o desenvolvimento econômico da Amazônia, o WHRC recebe contribuições do próprio Governo dos EUA, via USAID.

Em maio de 1995, o WHRC fundou uma filial brasileira, o ***Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)***, sediada no campus da Universidade Federal do Pará. Entre os membros do conselho consultivo do IPAM, que traça as diretrizes da instituição, destacam-se: George Woodwell; o biólogo Daniel Nepstad; o geólogo Irving Foster Brown, ex-professor da Universidade Federal Fluminense; a antropóloga Christine Padoch, do Jardim Botânico de Nova York; e o ex-presidente do IBAMA e do WWF-Brasil, Eduardo Martins. Nepstad e Foster Brown têm sido os principais alimentadores do WHRC para a imprensa internacional sobre as queimadas e outros disparates pseudocientíficos sobre a Amazônia.

World Resources Institute (WRI)

O WRI (Instituto de Recursos Mundiais) foi fundado em 1982, por iniciativa de Russell E. Train, então presidente do WWF nos EUA, com financiamento do Fundo dos Irmãos Rockefeller (Rockefeller Brothers Fund) e da Fundação MacArthur. Ocupa uma alta posição na hierarquia do movimento ambientalista, podendo ser considerado como uma das principais "centrais de inteligência" dos grupos ambientalistas estadunidenses, tendo profundos vínculos com as agências de inteligência anglo-americanas.

Seu primeiro presidente foi James "Gus" Speth, um dos fundadores da Natural Resources Defense Council, ex-presidente do Conselho de Qualidade Ambiental do Governo dos EUA e diretor do projeto Global 2000, do Governo Carter. Após presidir o WRI por 11 anos, em 1993, Speth passou a presidir o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O atual presidente do conselho diretor do WRI é o indefectível Maurice Strong, que também assessora a Presidência do Banco Mundial em assuntos ambientais. Entre os demais membros do conselho, desta-

cam-se também: "Gus" Speth; Thomas Lovejoy; Robert S. McNamara, ex-presidente da Fundação Ford e do Banco Mundial e ex-secretário de Defesa dos EUA; Bruce Smart, ex-subsecretário de Comércio dos EUA; e Paulo Nogueira Neto, ex-presidente da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), membro da Comissão Brundtland e professor do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo.

No início da década de 90, o WRI foi a primeira entidade a apontar o Brasil como um dos principais responsáveis pelas emissões de carbono que estão contribuindo para o chamado aquecimento global, devido ao desmatamento na Região Amazônica.

Worldwatch Institute

Fundado em 1974, o Worldwatch Institute (Instituto de Vigilância Mundial) tem constituído, juntamente com o WRI e o Centro Mundial de Vigilância da Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o centro de inteligência do aparato ambientalista internacional. Segundo suas próprias publicações, sua função primordial é "alertar os formuladores de políticas e o público em geral para as tendências globais emergentes na avaliação e no gerenciamento de recursos, tanto humanos como naturais". Presidido desde a sua fundação por Lester R. Brown, cuja especialidade é requentar a falácia malthusiana da escassez de alimentos sob diversas roupagens, o instituto é outra entidade ambientalista cujo pontapé inicial foi proporcionado pela rede "filantrópica" da família Rockefeller.

O instituto publica anualmente o relatório *State of the World* (Estado do mundo), um compêndio de retórica e profecias apocalípticas cujo objetivo principal é demonstrar a inviabilidade da expansão industrial a todo o planeta, o qual já foi adotado como livro-texto em mais de 600 centros universitários dos EUA, além de ser regularmente publicado em mais de 10 idiomas.

5

O Brasil enfrenta o ambientalismo

Em dezembro de 1997, durante a sua visita de Estado a Londres, o presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma das mais claras demonstrações da sua afinidade com os propósitos do *Establishment* anglo-americano. Na ocasião, o então presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Eduardo Martins, entregou ao príncipe Philip, presidente honorário do WWF, uma carta oficial do Governo brasileiro, anunciando a concordância com a campanha da ONG para assegurar que pelo menos 10% da Floresta Amazônica sejam "preservados" com unidades de conservação de proteção integral. Simbolicamente, este foi um ponto alto da campanha internacional de pressões movida contra o Brasil por pretextos ambientais durante mais de uma década, dentro do contexto da "Nova Ordem Mundial". Para o presidente, foi também o ponto culminante do seu prestígio internacional, quando recebeu das mãos da rainha Elizabeth II a Grande Cruz de Cavaleiro Comandante da Ordem do Banho, uma das mais altas condecorações britânicas.

Para o aparato oligárquico, igualmente, a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República representou o ponto máximo de sua influência no Brasil, possibilitando-lhe um grau de controle sem precedentes sobre a economia e os destinos do País. Este fato não surpreende, pois Fernando Henrique tem vínculos históricos com o aparato de fundações oligárquicas pelo menos desde 1969, quando a Fundação Ford o adotou como parte do seu projeto político, financiando a criação do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP). Numa entrevista publicada na revista *Veja* em 10 de julho de 1995, a presidenta da Fundação MacArthur (uma das principais financiadoras de projetos ambientais), Adele S. Simmons, explicitou tais vínculos:

> Há vinte anos, quando a Fundação Ford decidiu investir em um centro de estudos acadêmicos - o CEBRAP -, idealizado na época por um sociólogo chamado Fernando Henrique Cardoso, a situação política

brasileira não era particularmente sólida. Foi feita uma aposta em um grupo que, vinte anos atrás, parecia ter o perfil de uma futura liderança. Deu certo.

A despeito da imprecisão cronológica da Sra. Simmons, cabe a pergunta: deu certo para quem?

Por ocasião da criação do CEBRAP, a Fundação Ford era dirigida por McGeorge Bundy, decano do *Establishment* oligárquico estadunidense. Seu representante no Brasil era Peter T. Bell, que, em 1982, se tornaria diretor fundador do Diálogo Interamericano, para cujos quadros convidou Fernando Henrique, que foi juntar-se a personalidades como o próprio Bundy, Robert McNamara, Cyrus Vance e outros próceres do *Establishment*.

Como membro fundador do Diálogo Interamericano, que foi criado como um subgrupo da Comissão Trilateral para as Américas, Fernando Henrique ajudou a elaborar a agenda do "governo mundial" para a Ibero-América. Esta agenda, explicitada nos relatórios anuais da organização, inclui itens como o desmantelamento das Forças Armadas (sob o disfarce da sua submissão ao poder civil), a abertura econômica, a legalização do uso das drogas entorpecentes e a politização do ambientalismo.

Nos debates travados na entidade em 1989, por exemplo, a questão ambiental recebeu grande destaque. Entre outras propostas, decidiu-se que "o desenvolvimento sustentável deveria ser o objetivo de todos os projetos de investimentos". Para tanto, "os Estados Unidos, o Canadá e as agências multilaterais devem cooperar em tais esforços de planejamento de longo prazo, proporcionando recursos financeiros, tecnologia e assessoria técnica".[1] Na ocasião, Fernando Henrique era membro do Comitê Executivo do Diálogo.

No mesmo ano em que foi fundado o Diálogo, foi criado também o World Resources Institute (WRI), no qual a Fundação MacArthur teve papel fundamental. Uma de suas funções principais era a de introduzir os temas ambientais nas políticas de ajuda financeira de agências multilaterais como o FMI, Banco Mundial, BID e as agências de desenvolvimento dos países do G-7. Seu primeiro presidente foi James Gustave Speth, um fervoroso proponentes da criação de um Banco Mundial para a Conservação. Atualmente, é secretário-geral do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Sua vice-presidente, Jessica Tuchman Mathews, fora anteriormente funcionária do Conselho de Segurança Nacional e da CIA.

---

1 Inter American Dialogue, *The Americas in 1989: Consensus for Action*. The Aspen Institute & University Press of America, Washington, 1989.

Em outubro de 1991, o WRI divulgou o chamado *Pacto por um Novo Mundo*, documento que, entre outras diretrizes, concluía que os países da Ibero-América deveriam reduzir os seus orçamentos militares para permitir a utilização destes recursos em programas ambientais. Entre os signatários do documento, alinhavam-se o então senador Al Gore, o ex-secretário da Marinha dos EUA, John Chafee e quatro brasileiros: o então deputado Fabio Feldman; o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner; a presidenta da ONG Funatura, Maria Tereza Jorge Pádua; e o senador Fernando Henrique Cardoso.[2]

Em função desses antecedentes, Fernando Henrique tem se mostrado particularmente sensível à pressão das ONGs, às quais costuma referir-se como "organizações neogovernamentais". Em seu Governo, elas têm sido crescentemente introduzidas na estrutura do Estado, desempenhando atribuições que normalmente cabem a este.[3] Além disto, lhes tem sido permitida uma inusitada liberdade de ação em suas campanhas antidesenvolvimentistas, como os ataques contra os projetos hidroviários, alvos de uma enxurrada de investidas judiciais motivadas por falaciosos pretextos de "proteção" do meio ambiente e de comunidades indígenas.

Em 21 de dezembro de 1996, Fernando Henrique disse a parlamentares brasileiros que "o deputado vai perdendo seu papel de elo entre as demandas da sociedade e o Estado. Outras instituições, como as ONGs, vão absorvendo este papel, e o próprio Estado, descentralizando as decisões, torna dispensável a figura do despachante com mandato".

Outra demonstração da intimidade presidencial com as ONGs foi o fato de ter recebido uma delegação do Greenpeace, em maio de 1999, encabeçada pelo diretor-executivo do Greenpeace Internacional, Thilo Bode, que lhe foi comunicar oficialmente a nova campanha da organização na Amazônia. Na ocasião, surpreendentemente, Fernando Henrique manifestou a sua preocupação com uma possível reação "nacionalista" contra a atuação da ONG. Segundo relatou à *Folha de S. Paulo* de 1º de junho o diretor-executivo do Greenpeace Brasil, Roberto Kishinami, "a preocupação do presidente é que, embora a Amazônia seja um tema de interesse global, ela é antes de tudo um tema brasileiro e que sempre levanta alguma sensibilidade nacionalista".

---

2 World Resources Institute, *Pacto por um Novo Mundo*. Washington, 1991.

3 Em março de 2000, pouco antes de deixar o Ministério da Justiça, o advogado José Carlos Dias, amigo particular de Fernando Henrique, assinou um convênio com a ONG Transparência Internacional, vinculada às redes do príncipe Philip, para que esta fiscalizasse licitações públicas e eleições no País. Anteriormente, em 1998, Dias havia convidado o Movimento Viva Rio para planejar uma nova política de segurança para o País, denominada "segurança cidadã". Para tanto, nomeou para a Secretaria de Justiça do ministério a advogada Elizabeth Sussekind, fundadora do Viva Rio.

Tal política não é uma originalidade do presidente brasileiro. Em verdade, a institucionalização das ONGs, em detrimento das estruturas do Estado nacional constitui uma peça fundamental das diretrizes do "governo mundial". Em um seminário promovido pelo CFR, em outubro de 1997, um trabalho apresentado por Roger D. Stone, do Sustainable Development Institute, sob o título "O meio ambiente, organizações não-governamentais e a América Latina", explicita o papel destinado às ONGs e o papel das instituições externas no exercício das pressões correspondentes:

> O movimento ambientalista na América Latina apenas será capaz de atingir seus objetivos quando as ONGs e grupos comunitários estiverem plenamente estabelecidos como atores no processo político relevante. O seu papel no planejamento e na formulação de políticas nacionais deve ser parte de um impulso mais abrangente dos países latino-americanos para a descentralização e democratização... O mundo não concederá incrementos de poder às ONGs ambientalistas na América Latina, a menos que elas continuem a aplicar pressão... Por sua vez, as nações industriais podem delinear e aprimorar o ambiente internacional para incentivar e recompensar um desenvolvimento equilibrado nos países latino-americanos. Muitos governos latino-americanos, e muitos outros na comunidade internacional, continuarão a defender um "crescimento" despreocupado e antiambiental. Não obstante, uma mudança de poder fundamental ocorreu na região. As ONGs latino-americanas continuarão a crescer em número e influência, na medida em que as liberdades ampliadas proporcionem uma maior participação e responsabilidade. O movimento das ONGs tem ajudado a diminuir o declínio ambiental da região. Agora, ele está pronto para lançar uma nova era de progresso econômico ambientalmente sadio.

A intimidade de Fernando Henrique com os propósitos do *Establishment* oligárquico também pode ser vista na sua simpatia com o conceito da "governança global". Em abril de 1991, ele foi uma das 30 personalidades políticas de vários países que se reuniram na capital da Suécia para assinar a chamada Iniciativa de Estocolmo sobre Segurança e Governança Global. Entre os demais signatários, destacavam-se o então primeiro-ministro sueco Ingvar Carlsson; a primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland; o ex-chanceler alemão Willy Brandt; o ex-primeiro-ministro britânico Edward Heath; o ex-presidente dos EUA Jimmy Carter; o ex-chanceler soviético Eduard Shevardnadze; e outros.[4]

---

4 Elaine Dewar, *A Look at Green*, James Lorimer, Toronto, 1995.

A pauta do documento cobre todo o espectro de diretrizes políticas da agenda oligárquica para o "governo mundial". Por exemplo:

• a elaboração de um arranjo de aplicação de lei global... enfocando o papel de sanções e medidas militares;

• um compromisso dos governos no Sul para reduzir substancialmente as suas Forças Armadas, com o propósito de criar um dividendo de paz que seja investido no desenvolvimento humano;

• que sejam impostas taxas sobre a emissão de poluentes que afetem o meio ambiente global, em particular as emissões de dióxido de carbono da queima de combustíveis fósseis;

• um diálogo internacional sobre energia, que promova um uso mais eficiente dos recursos energéticos mundiais, em particular, o uso de recursos energéticos alternativos e renováveis, como a energia solar;

• que as Nações Unidas sejam encorajadas a colocar os assuntos ambientais ao nível mais alto, em todos os foros apropriados;

• que as nações decidam fazer da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (no Brasil) um marco para o desenvolvimento sustentado;

• que líderes nacionais e culturais mobilizem o compromisso político e os meios técnicos para efetivar um avanço na limitação do crescimento populacional;

• o reforço do papel das Nações Unidas no monitoramento de como os países cumpram os seus compromissos com convenções e declarações referentes aos direitos humanos e à democracia (...);

• o reforço de instituições internacionais independentes que se ofereçam para monitorar a observância das normas e princípios democráticos pelos países, em particular em épocas de eleições, respeitando a ordem constitucional de cada país.[5]

Durante seu Governo, Fernando Henrique demonstrou várias vezes o seu interesse pelas "regras de governança em nível mundial". Uma delas foi uma longa entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, publicada em 13 de outubro de 1996. Nela, uma das oportunidades em que o Supremo Mandatário revelou com mais clareza a natureza internacionalista do seu Governo, ele lamentou: "Hoje há mundialização do capital financeiro, mas sem a mundialização do poder. Não há governo mundial, não instrumentos para controlar esse processo. E o que havia de arremedo de

---

5 "Socialist Internationalist Stockholm Initiative Aims for Stronger World Government", *Eco-Socialist Review*, Summer 1991.

governo mundial, que é a ONU, ficou pequeno diante desse desafio e está em choque, aliás, com o país que tem mais influência... ninguém foi capaz, nem eu sou, de dizer como se resolve essa questão das 'regras de governança' em nível mundial (...)"

Tais inclinações ajudam a explicar a crescente desenvoltura com que o aparato ambientalista, especialmente as ONGs internacionais, tem demonstrado desde a chegada de Fernando Henrique e seu grupo ao poder, em 1995.

O Brasil na alça de mira

O Brasil, por suas dimensões geográficas, posição geográfica e enorme potencial de desenvolvimento, tem sido historicamente objeto dos mais altos interesses estratégicos das oligarquias internacionais, sequiosas de ter acesso aos vastos recursos naturais do País. A Amazônia, em particular, tem despertado historicamente uma grande atenção destes grupos.

Um exemplo significativo deste interesse se manifestou no início do século, em 1902, quando um consórcio internacional, o Bolivian Syndicate of New York, tentou apropriar-se da maior parte do território do Acre, então objeto de litígio entre o Brasil e a Bolívia. Na diretoria do consórcio, tinha assento um sobrinho do presidente estadunidense Theodore Roosevelt, além de representantes das casas bancárias Baring e Rothschild. Apesar do fracasso da aventura, o interesse de Roosevelt pela Amazônia se manteve. Em 1913, já como ex-presidente, ele encabeçou uma expedição de reconhecimento à região, organizada e patrocinada por Henry F. Osborn, diretor do Museu de História Natural de Nova York (que, então, juntamente com o Instituto Smithsoniano, funcionava como centro ideológico do nascente movimento conservacionista nos EUA).

Foi nessa época que começou a derrocada do ciclo econômico da borracha, então o principal produto da região, suplantada pela produção das colônias asiáticas britânicas. Ali, principalmente na Península Malaia, a seringueira passou a ser cultivada em plantações, depois que suas sementes foram contrabandeadas para a Inglaterra pelo inglês Henry Alexander Wickham, em 1877. Nos laboratórios do Real Jardim Botânico de Kew, a seringueira foi preparada para o cultivo, tornando-se o primeiro dos recursos naturais amazônicos a cair sob o controle dos empreendedores oligárquicos.

A eclosão da II Guerra Mundial e as conseqüentes necessidades da guerra proporcionaram a oportunidade para o estabelecimento de uma parceria que, nas décadas seguintes, se tornaria uma das mais bem sucedidas formas de assegurar o reconhecimento e a exploração das riquezas

amazônicas pela oligarquia, tanto no Brasil como nos demais países da região: a combinação de interesses empresariais com organizações de missionários protestantes envolvidas na tradução da Bíblia nas línguas dos povos indígenas da região - simbiose cujo sucesso pode ser constatado ainda nos dias de hoje. O melhor exemplo deste "casamento de interesses" foi proporcionado pela parceria entre a família Rockefeller e a organização de William Cameron Townsend, os Tradutores da Bíblia Wycliffe, mais conhecida como Instituto Summer de Lingüística (SIL). O conúbio tem se mostrado bastante eficiente: financiadas em grande medida pelos "filantropos" do *Establishment*, o SIL e entidades semelhantes "pacificam" populações indígenas que habitam áreas remotas ricas em recursos naturais, enquanto fazem com elas o seu proselitismo contrário à matriz católica predominante na América do Sul - subproduto que em nada desagrada aos Rockefeller e seus pares oligárquicos.

No Brasil, durante a década de 60, Townsend e o SIL ajudaram a ocultar muitas agressões - inclusive assassinatos em massa - perpetradas contra populações indígenas por grupos diversos, inclusive empresas nacionais e estrangeiras interessadas no controle das terras indígenas. Em setembro de 1967, o general Afonso de Albuquerque Lima, então ministro do Interior, instaurou um inquérito para investigar as denúncias de massacres e a cumplicidade entre seus autores, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e o SIL. Ao mesmo tempo, ele e seus aliados nacionalistas deflagraram uma ativa campanha para recuperar as terras amazônicas então na posse de empresas estrangeiras. Seus esforços levaram à substituição do corrompido SPI pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e a um enquadramento temporário das atividades do SIL no País, mas, em dezembro de 1968, as pressões dos interesses contrariados provocaram a sua demissão.

Durante a guerra, o próprio Nelson Rockefeller, então Coordenador de Assuntos Interamericanos do Governo dos EUA, empenhou-se em conseguir do Governo brasileiro a autorização para o estabelecimento de uma Corporação do Vale do Amazonas, para a exploração da região, mas foi obstaculizado pela firme oposição do presidente Getúlio Vargas e do ministro da Fazenda Artur da Souza Costa. A estrutura e as atividades da organização de Rockefeller denotavam outra combinação constante na atuação de tais círculos - interesses empresariais e organizações de inteligência. Sintomaticamente, o homem que Rockefeller pretendia colocar à frente da Corporação, John Caldwell King, ex-vice-presidente da empresa Johnson & Johnson, viria a desempenhar uma intensa carreira na Agência Central de Inteligência (CIA), tendo sido um dos controladores das operações clandestinas estadunidenses que apoiaram o movimento que derrubou o presidente João Goulart, em 1964.

As atividades da família Rockefeller e dos missionários de Townsend, bem como a multifacetada influência do *Establishment* oligárquico estadunidense no Brasil são relatadas em grande detalhe no livro *Seja feita a vossa vontade - A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo*, dos jornalistas Gerald Colby e Charlotte Dennett.[6] Vale ressaltar que, numa entrevista publicada na revista *IstoÉ* de 29 de novembro de 2000, Colby e Dennett enfatizam que os Rockefeller consideravam tanto Goulart como o presidente John F. Kennedy, assassinado em novembro de 1963, como "obstáculos aos seus objetivos". Segundo eles, Kennedy também se opunha às pretensões amazônicas da família.

Uma nova investida sobre a região foi a questão do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Em novembro de 1946, na primeira Conferência Geral da UNESCO, por iniciativa do representante brasileiro no órgão, professor Paulo Berredo Carneiro, endossada pelo Governo, foi examinada a proposta de criação de uma instituição de pesquisas científicas para a Amazônia, denominada Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. A proposta, em grande parte apoiada pela comunidade científica brasileira e dos demais países amazônicos, foi, entretanto, desviada dos seus propósitos originais pela comissão da UNESCO, então presidida por Julian Huxley. Foi, então, proposto para o instituto um organograma administrativo, cujo diretor, com "autoridade plena para dirigir o instituto", seria escolhido não pelos membros da Comissão Executiva (representando os países amazônicos), mas por todos os países membros da UNESCO.

A partir daí, levantaram-se as reações de vários setores nacionalistas brasileiros, liderados pelo ex-presidente da República Arthur Bernardes, o que acabou levando ao abandono do projeto. Entretanto, o reconhecimento da necessidade de ampliar os estudos sobre a Amazônia levou o Governo brasileiro a criar, em 1952, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), sediado em Manaus.[7]

Celeuma semelhante se levantou no País em meados da década de 60, quando o Instituto Hudson, então um dos principais *think-tanks* do *Establishment* estadunidense, lançou o projeto dos "Grandes Lagos Amazônicos" ou do "Mar Mediterrâneo Amazônico", supostamente para promover o desenvolvimento e a integração econômica dos países da região.

---

6 Gerald Colby e Charlotte Dennett, *Seja feita a vossa vontade - A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo*. Ed. Record, Rio de Janeiro, 1998.

7 Arthur Cezar Ferreira Reis, *A Amazônia e a cobiça internacional*. Edinova Ltda., Rio de Janeiro, 1965.

No início da década de 70, o Brasil começou a firmar no cenário mundial uma posição de liderança contra a crescente introdução do malthusianismo na política internacional. Na época, formou-se no país uma ativa corrente antimalthusiana, encabeçada, entre outros, pelo cientista Josué de Castro e pelos diplomatas Miguel Ozório de Almeida e João Augusto de Araújo Castro. Ao primeiro, deve-se a formulação do conceito, amplamente difundido entre os países em desenvolvimento, de que "a pior poluição é a miséria". Por sua vez, os dois últimos desenvolveram grandes esforços, especialmente no âmbito das Nações Unidas, para contra-arrestar as políticas antidesenvolvimentistas do *Establishment* oligárquico.

Particularmente, Araújo Castro, com grande clarividência, cunhou a expressão "congelamento do poder mundial", para expressar a sua visão das intenções dos países desenvolvidos de manterem os demais países em um estágio inferior de desenvolvimento.

Em uma palestra a estagiários da Escola Superior de Guerra, em Washington, em junho de 1971, o então embaixador nos Estados Unidos proclamava que "o Brasil tem procurado caracterizar o que agora se delineia claramente como firme e indisfarçada tendência no sentido do congelamento do poder mundial. E quando falamos de poder, não apenas falamos de poder militar, mas também de poder político, poder econômico, poder científico e tecnológico".

Adiante, Araújo Castro toca o ponto crucial: "Existem, entretanto, outros fatores que começam a afirmar-se dentro deste mesmo processo de congelamento do poder mundial. Referimo-nos especificamente a algumas tendências que se manifestam no tratamento dos problemas de preservação do meio humano (*environment*). Afirma-se que a chamada *population bomb* poderá vir a ser mais fatal e mais nefanda do que a própria bomba nuclear e pronuncia-se uma tendência para tratar o problema em bases uniformemente universais... em outras palavras: tenta-se convencer o grave problema do subdesenvolvimento em um mero problema de estabilização, com o esquecimento do fato de que se fôssemos estabilizar muitos países no nível econômico atual, procederíamos a uma estabilização em nível extremamente baixo".

Prosseguindo, o embaixador adverte: "Por outro lado, na consideração dos problemas atinentes à preservação do meio humano, tende-se a colocar uma tônica demasiado forte nos perigos da rápida industrialização. Acentuam-se os perigos da poluição, certamente graves para os países altamente industrializados, quando a maior parcela do planeta ainda vive num estágio de pré-contaminação. Duas terças partes da humanidade estão muito mais ameaçadas pela fome e pela penúria do que pelos males da

poluição. Por isso mesmo, causam apreensões as recentes declarações do senhor McNamara... de que o Banco Mundial doravante não autorizará qualquer projeto de desenvolvimento econômico sem uma avaliação minuciosa de eventuais repercussões sobre o *environment*... Ora, esses países em desenvolvimento partem da premissa de que qualquer programa adequada para a preservação do meio humano deve ter em linha de conta os fatores básicos do desenvolvimento, já que o subdesenvolvimento represente, por si só, uma das piores formas de poluição do *environment*."

Araújo Castro também criticou a maneira como o conceito de "interdependência" começava a ser introduzido nos assuntos internacionais: "A fim de propiciar um melhor ordenamento internacional nestas questões de não-proliferação nuclear, controle populacional, preservação do meio ambiente e restrições à livre e desimpedida exploração de recursos naturais, as grandes potências, que não fazem a menor concessão de caráter político, nos grandes temas da paz e da segurança internacional, parecem agora favorecer um conceito de interdependência, que implicaria em sensível atenuação do conceito e da prática da soberania nacional... O que, entretanto, sustentamos é que a interdependência pressupõe a independência, a emancipação econômica e a igualdade soberana dos Estados como condição prévia e indispensável... Primeiro sejamos independentes. Depois sejamos - e o mais rapidamente possível - interdependentes".[8]

Conceitos semelhantes foram expostos pelo embaixador Miguel Ozório de Almeida, que representou o Brasil na Conferência Mundial sobre População, em Bucareste, em agosto de 1974. Segundo ele, "o Brasil não admite a ingerência externa em regiões como a Amazônia, apresentada ao mundo como o *pulmão* necessário para compensar a poluição e a devastação de outras áreas. A posição nacional é a de que a pior poluição é a pobreza. O Brasil não aceitará qualquer tipo de interferência estrangeira e olhará com desconfiança certos documentos internacionais como um recente da ONU onde se assinala: 'Não se deve continuar a tolerar irresponsabilidades sob o manto da soberania.'"[9]

Oposição idêntica foi feita pelo Brasil à proposta de criação de uma agência internacional para controlar os excedentes de produtos alimentícios do planeta, feita pelo Governo dos Estados Unidos por ocasião da

---

8 Araújo Castro, "O congelamento do poder mundial". In: *Araújo Castro*. Organização e notas de Rodrigo Amado. Coleção Itinerários, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

9 Mário Victor de A. Pacheco, *Controle da natalidade, imperialismo e o FMI*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1985.

Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação, em Roma, em novembro de 1974. Na ocasião, o chefe da delegação brasileira, Paulo Affonso Romano, declarou: "O saldo real da Conferência de Alimentação é uma maior conscientização por parte dos governos de todos os países da necessidade de se dedicarem mais ao aumento de produção e da produtividade agrícola para evitar uma crise continuada de fome no mundo."[10]

Josué de Castro, um médico de Pernambuco que chegou a ocupar a presidência do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e cujos estudos sobre a fome foram divulgados em mais de 25 idiomas, foi, também, um incansável combatente do malthusianismo. Para ele, "o subdesenvolvimento é produto da má utilização dos recursos naturais e humanos... Só através de uma estratégia global de desenvolvimento, capaz de mobilizar todos os fatores de produção no interesse da coletividade, poderão ser eliminados o subdesenvolvimento e a fome da superfície da Terra. A solução não está, pois, em diminuir drasticamente os efetivos humanos do nosso planeta, como prescrevem os neomalthusianos, mas em habilitar estes efetivos a utilizarem racionalmente os recursos potenciais que a natureza põe à sua disposição e que o conhecimento científico permite aproveitar em escala infinitamente mais elevada do que a alcançada em nossos dias".[11]

LOVEJOY: O AMBIENTALISMO CHEGA AO BRASIL

Os primeiros passos do movimento ambientalista no Brasil foram lentos, em grande medida obstaculizados pela orientação desenvolvimentista dos governos militares e pelo antimalthusianismo engajado da facção nacionalista do Itamaraty.

Por outro lado, desde o final da década de 60, as redes do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) começaram a fincar raízes no País, tanto sob o disfarce do patrocínio de estudos ecológicos, como promovendo expedições "antropológicas", por intermédio de sua subsidiária Survival International. Na área ambiental, seu primeiro agente local foi o biólogo Thomas Lovejoy, que obteve um doutoramento estudando aves amazônicas e, ao tornar-se diretor de programas do WWF nos EUA, orientou a organização

---

10 Mário Victor de A. Pacheco, *op. cit.*

11 Anna Maria de Castro (org.), *Fome, um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro.* Ed. Vozes, Petrópolis, 1983.

local para atividades na Ibero-América, especialmente na Amazônia. Em 1975, o WWF lançou a Campanha de Florestas Tropicais, para promover a criação de parques nacionais e reservas em regiões representativas daqueles biomas, na África, Sudeste Asiático e Ibero-América. Neste contexto, Lovejoy foi gradativamente adquirindo um papel de proeminência na construção do movimento ambientalista no Brasil, ao mesmo tempo em que galgava degraus na hierarquia internacional do movimento.

Juntamente com o biólogo Norman Myers, Lovejoy tornou-se o maior propagandista de um dos temas preferidos do alarmismo ambientalista, a extinção de espécies. A partir da publicação do livro de Myers, *The Sinking Ark* (A arca que está afundando), em 1979, ambos começaram a difundir a tese infundada de que a ação humana estaria causando a extinção de até 100 espécies de organismos por dia, principalmente nas florestas tropicais. Embora absurda e contestada por um grande número de cientistas, em pouco tempo, tal cifra passou a aparecer com destaque cada vez maior na prolífica literatura "eco-alarmista".[12]

Em 1987, Lovejoy apresentou a proposta do mecanismo de troca de "dívida por natureza" (*debt-for-nature swaps*), pelo qual os países subdesenvolvidos poderiam abater parcelas de suas dívidas externas para utilizar tais recursos em programas de proteção ambiental - evidentemente, supervisionados e executados por ONGs internacionais. Recebida com entusiasmo entre as redes ambientalistas brasileiras, a proposta praticamente não chegou a ser implementada no País, mas volta e meia insiste em reaparecer.

Numa entrevista divulgada em abril de 1983, Lovejoy falou abertamente sobre os objetivos da estratégia ambientalista:

Lovejoy: Eu quero esclarecer uma coisa agora mesmo: algumas pessoas têm circulado histórias maldosas de que o WWF está tentando parar todo o investimento no setor em desenvolvimento, que não queremos nenhuma indústria, que tudo em que estamos interessados são em plantas e animais. Isto é uma mentira...

P: Mas o WWF não se coloca ao lado dos animaizinhos e plantas exóticas, contra o desenvolvimento industrial e de exploração de recursos naturais em certas áreas?

Lovejoy: Certamente. Mas isso não significa que somos contra o desenvolvimento. Somos contra o desenvolvimento descuidado. Quem

---

12 Para uma refutação categórica das teses de Myers e Lovejoy sobre extinção de espécies, ver: Julian L. Simon e Aaron Wildavsky, "On Species Loss, the Absence of Data, and Risks to Humanity" *In* Julian L. Simon e Herman Kahn, *The Resourceful Earth*, Basil Blackwell, 1984.

você pensa que eu sou? Você sabe realmente quem sou eu? Sou o presidente do comitê executivo da diretoria da (seguradora) Metropolitan Life. Você sabe quem é realmente Russell Train (na época, presidente do WWF-EUA e ex-alto funcionário da OTAN)? Quem, diabos, você pensa que faz investimentos no setor em desenvolvimento? Quem ganha dinheiro? Dê uma olhada na diretoria do WWF e você encontrará os líderes da comunidade empresarial e financeira! Somos nós que investimos. Lucramos e queremos continuar assim - ao mesmo tempo em que estamos protegendo os animaizinhos... O maior problema são esses malditos setores nacionalistas desses países em desenvolvimento. Esses países pensam que podem ter o direito de desenvolver seus recursos como lhes convêm. Eles querem se tornar potências, estados soberanos e elaboram suas estratégias... Nós achávamos que podíamos controlar melhor as coisas argumentando com esses líderes, esses tolos nacionalistas. Superestimamos a nossa capacidade de controlar as pessoas e vamos ter que ajustar isso. Será um ajuste doloroso, sem dúvida. Não, o problema real é este nacionalismo estúpido e os projetos de desenvolvimento aos quais ele leva.

P: Como vocês podem lidar com isto?

Lovejoy: Não é fácil. Antes de tudo, precisamos ter certo controle sobre os ministros de planejamento nestes países, especialmente os países maiores. A crise da dívida é bastante conveniente (referia-se à crise que seguiu-se a moratória do México, em 1982). Ela é perigosa, mas é também uma oportunidade. Vai exigir cortes e algumas decisões difíceis. Talvez seja possível quebrar alguns setores nacionais, como o do petróleo no México, porque é ineficiente e requer muito capital.

P: Como vocês mudarão sua política de investimentos? Não deve ser fácil.

Lovejoy: É verdade, mas não impossível. Estamos sugerindo que, se você usar as considerações ambientais que recomendamos, isto permitirá que você reconfigure sua estratégia de desenvolvimento. Por exemplo, no Brasil, você tem estes ambiciosos projetos para a exploração de alumínio. Bem, é uma boa idéia, mas não pode ser realizada sem uma oferta maciça de energia, e é aí que residem certos problemas. Os brasileiros - e eu sei disto de uma experiência de 17 anos - pensam que podem desenvolver a Amazônia, que podem tornar-se uma superpotência. Vivem de peito estufado com isso. Portanto, você tem que ser cuidadoso. Você pode ganhá-los com pouco. Deixe-os desenvolver a bauxita e outras coisas, mas restruture os planos para reduzir a escala dos projetos de desenvolvimento energético alegando razões ambientais. Eles não podem conseguir dinheiro agora. Então, fazemos com que alguns bancos amigos digam a eles que eles podem conseguir

dinheiro para o que estamos sugerindo. Então, alguns de nossos amigos no ministério de planejamento vêm e dizem que isto é uma boa idéia.

P: E quem vai lucrar com a exploração da bauxita?

Lovejoy: O dinheiro para o investimento virá de vários lugares e os lucros também irão para vários lugares, e patrocinadores do WWF estarão bem no meio das coisas. Por isso é que estou dizendo que é um absurdo caracterizar-nos como sendo contra o desenvolvimento. Temos problemas com as nações, e talvez nações como instituições se coloquem no caminho de tudo, dos empreendimentos lucrativos ambientalmente saudáveis. É uma mentira histérica nos chamar de antidesenvolvimentistas.

P: O que faz o (presidente mundial do WWF) príncipe Philip pensar assim?

Lovejoy: Philip é muito ilustrado. Ele fala da virtude de não precisar se preocupar-se com sua própria riqueza pessoal e para o bem de todos nós. Mas Philip sabe que o mundo funciona sobre a base de lucros e de retorno de investimentos. É assim que a Grã-Bretanha tem sido dirigida por séculos. Ele parece radical às vezes, mas ele quer investimentos ambientalmente saudáveis. Ele tem também a coragem de falar contra os abusos de vários governos nacionais e suas políticas míopes.[13]

Ainda hoje, Lovejoy é um dos principais representantes do aparato ambientalista no Brasil, atuando como consultor de vários programas das Nações Unidas no País. Em setembro de 2000, em Cuiabá (MT), durante uma de suas visitas, ele negou que tenha concedido a entrevista anterior.

A "CARTA INDÍGENA"

Como vimos anteriormente, a manipulação das comunidades indígenas para apoiar a penetração de suas empresas na América do Sul tem sido uma prática do *Establishment* oligárquico pelo menos desde a II Guerra Mundial. Nas últimas décadas, entretanto, a oligarquia ampliou consideravelmente o seu leque de opções neste campo, lançando as bases ideológicas para promover a autodeterminação e a posterior independência dos povos indígenas, fomentando uma espécie de "nacionalismo étnico", em oposição ao Estado nacional soberano. A instituição pioneira nestes esforços foi o Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

---

13 Club of Life White Paper, *International Bankers' Real Agenda: Global Depopulation*, New York, February 1983.

O CMI foi fundado em Oxford, Inglaterra, em 1937, numa conferência que reuniu um seletíssimo grupo de representantes dos mais altos círculos da oligarquia britânica, principalmente entre os simpatizantes do regime nazista de Adolf Hitler, como lorde Lothian e lorde Halifax, que abriu os trabalhos. O coordenador da conferência foi J.H. Oldham, um alto dignitário da Igreja Anglicana, que propôs a criação de uma "liga de igrejas" para apoiar os propósitos do *Establishment*. Um dos frutos da conferência foi a publicação do livro *The Universal Church and the World of Nations* (A Igreja Universal e o mundo de nações), uma coletânea de artigos cuja proposta central era a necessidade de reordenação das relações internacionais sob o comando de um "governo mundial". O artigo principal foi escrito por lorde Lothian, com o sintomático título de "A influência demoníaca da soberania nacional". Outro artigo, de autoria do delegado estadunidense John Foster Dulles, argumenta que a soberania nacional é uma "causa de guerras".[14]

O CMI e dezenas de organizações a ele vinculadas encontram-se entre os principais financiadores de ONGs de "direitos humanos" e até mesmo de insurgências separatistas, como a do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que prega a separação pelas armas do estado mexicano de Chiapas, em nome da autonomia indígena.

Uma denúncia contundente sobre o papel do CMI como agente da oligarquia britânica para desestabilizar os Estados nacionais partiu do cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano. Em 10 de Junho de 1997, a *Folha de S. Paulo* publicou uma entrevista coletiva concedida por Ratzinger em Roma, na qual afirma que "grande parte dos bispos católicos da América Latina se lamentam comigo do fato de que o Conselho Ecumênico de Igrejas (outra denominação para o CMI) tem dado uma grande ajuda aos movimentos de subversão, uma ajuda que talvez tivesse boas intenções, mas que acabou sendo bastante danosa para o Evangelho".

Em 1965, o CMI patrocinou a fundação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que, além de difundir a chamada Teologia da Libertação, viria a tornar-se um dos principais centros de difusão do "indigenismo" no País. Uma das primeiras ONGs brasileiras, o CEDI atuava em estreita coordenação com a Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica, da qual surgiram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que

---

14 Anton Chaitkin, *Treason in America: from Aaron Burr to Averell Harriman*, New Benjamin Franklin House, New York, 2nd ed., 1985.

se tornaria o principal coordenador da "carta indígena" no Brasil. Entre as principais figuras que têm trabalhado para ambas as entidades estão o bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, e Dom Tomás Balduíno, que presidiu o CIMI por muitos anos.

Em agosto de 1987, durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, o CIMI apresentou uma proposta de emenda popular com a qual tentou introduzir na nova Constituição brasileira o conceito de "plurinacionalidade", pelo qual os indígenas brasileiros passariam a ter dupla nacionalidade, a brasileira e a de seu povo. O primeiro artigo da emenda sentenciava que "o Brasil é uma República federativa e plurinacional". O segundo artigo dizia: "Os membros das Nações Indígenas possuem nacionalidades próprias, distintas entre si e da nacionalidade brasileira, sem prejuízo da sua cidadania brasileira." Outros artigos estabeleciam que os recursos naturais do solo, subsolo e dos cursos d'água localizados nos territórios indígenas seriam bens das "nações" indígenas.

Numa clara demonstração da articulação internacional envolvida na questão, juntamente com a proposta, protocolada junto à Assembléia Nacional Constituinte como Sugestão Popular S-001, o CIMI apresentou um abaixo-assinado subscrito por milhares de cidadãos austríacos, contendo sugestões que coincidiam essencialmente com a proposta do CIMI. Coincidentemente, a cidade de origem dos signatários era Feldkirch, onde Dom Erwin Krautler, então presidente do CIMI, concluiu seus estudos. A revelação da iniciativa, feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo* numa série de reportagens, teve grande repercussão e provocou a indignação até mesmo de autoridades religiosas, como o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Segundo ele, tratava-se de "uma proposta tão abominável que, se tivesse partido de um Governo estrangeiro, seria talvez o caso de o Governo brasileiro responder com um ultimato de declaração de guerra" (12/08/1987). Na época, o CIMI contava com cerca de 250 missionários trabalhando em tempo integral, espalhados pelos territórios indígenas em todo o País.

Embora tenha sido rejeitada, a proposta do CIMI inspirou na Constituição alguns dispositivos que têm proporcionado os fundamentos legais que, nos últimos anos, têm permitido embargos judiciais de numerosas obras de infra-estrutura por pretextos referentes às comunidades indígenas, como as hidrovias Araguaia-Tocantins, Paraná-Paraguai e Teles Pires-Tapajós.

Desde 1994, tais ações têm representado uma das principais atividades do Instituto Socioambiental (ISA), ONG resultante da fusão do "braço indígena" do CEDI com o Núcleo de Direitos Indígenas, que teve como membros fundadores alguns dos principais ativistas do aparato ambientalista-indigenista internacional com interesses no Brasil.

A atuação do CEDI recebeu um considerável reforço em 1969, com a criação da Survival International, o "braço humano" do WWF, cuja missão precípua foi a criação da reserva indígena ianomâmi (ver capítulo 9). A iniciativa resultou de uma série de expedições à América do Sul feitas pelos exploradores ingleses Robin Hanbury-Tenison e Kenneth Taylor, durante as quais eles identificaram e situaram os aldeamentos dos povos indígenas existentes ao longo dos dois grandes eixos potenciais de integração física do subcontinente, nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste. O objetivo era localizar os grupos indígenas que, posteriormente, poderiam ser manipulados para obstaculizar a construção de grandes obras de infra-estrutura necessárias à integração continental.

Em janeiro de 1971, o CMI e o Departamento de Etnologia da Universidade de Berna (Suíça) promoveram um Simpósio sobre Conflitos Interétnicos na América do Sul, realizado em Barbados. O conclave reuniu um grupo de antropólogos de vários países, entre eles o brasileiro Darcy Ribeiro, para discutir a necessidade de um engajamento direto da antropologia na "luta indígena pela libertação". Ao final do encontro, foi emitida a chamada Declaração de Barbados, cujo texto é explícito quanto às intenções dos seus redatores:

> A antropologia hoje requerida na América Latina não é a que se relaciona aos indígenas como objetos de estudo, mas a que percebe a condição colonial e se compromete com a luta pela libertação. Neste contexto, nós vemos a antropologia, por um lado, proporcionando aos povos colonizados os dados e interpretações, tanto sobre eles próprios como sobre seus colonizadores, que sejam úteis para a sua própria luta pela liberdade e, pelo outro, uma redefinição da imagem distorcida de comunidades indígenas existentes na sociedade nacional, desmascarando, desta forma, a natureza colonial desta última, com a sua fundamentação ideológica.[15]

Embora os redatores da Declaração de Barbados criticassem a crescente ação das missões religiosas - notadamente protestantes - entre as comunidades indígenas sul-americanas, este é um exemplo de como os interesses do *Establishment* oligárquico são servidos por grupos aparentemente antagônicos.

Um ano depois da reunião de Barbados, um de seus integrantes, o antropólogo britânico David Maybury Lewis, fundou a Cultural Survival, ONG que, em 1982, já congregava 33.500 antropólogos em todo o mundo. Um de seus diretores até 1993 foi o Dr. Jason Clay, para quem o Estado

---

15 O texto completo da Declaração de Barbados pode ser encontrado em vários sítios da Internet, como www.nativeweb.org/manifestos/barbados1.html

nacional deve desaparecer, sendo suas funções substituídas por instituições de governança local e global. Segundo ele, "após a II Guerra Mundial, foram criadas dois terços das 171 nações que integram a ONU, mas que continham outras 5.000 nações dentro delas... A Nigéria, por exemplo, contém 450 nações, e o Brasil, 190... As elites nacionais representam apenas duas ou três dessas micronações e apropriam-se dos recursos que conduzem à guerra".[16]

Juntamente com outras ONGs e fundações dos EUA e Canadá, Clay e a Cultural Survival viriam a desempenhar um importante papel numa das mais ativas operações do aparato ambientalista-indigenista no Brasil, a transformação do líder caiapó Paulinho Paiakan em garoto-propaganda da "proteção da Amazônia". A partir de 1988, Paiakan começou a ser levado a freqüentar o circuito internacional de eventos de levantamento de fundos, supostamente para a defesa da Amazônia contra a devastação, mas cuja importância, na verdade, ia muito além da arrecadação financeira, servindo como importantes elementos para a formação de uma corrente de opinião pública internacional favorável às causas ambientalistas. Num desses eventos, em Toronto, Canadá, em novembro daquele ano, a jornalista canadense Elaine Dewar teve a sua atenção despertada para a campanha. A partir daí, nos cinco anos seguintes, ela seguiria as pistas tentaculares da vasta rede ambientalista-indigenista, no Canadá, EUA, Brasil e Suíça, entrevistando alguns dos seus principais atores nestes países. O resultado, publicado em 1995 no livro *Cloak of Green* (Capa de verde), é uma das mais importantes revelações sobre a manipulação do ambientalismo-indigenismo para a criação de uma estrutura de "governo mundial".

Elaine Dewar assim descreve o momento em que se conscientizou da verdadeira natureza da "Agenda", como ela mesma apelidou o aparato ambientalista-indigenista:

> Eu também estava começando a achar que entendia por que o receio que envolvia os fenômenos ambientais transnacionais desempenhava um grande papel na Agenda. Como persuadimos democratas a abrir mão dos poderes da soberania nacional para governá-los? Como os fazemos ceder poder a instituições supranacionais que eles não podem afetar, controlar ou remover? Fazemos parecer que isto serve aos seus melhores interesses. Os aterrorizamos com os graves perigos contra os quais os governos nacionais não podem protegê-los.[17]

---

16 Elaine Dewar, *Cloak of Green*. James Lorimer, Toronto, 1995.
17 *Id.*

As primeiras campanhas

Como ocorreu em outros países, a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, assinalou a "oficialização" dos temas ambientais na agenda política do Governo brasileiro. Embora a posição do País na conferência tenha sido de contestação aberta da politização do ambientalismo, as crescentes pressões externas nesta área levaram o Governo a criar, no ano seguinte, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), a primeira agência governamental brasileira dedicada ao assunto. Seu primeiro e mais longevo presidente (ocupou o cargo entre 1974 e 1986) foi o biólogo Paulo Nogueira Neto, um professor da Universidade de São Paulo que é atualmente um dos principais enlaces brasileiros com a cúpula do ambientalismo internacional além de integrar a Comissão Brundtland, é também membro do conselho diretor do World Resources Institute. Em 1989, a SEMA seria substituída pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão criado pelo Governo José Sarney em função da campanha ambientalista internacional que se avolumava sobre o Brasil, na ocasião.

Nesse período, começaram a surgir as primeiras ONGs especificamente dedicadas ao ambientalismo. Uma das pioneira foi a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), criada em 1971, em decorrência da primeira campanha ambientalista ocorrida no País, motivada pelo despejo de resíduos poluentes da indústria de celulose Borregard (atual Riocell) na lagoa dos Patos. Um dos fundadores da AGAPAN foi o agrônomo José Lutzemberger, que viria a tornar-se um dos mais ativos e articulados "gurus" do ambientalismo brasileiro. Seu livro de 1976, intitulado *Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*, tornou-se um dos referenciais teóricos do movimento. Mais adiante, um panorama de suas idéias.

Na época, a orientação geral desenvolvimentista e a desconfiança dos governos militares quanto a tais movimentos constituiu um obstáculo à proliferação do ambientalismo, que se restringia a campanhas específicas empreendidas por organizações praticamente amadoras, em sua maioria de curta duração. Porém, isso não impediu que o movimento emergente participasse de campanhas de grande interesse para o *Establishment* anglo-americano, como a deflagrada contra o Acordo Nuclear Brasil/Alemanha, que, juntamente com as pressões por "direitos humanos", constituiu uma marca registrada das relações do Governo Jimmy Carter com o Brasil.

A década de 80 presenciou a "profissionalização" e a internacionalização do movimento ambientalista brasileiro, registrando as primeiras interferências diretas sobre projetos de desenvolvimento. Começava-se, então, a definir um padrão de atuação que se tornou uma constante, envolvendo uma

estreita coordenação de atividades entre ONGs estrangeiras e brasileiras, governos e mídia estrangeiros e órgãos de financiamento multilaterais.

Assim como nos EUA e na Europa, as ONGs brasileiras foram recrutar boa parte dos seus militantes entre as fileiras da esquerda "revolucionária". Numa reportagem publicada em 9 de fevereiro de 1994, a revista *Veja* divulgou um perfil das ONGs nacionais, revelando a existência de mais de 5.000 entidades, das quais 40% dedicadas ao meio ambiente. Segundo o levantamento, as ONGs empregavam cerca de 80.000 pessoas, das quais 87% tinham nível superior e 76% viviam exclusivamente do trabalho nas organizações. Além disto, 17% delas haviam sido presas pelo regime militar (1964-85) e 14% se consideravam "marxistas-revisionistas" nos anos 70. Na reportagem, o deputado "verde" Carlos Minc (atualmente no PT-RJ) afirmava que "as ONGs ocupam o vácuo deixado pela crise das ideologias e pela falência do comunismo".

Igualmente, a pesquisa confirmava a grande dependência externa das ONGs brasileiras: 80% dos 700 milhões de dólares movimentados anualmente por elas provinham de doações do exterior. Na verdade, este número é uma aproximação, pois a movimentação financeira entre ONGs e patrocinadores é um segredo guardado a sete chaves. O Banco Central não tem qualquer controle sobre a entrada dos "ecodólares" remetidos por instituições estrangeiras para as ONGs brasileiras. Ao decidir que entidades receberão os seus recursos, os financiadores do movimento ambientalista - em especial, as grandes fundações oligárquicas - determinam, na prática, que programas, campanhas e estratégias serão desenvolvidas.

Em setembro de 1995, no seminário Desafio e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil, a diretora-executiva do capítulo brasileiro da ONG estadunidense The Nature Conservancy, Ângela Tresinati, reconheceu publicamente tal subordinação:

> Outra queixa que existe em relação às ONGs americanas refere-se à destinação dos recursos, isto é, a sua aplicação é restrita a um fim específico, predeterminado, e não existe flexibilidade de alteração disso. É importante ficar bem claro que as ONGs norte-americanas, e muitas outras, também vivem de doações. Esse dinheiro vem de alguma fonte. E essa fonte também faz suas exigências, estabelece suas condições... E uma parcela substantiva desses recursos são doados por pessoas físicas ou empresas que determinam especificamente onde e como querem que o dinheiro seja usado. Então, nós precisamos compreender que as ONGs doadoras de lá também são recebedoras de doações e essas exigências vêm das fontes de origem dessas doações.[18]

---

18 Fundação Francisco, *Relato de um Seminário Ocorrido em Brasília entre 28 e 30 de Setembro de 1995*. Brasília, 1995.

Outra confirmação desse fato foi feita pelo então presidente do IBAMA, Eduardo Martins, numa entrevista à revista *Veja* de 2 de julho de 1998. Nela, Martins, ex-diretor do WWF no Brasil, faz uma surpreendente crítica às ONGs ambientalistas brasileiras, acusando-as de "trabalhar com uma agenda importada" e deixar de lado os principais problemas ambientais do País, que estão nas grandes cidades. Segundo ele,

> Cerca de 85% dos recursos que mantêm as ONGs no Brasil vêm do exterior. Com o dinheiro, vem também a pauta de prioridades definida para cada país. Isso gera problemas. A discussão ambiental patrocinada pelas ONGs acaba virando um modismo ditado, que já teve símbolos como o mico-leão, o elefante e agora o mogno. Imagine se amanhã um grupo de ambientalistas europeus se reúne e decide que as ONGs devem dar apoio ao Movimento dos Sem-Terras, porque eles são o novo símbolo da luta pela preservação. No dia seguinte, esquecem-se as florestas e não se fala mais nisso.

O "campo de provas" para o aparato ambientalista no País foi o Projeto Polonoroeste, um programa de assentamento de populações rurais em Rondônia, parcialmente financiado com recursos do Banco Mundial. A partir de 1981, a planejada pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), integrante do projeto, tornou-se o alvo de uma ativa campanha encabeçada pelas ONGs estadunidenses Natural Resources Defense Council (NRDC), Environmental Defense Fund (EDF) e National Wildlife Federation (NWF), apoiadas pelo CEDI e o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), esta última ligada à ONG britânica Oxfam. Em 1984, a campanha conseguiu fazer com que o Congresso dos EUA realizasse várias audiências sobre o projeto e seu financiamento pelo Banco Mundial, as quais foram reforçadas por manifestações de 40 outras ONGs ambientalistas estadunidenses. Como resultado, no final de 1985, o Banco Mundial suspendeu os empréstimos ao projeto. A despeito das intenções anteriores de McNamara, denunciadas pelo embaixador Araújo Castro 13 anos antes, esta foi a primeira vez que o banco suspendeu uma operação financeira por pretextos ligados à proteção ambiental. Segundo o Dr. Robert Goodland, que na época era o especialista ambiental mais graduado do banco, "nós fechamos a torneira de dinheiro... foi um momento histórico".[19]

Os planejadores da campanha um ativo núcleo de ambientalistas, cuja influência se percebe atualmente em algumas das principais ações do movimento no País. Entre eles, destacam-se: Steven Schwartzman e Bruce Rich, do EDF; Barbara Bramble, da NWF; Tony Gross, da Oxfam; e

---

19 Elaine Dewar, *op. cit.*

Mary Allegretti, que viria a tornar-se um dos mais importantes agentes brasileiros do movimento ambientalista internacional. Embora sem formar parte direta do grupo, José Lutzenberger também colaborou significativamente com a campanha.

O projeto seguinte do esquema foi a transformação do líder seringueiro acreano Chico Mendes num "campeão" da defesa da Floresta Amazônica contra projetos que, supostamente, representariam ameaças à sua integridade. Isto foi feito com a introdução de Mendes no circuito Congresso dos EUA-Banco Mundial, apoiado por uma ampla exposição na mídia estadunidense.

Em meados de 1987, Thomas Lovejoy apresentou a sua célebre proposta de "troca de dívida por natureza" (*debt-for-nature swaps*). Com o mecanismo, organizações ambientalistas se disporiam a comprar pelo seu valor nominal títulos da dívida externa de países dotados de grandes áreas florestais consideradas ameaçadas. Em troca, o Governo do país "pagaria" a dívida com os novos credores ambientalistas, por meio do lançamento de novos títulos de dívida em moeda nacional. Com os juros obtidos com os novos títulos, as ONGs poderiam financiar a aquisição de áreas ameaçadas ou projetos ambientais locais. A proposta já fora colocada em prática em pequena escala na Costa Rica, Bolívia e Equador, mas, obviamente, o Brasil deveria ser o seu grande "mercado".

A proposta de Lovejoy foi muito bem recebida pelo aparato ambientalista e, em julho, o senador Robert Kasten iniciou um esforço no Congresso dos EUA para a institucionalização da mesma. Ao mesmo tempo, em coordenação com o esquema encabeçado pelo EDF-NWF, ele aumentava a pressão sobre o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para que ambos ampliassem as exigências ambientais de seus empréstimos para projetos de infra-estrutura no Brasil. Foi em meio a essa ofensiva que Chico Mendes se viu convertido de líder sindicalista local em celebridade internacional assim como ocorreu com Paiakan.

O "Projeto Chico Mendes" incluiu o seu agraciamento, em 1987, com duas das mais importantes comendas concedidas pelo aparato ambientalista internacional, o Prêmio Global 500 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Medalha de Proteção do Meio Ambiente da Sociedade por um Mundo Melhor (Better World Society), do magnata de telecomunicações Ted Turner. Grande parte do seu sucesso nas premiações pode ser creditado ao eficiente lobby promovido por José Lutzenberger, que já então atuava em estreita coordenação com a Fundação Gaia britânica (no ano seguinte, ele próprio seria agraciado com o Right Livelihood Award, considerado o "Prêmio Nobel Alternativo de Meio Ambiente").

Embora tenha ganho notoriedade mundial como paladino do meio ambiente, especialmente após a sua morte, o próprio Chico Mendes não se considerava um ambientalista. Certa ocasião, depois de se ver na televisão retratado como um lutador em favor dos "pulmões do mundo", ele protestou: "Não estou protegendo a floresta por estar preocupado com o fato de que o mundo será afetado dentro de 20 anos. Estou preocupado com ela porque há milhares de pessoas vivendo aqui, gente que depende da floresta, e suas vidas estão correndo risco diariamente."[20]

Apesar disso, o seu assassinato, em Xapuri (AC), em 22 de dezembro de 1988, motivado por uma antiga rixa com um fazendeiro local, funcionou como uma deixa para a deflagração imediata de uma virulenta campanha internacional de ataques ao Brasil. Embora não fosse muito conhecido, mesmo no Brasil, fora de alguns círculos sindicalistas e ambientalistas, sua morte foi pranteada por órgão de imprensa de três continentes. Em 24 de dezembro, o jornal *The New York Times* considerou-o um "mártir do holocausto amazônico" e afirmou que os tiros disparados contra ele foram disparados "contra toda a Humanidade". O editorial do *New York Newsdays* de 8 de janeiro de 1989 conclamou o Banco Mundial a reduzir seus empréstimos ao Brasil até que os assassinos fossem punidos. Na mesma ocasião, o *Asahi Shimbum* do Japão afirmou que o crime preocupou "a todos os que desejam um ar limpo". Por sua vez, o *Libération* de Paris deu o tom das pressões assentadas contra o Brasil, dizendo que "os europeus e os norte-americanos não podem assistir impassivelmente à destruição da Amazônia, achando que não têm nada com o assunto".

Além disso, missas em memória de Chico Mendes foram celebradas em lugares como Londres e Washington. Nesta capital, em 25 de janeiro de 1989, foi celebrado um culto ecumênico, presenciado pelo embaixador brasileiro Marcílio Marques Moreira e vários congressistas estadunidenses. Na ocasião, Jay Hare, presidente da NWF, comparou Chico Mendes ao reverendo Martin Luther King.

No exterior, em ações que demonstravam tratar-se de uma ação muito bem coordenada, sucederam-se protestos e debates sobre as mazelas ambientais brasileiras.

---

20 Andrew Revkin, *Tempo de queimada, tempo de morte: o assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica*. Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1990.

Recrudesce a ofensiva

A partir de 1988, a ofensiva ambientalista contra o Brasil ganhou uma dimensão inusitada, não para justificar uma operação bélica do tipo da Guerra do Golfo, mas a invasão de outro tipo de "tropas de choque", representadas por dúzias de ONGs vinculadas ao *Establishment* oligárquico. A idéia-força era a de que o Brasil era incapaz de cuidar adequadamente dos problemas relacionados ao seu meio ambiente, sugestão devidamente acompanhada pelo conseqüente e sub-reptício corolário de que a tarefa deveria ser confiada a mãos exógenas.

Quase que subitamente, os problemas ambientais brasileiros tornaram-se temas de debates em todo o mundo. As queimadas na Amazônia, cujo *status* foi elevado a "herança comum da Humanidade" pelo jornal *The New York Times*, foram objeto de diversos editoriais e reportagens deste e de outros órgãos da imprensa internacional, além de ilustrarem amplamente a famosa reportagem *Planet of the Year* da revista *Time*, em janeiro de 1989.

Da mesma forma, os programas energéticos nacionais, principalmente alguns projetados empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, tornaram-se alvo das considerações de governos, agências financeiras e organizações ambientalistas internacionais. Estas últimas, em várias ocasiões, chegaram a convidar lideranças indígenas brasileiras para discutir os impactos ambientais dos citados projetos, além de patrocinarem diversos conclaves internacionais sobre o assunto.

Em fevereiro de 1989, o CEDI e um grupo de ONGs encabeçado pela NWF e o NRDC, com o apoio de órgãos oficiais do Governo do Canadá, realizaram o chamado Encontro de Altamira, nesta cidade paraense. No evento, autoridades do Governo brasileiro foram "convidadas" a discutir os projetos de desenvolvimento da Amazônia - principalmente usinas hidrelétricas - com lideranças indígenas da região e representantes de ONGs nacionais e internacionais, diante de uma grande platéia de jornalistas de vários países. O grande destaque propagandístico do encontro foi a ampla difusão na imprensa internacional da fotografia de uma índia caiapó esfregando um facão no rosto do diretor da Eletronorte Antônio Muniz Lopes, para protestar contra as projetadas usinas hidrelétricas. Na ocasião, o presidente do recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fernando César Mesquita, afirmou que a campanha ambientalista contra o Brasil era uma manobra do Departamento de Estado dos EUA.[21]

---

21 Silvia Palacios, "Genocide-for-nature swaps?", *Executive Intelligence Review*, 3/4/1989.

Outros alvos constante de críticas externas, provenientes dos mesmos círculos e oriundas, em especial, dos Estados Unidos, foram os programas brasileiros de tecnologia de ponta, particularmente os associados às Forças Armadas, como o programa nuclear autônomo e o programa aeroespacial, invariavelmente vinculados a supostas pretensões militaristas. Tal campanha, que seria plenamente endossada pelo Governo Collor, a partir de 1990, culminou com o virtual desmantelamento destes esforços.

Em fevereiro e março, em Haia, Holanda, ocorreram duas conferências internacionais sobre o meio ambiente, às quais compareceram os chefes de Estado de 23 países. Na ocasião, o presidente francês François Mitterrand e seu chanceler Michel Rocard afirmaram explicitamente que países como o Brasil deveriam abrir mão de "parcelas de soberania" sobre ecossistemas como a Floresta Amazônica, para facilitar a sua preservação como um "patrimônio da Humanidade".

Em Haia, Rocard também falou abertamente sobre a criação de um tribunal internacional para julgar crimes contra o meio ambiente, proposta endossada pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland.

A despeito da pronta reação de setores nacionalistas brasileiros, notadamente as Forças Armadas, o Governo Sarney não foi capaz de resistir às pressões internacionais de maneira categórica, vendo-se na contingência de fazer várias concessões ao lobby ambientalista. Um deles foi a criação do IBAMA, aproveitando o pessoal da antiga SEMA e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Ao mesmo tempo, foi criada no Itamaraty uma Divisão de Assuntos Humanos e Ambientais. Outra concessão, de maior alcance, foi a apresentação da candidatura brasileira para sediar a reunião das Nações Unidas que deveria marcar os 20 anos da Conferência de Estocolmo, em 1992.

Em seu livro, Elaine Dewar descreve uma entrevista com Ricardo Carvalho, o primeiro chefe da divisão ambiental do Itamaraty, na qual ele explica as razões para a mudança de atitude do Governo brasileiro. A explicação revela tanto o tradicional "pragmatismo" da diplomacia brasileira como a ilusória percepção que orientava a sua conduta naquele momento crucial:

> Ele confirmou que o Governo brasileiro havia mudado recentemente as suas visões sobre as ONGs. Ele disse que elas tinham um papel a desempenhar em levar os problemas à atenção do Governo. A crise ambiental levantada pelas ONGs podia não ter qualquer relação com a realidade, mas, não obstante, ela havia criado momentos difíceis para o Brasil no Banco Mundial. O Brasil não havia conseguido novos empréstimos nos últimos três ou quatro anos. O Brasil também havia participado de vários encontros globais sobre a depleção do ozônio, o aquecimento global e assim por

diante. Era importante que o Brasil tivesse alguma influência nessas conferências, porque ele vivia das suas exportações e essas resoluções, em conjunto, poderiam ter profundos impactos nos negócios brasileiros. Após a criação do Protocolo de Montreal, o Brasil havia sido recomendado a modificar a sua indústria de refrigeração, o que iria requerer 'muito dinheiro, que nós não temos'. Na Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da ONU, a se realizar no Rio em 1992, as necessidades dos países em desenvolvimento seriam levadas em consideração. Se a segurança do planeta estava em jogo, então, 'transferências de tecnologia não podem ser feitas sobre uma base comercial', disse ele.[22]

Nesse período, manifestações "populares" contra a suposta insensibilidade ambiental do Brasil ocorreram em vários países. Uma delas ocorreu em Londres, em 14 de setembro de 1989, quando manifestantes liderados pela proprietária da rede de lojas Body Shop, Anita Roddick, bloquearam a porta da embaixada brasileira com dezenas de sacos de cartas de protesto contra a "devastação da Amazônia". Embora sob a aparência da iniciativa de uma diletante, a ação da Sra. Roddick - simultânea à publicação de um importante editorial da revista *The Economist* sobre a Amazônia - constituiu apenas uma das pontas visíveis, ao nível da ação de rua, da bem articulada campanha que insiste em levantar a velha bandeira de que "a imensa riqueza da Floresta Amazônica deve ser explorada em benefício da Humanidade", como constava de um documento lido na ocasião pelos manifestantes. Participando diretamente da ação estavam ONGs como Friends of the Earth, Survival International (que se propunha a sabotar todos os fluxos financeiros internacionais destinados a projetos na Amazônia até que o Governo brasileiro reconhecesse os "legítimos direitos dos indígenas"), Greenpeace, Oxfam, Forest Peoples Support Group e outras.

Sintomaticamente, a empresa de Roddick e a sua militância ambientalista estão umbilicalmente ligados ao aparato ambientalista-indigenista anteriormente mencionado. Todas as suas ações no Brasil eram desempenhadas em estreita coordenação com a Cultural Survival e a embaixada canadense em Brasília.

Dias depois, em 30 de setembro e 1° de outubro, em Sheffield, também na Inglaterra, a ONG Brazil Network copatrocinou, com o Instituto Católico de Relações Internacionais (CIIR), ONG londrina sem qualquer relação com a Igreja Católica, um simpósio sobre o tema "Amazônia: Meio Ambiente de Quem?, Luta de Quem?", cujo propósito declarado foi organizar uma

22 Elaine Dewar, *op. cit.*

federação internacional para supervisionar as campanhas ecológicas sobre a Amazônia. O representante da Brazil Network e do CIIR no Brasil é o Instituto de Estudos Sócio-econômicos (INESC), de Brasília, que realiza um trabalho de lobby para essa rede internacional dentro do Congresso brasileiro.

A Brazil Network, atuante na Inglaterra e nos Estados Unidos, se apresentava como "uma organização independente, fundada para aprofundar o intercâmbio de informações entre grupos comprometidos com o melhoramento dos direitos humanos e a proteção ambiental no Brasil". Nos EUA, atuava em estreita cooperação com o EDF e a Conservation International.

No rastro da campanha, o Governo do presidente estadunidense George Bush, sob a instigação da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher e trazendo a tiracolo o presidente francês François Mitterrand, apressaram-se em surgir como "campeões do meio ambiente", denotando a crescente relevância da temática ambiental nas relações internacionais e o maldisfarçado intento de obstaculizar as aspirações de desenvolvimento das nações do Sul. O próprio Bush pressionou diretamente o Governo do Japão para impedir a concessão ao Brasil de um financiamento para a conclusão da pavimentação da rodovia BR-364, no trecho que liga o Acre ao Peru, permitindo o acesso rodoviário aos portos deste país. Por sua vez, Thatcher apoiou uma série de esforços para vincular o pagamento da dívida externa de países como o Brasil à venda dos recursos naturais destes.

Durante todo o ano de 1989, o Brasil recebeu as visitas de várias delegações estrangeiras, principalmente dos EUA, integradas por congressistas, líderes ambientalistas, jornalistas, artistas e até mesmo autoridades do porte do vice-primeiro-ministro holandês Rudolf de Koorte, as quais, além de virem professar *in loco* as suas preocupações com o meio ambiente brasileiro, aproveitaram a oportunidade para promover uma das meninas dos olhos da campanha ambientalista internacional, as conversões de "dívida por natureza". Porém, pelo menos no tocante a este último item, a despeito de contar com vários aliados no País, a proposta não foi adiante naquele momento.

Collor e seu gabinete "New Age"

A situação se agravaria com o advento do Governo Collor, em 1990, uma vez que não apenas o próprio presidente da República, como dois dos principais membros do seu gabinete, o secretário do Meio Ambiente José Lutzenberger e o secretário de Ciência e Tecnologia (depois Meio

Ambiente) José Goldemberg, eram notórios adeptos da "Nova Ordem Mundial" de Bush & Cia., sendo ambos integrantes destacados da rede de ONGs e fundações familiares oligárquicas que a apóia.

Em sua viagem inaugural como presidente eleito, em fevereiro de 1990, Collor pode verificar *in loco* a importância que as nações do Hemisfério Norte atribuíam ao "fator ambiental" para as suas relações com o Brasil. Na véspera da visita do presidente eleito à Inglaterra, o príncipe Charles fez agressivas declarações públicas, qualificando a situação da Amazônia de "um pavoroso modelo de genocídio coletivo". Durante a sua estada em Londres, numerosos grupos ambientalistas realizaram ruidosas manifestações contra o Brasil. Na ocasião, o presidente brasileiro respondeu anunciando a nomeação de Lutzenberger para a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Igualmente, ele convidou Charles a visitar o Brasil, o que ocorreria em abril do ano seguinte.

Em Washington, Collor reuniu-se com o presidente George Bush e o administrador da Agência de Proteção Ambiental, William Reilly, de quem recebeu uma verdadeira lista de reivindicações ambientais.

Em 11 de fevereiro, o jornal *The New York Times* comentou com entusiasmo os resultados ambientais da viagem presidencial: "Collor foi surpreendentemente conciliatório com os ambientalistas".[23]

Em Moscou, durante uma visita à Academia de Ciências da URSS, Collor recebeu outra manifestação da articulação "verde" Leste-Oeste então predominante, ao ser surpreendido por um elogio rasgado ao físico José Goldemberg, feito pelo vice-presidente da Academia, Yevgeny Velikhov, assessor do presidente soviético Mikhail Gorbachov para assuntos de não-proliferação nuclear e desarmamento.

Grandemente interessado em emprestar um elemento de cosmopolitismo e credibilidade internacional ao seu gabinete, em sua maioria constituído de figuras de relevância meramente regional, Collor não hesitou em convidar Goldemberg para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que substituía o extinto ministério do mesmo nome. Com Goldemberg e Lutzenberger, ele pensava em aprofundar os vínculos com o aparato mais dinâmico da "Nova Ordem Mundial", as redes *New Age* do movimento ambientalista e suas ramificações "pacifistas" do movimento de não-proliferação nuclear, que apenas ocultavam a política de "apartheid tecnológico" do *Establishment* oligárquico.

---

23 Silvia Palacios, "World ecologists pressure Collor", *Executive Intelligence Review*, 23/2/1990.

Em setembro, em sua primeira visita oficial aos EUA, Collor recebeu um inusitado documento de 30 senadores estadunidenses, apoiando entusiasticamente as duas nomeações. O documento, redigido pelo senador Timothy Wirth, um notório adepto da instrumentalização política do ambientalismo, é explícito: "Vossa nomeação do Dr. José Lutzenberger para secretário Nacional do Meio Ambiente e do Dr. José Goldemberg para secretário Nacional de Ciência e Tecnologia constitui um sinal muito positivo do vosso compromisso com uma nova era de desenvolvimento do Brasil... Um dos grandes desafios que o Sr. deve, indubitavelmente, enfrentar é balancear a necessidade de administrar recursos naturais e o controle da poluição com urgentes necessidades econômicas, a pobreza crônica e a carga da dívida externa... Nós concordamos em que soluções para essas dificuldades devem ser consideradas conjuntamente. Em particular, vínculos entre negociações para a redução da dívida e a proteção ambiental são bastante promissoras."[24]

Quem é Lutzenberger

O agrônomo gaúcho José Lutzenberger, que antes de converter-se à "conservação da natureza" trabalhou na indústria química alemã BASF, nunca escondeu a sua fervorosa dedicação aos dogmas malthusianos, tendo sido um dos pioneiros do movimento ambientalista brasileiro. Em 1976, publicou o livro *Fim do Futuro? - Manifesto Ecológico Brasileiro*, no qual vinculava diretamente o crescimento da população aos problemas ambientais do planeta. Segundo ele: "É evidente que uma nave finita (a Terra) não pode acomodar um número indefinidamente crescente de passageiros... A explosão demográfica é um desequilíbrio que se deve a interferências artificiais em equilíbrios naturais. Através da tecnologia agrícola e da medicina intervimos, conscientemente, nas taxas de mortalidade, deslocando assim o equilíbrio demográfico que existiu durante milhões de anos."

Em outro trecho do livro, sob o significativo subtítulo "Avalanche humana", Lutzenberger vai mais além em seu desprezo pelo crescimento humano: "No mundo vivo, em sua complexidade infinita, o controle demográfico sempre existe. Nos seres mais primitivos, ele é cego, intermitente e brutal. Uma população de bactérias, confrontada com um substrato propício, cresce

---

24 Silvia Palacios, "Collor imposes green agenda on Brazil", *Executive Intelligence Review*, 12/10/1990.

exponencialmente...Ocorre que, muito antes de alcançar completamente o seu desígnio, antes de consumidos todos os recursos, acaba morrendo em suas próprias toxinas. Estabelece-se o equilíbrio... Que ironia! O homem, 'rei da criação', que por sua complexidade cerebral se encontra no topo da Pirâmide da Vida, com toda sua capacidade intelectual, sua ciência, sua tecnologia, está se preparando para voltar a submeter-se às forças cegas e implacáveis, se prepara para regressar ao nível da bactéria."

Prosseguindo, diz Lutzenberger: "De nada servem os demais controles se continuarmos comportando-nos como bactérias. Devemos não somente promover e tornar acessíveis a todos, especialmente aos pobres, os métodos contraceptivos, mas necessitamos de uma verdadeira política demográfica, uma política que parta não de uma economia exponencialmente crescente, mas da sustentabilidade...O dogma do crescimento terá que ser substituído por outro dogma... Podemos chamá-lo como queiramos - equilíbrio, estabilidade, sustentabilidade -, desde que o objetivo seja o abandono da exponencial pelo comportamento disciplinado..."

Lutzenberger dá sua receita para uma economia sustentável: "Durante talvez dois milhões de anos, durante 99 por cento da história, a espécie humana praticou um estilo de vida... Neste modo de vida, vivendo da caça e da coleta, o homem se encontra perfeitamente integrado em seu ambiente natural; não tem os meios e, o que é mais importante, não tem a ambição de destruir o mundo natural da qual se considera apenas parte. Neste convívio, a Natureza pouco ou nada sofre, uma vez que o tributo que o homem lhe extrai não ultrapassa a sua capacidade de regeneração. Por isso mesmo, este estilo de vida é perfeitamente sustentável, o que comprova a sua longevidade. Não há explosão demográfica e não há degradação ambiental."[25]

Com tais idéias, não admira que Lutzenberger atraísse o interesse das redes ambientalistas da Monarquia britânica. Seus contatos com a Fundação Gaia de Londres datam pelo menos de1987. Em 1988, a fundação promoveu uma badalada visita de Lutzenberger à Inglaterra, durante a qual este recebeu o Right Livelihood Award. Desde então, ele se converteu no representante da fundação no Brasil e passou a receber financiamento da mesma.

---

25 José Lutzenberger, *Fim do Futuro? - Manifesto Ecológico Brasileiro*. Movimento / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1978.

Igualmente, Lutzenberger tornou-se um entusiasmado difusor da chamada Hipótese Gaia, uma formulação pseudocientífica elaborada pelos biólogos James Lovelock e Lynn Margulis, a qual apresenta a Terra (Gaia) como um ser vivo e a Humanidade como um vírus perverso que ameaça a integridade física da primeira. Tanto Lovelock quanto Margulis pertencem à Fundação Lindisfarne, um dos "templos" do movimento *New Age*, que teve entre seus fundadores o antropólogo Gregory Bateson, agente de influência da inteligência britânica e ativo participante da chamada Operação Mk-Ultra, mencionada anteriormente.

Um dos principais centros de coordenação das atividades desses grupos ambientais, no Reino Unido é a Fundação Findhorn da Escócia, que se autoproclama o "Vaticano do movimento *New Age*". Um dos principais membros da fundação foi sir Laurens van der Post, "guru místico-filosófico" do príncipe Charles e de seu séquito mais íntimo. Van der Post foi um ativo promotor das trocas de dívida por natureza e da criação de um banco "conservacionista" mundial, que controlaria áreas submetidas a projetos ambientais sob supervisão internacional, acima das soberanias nacionais.

As três fundações atuam nos Estados Unidos em conjunto com a organização Lucis Trust, entidade com vínculos na ONU e que congrega várias organizações do movimento *New Age*, inclusive o Greenpeace e a Anistia Internacional.

Em maio de 1990, Lutzenberger foi informalmente convidado pelo príncipe Charles para visitá-lo em Londres. Na ocasião, Charles declarou que compartilhava com o secretário brasileiro a sua visão "holística" dos problemas do meio ambiente. Igualmente, convidou-o para participar da organização de um movimento internacional que promove a chamada "agricultura natural", em detrimento da agrotecnologia avançada. A "agricultura natural" foi um dos temas de destaque na palestra feita por Lutzenberger em Londres, em 17 de maio, promovida pelo grupo Friends of the Earth - assistida por Charles - e, também, uma das principais propostas do "Decálogo Ambiental" que divulgou para orientar a política ambiental brasileira, no Dia Internacional do Meio Ambiente, em 11 de junho de 1990. Na palestra, Lutzenberger afirmou que, para ele, "a ecologia nunca foi uma questão técnica, mas religiosa".[36]

Em suas primeiras ações à frente da Secretaria do Meio Ambiente, Lutzenberger tomou uma série de atitudes que o qualificam como um fiel

---

26 Lorenzo Carrasco, "Brazil's Lutzenberger green fascism: return to the Stone Age", *Executive Intelligence Review*, 8/3/1991.

representante das oligarquias "verdes" internacionais. Logo de início, colocou-se contra o Programa Calha Norte, a conclusão da rodovia BR-364 e os projetos hidrelétricos amazônicos, além de revelar-se um aberto defensor das *debt-for-nature swaps* e um ferrenho opositor da aplicação do conceito de soberania nacional às questões ambientais. Para impedir a conclusão da BR-364, Lutzenberger chegou a pedir a ajuda de representantes de ONGs estadunidenses, com os quais se reuniu em Washington, em 19 de abril de 1990. Na reunião, segundo o *Jornal do Brasil* de 20 de abril, Stephen Schwartzman, do EDF, saudou a nomeação de Lutzenberger como "histórica".

Outra briga de Lutzenberger se deu com o governador de Rondônia, Jerônimo Santana, que o acusou "trabalhar contar os interesses nacionais" ao induzir o Banco Mundial a adiar a votação de um empréstimo de 200 milhões de dólares para o Projeto de Manejo dos Recursos Naturais de Rondônia. Em nota à imprensa, divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 10 de abril de 1990, Santana afirmou que Lutzenberger "está fazendo o jogo das multinacionais, que tentam impedir o desenvolvimento da Amazônia e, para isso, utilizam pseudo-entidades ambientalistas, aliás patrocinadas pelas multinacionais".

Porém, o maior estrago à imagem de Lutzenberger foi causado pela divulgação de um documento da Fundação Gaia britânica, que demonstra que a fundação vinha financiando suas atividades desde 1987. O documento, intitulado *A vida e obra de José Lutzenberger, o principal ambientalista do Brasil*, é datado de setembro de 1988 e descreve o pensamento e as atividades de "Lutz" - como o chamam -, incluindo ainda um cronograma de desembolso financeiro para seis anos, com quantias anuais variando entre 21.200 e 70.500 libras esterlinas. Sobre as necessidades financeiras de "Lutz", o documento, que é uma das mais reveladoras evidências da maneira como as instituições do *Establishment* manipulam o movimento ambientalista, afirma: "É de se supor que a renda pessoal de Lutz provenha do seu trabalho de consultoria e da fábrica de fertilizantes orgânicos na Riocell... Entretanto, os custos básicos de uma pequena equipe de pessoas para desenvolver e disseminar a filosofia e prática da Fundação Gaia seriam correntes e não-autofinanciáveis. A Fundação Gaia de Londres continuará a levantar fundos para cobrir estes custos correntes da Fundação Gaia (brasileira - n.a.). Desta forma, o trabalho não será dependente do tempo e da energia que Lutz possa alocar ao levantamento de fundos."[27]

---

27 Gaia Foundation, *The life and work of Jose Lutzenberger, Brazil's leading environmentalist*. London, September 1988.

Em agosto de 1991, o documento foi encaminhado pelo correspondente da revista *Executive Intelligence Review* (*EIR*) no Brasil, Lorenzo Carrasco, ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso que investigava as ameaças de internacionalização da Amazônia, deputado Átila Lins, que o divulgou com grande repercussão. No dia 20 do mesmo mês, Carrasco depôs na CPI e complementou as denúncias contra Lutzenberger com uma ampla exposição sobre as motivações e a estrutura do movimento ambientalista internacional. A repercussão das denúncias levantou uma onda de indignação contra o secretário, fazendo com que os integrantes da CPI pedissem a sua demissão.

Irritado com a divulgação de seus vínculos com as redes da Monarquia britânica, Lutzenberger chegou ao destempero de ligar pessoalmente para o escritório da *EIR* no Rio de Janeiro, em 27 de agosto, quando travou um áspero diálogo com Carrasco. Confrontado com os seus próprios escritos, nos quais iguala o crescimento da Humanidade com a proliferação de uma colônia de bactérias, Lutzenberger defendeu-se afirmando tratar-se de "metáfora poética". Entretanto, ele recusou a proposta do jornalista para um debate público sobre suas idéias.

Convocado para depor na CPI, o que fez em 18 de setembro, Lutzenberger menosprezou tanto o trabalho dos parlamentares como as denúncias contra ele. Considerando uma "piada" as preocupações com a ameaça de internacionalização da Amazônia, ele mostrou a sua verve cosmopolita afirmando que "tudo o que há de bom no planeta é de todo o mundo".

A partir daí, sua demissão tornou-se uma questão de tempo, mas os preparativos para a conferência Rio-92 garantiram a sua permanência no cargo até abril de 1992, quando foi demitido por Collor, depois de fazer denúncias públicas sobre corrupção no IBAMA. Para seu lugar, Collor nomeou interinamente o parceiro *New Age* de Lutzenberger, José Goldemberg.

José Goldemberg e ● "Governo Mundial"

Mais sofisticado que Lutzenberger, o físico José Goldemberg ganhou notoriedade nacional a partir de meados da década de 70, na esteira da oposição de parte da comunidade científica brasileira ao programa nuclear brasileiro, em especial o Acordo Nuclear com a Alemanha. A militância antinuclear e em favor das fontes energéticas alternativas o levaram a aproximar-se dos círculos da "Nova Ordem Mundial" que

promovem o ambientalismo e as restrições tecnológicas. A sua entusiasmada adesão ao catastrofismo ambientalista - condição básica para o ingresso naqueles meios - pode ser constatada com o parágrafo introdutório de seu livro *S.O.S. Planeta Terra - o efeito estufa*: "O planeta Terra está ameaçado. O Eden original no qual viveram nossos antepassados distantes - em equilíbrio com a natureza - já não existe mais a não ser em regiões isoladas e protegidas."[28]

No livro, repleto de informações e dados incorretos sobre os fenômenos atmosféricos, Goldemberg abraça a tese de que os recursos necessários para "combater as conseqüências do efeitos estufa, ou preveni-las", sejam gerados pela aplicação de impostos sobre a produção dos derivados do carbono.

Em 1989, ao concluir o seu mandato na reitoria da Universidade de São Paulo (USP), Goldemberg iniciou em grande estilo a sua escalada na hierarquia dos serviçais do *Establishment* oligárquico. Por intermédio de Yevgeny Velikhov e outros contatos soviéticos, foi convidado a integrar a junta diretora do Fundo Internacional para a Sobrevivência e o Desenvolvimento da Humanidade, entidade sediada em Moscou, cuja finalidade era a de criar um foro de debates Leste-Oeste para a agenda malthusiano-ambientalista. No mesmo ano, ele havia participado do Foro Global de Líderes Espirituais e Parlamentares para a Sobrevivência Humana, também realizado em Moscou, com patrocínio do Fundo. No Foro, Goldemberg foi convidado pela ONG Greenpeace para escrever um dos capítulos do livro *Global Warming* (Aquecimento global), publicado no ano seguinte pela organização e o qual constituiu uma das maiores peças propagandísticas em favor das teorias catastrofistas sobre o fenômeno e das drásticas medidas de controle de emissões sugeridas para minimizá-lo, das quais Goldemberg se mostrou um ferrenho adepto.[29]

Os contatos de Goldemberg com Velikhov datam pelo menos de 1986. Sintomaticamente, Velikhov foi também o responsável pelo estabelecimento de um escritório do Greenpeace em Moscou.

Emblemático das idéias de Goldemberg é um artigo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* (29/01/89), intitulado "Amazônia e seu futuro". Nele, Goldemberg pergunta: "Se for possível converter parte da dívida externa em apoio a tais medidas (proteção da Floresta Amazônica - n.a.),

---

28 José Goldemberg, *S.O.S. Planeta Terra - o efeito estufa*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1990.
29 Jeremy Leggett (ed.), *Aquecimento global*. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

por que não usar este instrumento?" Em seguida, ele mesmo propõe: "Cálculos preliminares mostram que cerca de 30% da Amazônia poderiam ser convertidas em parques e/ou áreas protegidas com um dispêndio de US$ 3 bilhões (atualmente só 2% da Amazônia são parques nacionais). Três bilhões de dólares é menos do que três por cento da nossa dívida externa. Não nos parece nenhuma perda de soberania aceitar estes dólares, o que aliás, seria uma forma de testar a sinceridade (ou hipocrisia) de senadores e outras autoridades da floresta amazônica."

Em 1990, além da nomeação para o gabinete de Collor, Goldemberg foi convidado pela Fundação Rockefeller para integrar o conselho diretor da Leadership for Environment and Development (LEAD), uma organização destinada a formar "lideranças ambientais" em países-chave para os propósitos do *Establishment* anglo-americano, entre eles o Brasil. Em uma década, o programa já treinou milhares de profissionais para difundir o ideário malthusiano-ambientalista em postos governamentais, empresariais e acadêmicos.

Em maio do ano seguinte, a mesma fundação colocou Goldemberg à frente de uma nova fundação internacional, criada para promover a adoção de fontes energéticas "alternativas" nos países em desenvolvimento. Na ocasião, ele voltou a manifestar a sua insatisfação com os rumos do debate internacional em torno da assinatura de um tratado internacional sobre o controle das mudanças climáticas, previsto para a Conferência de 1992, devido à oposição de alguns países que "não compreendem o problema".

Ainda em 1990, Goldemberg ampliou seus vínculos com a cúpula ambientalista ao ser indicado para o conselho diretor do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD), ONG baseada em Winnipeg, Canadá. Outro membro do conselho do IISD é ninguém menos do que Maurice Strong.

No Governo, um dos primeiros alvos de Goldemberg foi o programa nuclear desenvolvido pelas Forças Armadas. Em setembro, por insistência sua, Collor protagonizou um dos mais deprimentes episódios de emasculação de um país diante da oligarquia internacional, ao lançar uma pá de cal simbólica num poço existente no campo de provas da Aeronáutica em Cachimbo (PA), o qual supostamente serviria para testes de artefatos nucleares. Ao lado de Collor e Goldemberg, estava José Lutzenberger.

Em 10 de outubro, o *New York Times* publicou uma entrevista com Goldemberg, na qual este revelou a existência de "um relatório confidencial de 50 páginas a respeito do projeto da bomba atômica brasileira, entregue ao presidente Collor". Na entrevista, ele aponta o ex-presidente da Comissão

Nacional de Energia Nuclear (CNEN) Rex Nazaré Alves e o brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, ex-diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) como os principais responsáveis pelo programa secreto, denominado "Projeto Solimões" - ao qual descreve, depreciativamente, como "uma mistura de Irãgate com Sonho de uma Noite de Verão".

Goldemberg foi também um dos primeiros a propor que os países do Grupo dos Sete (G-7) financiassem um programa para a conservação da Floresta Amazônica. Em sua forma inicial, ele propôs que o G-7 concedesse ao Brasil uma ajuda anual de 2 bilhões de dólares para projetos de reflorestamento.

Igualmente, ele foi um dos pioneiros de um esforço que se desenrolou ao longo de toda a década de 90, no sentido de mudar a matriz energética brasileira - baseada predominantemente na energia hidrelétrica -, para dar maior ênfase ao gás natural. Durante a sua gestão, ele se empenhou pela construção do gasoduto Bolívia-Brasil, o que só viria a ocorrer no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Em março de 1991, Goldemberg foi agraciado nos EUA com o Prêmio Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, por suas propostas sobre políticas dos países em desenvolvimento frente às supostas mudanças climáticas.

Com a demissão de Lutzenberger, Goldemberg assumiu interinamente a Secretaria do Meio Ambiente, à frente da qual participou da conferência Rio-92, em junho.

Durante toda a sua participação no Governo Collor, encerrada em setembro (depois de assumir o Ministério da Educação), pouco antes de o presidente ser defenestrado do cargo por acusações de corrupção, Goldemberg atuou como um eficiente agente de influência do *Establishment* oligárquico. Em grande medida, por influência sua, o Brasil aderiu a todos os acordos internacionais elaborados pelos estrategistas oligárquicos para a escalada rumo ao pretendido "governo mundial", tanto na área ambiental como na científico-tecnológica. Entre eles, destacaram-se: o Protocolo de Montreal; o Tratado de Tlatelolco, de banimento de armas nucleares na América Latina; o Acordo Quadripartite de Salvaguardas Nucleares, que estabeleceu a criação de uma agência argentino-brasileira para fiscalizar as atividades nucleares dos dois países; e fez sérios acenos para a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, que seria efetivada no Governo Fernando Henrique Cardoso. Efetivamente, ele tem feito por merecer os numerosos postos e galardões com os quais tem sido agraciado pelos seus patronos oligárquicos.

6

A Hidrovia Araguaia-Tocantins: a conexão Amazônia-Cerrado

Desde o período colonial, potências estrangeiras têm demonstrado um grande interesse pela Amazônia brasileira. Por outro lado, só poderemos desenvolver e integrar adequadamente a Amazônia ao restante do País - e ter condições de cuidar apropriadamente da região - por meio de grandes empreendimentos de infra-estrutura, a exemplo do que fizeram outros países de grande extensão territorial, como os EUA, a Rússia e, mais recentemente, a China, com seu ambicioso projeto de "corredores de desenvolvimento", descritos no Apêndice 4.

Olhando-se o mapa do Brasil, verifica-se que a região do Cerrado constitui a "ponte terrestre" natural entre a Amazônia e o restante do País, principalmente com a Região Sudeste, a de maior densidade econômica da América do Sul. O Cerrado, por apresentar altitudes médias acima das demais regiões, forma o que o engenheiro e professor Vasco Azevedo Neto denomina de "ilha continental", cuja transposição implica em custos de transporte mais elevados; para minimizá-los, ele recomenda a utilização das "linhas de menor resistência", cujas expressões mais evidentes são os vales dos grandes rios que aí nascem, entre eles o Teles Pires-Tapajós, o Xingu e o Araguaia-Tocantins. Estes seriam os vetores de penetração mais adequados para promover o processo de integração da Amazônia ao Centro-Sudeste do País.[1]

O Cerrado, por sua vez, longe de ser apenas uma região de passagem, possui um enorme potencial agroindustrial, que mal começou a ser aproveitado. Em realidade, o Cerrado já foi descrito como o "celeiro do mundo no século XXI" pelo Dr. Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz em 1970, pelas pesquisas que possibilitaram a chamada "Revolução Verde",

---

1 Vasco Azevedo Neto, *Transportes: princípios de seleção*, Centro Gráfico do Senado, Brasília, 2ª edição, 1988.

como afirmou numa entrevista à revista *Veja* de 2 de abril de 1997. Outro especialista que ressalta sua importância estratégica para o combater a fome no Brasil e no mundo é o professor Dr. Ady Raul da Silva, engenheiro agrônomo, pesquisador aposentado da Embrapa e membro titular da Academia Brasileira de Ciências. Como declarou ele à *Gazeta Mercantil* de 9 de fevereiro de 1998,

> O potencial de uso dos "cerrados" não está esgotado; pelo contrário, há disponíveis e próprios para a agricultura mais 80 milhões de hectares, além de uma reserva para assegurar a biodiversidade de 77 milhões de hectares. Se apenas 25% da área agriculturável disponível for utilizada para a produção de soja, o Brasil se tornaria o maior exportador mundial, superando os Estados Unidos... O uso dos outros 60 milhões de hectares para produção de carne, milho, arroz, café, citros e outros produtos tornaria o Brasil com poder decisivo no mercado mundial, sendo essa a razão por que ONGs estão procurando convencer o Brasil a renunciar ao seu uso, com base nas possíveis perdas de biodiversidade, o que é um argumento falho, porque já existem doze parques nacionais, reservas biológicas e uma área não utilizável para a agricultura de 77 milhões de hectares., ou seja, o equivalente a três vezes o território do Estado de São Paulo. Em relação ao meio ambiente, é um verdadeiro absurdo colocar restrições ao seu uso, quando, por meio dele, está sendo corrigido o que a natureza degradou. Corrigir o que a natureza degradou é crime ambiental?

O Cerrado apresenta todas as condições para replicar no interior brasileiro o extraordinário "Cinturão Verde" dos EUA e tornar-se um vigoroso polo agroindustrial de expressão internacional. Para tanto, é fundamental equacionar-se a questão da logística de transporte, cuja solução passa necessariamente pela utilização eficiente da enorme rede hidrográfica que a natureza nos proporcionou, a exemplo do sistema Mississipi-Missouri-Ohio nos EUA. Este potencial não passou despercebido pelo Governo de Washington, que, segundo a revista *CNT* de abril de 1997 (publicada pela Confederação Nacional dos Transportes) produziu um relatório ainda na década de 70 em que considerava o Centro-Oeste brasileiro uma séria ameaça aos grãos produzidos nos EUA, desde que o Brasil conseguisse viabilizar um transporte barato das áreas de produção até os portos.

Em abril de 1998, uma delegação do Ohio Soybean Council, liderada pelo governador do Estado, George V. Voinovich, realizou uma missão de 11 dias pelo Brasil, Chile e Argentina, para "informar-se sobre a capacidade dos produtores de soja da América do Sul". O relatório da missão concluiu que uma das maiores vantagens comparativas do Brasil é seu

potencial para agregar centenas de milhares de acres na produção de soja no Cerrado, "que possui mais terra agricultável que todo o 'Cinturão do Milho' estadunidense". Ainda segundo o relatório, "atualmente, apenas 25 milhões de acres (1 acre = aprox. 0,4 hectare) estão em produção, com outros 200 milhões de acres aráveis de reserva", e "a produtividade da soja (no Cerrado) é similar à do 'Cinturão do Milho', mas seus produtores não sabem o que é uma safra perdida ou uma seca". Outro benefício apontado é o clima subtropical do Cerrado, que permite a produção de duas e até três safras por ano. O relatório aponta como as maiores desvantagens a falta de infra-estrutura de transporte e a insuficiência de armazenamento.[2]

Posteriormente, em Kansas City, EUA, ocorreu a Cúpula Nacional de Transporte Agrícola, realizada em 27-28 de julho de 1998, com o tema "Os desafios do Transporte Agrícola para o Século XXI". Durante a cúpula, patrocinada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), foi abordada a notória degradação da infra-estrutura de transporte estadunidense, em contraposição ao seu melhoramento por parte dos competidores internacionais, principalmente o Brasil e a China, cujos resultados "afetarão diretamente a competitividade dos produtos agrícolas estadunidenses no mercado mundial". O parágrafo inicial de um dos relatórios gerados no evento é auto-explicativo:

> No mercado global, os produtores agrícolas estadunidenses beneficiaram-se por longo tempo de transportes mais baratos entre as regiões produtoras e os portos que nossos competidores. Isto permitiu aos EUA exportarem grãos e outros produtos agrícolas mesmo que a maior parte da produção ocorra no interior do País, distante dos terminais exportadores. Contudo, o melhoramento do transporte por parte dos competidores pode corroer esta vantagem. Para os competidores dos EUA, custos de transporte interno mais baixos poderão aumentar os lucros de seus produtores, permitindo a expansão da produção. Para os produtores estadunidenses, estes melhoramentos sugerem que o mercado exportador tornar-se-á muito mais competitivo.[3]

Em sua edição de março de 1999, a conceituada revista *Farm Journal* dedicou uma matéria sobre o melhoramento do sistema de transportes no Brasil, com destaque para a hidrovia do Madeira e para o corredor

---

2 Ohio Soybean Council, *Ohio Soybean Producers Visit South America During Trade Mission (April 29, 1998)*, Columbus, 1998.

3 U.S. Department of Agriculture, *Agricultural Transportation Challenges for the 21st Century*. The National Agricultural Transportation Summit July 27-28, 1998, General Session, Sawyer Court Reporting Certified Shorthand Reporters, Kansas City, 1998.

Centro-Norte (multimodal hidrovia Araguaia-Tocantins, ferrovias Norte-Sul e Carajás). Na avaliação de Michael Cordonnier, analista de *commodities* baseado em Chicago e especialista na América do Sul, "O 'calcanhar de Aquiles' do Brasil tem sido o transporte". Ele estima que os produtores brasileiros podem economizar até um dólar por bushel (aprox. 35,2 litros) nos custos de transportes e que "com estes investimentos (em infra-estrutura de transportes), não há dúvidas que o Mato Grosso se transformará no maior produtor de soja do mundo".

O estado de espírito dos produtores estadunidenses foi sintetizado por Arno Partner, especialista da American Soybean Association: "O que está acontecendo no Cerrado é mais importante para os produtores de soja dos EUA do que qualquer outra coisa que possamos fazer. O Brasil é um dos poucos lugares no mundo com potencial de expansão em uma escala tal que poderá influenciar decisivamente nos fornecimentos globais."

Em maio de 2000, três graduados economistas estadunidenses vinculados à indústria de soja no Estado de Iowa fizeram uma turnê pelo Brasil e foram unânimes em afirmar que o fantástico crescimento da produção do grão no País (de 5 milhões de toneladas, em 1973, para 33 milhões de toneladas, em 2000) decorreu tanto do aumento da área plantada quanto da produtividade. "O aumento mais espetacular da área plantada da soja brasileira ocorreu em Mato Grosso e no Cerrado, área central do Brasil... O rápido crescimento da produção de soja no Cerrado foi possível graças a modernas tecnologias mecânicas, químicas e biológicas... Em Mato Grosso, a produtividade da soja é comparável à de Iowa por causa dos avanços alcançados na produção agrícola no país", reportaram. "Os produtores de Iowa têm desvantagem em todos os custos de produção, com exceção dos fertilizantes; contudo, se o Brasil melhorar sua infra-estrutura, mesmo este item deverá cair".[4]

O relatório ressalta que os custos de produção representam apenas a metade do negócio, sendo a outra metade a distribuição e transporte - leia-se hidrovias. Após concluírem sobre as enormes vantagens comparativas da produção de soja no Brasil em relação aos EUA, perguntaram-se: como os produtores estadunidenses podem manter a sua competitividade? A resposta foi: "Os produtores estadunidenses precisam compreender que esta vantagem comparativa (do Brasil) não será revertida simplesmente investindo na infra-estrutura de transporte nos EUA. A estimativa

---

4 Marty J. McVey, C. Phillip Baumel e Robert Wisner, *Is Brazilian Soybean Production a Threat to U.S. Exports?* West Des Moines, 2000.

mais otimista indica que os benefícios para os produtores oriundos deste investimento em infra-estrutura totalizam apenas 6 centavos por bushel. Comparado com a vantagem competitiva do Brasil, isto não passa de um pequeno arranhão."

Não causa admiração, portanto, que os estadunidenses tenham conferido à soja brasileira um status estratégico similar ao do petróleo árabe. A informação, surpreendentemente publicada pela revista *Veja* de 28 de janeiro de 1998, revela que o Governo dos EUA - numa demonstração de perfeita simbiose entre interesses públicos e privados - pretendia monitorar detalhadamente o plantio e a colheita da soja no solo brasileiro por intermédio de satélites adequados para a função, a partir de março daquele ano.

O CORREDOR DE DESENVOLVIMENTO ARAGUAIA-TOCANTINS

No contexto da conexão Amazônia-Cerrado e do próprio desenvolvimento socioeconômico deste último, a importância estratégica do vale do Araguaia-Tocantins, potencializada por sua hidrovia (ver pág. 172)conjugada a outras obras de infra-estrutura situadas em sua área de influência, tem despertado grande interesse e preocupação da oligarquia anglo-americana, particularmente em torno da região conhecida como Bico do Papagaio. Concentram-se nesta área a própria hidrovia Araguaia-Tocantins, o complexo mineral de Carajás, a ferrovia de Carajás (e sua extensão Norte-Sul), a usina hidrelétrica de Tucuruí, a rodovia Belém-Brasília, a recém-construída linha de transmissão Tucuruí-Santarém e o "linhão" interligando o sistema elétrico Norte-Nordeste com o Sul-Sudeste.

O "linhão" é vital para o aproveitamento do enorme potencial hidrelétrico da Amazônia - que, somente no Estado do Pará, ascende a 61.000 MW, superior à atual capacidade de geração de eletricidade do País, que está tecnicamente empatada com a demanda. Por exemplo, apenas a projetada barragem de Belo Monte, no rio Xingu, pode gerar 11.000 MW. Além disto, está em andamento a duplicação da capacidade de Tucuruí (atualmente, gerando 4.200 MW), bem como a conclusão das eclusas da barragem, o que permitirá a franca navegação pela hidrovia Araguaia-Tocantins até Belém, cidade de extrema importância estratégica por localizar-se no estuário da maior rede hidrográfica do mundo.

Essa concentração de obras de infra-estrutura em uma área de extensão relativamente pequena em termos nacionais transformou a região

em torno do Bico do Papagaio no pivô mais importante para a integração da Amazônia ao resto do País. Foi por esta razão que a oligarquia anglo-americana resolveu aí concentrar seus esforços para frustrar a conexão Amazônia-Cerrado, desfechando uma tríplice ofensiva na região, por meio de operações de guerra irregular representadas não apenas pelas ações das ONGs indigenistas e ambientalistas, como também do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sobre o qual exerce uma grande influência.

Alvo: a hidrovia Araguaia-Tocantins

Para impedir a consecução da hidrovia Araguaia-Tocantins, inegavelmente a principal artéria para viabilizar a transformação do Cerrado no "celeiro mundial do século 21", como prognosticado por Borlaug, o *Establishment* anglo-americano mobilizou seu aparato de ONGs ambientalistas-indigenistas coordenadas pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Já em junho de 1997, o ISA, em nome das comunidades xavantes de Areões e Pimentel Barbosa, em Mato Grosso, entrou com uma ação ordinária contra a Companhia Docas do Pará, responsável pelo empreendimento da hidrovia, alegando que a colocação de placas e bóias de sinalização no rio das Mortes (afluente do Araguaia e integrante da hidrovia) eram obras na hidrovia, que estariam sendo iniciadas sem o necessário Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e sem autorização do Congresso Nacional. A liminar foi concedida pelo juiz federal substituto da 2ª Vara do Mato Grosso, Jefferson Schneider, sendo determinado que a ré se abstivesse "de realizar ou autorizar a realizar, obra de qualquer natureza, v.g., fixação de placas ou bóias de sinalização, construção de portos, visando a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, suspender imediatamente as que estiverem em fase de execução, assim como não permitir a navegabilidade da hidrovia, até decisão final, no trecho compreendido entre a cidade de Nova Xavantina e a desembocadura do Rio das Mortes no Rio Araguaia. E ainda fixo multa diária de R$ 100.000,00 (cem mil reais)".

Não satisfeitos, os ambientalistas começaram a insuflar os indígenas contra a hidrovia, instigando-os ao vandalismo. Em 3 de maio de 1998, cerca de 90 xavantes da reserva de Pimentel Barbosa viajaram quase 200 quilômetros até o terminal da empresa de navegação Navbel, em Água Boa (MT), para questionar sobre quem havia "autorizado" a navegação

das embarcações da empresa pelos "seus rios", referindo-se ao Araguaia e ao rio das Mortes. Durante quase toda a manhã, os xavantes cometeram uma série de atos de vandalismo e intimidação, chegando, inclusive, a ameaçar incendiar o terminal. Os índios só foram contidos depois que dois funcionários da empresa prometeram que seus diretores viriam negociar "medidas compensatórias" com eles. Além de suas tradicionais bordunas, os indígenas portavam diversas armas de fogo.

Segundo informações de autoridades locais, os xavantes haviam sido "convencidos" por representantes de ONGs estrangeiras de que o rio lhes pertencia e que deveriam lutar para fazer valer os seus direitos de posse. Um caso exemplar é o do biólogo costarriquenho Manrique Prada, que estava na região a serviço do WWF. Prada, protagonista de um incidente com a Polícia local por questões de droga, era conhecido na região como um dos incitadores dos xavantes. Pouco mais de um mês depois, em 5 de junho, os xavantes voltaram a atacar o terminal hidroviário da Navbel, causando prejuízos ainda maiores. Devido à sua violência e gratuidade, o assalto causou indignação até de outras tribos xavantes. Como no ataque anterior, os xavantes portavam armas de fogo.

Em maio de 1999, o EIA-RIMA para o licenciamento ambiental da hidrovia Araguaia-Tocantins foi oficialmente entregue ao IBAMA. Após análise dos documentos, em meados de agosto, o órgão marcou as cinco audiências públicas legalmente exigidas para a discussão do empreendimento, nos cinco Estados atravessados pela hidrovia. Logo após o anúncio das audiências públicas, o *Jornal do Brasil* (22/8/1999) publicou extensa matéria sobre denúncias de antropólogos que integraram a equipe que elaborou o EIA-RIMA da hidrovia, segundo as quais o texto original do mesmo teria sido alterado "com má-fé e de forma inescrupulosa", uma vez que seu trabalho traria conclusões que poderiam "ser entendidas como uma condenação à obra". Um dos antropólogos, André Amaral Toral, afirmou ao jornal que parte dos impactos apontados fora "condensada" numa tabela "incompreensível". "É uma falsificação grosseira", disse ele. Já para Eduardo Carrara, outro antropólogo que participou dos estudos, "isso vai ser denunciado por nós como uma manipulação".

As denúncias foram devidamente aproveitadas pelo ISA para escalar a sua campanha contra a hidrovia. Em setembro, novamente atendendo a uma "solicitação" das comunidades xavantes de Pimentel Barbosa e Areiões, o instituto fez com que a Procuradoria da República do Mato Grosso requisitasse à Polícia Federal a abertura de um inquérito para apurar as denúncias dos antropólogos.

Minutos antes da realização da primeira das cinco audiências públicas, em 21 de setembro, em Estreito (MA), o juiz federal Clodomir Sebastião Reis, de Imperatriz (MA), concedeu a liminar solicitada pelo Ministério Público, cancelando a audiência. O motivo alegado foi a denúncia dos antropólogos que participaram EIA-RIMA, de que suas recomendações haviam sido retiradas do documento final entregue ao IBAMA. Esta liminar foi posteriormente cassada, mas os ambientalistas conseguiram impetrar um mandato de segurança que ainda no momento em que escrevemos (novembro de 2000) está obstaculizando o processo de licenciamento da hidrovia.

Ao impedir a discussão pública do projeto, o aparato ambientalista internacional - representado pelo ISA - confirma que seu objetivo não é discutir medidas mitigadoras para os projetos de infra-estrutura, mas impedir que os projetos sejam implementados. Em outras palavras, eles sabem que perderão a causa nas audiências públicas, uma vez que a maioria esmagadora da população existente na área de influência da hidrovia é inteiramente favorável à sua implantação.

Em 14 de janeiro de 2000, a ONG holandesa Stichting Natuur en Milieu (Sociedade Holandesa pela Natureza e o Meio Ambiente - SNM) enviou uma carta ao ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia, com cópia a vários outros órgãos do Executivo e do Legislativo brasileiros, na qual expressa a sua "mais profunda preocupação com a atual política brasileira referente à produção de soja e seu transporte para a Europa". Segundo a carta, "o aumento da produção agrícola, assim como a criação de novas vias fluviais e o aprofundamento e alargamento dos rios Araguaia, Tocantins, Paraguai, Paraná e o rio das Mortes causarão destruição em massa da biodiversidade, das culturas indígenas e das reservas alimentícias de 12.000 índios". Portanto, afirma, "pedimos ao seu governo que busque alternativas ou limites para a produção de soja, e também alternativas para o seu transporte (não por via fluvial, mas por trem)". A audaciosa conclusão afirma: "Protestamos contra a abordagem adotada pelo Governo Brasileiro no que concerne ao planejado aumento no comércio de soja com os países europeus..." E ameaça: "Demandaremos que nossos governos ajam da forma mais apropriada em relação ao governo brasileiro..."

Não por acaso, 65% dos 6 milhões de dólares que constituem o orçamento anual da SNM provêm do Governo holandês, inclusive da loteria nacional. Por este motivo, ONGs do gênero têm sido consideradas "organizações quase governamentais", "paragovernamentais" ou "neogovernamentais" (esta última, como vimos anteriormente, é a preferência do

presidente Fernando Henrique Cardoso). Igualmente, não é coincidência que a SNM atue em estreita coordenação com outras ONGs desse aparato, como o Greenpeace e os Amigos da Terra (Friends of the Earth), ambas bastante ativas no Brasil.

A insolente intervenção da SNM carrega, ainda, um toque adicional de ironia, pois os holandeses são, talvez, o povo que mais tenha alterado o seu meio ambiente em toda a História da Humanidade, uma vez que quase um terço do seu território foi "construído" por sucessivas drenagens sobre antigos pântanos e áreas inundadas ricas em biodiversidade, situando-se abaixo do nível do mar. Este mesmo território artificial abriga cerca de 60% da população do país, que tem nas hidrovias uma de suas principais opções de transporte, com uma rede superior a 5.000 quilômetros (Rotterdam não seria o maior porto do mundo, não fôra pela hidrovia Reno-Danúbio). Efetivamente, tais fatos constituem um legítimo motivo de orgulho nacional, sendo célebre o ditado "Deus fez o mundo e os holandeses fizeram a Holanda". Assim sendo, com que moral conterrâneos deste povo engenhoso e industrioso nos negam o direito de utilizarmos plenamente o nosso potencial de recursos naturais?

Em março de 2000, o WWF patrocinou um estudo "independente" sobre a hidrovia, em conjunto com o ISA, a International Rivers Network, a Coalizão Rios Vivos e outras ONGs regionais que aparecem como coadjuvantes, para atenuar o cunho eminentemente geopolítico do trabalho. Uma vez mais, o CEBRAC, dirigido por Maurício Galinkin, foi comissionado para a elaboração deste outro libelo anti-hidrovia. Para contestar a viabilidade econômica do empreendimento, utilizam-se de fatores contábeis que são absolutamente desqualificados para avaliar o significado, por exemplo, da ocupação territorial e o conseqüente avanço do processo civilizatório da vasta região abrangida pela hidrovia. Não foram razões de "viabilidade econômica", mas as de integração e ocupação territorial, que levaram o presidente Abraham Lincoln, para citar um entre inúmeros exemplos similares, a determinar a construção não de uma, mas duas ferrovias em direção ao Pacífico, atravessando as então inóspitas e desabitadas regiões do Oeste dos EUA.

O mais grave e preocupante, porém, é o crescente insuflamento das populações indígenas contra o empreendimento. Segundo a *Folha de São Paulo* (20/3/2000), índios das aldeias situadas às margens dos rios que formam a hidrovia (rios das Mortes, Araguaia e Tocantins) ameaçaram atacar os comboios de transporte, bloquear os rios, apreender e queimar embarcações caso o projeto seja implementado. A decisão teria sido tomada um mês antes, em reunião entre os líderes das aldeias do

Baixo Araguaia. "Não temos medo do conflito. Nosso povo está preparado. É do rio que tiramos os alimentos, e o Governo quer acabar com ele", declarou Nivaldo Korina'i Taripé. Já Daniel Koxini Karajá, da aldeia Fontoura, disse que "infelizmente, pode haver conflito. Vamos procurar negociar por todos os meios, mas, se for preciso, vamos afundar as barcas".

Como já documentado anteriormente, esse tipo de insuflamento vem sendo propiciado pelo CIMI, que participa ativamente das redes da "Máfia Verde" no País. Em abril de 2000, a Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), dirigida pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga, organizou uma audiência popular sobre a hidrovia. Seu parceiro "leigo" na empreitada foi novamente o CEBRAC. Segundo a imprensa, estiveram presentes ao evento cerca de 400 pessoas de 10 municípios de Mato Grosso. O que mais chamou a atenção na reunião foi a agressividade demonstrada pelos cerca de 50 indígenas, representando comunidades tapirapé e karajá, que repetiram que iriam "tocar fogo" nas embarcações que ousassem trafegar pela hidrovia.

Este espírito de animosidade e confronto dos indígenas não deve surpreender aos que conhecem a trajetória de Casaldáliga.

Em maio, coube a Mary Allegretti, secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (e, portanto, funcionária do Governo brasileiro), criticar abertamente em Washington (EUA) a implantação de obras de infra-estrutura na Amazônia, o impacto negativo que o programa Avança Brasil pode ter sobre o meio ambiente e as pressões no Congresso para a aprovação do parecer do deputado Moacir Micheletto para o Código Florestal. As diatribes de Allegretti foram desfechadas num seminário realizado no Wilson Center, diante de representantes do Banco Mundial e de ONGs ambientalistas. Um dos presentes era o diretor do ISA, João Paulo Capobianco.

Ressalte-se que, dois meses antes, o Banco Mundial encomendou às ONGs ISA e IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), a elaboração do relatório "Cenários Futuros para a Amazônia". Na ocasião, o teor sensacionalista desta pseudocientífica ofensiva ambientalista contra o Brasil foi dada por Thomas Lovejoy, ao afirmar que os projetos do Avança Brasil, se não forem modificados, "serão como acender um fósforo sobre a Amazônia".[5]

---

5 *Folha de São Paulo*, 19/03/2000.

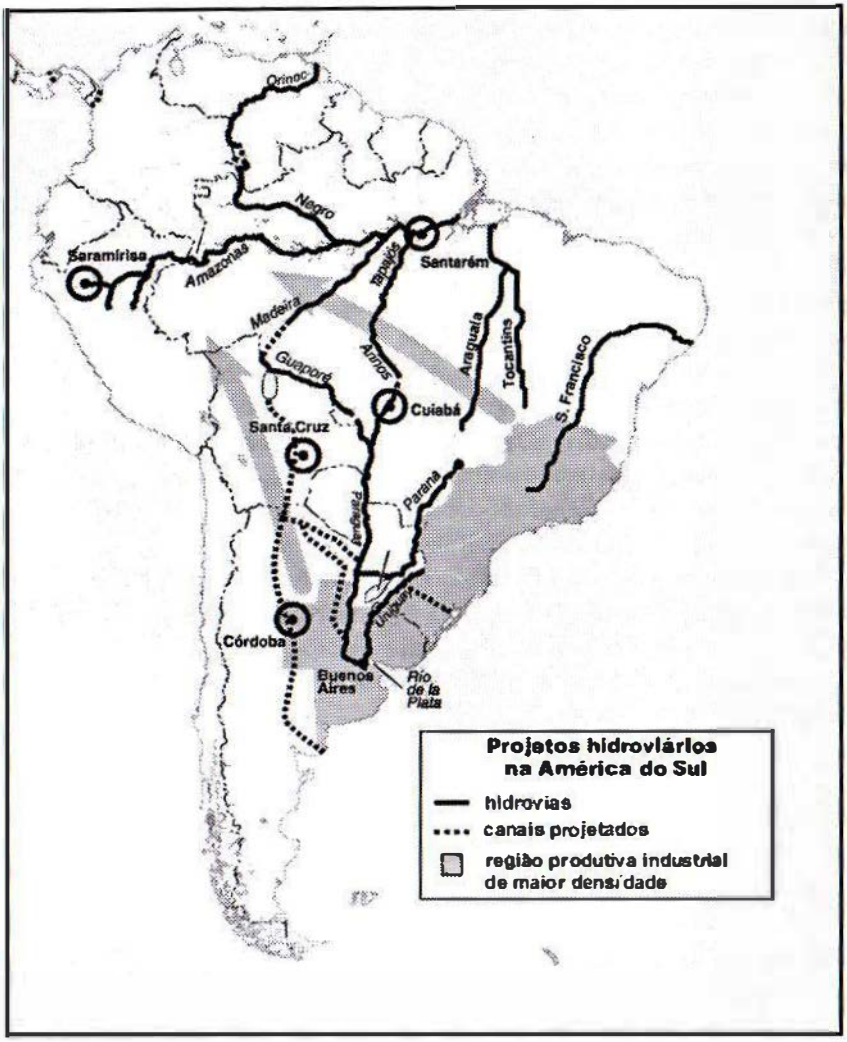
A ameaça do MST

A outra vertente da ameaça que paira sobre a região envolve o MST. São conhecidos os graves problemas fundiários da região, cuja notoriedade internacional aumentou ainda mais no início de 1996, após o trágico incidente de Eldorado de Carajás (PA) e, dois anos depois, pelo acirramento das ações do MST em Parauapebas (PA). Nesta última ocasião, a guerra civil de "baixa intensidade" pretendida pelo MST só não prosperou graças à rápida mobilização do Exército brasileiro, que deslocou tropas para a região. Em maio de 1996, igualmente, tropas de Exército já haviam ocupado as instalações da usina hidrelétrica de Tucuruí, que havia sido ameaçada de ser sitiada e invadida por hostes do MST.

O *modus operandi* e as intenções das lideranças do MST na região podem ser percebidos num pouco divulgado incidente, ocorrido meses antes da tragédia de Eldorado de Carajás, onde 19 sem-terras foram mortos num confronto com a Polícia Militar, que tentava liberar a rodovia bloqueada pelos militantes do MST. Em 16 de novembro de 1995, manifestantes do MST que se dirigiam à Fazenda Macaxeira – a mesma de onde saíram as vítimas do incidente posterior - , impediram a passagem de um comboio do Batalhão de Infantaria da Selva na rodovia PA-150. Após horas de tensas negociações, durante as quais os soldados chegaram a apontar metralhadoras pesadas contra o grupo, os manifestantes liberaram o caminho, mas foram repreendidos por Márcio Lima, dirigente do MST: "Companheiros, se eles fizessem um massacre seria melhor para mostrar ao mundo inteiro a causa dos sem-terra!".[6] Se lideranças imbuídas de tais propósitos estiveram presentes em Eldorado de Carajás, a tragédia assume uma conotação diferente dos relatos de "massacre" trombeteados pelas ONGs de "direitos humanos" e pela mídia conivente.

---

6 *O Globo*, 17/11/1995.


Orinoc
Negro
Saramirisa
Amazonas
Madeira
Santarém
Tapajós
Guaporé
Arinos
Cuiabá
Araguaia
Tocantins
S. Francisco
Santa Cruz
Paraná
Paraguai
Uruguai
Córdoba
Buenos Aires
Rio de la Plata
Projetos hidroviários na América do Sul
hidrovias
canais projetados
região produtiva industrial de maior densidade

7

O CASO DA HIDROVIA PARANÁ-PARAGUAI

Analisando-se o mapa da América do Sul sob a ótica da geopolítica britânica, cujos principais postulados já foram abordados anteriormente, destacam-se de imediato as linhas de penetração constituídas pela fantástica rede hidrográfica do subcontinente - em realidade, a maior do planeta - e a formidável Cordilheira dos Andes e seus contrafortes, que colocam um obstáculo natural de difícil transposição para qualquer ligação transcontinental na direção Leste-Oeste. O mesmo, contudo, não ocorre na direção Norte-Sul, bem mais favorecida, porque esta é a otientação mais ou menos dominante de grandes rios sul-americanos, que possuem suas nascentes no Planalto Central brasileiro, em grande parte constituído pela chamada região do Cerrado. Em verdade, o Cerrado é o divisor de águas entre as bacias do Prata, Amazonas, Tocantins e São Francisco.

O eixo mais notável nessa direção Norte-Sul é formado pelos rios Orenoco-Negro-Amazonas-Madeira-Guaporé-Paraguai-Paraná-Prata, que permeiam entre os Andes e o Cerrado, numa extensão de cerca de 10.000 km, interrompida por um único "ponto seco" com três quilômetros de extensão, localizado entre as bacias Prata-Amazonas. A importância estratégica desta linha de integração do *hinterland* sul-americano, cognominada Grande Hidrovia pelo eminente engenheiro prof. Vasco Azevedo Neto, já fora vislumbrada pelo grande cientista alemão Alexander von Humboldt. No relato de sua viagem à América do Sul, em 1800-1804, Humboldt afirmou que "substituindo-se a cachoeira do Guaporé por um Canal de 6.000 toesas, ficaria aberta uma linha de navegação interior desde Buenos Aires até Angostura".[1]

---

1 Vasco Azevedo Neto, *Transportes na América do Sul: desenvolvimento e integração continental.* Monografia em comemoração ao primeiro centenário do Instituto Politécnico da Bahia, Salvador, julho de 1996.

Outro naturalista alemão, von Martius, afirmou em seu livro *Viagem pelo Brasil*, de 1818, que "quando o povoamento ocupar as férteis regiões do Madeira, não faltarão, sem dúvida, meios para contornar as cachoeiras por adequados canais e, então, se abrirá neste território uma brilhante perspectiva para o comércio".[2]

Em realidade, a primeira tentativa de unir as bacias do Prata ao Amazonas foi feita ainda em 1773 pelo capitão-general Dom Luiz Albuquerque de Melo Cáceres, governador da província do Mato Grosso, mas o projeto não foi adiante por falta de meios técnicos.

No século passado, em 1869, o engenheiro Eduardo José de Moraes propôs um projeto de viação e transportes para o então Império do Brasil que ficou conhecido como "Plano Moraes". Disse ele:

> O projeto que tenho a honra de apresentar à consideração do Governo Imperial consiste, pois, na junção das duas maiores bacias da América do Sul, as do Amazonas e do Prata, por meio de um canal, e no melhoramento das porções do curso dos rios onde existem atualmente alguns obstáculos à livre navegação... E desta maneira, ficaria ligado pelo interior do Sul ao Norte do Império... questão importantíssima sob o ponto de vista estratégico. E logo que o vapor se tivesse encarregado de aproximar estes lugares separados hoje por tão grandes distâncias, os fios elétricos ligando entre si as estradas de ferro, e irradiando-se em todas as direções, completariam uma vasta rede de comunicações telegráficas pelo interior do País.[3]

Do ponto de vista da engenharia, as obras de infra-estrutura necessárias para a implementação da Grande Hidrovia não oferecem maiores dificuldades e os desníveis a serem vencidos permitem o aproveitamento múltiplo, como, por exemplo, a cachoeira do Guaporé citada por Humboldt: com 72 metros de desnível, ela pode gerar 2.200 megawatts de energia elétrica, fundamental para o desenvolvimento econômico da região.

Assim, em grandes traços, pode-se afirmar que a importância da Grande Hidrovia como indutora da interiorização do desenvolvimento socioeconômico da América do Sul seria ainda maior do que a da hidrovia Reno-Danúbio (iniciada por Carlos Magno e só recentemente concluída) para o continente europeu, ou, ainda, a do sistema hidroviário Mississipi-Missouri-Ohio para os Estados Unidos - sem o qual o célebre *Greenbelt*, ou "Cinturão Verde", jamais se viabilizaria economicamente.

---

2 *Id.*

3 Ministério dos Transportes, *Planos de Viação – Evolução Histórica (1808-1973)*. Rio de Janeiro, 1974.

Em junho de 1992, foi concluído em Las Leñas, Argentina, o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná, consagrando os princípios de livre trânsito, livre participação de bandeiras no tráfego entre os países membros (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia), igualdade e reciprocidade de tratamento, simplificação administrativa, segurança da navegação e proteção do meio ambiente. A hidrovia preconizada no Acordo vai de Cáceres (MT) a Nueva Palmira (Uruguai), estendendo-se por cerca de 3.300 quilômetros, dotada de sinalização adequada para permitir a navegação noturna e durante a maior parte do ano (ver pág. 172).

A partir da assinatura do Acordo e das movimentações resolutas dos países signatários de que o mesmo era para valer, acenderam-se todas as luzes de alarme nos painéis de controle do *Establishment* anglo-americano. Ocorre que a implantação da hidrovia no trecho brasileiro, de Cáceres (MT) a Corumbá (MS), cedo ou tarde tornaria inevitável a interligação das bacias Prata-Amazonas, o que constitui um verdadeiro anátema para a geopolítica do *Establishment*. Ato contínuo, a oligarquia optou pela utilização da sua "carta ambiental" para impedir a implantação da hidrovia, mobilizando, para tanto, o seu "exército irregular" de ONGs sob a batuta do Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

Sem perda de tempo, em 1993, a ONG estadunidense Wetlands for the Americas foi comissionada para levantar argumentos ambientalistas pseudocientíficos para embargar o projeto da hidrovia. No mesmo ano, foi divulgado o relatório *Hidrovia: Análise Ambiental Inicial da Via Fluvial Paraná-Paraguai*, financiado pela Fundação W. Alton Jones. A importância do relatório como marco inicial da campanha foi ressaltada em julho do mesmo ano pelo jornal *Financial Times*, tradicional porta-voz do *Establishment* britânico.

Segundo o relatório, a implantação da hidrovia representava uma ameaça aos 200.000 quilômetros quadrados do Pantanal Matogrossense, que seriam irremediavelmente drenados, fazendo desaparecer a sua fauna e flora únicas. Sem ocultar o desejo de manter o interior do subcontinente despovoado e sem desenvolvimento econômico, o documento afirma que "provavelmente, os maiores impactos ambientais causados pela Hidrovia seriam indiretos, resultantes do rápido processo de desenvolvimento que poderá se seguir ao início das operações na via fluvial. A Hidrovia poderá expandir o cultivo de novas áreas no centro do continente, substituindo a vegetação nativa. Isto poderá ampliar a erosão do solo e sedimentação dos rios".[4]

---

4 E.H. Bucher *et alii*, *Hidrovia: Análise Ambiental Inicial da Via Fluvial Paraná-Paraguai*. Wetlands for the Americas, Manomet e Buenos Aires , 1974.

Estava criado o mito da "intocabilidade" do Pantanal, elevado à condição de "santuário" da deusa Gaia, hábil manobra diversionista concebida pelo *Establishment* anglo-americano para mascarar seu principal objetivo geopolítico na região: embargar o progresso econômico que seria induzido pela implantação da hidrovia e evitando, assim, a criação das condições econômicas necessárias para justificar uma futura conexão das bacias Prata-Amazonas.

A campanha anti-hidrovia ganhou mais impulso a partir de 1994, quando o WWF patrocinou e coordenou uma série de eventos e demonstrações no Brasil e no exterior, para criar os "fatos jornalísticos" necessários ao convencimento da opinião pública de que a implantação da hidrovia "secaria" irremediavelmente o Pantanal. Como o próprio WWF reconhece, a força da coalizão de ONGs envolvidas na campanha é a publicidade internacional, que tem um grande impacto na opinião dos tomadores de decisão no Brasil.

As principais ONGs de "ação direta" destacadas para a campanha foram as estadunidenses International Rivers Network e Environmental Defense Fund, a holandesa Both Ends e as "brasileiras" Ecologia e Ação (ECOA), de Campo Grande (MS), Instituto Centro de Vida (ICV) e Ecotrópica, de Cuiabá (MT) e Cebrac, de Brasília (DF).

O dinheiro para a campanha fluiu das várias fontes "filantrópicas" do exterior, inclusive de governos. Dentre as fundações, destacam-se a já citada W. Alton Jones, a C.S. Mott e a Rockefeller. Quanto aos governos, destacam-se: os Estados Unidos, principalmente por intermédio da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID); o Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e o Centro de Desenvolvimento Internacional de Pesquisas (IDRC); e a Holanda, via Both Ends - que, como várias outras ONGs holandesas, é praticamente mantida pelo Governo.

No período 1994-1996, foi rara a semana em que não apareceu na mídia nacional e internacional alguma matéria contrária à implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Denotando sua importância para o *Establishment* anglo-americano, ela passou a ser referida, inclusive em alguns documentos oficiais, simplesmente como "Hidrovia".

Em setembro de 1994, realizou-se na Chapada dos Guimarães (MT) uma conferência internacional, da qual resultou a Carta de Guimarães, condenando a hidrovia de acordo com o padrão estabelecido pela Wetlands for the Americas. Em outubro, o WWF emitiu seu relatório anual em Gland, Suíça, declarando que uma de suas metas mundiais prioritárias era deter a implantação da hidrovia. Na ocasião, a ONG divulgou o

relatório *Quem paga a conta?*, que havia comissionado ao Cebrac para demonstrar que a implantação da hidrovia seria "economicamente inviável", segundo análises "custo-benefício" absolutamente inadequadas para este tipo de empreendimento.[5] Em dezembro do mesmo ano, o WWF realizou em São Paulo, no Parlamento Latino-americano (Parlatino), o seminário internacional "Hidrovia Paraguai-Paraná: Impactos e Alternativas", com representantes de ONGs dos Estados Unidos, Canadá, Holanda, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil. Um dos fatos mais relevantes do evento foi a consolidação da Coalizão Rios Vivos, coligação de mais de 300 ONGs de todo o mundo, cujo propósito único é impedir a implantação da hidrovia.

Em junho de 1995, representantes da IRN e da Rios Vivos reuniram-se em San Francisco, EUA, com James Gustave Speth, presidente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para protestar contra a hidrovia. Speth é um conhecido ambientalista radical, que, como presidente do Conselho de Qualidade Ambiental do Governo Jimmy Carter, tomou várias decisões em favor das ONGs, principalmente contra o programa nuclear estadunidense, tendo participado ativamente da elaboração do relatório *Global 2000*. Após deixar o Governo, tornou-se o primeiro presidente do World Resources Institute (WRI), uma das ONGs que compõem o alto escalão do movimento ambientalista internacional.

Em janeiro de 1996, foi a vez de ser jogada à mesa a "carta indígena": 108 líderes de diversas tribos indígenas promoveram o Primeiro Encontro dos Indígenas do Pantanal e decidiram denunciar o Governo brasileiro à comunidade internacional por seu apoio à hidrovia. Do encontro, foi elaborado um documento no qual os indígenas declaram que "com a chegada do homem branco, chegaram as rodovias e a ferrovia e com eles as doenças e novos costumes que não conhecíamos... Neste contexto de decadência do homem branco, nós, povos indígenas, nunca nos sentimos considerados e fomos em realidade vítimas dos projetos. Nunca fomos consultados, mas afirmamos que este tipo de ambição deve ser freada para o bem da Humanidade. Este dinheiro pode ofender e destruir a morada do nosso povo e do Grande Criador".[6]

---

5 Maurício Galinkin, *Hidrovia Paraguai-Paraná: quem paga a conta?* CEBRAC/WWF, Brasília, setembro de 1994.

6 Ríos Vivos, *Boletín de Comunicación no. 1*, febrero de 1996.

Quem não quer a hidrovia

Uma das formas mais capciosas de governos estrangeiros influírem no desenvolvimento socioeconômico de países denominados "terceiromundistas" – que, sob a égide do neocolonialismo globalista foram rebatizados "emergentes" – é por intermédio de agências de desenvolvimento internacional e apodos similares. Histórica e conceitualmente, tais agências derivam-se diretamente do nefasto Gabinete Colonial (Colonial Office) do Império Britânico, atualmente denominado Departamento para o Desenvolvimento Internacional (Department for International Development - DFID).

Uma das mais ativas e incisivas dessas agências é a USAID estadunidense, que vem destinando milhões de dólares para que ONGs e instituições similares atuem diretamente em programas de controle populacional e ambiental nos países emergentes. Nos últimos quatro anos, por exemplo, a USAID tem destinado anualmente quantias entre 4-6 milhões de dólares ao Brasil sob essa rubrica.

Para o caso específico das obras de infra-estrutura, a USAID criou, em 1986, o Gabinete de Coordenação de Políticas e Programas - Escritório de Meio Ambiente (Bureau for Policy and Program Coordination, Office of Environment), para monitorar de perto aqueles empreendimentos considerados como estratégicos para os interesses do *Establishment* estadunidense. Em realidade, a iniciativa representou a formalização legal das reuniões mensais que ONGs internacionais e agências estadunidenses mantinham para discutir questões ambientais e sociais de projetos financiados por instituições financeiras multilaterais - basicamente, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no caso da América do Sul. Como estas reuniões de coordenação eram realizadas às terças-feiras, ficaram conhecidas como o "Grupo da Terça-feira" (Tuesday Group). A denominação oficial da iniciativa é Lista de Projetos Futuros dos Bancos de Desenvolvimento Multilaterais com Possíveis Preocupações Ambientais.[7]

A hidrovia Paraná-Paraguai é, naturalmente, um dos destaques da Lista. As "preocupações" ambientais estadunidenses com ela referem-se aos "significativos e extensivos impactos sociais e ambientais, diretos e

---

7 US Agency for International Development, *List of Upcoming Multilateral Development Banks (MDB) Projects with Possible Environmental Concerns*. Environmental Bureau for Policy and Program Coordination, Washington D.C., June 1998.

indiretos, que a Hidrovia trará ao Pantanal se for construída". O receio de que o empreendimento seja um poderoso indutor para o desenvolvimento econômico para a região está claramente descrito. Textualmente: "Ademais, existe a possibilidade de que, tão logo a Hidrovia se torne operacional, o projeto seja ampliado e aumente a necessidade de obras de engenharia de grande escala adicionais. Estas propostas podem incluir a construção de barragens para o controle de cheias e para facilitar a navegação. Em geral, o Pantanal representa claramente a área de maior preocupação, dada a sua complexidade hidrológica e a sua destacada riqueza biológica."

Por conseguinte, a USAID exige que as preocupações incluam a adequação ou aprofundamento de: 1) audiências públicas (inclusive com os povos indígenas); 2) estudos de impacto ambiental; 3) análises custo-benefício e hidrológicas; e 4) a análise de alternativas. Ou seja, como não poderia deixar de ser, exatamente as exigências feitas pelas ONGs.

Adiante, a USAID adverte que, mesmo que o projeto não seja financiado pelo Banco Mundial/BID, ela "continuará a monitorar as questões da Hidrovia, na medida em que elas podem ter um efeito profundo sobre o desenvolvimento sustentável na Bolívia, Brasil e Paraguai, onde a USAID tem programas".

Um outra ação direta do Governo de Washington contra a hidrovia ocorreu em outubro de 1995, quando o então subsecretário de Estado para Assuntos Globais Timothy Wirth visitou a zona fronteiriça entre Brasil, Bolívia e Paraguai, em companhia do presidente paraguaio Juan Carlos Wasmosy. Na ocasião, Wirth declarou à imprensa que "se se considerarem cuidadosamente os detalhes do projeto (da hidrovia) e seus aspectos econômicos, conclui-se que não é um projeto sensato". Na mesma época, o Departamento de Estado convidou Wasmosy para visitar o Sul da Flórida e a região do Mississipi, para "convencê-lo" de que os impactos ambientais alegadamente aí ocorridos deveriam ser evitados na hidrovia, simplesmente, deixando-se de implantá-la. A visita de Wasmosy aos EUA foi reforçada por uma carta pessoal do presidente Bill Clinton, reforçando as advertências.

Outra agência governamental que tem atuado diretamente contra a hidrovia é o Centro Internacional de Desenvolvimento de Pesquisas (International Development Research Center, IDCR), criado por Maurice Strong e mantido pelo Governo canadense. Em 1996, o IDCR doou 144 mil dólares para que o Instituto Centro de Vida de Cuiabá desenvolvesse uma pesquisa sobre o sistema de produção tradicional dos indígenas do Mato Grosso, que se encontrariam "ameaçados pelo processo de desflorestamento conduzido por madeireiros e proprietários rurais".

Um ano antes, o ICV e um outro "pesquisador" foram agraciados pelo IDCR com 240 mil dólares para monitorar de perto os "impactos ambientais e sociais" da implementação da hidrovia. No mesmo ano, Alcides Faria, dirigente da ECOA, partilhou 368 mil dólares do IDCR com quatro "pesquisadores" de outras ONGs da Coalizão Rios Vivos para "criar e manter organizações populares, objetivando o desenvolvimento de estratégias para o uso sustentável de biodiversidade local". Via de regra, os resultados destas e inúmeras outras pesquisas similares servem para alimentam as campanhas anti-hidrovia.[8]

Em julho de 1995, foi a vez de deputados do Parlamento Europeu enviarem uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso externando suas preocupações ambientais com a implantação da hidrovia.

Por outro lado, em dezembro de 1997, a Comissão de Estudo de Impactos Ambientais do Ministério de Cooperação da Holanda completou a sua avaliação dos estudos oficiais da hidrovia. Seu relatório afirma que "o projeto está sendo justificado apenas sob uma perspectiva econômica, primariamente o transporte de produtos minerais e soja, que não é convincente. Os consultores não levaram em conta as considerações ambientais destas próprias atividades". Pouco antes, o Governo holandês forneceu fundos para que a Rios Vivos elaborasse um documento propondo alternativas econômicas "ambientalmente corretas" para o Pantanal.

Os reveses da campanha anti-Hidrovia

Contudo, no início de 1997, caiu como uma bomba entre os ambientalistas o resultado do relatório final de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a implantação da hidrovia. O relatório, preparado pelo consórcio Hidroservice-Louis Berger, ao custo de 6,2 milhões de dólares, financiados pelo BID e pelo PNUD, era ansiosamente esperado pelos ambientalistas, esperançosos de que as conclusões do mesmo enterrassem de vez o projeto da hidrovia. Foi justamente o contrário. O Informe Final do relatório concluiu que um dos impactos na "pior situação" será uma "perturbação temporária" para os jacarés, sucuris, tuiuius e outras 900 espécies de peixes e aves do Pantanal em decorrência das obras da Hidrovia do Mercosul, como o projeto já estava sendo chamado.

---

8. Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, *Proyectos aprobados durante 1995-1996*, Montevideo, 1997.

A maior surpresa do Informe Final foi a conclusão de que a dragagem, "no caso mais crítico, ou seja, no período de águas muito baixas, talvez diminua o nível do rio em cerca de 20 centímetros". Além disto, o estudo concluiu que "são descartadas as alterações na velocidade de escoamento das águas...Vários outros aspectos, como efeitos de sedimentos e da intensidade da navegação sobre os peixes foram analisados, sem apresentar impactos consideráveis". Sobre o trecho Corumbá-Cáceres, o mais visado pelos ambientalistas pelas razões já mencionadas, o Informe Final foi particularmente contundente ao concluir que "a vida silvestre sofrerá efeitos temporários de perturbação com as obras de dragagem, por causa das operações de transporte... Neste caso, é preciso lembrar que as hipóteses analisadas levaram em conta ações e situações de intervenção máxima das obras propostas (que não são as alternativas técnicas e econômicas recomendadas), como também a pior situação de trabalho dos comboios, o que possivelmente não ocorrerá na prática".[9]

Em fevereiro de 1997, os presidentes da Argentina, Uruguai e Paraguai anunciaram, em clima de grande otimismo, investimentos superiores a um bilhão de dólares nas obras da hidrovia, anunciados por ocasião do início das obras de aprofundamento do leito do rio no trecho argentino, entre as cidades de Santa Fé e Buenos Aires. Foi divulgado que os armadores iriam realizar investimentos de 500 milhões de dólares para a ampliação e modernização dos portos da região, visando o acompanhamento do aumento do fluxo de transporte pela hidrovia.

Diante desse clima de otimismo, a reação não tardou muito. Em uma impressionante matéria de capa, a revista *Veja* de 23 de abril dedicou nada menos que quinze páginas contínuas para convencer seus leitores de que a hidrovia significava o fim do Pantanal, rotulado como "santuário".

A nítida tentativa de colocar uma cunha entre o Brasil e os demais países que participam do projeto foi o argumento sofismático de que o Brasil teria muito a perder ecologicamente, pois os maiores impactos ambientais ocorreriam em território brasileiro, e pouco a ganhar economicamente, já que os maiores beneficiados seriam os outros países do Mercosul. O sofisma foi prontamente apontado pela resposta do Governo brasileiro à reportagem, num elucidativo artigo publicado na *Gazeta Mercantil* de 28 de abril, assinado pelo embaixador Sebastião do Rego Barros, então secretário-geral do Itamaraty. Após afirmar que a hidrovia Paraná-Paraguai "co-

9 Hidroservice/Louis Berger/EIH, *Estudo de Engenharia e Viabilidade Técnica e Econômica do Melhoramento das Condições de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná*, 1996.

meça em Cáceres, no Estado de Mato Grosso, e termina no porto de Nueva Palmira, no Uruguai", ele demonstra a importância estratégica das hidrovias para a integração do subcontinente: "Nosso objetivo é abrangente: não se trata apenas de procurar melhores condições para o escoamento de soja e derivados para terceiros mercados, objetivo já em si importante. Trata-se, sobretudo, de oferecer à região Centro-Oeste uma alternativa de transporte economicamente eficiente e ambientalmente sustentável, e de buscar utilizar melhor o potencial da hidrovia na integração regional - especialmente entre o Centro-Oeste brasileiro, o Oriente boliviano e o Norte e Nordeste argentinos. Portanto, há que considerar o transporte fluvial no contexto da articulação do continente, o que se tornará ainda mais interessante com a interligação das hidrovias Paraguai-Paraná e Tietê-Paraná."

Os "mísseis" da *EIR* e da Marinha

Em maio de 1997, a revista *Executive Intelligence Review* (*EIR*) publicou o relatório especial *A Grande Hidrovia*, desvendando pela primeira vez no Brasil os reais objetivos estratégicos das ações anti-hidrovia comandadas pelo WWF e a cadeia de sustentação financeira e logística de seus agentes. O relatório foi amplamente reproduzido e divulgado, causando um enorme impacto nos mais diversos níveis decisórios do País.

Em 7 de setembro de 1997, o jornal *A Gazeta* de Cuiabá publicou um caderno especial sobre a hidrovia, reproduzindo as revelações do relatório sobre os reais objetivos geopolíticos do WWF e sua "tropa de choque". A matéria causou um grande impacto e colocou em cheque toda a campanha, suscitando uma série de debates e discussões sobre a hidrovia. Na ocasião, o governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, declarou publicamente que o assunto hidrovia fosse discutido "sem interferência de entidades estrangeiras, como o WWF".

Em outubro, a Marinha de Guerra brasileira entrou na luta com uma veemente exposição da campanha movida pelas ONGs contra a hidrovia. As denúncias foram feitas pelo contra-almirante Moura Neto, então comandante do Sexto Distrito Naval, sediado em Ladário (MS). Segundo ele a campanha é um exemplo claro dos interesses internacionais antidesenvolvimentistas no Brasil e que o país deve "ficar atento" a ela, que considera o "grande óbice para viabilizar a hidrovia como um corredor natural do Mercosul". Moura Neto citou nominalmente o WWF e a Rios Vivos, que classificou de "radicais". "Os interesses internacionais não podem atravancar o desenvolvimento de uma região que já foi, no passado,

um grande centro comercial e fluvial", disse. Para ele, algumas ONGs "vêm sendo patrocinadas por organismos internacionais, como a WWF, com a finalidade de impedir o uso da hidrovia. As preocupações ambientais são válidas e devemos defender o Pantanal. Porém, impedir a navegação é impedir o progresso da região, que pode ser o sustentáculo da integração comercial latina". Moura Neto condenou também a posição das ONGs, que chamou de "forças ocultas", em relação aos estudos iniciais de viabilidade econômica e ambiental.[10]

Acusando os golpes recebidos, já em agosto, o aparato anti-hidrovia tentou reverter os ataques sofridos com a amplamente badalada publicação do livreto *O projeto de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná: Relatório de uma Análise Independente*, lançado simultaneamente em Brasília e Washington pelo Environmental Defense Fund (EDF) e pelo CEBRAC. O livro foi comissionado a onze "magníficos" do aparato ambientalista internacional, entre eles Enéas Salatti, Henrique Rattner e Israel Klabin, e teve o patrocínio das fundações W. Alton Jones, C.S. Mott e Rockefeller. Seu objetivo oficial foi contestar - sem sucesso - os resultados do Informe Final de viabilidade técnica e econômica para a implantação da hidrovia, publicado no início do ano e que, como anteriormente mencionado, derrubou todos os mitos plantados pelos ambientalistas contra o empreendimento.

O segundo "míssil" da Marinha foi disparado um ano depois, em setembro de 1998, quando os ambientalistas tentavam reanimar a sua quase moribunda campanha, fazendo um grande estardalhaço sobre dragagens de manutenção, feitas há décadas no trecho Corumbá-Cáceres, que estariam danificando o meio ambiente e afirmando que as embarcações (comboios) estavam desbarrancando as margens do rio Paraguai, devastando suas matas ciliares "em centenas de curvas".

Como a Marinha é a responsável pela fiscalização da navegação no trecho brasileiro da hidrovia, o 6° Distrito Naval resolveu investigar as denúncias feitas pelas ONGs e, como resultado, emitiu o seguinte comunicado à imprensa, assinado pelo novo Comandante do Distrito, contra-almirante Sérgio Loesch Soares:

"A Marinha vem acompanhando as denúncias de prejuízos ao meio ambiente causados pela navegação na Hidrovia Paraguai-Paraná publicadas nos jornais *Correio do Estado* e *Folha de Corumbá*, com informações de que os comboios que transitam no tramo norte, mais especificamente no trecho Cáceres-Descalvados, estão desbarrancando as margens e atingindo a mata ciliar.

---

10 *A Gazeta*, 11/10/1997.

"Por ser da responsabilidade do 6º Distrito Naval a fiscalização da navegação na hidrovia, como Comandante, determinei à Capitania Fluvial do Pantanal uma verificação nos locais aos quais a reportagem fazia referência.

"Como resultado, chegou-se às seguintes conclusões:

"1. Os comboios que trafegam naquele tramo estão dentro das exigências previstas no 'Acordo da Hidrovia', que são os dispositivos de no máximo 6 chatas, cada uma com 11 metros de largura por 50 metros de comprimento, dispostas 3 a 3. Como o canal navegável no rio é de no mínimo 40 metros de largura, estão sendo atendidos os limites naturais estabelecidos.

"2. Nesse semestre tivemos um fluxo pequeno de comboios trafegando na região, motivado pelo período de seca, por estar o nível do rio bastante baixo.

"3. Os abarrancamentos nas margens eventualmente existem, principalmente quando há a necessidade de se desmembrar os comboios, para que possam navegar mais fácil e rapidamente nos pontos críticos. Contudo, não foram constatadas evidências de acentuada degradação das matas ciliares e muito menos derrubada desses matas em 'centenas' de curvas, conforme afirma a reportagem. Isto pode ser comprovado pelas fotos do trecho mencionado, que se encontram anexas.

"Cabe ressaltar que:

"1. Essas notícias são cíclicas e sempre nesta época do ano, em que estão sendo feitos os contratos para o transporte de cargas no ano seguinte. A suposição de que a hidrovia sofra novo embargo inviabilizaria sua utilização para o escoamento da safra de soja, o que atende a interesses internacionais.

"2. Os representantes internacionais que se dizem conhecedores da região são filiados a ONGs financiadas por dinheiro estrangeiro, proveniente de países que não têm o menor interesse em que nossos produtos cheguem ao comércio internacional a preços competitivos.

"Tais ações estão ligadas a interesses externos ou particulares para que não se dê continuidade à utilização racional da hidrovia, que é fator importante para o desenvolvimento sustentável da região, uma vez que o transporte hidroviário é o mais econômico e o que menos agride o meio ambiente, conforme demonstra sua utilização em larga escala pelos países desenvolvidos."

O "Plano B" das ONGs

Face à intensa reação contra a campanha anti-hidrovia da "Máfia Verde", que teve as suas reais razões geopolíticas devidamente identificadas e desmascaradas, o WWF passou a dizer que aceitaria a navegação no trecho

Corumbá-Cáceres, desde que ela fosse "sustentável", conceito ambíguo o suficiente para permitir-lhe uma confissão pública de derrota com os menores danos possíveis à sua credibilidade. Neste contexto, o WWF concluiu que seria mais oportuno mudar a sua orientação tática e priorizar o seu "plano B", que já estava em marcha: transformar *todo* o Pantanal em Sítio Ramsar, denominação capciosa para designar a conservação de áreas úmidas. O conceito, que enfatiza "a conservação e uso racional de recursos naturais" destas áreas, foi estabelecido na Convenção de Ramsar, realizada nesta cidade do Irã em 1971, organizada e coordenada pelo próprio WWF e por sua co-irmã União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). O Brasil é signatário da Convenção (1993) e já possui cerca de 4,5 milhões de hectares protegidos como Sítios Ramsar.

O planejamento para o "plano B" está descrito no relatório intitulado "Parceiros para as Áreas Úmidas", comissionado pelo WWF à ONG holandesa AIDEnviroment e liberado em outubro de 1997, no qual o WWF detalha as fases do projeto para transformar o Pantanal em Sítio Ramsar a partir de um "módulo central" localizado entre os rios Paraguai, Miranda e Abobral, no município de Corumbá (MS). A fase inicial do projeto consiste, fundamentalmente, numa campanha maciça de "convencimento" dos proprietários locais para que vendam suas terras ou concordem em transformá-las em reservas naturais. Como atrativo, o WWF acena com isenções fiscais previstas em lei e o decantado ecoturismo, atividade predileta dos ambientalistas, que, como em um passe de mágica, transformaria produtores rurais em prósperos hoteleiros. O prazo estipulado pelo WWF para implantar o "módulo central" e alguns complementos é de cinco anos (1998-2002), com um custo estimado de 10 a 20 milhões de dólares.[11]

Para poder monitorar mais de perto seu projeto, em abril de 1999, o WWF criou um quartel-general em Corumbá, cuja escolha "reflete a importância do município como polo turístico e também pela sua dimensão territorial dentro do Pantanal", nas palavras de Garo Batmanian, presidente do WWF/Brasil, publicadas n'*A Gazeta* de 15 de março. Como pano de fundo, o WWF assinou vários convênios de cooperação técnica com o Governo do Mato Grosso do Sul, para "definir, coordenar e executar estudos, treinamentos, eventos e atividades destinadas à conservação do Pantanal". Ressalte-se que "conservar", no jargão ambientalista, significa impedir qualquer aproveitamento econômico de recursos naturais e, em alguns casos, até mesmo a proibição da entrada de pessoas não autorizadas na área.

---

11 WWF, *Fact or Fiction: A review of the Hydrovia Paraguay-Paraná official studies*. Toronto, 1999

Em maio de 1999, durante a VII Reunião da Convenção sobre Áreas Úmidas, realizada em São José (Costa Rica), o WWF anunciou publicamente a sua intenção de transformar todo o Pantanal em Sítio Ramsar.

Mais recentemente, em novembro de 2000, a UNESCO anunciou a a concessão do título de Patrimônio Natural da Humanidade ao Pantanal. O título funciona como uma espécie de "sinalizador" para indicar que se trata de área de particular interesse geopolítico para o *Establishment* anglo-americano e, desta forma, facilitar a obtenção de recursos financeiros para a respectiva "conservação ambiental".

Ações paralelas

Enquanto se monta o grande jogo para "tamponar" o Pantanal e impedir qualquer desenvolvimento econômico na região, que não seja o ecoturismo, o aparato ambientalista internacional vem utilizando-se de um recurso perfeitamente legal, mas, na maioria dos casos, danoso aos interesses da economia nacional: a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), mecanismo que faculta a qualquer proprietário rural transformar áreas supostamente essenciais para a conservação de flora e fauna em reserva natural perpétua. No caso do Pantanal, a ONG escolhida para implementar este projeto foi a Ecotrópica, de Cuiabá (MT), outra integrante da "tropa de choque" contra a hidrovia.

Na prática, a Ecotrópica opera como um dos prolongamentos no Brasil da ONG estadunidense The Nature Conservancy (TNC), que, em 1995, adquiriu por um milhão de dólares uma extensa área no Pantanal, nominalmente para garantir sua preservação, e logo em seguida trasnferiu seu título de propriedade para a Ecotrópica. Nesta área foram criadas as RPPN Acurizal, Penha e Dorochê, somando 60 mil hectares estrategicamente situados na região de fronteira com a Bolívia. É importante observar-se que a TNC vem a ser a maior e mais rica ONG estadunidense. Em 1993, ela possuía ativos superiores a 855 milhões de dólares, dos quais 42% representados por aplicações imobiliárias. A Ecotrópica conta ainda com o apoio institucional da Conservation International, uma dissidência da TNC e grande propagandista da engenhosa operação financeira conhecida como *debt-for-nature swaps* (trocas de dívida por natureza), em que credores de países subdesenvolvidos "cedem" às ONGs parte de seus créditos para a aquisição de vastas áreas em países-alvo, oficialmente para sua conservação ambiental.

Existe ainda o projeto para a criação do Parque Natural do Pantanal, com área superior a 300 mil hectares, tendo como núcleo a Fazenda Santa

Izabel (MT), contígua ao Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (135 mil hectares). O patrono para a criação do Parque Natural do Pantanal é a UICN e tem como modelo o programa de Parques Naturais da França. O projeto conta com um fundo de 1,5 milhão de dólares, proporcionado pela Comissão Européia e instituições francesas. Segundo seus Termos de Referência, o projeto prevê a "constituição de uma estrutura independente de dinâmica dos parques naturais do Brasil. Essa estrutura, reunindo associações mediadoras exteriores internacionais, eleitos, instituídos, poderá receber o apoio das federações de parques naturais regionais da França e novas operações geminadas poderiam nascer... É preciso observar aqui que as relações com as ONGs (WWF Brasil e WWF Alemanha, Conservação Internacional...) serão desenvolvidas durante o projeto a fim de favorecer a implantação de uma sinergia de apoio às intervenções empreendidas para o desenvolvimento sustentável".

Nota:

Este livro já estava no prelo quando, em 9 de janeiro de 2001, o ministro dos Transportes Eliseu Padilha anunciou que encaminharia ao IBAMA um ofício desistindo do projeto da hidrovia Paraná-Paraguai. A iniciativa foi uma resposta à liminar concedida pela Justiça Federal do Mato Grosso do Sul, suspendendo as licenças ambientais para as obras da hidrovia, cujo destino permanece em aberto.

8

Roraima no centro da internacionalização da Amazônia

A segregação de 44% do território do Estado de Roraima para utilização como reservas indígenas ou áreas de preservação ambiental não é um fato ocasional, uma mera coincidência de esforços separados de organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, refletindo uma preocupação legítima com a proteção do meio ambiente ou dos povos indígenas, nem tampouco responde a qualquer interesse nacional. A questão, que levou a Assembléia Legislativa do Estado a instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual ficou conhecida como CPI da Terra, envolve um esforço deliberado e exógeno para inviabilizar qualquer desenvolvimento econômico racional daquele Estado amazônico e, por extensão, de toda a região. O que se pretende claramente é obstaculizar qualquer atividade civilizatória em seu amplo território riquíssimo em recursos naturais.

Além do seu já comprovado potencial de recursos minerais, Roraima está despontando como uma nova fronteira agrícola, como tem sido atestado pelos excelentes resultados das pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em um seminário realizado no Centro Experimental de Monte Cristo, em 23/08/1999, a entidade revelou os ótimos índices de produtividade de cultivos experimentais efetuados no Estado: arroz de sequeiro, 3,6 toneladas por hectare; arroz irrigado, 7 t/ha; milho, 9 t/ha; e algumas variedades de soja, 4 t/ha. Contudo, uma das maiores vantagens de Roraima é a sua privilegiada posição geográfica e clima. Como a maior parte do seu território se situa no Hemisfério Norte, Roraima pode produzir soja, por exemplo, no período da entressafra dos outros produtores do País. Além disto, seu clima permite a colheita em 110 dias e durante todo o ano, enquanto no Centro-Oeste este período não é inferior a 130 dias.

Outra vantagem de Roraima é a divisão bem definida entre matas e lavrado, o que permite a produção de grãos com agressão mínima ao meio ambiente, uma vez que não necessita de desmatamentos. O escoamento da

safra, crucial para definir o sucesso de um empreendimento no setor, pode ser equacionado se forem realizados melhoramentos em alguns pontos críticos do baixo rio Branco, o que permitiria a utilização do modal de transporte de mais baixo custo, o hidroviário.

É exatamente esse potencial de transformação do Estado num polo dinâmico, que aponte o caminho do desenvolvimento racional ao restante da Amazônia, que preocupa o aparato ambientalista internacional a serviço do *Establishment* oligárquico, interessado em manter a região como uma "reserva de recursos naturais" inaproveitados pelos brasileiros.

Uma sinopse da linha de ataque contra Roraima e os outros ex-territórios brasileiros (Amapá, Acre e Rondônia) foi feita pelo *Dr. Stephen Schwartzman*, ativista sênior do Environmental Defense Fund e membro fundador do Instituto Socioambiental, duas das principais ONGs integrantes da investida anti-Amazônia, criticando veementemente o "imenso emaranhado de transferências, subsídios e políticas federais que subvencionam e incentivam o processo da ocupação desordenada da Amazônia". Segundo ele, Roraima não existiria como Estado sem a transferência de centenas de milhões de reais do governo federal "pois não há atividade econômica que o sustente. É um Estado do tamanho de São Paulo e com menos de 250 mil habitantes, mas que tem oito deputados no Congresso Nacional, que ficam chantageando o Governo federal solicitando a redução das áreas indígenas e criando municípios orçamentariamente inviáveis, cuja única base de sustentação econômica é o garimpo ilegal, a prostituição e o contrabando. Se a representação no Parlamento fosse por critérios proporcionais à população, talvez Roraima não tivesse direito sequer a um deputado. Considerando a atitude da classe política de Roraima para com as terras indígenas do Estado, o povo brasileiro está pagando pelo esbulho do seu próprio patrimônio. E, cabe ressaltar, que esta é a estrutura político-econômica da Amazônia como um todo".[1]

No centro da investida contra Roraima está a chamada Associação Amazônia, ONG internacional cujas atividades foram investigadas pela CPI da Terra. Por trás dela, encontramos intrincados interesses internacionais ligados ao aparato ambientalista dirigido por famílias oligárquicas predominantemente anglo-holandesas. Por exemplo, toda a pressão que as autoridades estaduais e federais vêm sofrendo para interromper as investigações sobre a Associação foram determinadas em uma reunião em Amsterdã, Holanda, em 28 de maio de 1999, quando o presidente da Associação, o

---

1 Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, *A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*, Informativo nº 8, Brasília, março de 1998.

britânico Cristopher Clark, exigiu ações mais concretas ao Grupo de Trabalho Europeu sobre a Amazônia (European Working Group on Amazonia - EWGA), entidade que coordena a presente investida em Roraima.

Tais "providências" não tardaram muito e, em meados de agosto, aportaram em Boa Vista dois altos emissários do Governo britânico, o secretário do Ministério da Relações Exteriores Paul Taylor e o secretário da embaixada britânica no Brasil John Pearson. Seu objetivo era visitar a área delimitada para a reserva indígena Raposa-Serra do Sol, para "conhecer de perto a realidade indígena" e conversar com ativistas ligados à questão indígena. A visita causou um grande escândalo em Roraima, ainda mais porque os representantes britânicos foram "convidados" pelo Conselho Indigenista de Roraima, ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O motivo alegado para a visita foi tão puerril que mal ocultava o caráter de pressão sobre o Governo brasileiro para a demarcação da reserva. Numa audiência com o governador Neudo Campos, Taylor afirmou que seu Governo queria saber a posição do Governo do Estado sobre os problemas existentes na reserva.[2]

A intervenção dos emissários britânicos constitui mais uma evidência da participação direta da Monarquia e da oligarquia britânicas no comando do apara to internacional que manipula os assuntos indígenas e ambientais como instrumentos de intervenção política na Amazônia, bem como da sua influência direta nas redes indigenistas brasileiras, particularmente junto ao CIMI.

As investigações da CPI mostraram que a Associação Amazônia cometeu uma série de irregularidades ao tentar registrar em Manaus (AM) a posse de uma área de 172 mil hectares situada na fronteira Roraima-Amazonas, transformada em verdadeira "terra de ninguém" devido, entre outras causas, ao caótico processo de transferência das terras do antigo território para o atual Estado de Roraima. Segundo a deputada estadual Vera Regina, a Associação Amazônia é uma fachada para justificar a posse da área em questão pelo duque italiano Roberto Paolo Imperiali da Vila Franca, que financiou a compra de inúmeros terrenos de humildes ribeirinhos amazônidas.

A Associação Amazônia foi criada em 1992, especificamente para estabelecer a Reserva Ecológica Xixuaú-Xiparinã, situada na margem direita do rio Jauaperi (divisor entre Amazonas e Roraima) e convenientemente vizinha à gigantesca reserva indígena Waimiri-Atroari, que engloba territórios de ambos os estados. Entre os objetivos alegados para a criação

2 *Folha de Boa Vista*, 14/8/1999.

da Reserva Ecológica encontram-se a "criação de um inventário dos recursos naturais da área, como solo, vegetação, clima, diversidade social e biológica, banco genético" e demais predicados do ideário ambientalista. Para tanto, a Associação Amazônia possui diversos convênios com instituições brasileiras e estrangeiras, como o Instituto para a Qualidade de Vida (Dinamarca) e as universidades de Birmingham (Inglaterra), Siena e Salerno (Itália). A Associação é vinculada à UICN e possui escritórios em Manaus (sede), Dinamarca e Itália. Entre outros trabalhos, a Associação já promoveu a filmagem de vários documentários sobre a "vida selvagem" da região para emissoras de televisão inglesas, italianas e dinamarquesas.

Entretanto, o aspecto mais revelador das reais intenções da Associação Amazônia é seu vínculo com a Cruz Verde Internacional, ONG fundada pelo ex-líder soviético Mikhail Gorbachov em 1993 para promover a criação dos "capacetes verdes", força paramilitar supranacional de intervenção rápida das Nações Unidas para enfrentar crises e emergências ambientais. O vínculo entre as duas ONGs é o programa "Manaus 2000", fórum internacional para discutir questões ambientais da Amazônia, criar projetos de "desenvolvimento sustentável" na Reserva Xixuaú-Xiparinã e adquirir uma área de um milhão de hectares no vale do rio Juruá em benefício dos índios denis.

A Iniciativa do Escudo da Guiana e a geopolítica anglo-americana

As ações da Associação Amazônia e outras ONGs ambientalistas-indigenistas devem ser analisadas à luz de um quadro estratégico mais amplo, que inclui não apenas questões sul-americanas potencialmente desestabilizadoras, como a virtual fragmentação da Colômbia sob a ofensiva narco-terrorista em curso, como também o conflito nos Bálcãs, onde a oligarquia britânica e seus aliados estadunidenses, representados pelo vice-presidente Al Gore, um ambientalista fanático, está explicitando a sua velha aspiração de instituir uma estrutura de "governo mundial" comandado pelo cérebro britânico e executado pelos músculos estadunidenses. Esta aspiração suplanta, inclusive, a doutrina anterior destes círculos, de criar um "condomínio" de poder mundial sob a égide do Conselho de Segurança das Nações Unidas, abandonada após a derrocada da União Soviética. Em que pesem as atrocidades cometidas pelos sérvios liderados por Slobodan Milosevic, a sistemática destruição da Iugoslávia pelos bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) enviou um claro sinal para outras nações em desenvolvimento sobre o que poderá suceder-lhes caso resis-

tam às políticas ditadas pela oligarquia anglo-americana, entre as quais o pretendido ambientalismo global e sem fronteiras.

Sob este enfoque, revestem-se de importância especial as advertências do general Patrick Hughes, diretor da Agência de Inteligência de Defesa (Defense Intelligence Agency - DIA) dos EUA, sobre as ameaças potenciais para seu país nos próximos 20 anos, entre as quais incluiu a escassez de matérias-primas e agressões ao meio ambiente. Em uma conferência proferida no Instituto de Tecnologia de Massachussets, em 9 de abril de 1998, Hughes afirmou que se o Brasil resolvesse fazer uso da Amazônia de forma prejudicial ao meio ambiente estadunidense, as Forças Armadas dos EUA deveriam estar prontos para interromper o processo imediatamente.[3] Tais declarações foram feitas por ocasião de grandes incêndios rurais ocorridos em Roraima, os quais também permitiram que Klaus Töpfer, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os mencionassem como exemplo de situações que justificariam a intervenção dos "capacetes verdes", principalmente porque, segundo ele, o incêndio descontrolado já cruzara os limites da reserva ianomâmi.[4]

Independentemente da sua expressão atual, o interesse da região norte da América do Sul para os estrategistas da geopolítica britânica e seus sócios holandeses e franceses é secular. O objetivo de dominar o que denominavam "Ilha da Guiana" – a região delimitada pelos rios Orenoco, Cassiquiare, Negro e Amazonas(ver figura na pág. 208)– foi parcialmente atingido com o estabelecimento das respectivas colônias nas Guianas. O território da "Ilha da Guiana" abrange 1,7 milhão de quilômetros quadrados e cinco países - Venezuela, Guiana (ex-Guiana Inglesa), Suriname (ex-Guiana Holandesa), Guiana Francesa e Brasil (Amapá, Roraima e parte do Amazonas), possuindo aproximadamente cinco milhões de habitantes. O atual Estado de Roraima situa-se no centro desta "ilha" e a área da reserva indígena Raposa-Serra do Sol, localizada na tríplice e crítica fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, adquire uma importância estratégica singular.

Sob a capa do ambientalismo, a oligarquia anglo-holandesa resolveu criar um programa especial para "proteger" a flora e a fauna do chamado Escudo da Guiana, nome tomado da unidade geológica que engloba grande parte da "Ilha da Guiana", reorientando o seu alvo geopolítico original. A oportunidade para executar esta mudança cristalizou-se com a iminente desintegração da Colômbia sob a investida narcoterrorista, facilmente prognosticável a partir do Governo Samper Pizano.

---

3 *O Globo*, 15/4/1998.

4 *Jornal do Brasil*, 18/3/1998.

O nome oficial do programa é Iniciativa do Escudo das Guianas (Guyana Shield Initiative - GSI), mantido e controlado pelo WWF, UICN-Holanda e outras organizações menores. O programa possui um subprograma de divulgação (Guyana Shield Media Project) e um fundo especial (Guyana Shield Regional Trust Fund), que já recebeu verbas oficiais do Banco Mundial. A coordenação geral está a cargo do Grupo Europeu de Trabalho sobre a Amazônia (EWGA), grupo *ad hoc* integrado por diversas ONGs ambientalistas e por representantes dos governos de vários países amazônicos, inclusive o Brasil, na pessoa de João Mendes Pereira, da Missão Brasileira junto à Comunidade Européia, em Bruxelas, Bélgica. O diretor do EWGA é Wouter Veening, da UICN-Holanda.

A escolha do Escudo da Guiana para justificar o programa se deve à intenção dos planejadores ambientalistas de impor o seu conceito de que "o meio ambiente não tem fronteiras" - no caso, envolvendo uma grande área com características geológicas e biológicas similares e que, por estender-se por cinco países, se presta perfeitamente aos objetivos pretendidos.

Já ao final do século 16, o ouvidor Sampaio chamava a atenção para a importância da "ilha".[5] À época, difundiu-se que o Eldorado, região mitológica onde o ouro existiria em abundância, localizava-se exatamente nesta "ilha", para onde dirigiram-se levas de aventureiros e conquistadores franceses, ingleses e holandeses, além dos portugueses e espanhóis. O atual Estado de Roraima ocupa o centro da ilha-escudo da Guiana e, apesar da inexistência do Eldorado, são bem conhecidas as suas abundantes riquezas em recursos naturais.

Por sua posição, Roraima foi escolhido pela oligarquia britânica como a primeira área a ser desmembrada das nações aí existentes por intermédio das armas geopolíticas do indigenismo e do ambientalismo.

Na década de 60, em paralelo à "recolonização" africana com as reservas naturais, o explorador inglês Robin Hanbury-Tenison realizou uma série de expedições à América do Sul, inclusive à região da "Ilha da Guiana". Como ele mesmo descreve no livro *Worlds Apart* (Mundos separados), Hanbury-Tenison discutiu as viagens com o príncipe Philip, então presidente do WWF, ocasião na qual Philip destacou a importância estratégica desta região para seus futuros planos.[6] Como fruto de suas viagens, em 1969, foi criada a ONG Survival International como braço indigenista do WWF, com o propósito primário de promover a criação de uma reserva indígena para os índios ianomâmis.

---

5 Ambrósio Freitas, *Fronteira Brasil-Venezuela - Encontros e Desencontros*. Boa Vista, 1998.

6 Robin Hanbury-Tenison, *Worlds Apart*. Little Brown. Boston, 1984.

A RESERVA RAPOSA - SERRA DO SOL

Assegurado o controle da fronteira norte-noroeste de Roraima, com a criação da reserva ianomâmi, em 1991, o aparato ambientalista-indigenista voltou os seus esforços para a região norte-nordeste do Estado. Para tanto, desencadeou uma série de operações paralelas para a criação e demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol, localizada na fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, com o duplo objetivo de estabelecer mais um "enclave indígena" e, ao mesmo tempo, expulsar os arrozeiros da região, matando no nascedouro uma das poucas tentativas bem sucedidas de desenvolvimento econômico em Roraima.

Em fins de agosto de 1997, realizou-se em Boa Vista um importante encontro internacional de povos indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana. Pela primeira vez, as tribos indígenas que habitam a região fronteiriça se encontraram para discutir questões como a construção de usinas hidrelétricas e rodovias e a mineração em seus territórios. O evento foi coordenado por um grupo de ONGs ambientalistas-indigenistas, formado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), World Resources Institute (WRI), Environmental Defense Fund (EDF), Instituto Socioambiental (ISA) e Comissão para a Criação do Parque Yanomami (CCPY) (nominalmente, os promotores do evento foram o Conselho Indigenista de Roraima, a Coordenação Nacional Indígena da Venezuela e a Associação dos Povos Ameríndios).

Um ano depois, em 29 de julho de 1998, cerca de 600 indígenas venezuelanos bloquearam a rodovia El Dorado-Santa Elena, que liga a Venezuela ao Brasil (BR-174), em protesto contra a construção da linha de transmissão da hidrelétrica de Guri, que fornecerá eletricidade a Roraima. A razão alegada para o protesto foi que as linhas de transmissão passam por terras de índios Karina, Arawako, Akawalo e Pemon, sem as devidas "compensações" do governo venezuelano. A coordenação geral desta e de outras operações do gênero está a cargo da Coalition for the Amazonian Peoples and Their Environemnt (Coalizão para os povos amazônicos e seu meio ambiente), ONG sediada em Washington que congrega a fina flor das ONGs ambientalistas-indigenistas internacionais - entre elas, o WWF, WRI, EDF, National Wildlife Federation (NWF), Oxfam, União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Amigos da Terra, Cultural Survival e Conservation International. Entre os seus satélites locais, encontramos o indefectível ISA, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e praticamente todas as ONGs supostamente indígenas, como a CCPY, CAPOIB etc. Curiosamente, o CIMI não integra a lista.

Para a Coalition, oficialmente criada em 1990 em Iquitos, Peru, a melhor forma de defender o meio ambiente amazônico é apoiar as reivindicações territoriais dos povos indígenas da região. Recentemente, a entidade induziu ONGs venezuelanas a apresentar um projeto de lei elaborado por antropólogos e advogados para restruturar os municípios do Estado do Amazonas (Venezuela) seguindo diretrizes étnicas, que incluem a criação de uma cidade exclusivamente para os ianomâmis.

Em 11 de dezembro de 1998, o então ministro da Justiça, Renan Calheiros assinou a Portaria 820, determinando a demarcação da reserva indígena Raposa-Serra do Sol, com 1,6 milhão de hectares de terras contínuas, que, se efetivada, simplesmente amputaria a única região onde se pratica agricultura moderna e se cria 70% do rebanho bovino de Roraima, atividades produtivas fundamentais para alavancar o futuro desenvolvimento econômico do Estado.

Em fins de julho de 1999, foi realizado em Ciudad Bolívar (Venezuela) o segundo encontro internacional dos povos indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana, ao qual estiveram também presentes representantes do ministério de Relações Exteriores e do ministério de Meio Ambiente da Venezuela. O seminário expressou seu reconhecimento aos presidentes da Venezuela e Guiana pelo espaço que vêm oferecendo aos indígenas nos respectivos processos de revisão constitucional. Segundo o boletim de imprensa divulgado pelos organizadores, apesar de separados por fronteiras nacionais, os povos indígenas da região enfrentam ameaças comuns oriundas de grandes somas investidas em extração e projetos de infra-estrutura - linhas de transmissão, rodovias, minas e concessões madeireiras etc. - planejadas pelos governos para aumentar o fluxo de comércio e investimentos na região. O boletim também afirma que o evento representava uma "efetiva tendência de globalização entre os movimentos sociais envolvendo uma crescente comunicação internacional, cooperação e construção de alianças". O boletim finaliza com a seguinte exigência: "Nós, Povos Indígenas, exigimos ser informados e consultados antes que seja realizado qualquer projeto de desenvolvimento, e exigimos respeito aos nossos direitos de dizer NÃO".[7]

No início de outubro, índios pemon derrubaram cinco torres da linha de transmissão Guri-Boa Vista, em território venezuelano, cumprindo ameaças anteriores para que o governo venezuelano reconheça e demarque as suas terras.

Em Roraima, toda a mobilização das comunidades indígenas envolvidas em tais ações - que constituem minoria entre a população indígena do Estado - tem sido feita com a ativa participação do CIMI. Em particular, a atuação de D. Aldo Mongiano, que foi bispo de Boa Vista

7 Boletim de prensa del Consejo Nacional Indio de Venezuela, 23/07/1999.

até 1999, foi fundamental para a organização do indigenismo na Amazônia e para a fabricação do clima psicológico de opinião pública necessário para a aceitação das imensas reservas indígenas na região. O labor indigenista de Dom Aldo mereceu menção especial até no jornal *The New York Times*, que, em reportagem publicada em 21/7/96, relatou a sua atuação para a criação da reserva ianomâmi e na organização de outras tribos, como os macuxis, que costumava reunir em assembléias para distribuir gado, dando suporte às reivindicações territoriais dos indígenas.

RORAIMA SE LEVANTA

Em fevereiro de 2000, a demarcação de mais uma vasta reserva indígena em Roraima deflagrou um início de rebelião no Estado e, outra vez, evidenciou os laços das redes indigenistas brasileiras com o aparato ambientalista-indigenista internacional controlado pela Casa de Windsor. Além disto, o episódio demonstrou cabalmente que as "preocupações" com os indígenas não passam de maldisfarçados pretextos para a implementação da agenda desestabilizadora daquelas redes. Isto ficou claro, por exemplo, nas arrogantes afirmativas do então presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Carlos Frederico Marés, de que a implementação das diretrizes do órgão independeria da vontade dos indígenas roraimenses.

O imbróglio teve início no dia 23, quando a antropóloga Nádia Farage, a serviço da FUNAI, iniciou a demarcação da chamada Maloca do Anaro, uma área de 100.000 hectares situada no Nordeste do Estado e ocupada há décadas por 32 fazendas, para usufruto de não mais que trinta indígenas. A reação dos roraimenses foi imediata, tendo o governador Neudo Campos solicitado uma reunião de emergência com o ministro da Justiça José Carlos Dias para o dia seguinte, à qual compareceu acompanhado de parlamentares da bancada estadual no Congresso. Em declarações à imprensa, Campos afirmou que a demarcação, além de insultuosa, constituía uma "agressão à sociedade de Roraima".[8] A reunião foi tensa, mas a demarcação foi suspensa e Dias teve que ouvir as duras críticas dos parlamentares aos critérios das demarcações efetuadas pela FUNAI no Estado, entre elas a polêmica Raposa-Serra do Sol, na fronteira com a Guiana, que o órgão pretendia demarcar em área contínua, *contra a vontade da maioria dos indígenas* da região, que preferiam a demarcação em áreas separadas.

---

8 *Brasil Norte*, 25/02/2000.

Igualmente, os roraimenses deixaram claro o seu conhecimento das origens internacionais da escalada indigenista. Segundo o deputado federal Luciano Castro, "batemos na mesa e não aceitamos mais ingerências de organismos internacionais nas decisões que são internas do país... não aceitaremos mais demarcações contínuas sem que antes a questão seja exaustivamente discutida com a sociedade e o Governo roraimense". Castro defendeu também a demissão do administrador da FUNAI em Roraima, Walter Blós, acusado de insuflar lideranças indígenas contra fazendeiros das regiões que o órgão pretendia transformar em reservas. "Além do mais, ele não tem moral para conduzir o processo demarcatório, pois é ligado a uma ONG (o Instituto Socioambiental - ISA), defensora das demarcações contínuas em todas as regiões de Roraima", afirmou.[9]

Da mesma forma, Blós não contava com a simpatia da maioria das lideranças indígenas do Estado, que promoveram uma ocupação da sede da FUNAI em Boa Vista durante várias semanas, para pressionar pela sua demissão. O administrador, que fora anteriormente afastado por irregularidades, fora reconduzido ao cargo por Marés, que é fundador e ex-presidente do ISA.

Em 1° de março, o presidente da Assembléia Legislativa de Roraima, deputado Édio Vieira Lopes, alertou que se as autoridades federais não atentassem para a gravidade do problema que se instalou em Roraima por conta das áreas indígenas, os conflitos resultantes poderiam ter sérias conseqüências: "Se o quadro não for revertido, a desagregação do País vai começar por Roraima."[10]

Pressionado pela situação, Marés foi forçado a viajar a Roraima, não antes de pedir garantias de que não seria "agredido" pelas lideranças indígenas com quem aceitou reunir-se, sob a proteção da Polícia Federal e sem a presença da imprensa. Durante a sua permanência em Boa Vista, durante todo o dia 29 de fevereiro, Marés foi confrontado com manifestações de protesto que reuniram milhares de pessoas nas ruas de Boa Vista, incluindo indígenas, pecuaristas, agricultores, lideranças políticas e populares em geral, numa impressionante demonstração de união de propósitos da sociedade roraimense. Significativamente, os manifestantes evidenciavam um surpreendente conhecimento dos bastidores políticos da questão indígena, portando faixas como "Fora Marés, agente das ONGs e do FMI". Outras faixas diziam: "Não somos bichos. Somos seres humanos"; ou "Não queremos viver em zoológicos humanos".

---

9 *Folha de Boa Vista*, 26/02/2000.

10 O manifesto dos deputados estaduais roraimenses entregue em 01/03/2000 ao presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temer, ao presidente do Senado, senador Antônio Carlos Magalhães, ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, e protocolado no gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso.

No mesmo dia, foi divulgado um Manifesto em Defesa do Estado de Roraima e da Soberania Brasileira, assinado pelas "classes produtivas de Roraima". Identificando com precisão a origem do problema, o texto do manifesto afirmava: "As intenções manifestas de proteção ao meio ambiente ou às populações indígenas são atos da mais ostensiva hipocrisia, que buscam condenar a já sofrida população indígena dentro de cruéis e enormes zoológicos humanos, separados do mundo e perdidos na selva, morrendo de inanição ou enfermidades endêmicas, tal como vem acontecendo com os ianomâmis."

Os signatários se propunham a "pressionar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em níveis Estadual e Federal, para que tomem ações concretas para barrar as ofensivas antinacionais e, especialmente, conclamar as Forças Armadas a exercer o seu dever constitucional de defender a integridade territorial e a Soberania Nacional, por serem os guardiães últimos destes caros valores".

Ainda assim, Marés não se intimidou e, em duas reuniões de alta tensão, uma com lideranças indígenas pela manhã e outra, à tarde, com o governador Neudo Campos, parlamentares e fazendeiros, deixou claro que a FUNAI manteria a sua estratégia no Estado. Com a arrogância de quem se sabia apoiado por forças políticas poderosas, ele afirmou que a demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol não levaria em conta a vontade dos índios. Quanto à oposição dos roraimenses, sentenciou: "Se o Estado não quer, é um problema estabelecido. Não é porque ele não quer que não vai demarcar."

A propósito dos enormes prejuízos econômicos que as demarcações exageradas estão acarretando, ele sentenciou que "o Estado de Roraima tem que conviver com a realidade, que é uma realidade de terras indígenas, de populações indígenas".[11]

A atitude de Marés não surpreendia, à luz de sua militância no ISA, ONG que representa um dos principais enlaces brasileiros com o aparato ambientalista-indigenista internacional. Desde que assumiu a Presidência da FUNAI, em novembro de 1999, por indicação da primeira-dama Ruth Cardoso, ele deixou claro que sua gestão sinalizava o rompimento definitivo com a política de integração dos indígenas à civilização, iniciada pelo Serviço de Proteção ao Índio do marechal Cândido Rondon - e, desde sempre, contestada pelas redes antropológicas e ambientalistas. Em entrevista à *Folha de S. Paulo* de 4 de fevereiro de 2000, Marés afirmou que "quanto mais tempo os povos indígenas que estão isolados permanecerem nesta condição, melhor. Deve-se evitar ao máximo o problema de consumo entre as sociedades indígenas e incentivar a preservação ambiental" - ou seja, manter os indígenas em seu estado primitivo, em zoológicos humanos.

---

11 *BrasilNorte*, 01/03/2000.

Denúncias da *EIR* e "coincidência" na Guiana

Ao mesmo tempo em que Marés desafiava a sociedade roraimense, o correspondente da revista *Executive Intelligence Review (EIR)* no Brasil, Lorenzo Carrasco, denunciava às lideranças locais a estratégia de inviabilização socioeconômica da Amazônia brasileira pelo aparato ambientalista-indigenista. Numa reunião com parlamentares, produtores rurais, empresários e jornalistas, realizada em 28 de fevereiro no auditório da Assembléia Legislativa, Carrasco afirmou também que o ISA é o representante brasileiro daquele aparato internacional. Segundo ele, Roraima está a ponto de ser inviabilizado economicamente e a ação da FUNAI é um ato deliberado para provocar o esvaziamento populacional do Estado. "Na verdade, há um plano para despovoar Roraima, por estar situado numa zona geopolítica e geoestratégica fundamental, que é a chamada 'ilha da Guiana', muito cobiçada pela comunidade financeira internacional", afirmou ele, acrescentando que a situação se torna ainda mais grave pela proximidade com o território sob a influência direta da narcoguerrilha colombiana.

A intervenção do correspondente da *EIR* foi amplamente divulgada pela imprensa local e teve grande repercussão entre os organizadores das manifestações de protesto contra Marés e sua política desestabilizadora.

Por outro lado, em curiosa coincidência, ao mesmo tempo em que se desenrolavam tais acontecimentos, o herdeiro da Coroa britânica, príncipe Charles, visitava a vizinha Guiana, onde, em 27 de fevereiro, inaugurou a reserva ambiental de Iwokrama. Depois de inaugurar a reserva, de 400.000 hectares (4.000 km²), Charles visitou a comunidade indígena de Annai, em Lethem, na região do rio Rupununi, junto à fronteira com Roraima e ao território pretendido pela FUNAI para a reserva Raposa-Serra do Sol. Este fato, além de a reserva ter sido promovida pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), ONG diretamente vinculada à Casa de Windsor, levantou suspeitas entre lideranças roraimenses, de que talvez tenha havido mais que uma simples coincidência temporal entre a presença de Charles na Guiana e as iniciativas da FUNAI.

Vale recordar a presença anterior em Roraima do secretário do Ministério de Relações Exteriores Paul Taylor e do secretário da embaixada britânica no Brasil John Pearson, para "conhecer de perto a realidade indígena" do Estado.

Tais acontecimentos, que foram ignorados pela imprensa do restante do País, evidenciam que o Brasil vive um momento decisivo de sua existência como Estado nacional soberano. Forçados pelas circunstâncias, os roraimenses assumiram a linha de frente nesta luta, mas não poderão vencê-la sem o apoio das demais forças patrióticas de todo o País.

Como se inventam territórios indígenas

Em sua edição de 26 de agosto de 1999, a *Folha de Boa Vista* publicou uma séria denúncia de Arnaulf Bantel, ex-oficial da Força Aérea Brasileira, a qual coloca em dúvida os critérios empregados pela FUNAI para a delimitação de muitas reservas indígenas no País. O alvo da denúncia de Bantel, segundo depoimento prestado junto à Procuradoria Geral do Estado de Roraima, foi a demarcação da reserva indígena wai-wai, localizada no Sudeste do Estado, cuja área inicial estipulada pelos antropólogos da FUNAI foi de 330 mil hectares, posteriormente aumentada para 450 mil hectares. Como de praxe, os antropólogos justificaram a criação da reserva com o argumento de que os índios em questão habitavam a região desde "tempos imemoriais". Pelo menos no caso dos wai-wai, nada poderia estar mais longe da verdade.

Segundo Bantel, os "tempos imemoriais" dos wai-wai em Roraima não vão além da década de 60, quando foram trazidos da então Guiana Inglesa, atual República da Guiana, em uma ação humanitária do Governo brasileiro para evitar o massacre desta etnia por parte dos índios tiriós, que habitavam o Sul do Suriname. Bantel foi um dos pilotos da FAB designados para a fazer parte da Operação Mapuera, cuja missão foi abrir pistas de pouso ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana, na região do rio Anauá, onde os wai-wai roraimenses habitam atualmente. Na Guiana, os wai-wai contavam com a assistência de missões evangélicas norte-americanas que estavam ameaçadas de serem expulsas do país por Jaddy Jagam, adepto do castrismo cubano e que estava prestes a assumir a Presidência da Guiana.

Bantel relatou que, em 1961, a coordenação do Instituto Summer de Lingüística (SIL) procurou as autoridades brasileiras para propor que se tentasse abrigar os missionários estadunidenses em Roraima: "Dessa proposta surgiu um plano que se enquadrou numa filosofia de trabalho existente, desenvolvida pelo então coronel Camarão, da FAB, conhecido pelo trinômio FAB-Missionário-Índio", contou Bantel ao argumentar que foi este plano que decidiu a vinda de missionários e índios para o Estado. "Na briga pela demarcação da área pretendida, a FUNAI afirma em seus relatórios que os wai-wai habitam a região do rio Anauá desde tempos imemoriais", destacou. "Mas, na verdade, começaram a chegar a partir de 1963, trazidos pelos missionários, em conseqüência da Operação Mapuera."

A MISSÃO SCHOMBURGK, ANTECEDENTES DA GEOPOLÍTICA BRITÂNICA

A "carta indígena" já foi astutamente empregada pelo *Establishment* colonial britânico no século passado para a conquista da "Ilha da Guiana", operação que resultou na perda de território brasileiro para a então Guiana Inglesa. A operação foi planejada por lorde Palmerston, que, por 35 anos (1830-65), foi o mentor de incontáveis guerras e revoluções na Eurásia, África e América com o propósito de consolidar a hegemonia do Império Britânico, segundo o princípio de "dividir para conquistar". Desta feita, Palmerston deslocou para a Guiana o explorador alemão Robert Schomburgk, que, sob os auspícios da Royal Geographic Society, fez o trabalho de campo para que territórios habitados por "tribos independentes" fossem, primeiro, "neutralizados", para depois serem "assimilados", precedente histórico minuciosamente documentado pelo barão do Rio Branco e à luz do qual a questão das reservas indígenas em Roraima tem que ser necessariamente revista.[12]

Desde 1616, os luso-brasileiros se empenharam em tomar posse das terras marginais do rio Amazonas e de seus grandes afluentes em nome de Portugal e Espanha, então unificados. No final do século 17, já haviam transposto o divisor de águas dos rios Branco-Essequibo, permitindo que, em 1690, já se registrassem algumas trocas entres holandeses do Essequibo e índios do Rupunani. Toda a bacia do rio Branco, como o Pirara e o lago Amacu, assim como grande parte da bacia do Rupunani e de seu afluente Cipó, como então os portugueses chamavam o Alto Essequibo, estava na posse do Brasil, confirmada pela delimitação feita pela Holanda antes de 1748 e aceita por Portugal em 1783. De fato, a linha extrema das pretensões holandesas seria o limite meridional das colônias do Essequibo, Demerara e Berbice, isto é, a Serra de Paracaima e a linha traçada da confluência Anaí-Rupunani para sudoeste, até a Serra do Tumucumaque. As possessões portuguesas abrangiam, assim, além dos territórios da bacia do rio Branco, os de ambas as margens do Rupunani a desde sua nascente até a confluência do Anaí. O Tacutu, com o Cotingo e o Maú, seu afluente, assim como o Pirara, tributário do Maú, encontravam-se em território brasileiro.

Foi somente em 1781 que a Inglaterra surgiu em terras da Guiana, tomando da Holanda, como presas de guerra, as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice. Em 1810, os ingleses subiram o Essequibo pela primeira vez, sendo detidos por um destacamento militar português no Pirara,

---

12 Barão do Rio Branco, *Obras do Barão do Rio Branco, vol. II - Questões de Limites - Guiana Britânica*, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1945.

retornando para a margem esquerda do Rupunani. Contudo, em 1827, sir B. D'Urban, governador da Guiana Inglesa, começa a contestar o limite com o Brasil e, em 1837, lorde Palmerston promove a missão Schomburgk, cuja incumbência era examinar as cadeias de montanhas que formam o divisor de águas entre as bacias do Amazonas e do Essequibo, com "objetivos de simples descobertas geográficas". Em realidade, Schomburgk já havia realizado, desde 1835, viagens de exploração no interior da Guiana por conta da Royal Geographic Society, tendo afirmado, em seu primeiro relatório, que "cerca de 20 milhas acima de sua confluência (do Rupunani - n.a.) com o Essequibo... no que é usualmente considerado a extremidade sudoeste da colônia britânica, eles formaram habitação temporária, ou quartel-general". Contudo, em seu terceiro relatório, Schomburgk esqueceu tudo o que havia escrito anteriormente e afirmou que o forte de São Joaquim (na confluência do rio Branco com o Urariquera) tinha sido sempre considerado como o limite oriental da Guiana Brasileira. Ele já havia começado a incitar os índios macuxis a entrar em correspondência com o reverendo Thomas Youd, da Missão de Bartika Point, que se estabeleceu na região do Pirara em junho de 1838.

Em fevereiro de 1840, o capitão Leal, comandante do Forte São Joaquim, juntamente com o missionário brasileiro frei José dos Santos Inocentes, empenharam-se em evacuar a missão do reverendo Youd, que, efetivamente, retirou-se para Waraputa Rapids, no Essequibo, "longe dos territórios em litígio", conforme instruções recebidas da Church Missionary Society of England. Esta ação pareceu ao Governo britânico um "ato de usurpação" e, em nota de 20 de fevereiro de 1841, o encarregado de negócios de S.M. Britânica no Rio de Janeiro comunicava ao ministro de Negócios Estrangeiros, Aureliano Coutinho, que o Governo britânico encarregara Schomburgk de explorar e delimitar as fronteiras entre a Guiana Britânica e o Brasil e enviara instruções ao Governo da Colônia "para se opor a toda usurpação sobre o Pirara ou *sobre o território ocupado até agora por tribos independentes*" (grifos nossos). Um mapa da Guiana Britânica, acompanhado de memória explicativa, seria feito de acordo com a linha de fronteiras descrita por Schomburgk e cópias do mesmo enviadas aos governos do Brasil, Venezuela e Holanda, como declaração da reivindicação britânica, enquanto, ao mesmo tempo, comissários britânicos seriam mandados a erigir marcos nas linhas de fronteiras, tal como reclamado pela Grã-Bretanha. Frei José dos Santos Inocente foi logo intimado por um oficial britânico a abandonar imediatamente a região do Pirara e o território limítrofe da Guiana Britânica, considerado ocupado por "tribos independentes" que reclamavam a proteção da Grã-Bretanha!

O Governo do Rio de Janeiro concordou em retirar do Pirara os seus delegados e todo o destacamento militar e reconhecer, provisoriamente, a *neutralidade* desta localidade, sob a condição de que as tribos indígenas permanecessem "independentes" e na posse exclusiva do terreno, até a decisão definitiva dos limites contestados. Ou seja, o Governo brasileiro admitiu a existência de "tribos independentes", como pretendido pelos britânicos. Em fevereiro de 1842, uma nova expedição de Schomburgk, apoiada por um destacamento militar, chegou ao Pirara e colocou marcos fronteiriços. O território "contestado" pela Inglaterra media 54.687 km², sendo posteriormente (1891) reduzido para 25.187 km², dos quais o Brasil renunciou a 15.087 km² ao aceitar, em 1904, o laudo do rei Vittorio Emanuele I, da Itália, escolhido como árbitro da disputa. Os ingleses tinham agora acesso à Amazônia pelo Pirara e o Brasil perdera o acesso ao Essequibo. Pelos serviços prestados à Coroa britânica, Schomburgk recebeu o título de sir.[13]

A VOLTA DO SEPARATISMO BRITÂNICO

Finalmente, e tendo como base as análises e informações precedentes, não é difícil imaginar que na atual fase de desintegração do sistema financeiro mundial, como visto nas sucessivas crises financeiras deflagradas a partir da crise mexicana de 1994, que a oligarquia anglo-americana busca desesperadamente consolidar a sua ordem mundial malthusiana. Neste particular, os bombardeios desfechados contra o Sudão, o Iraque e a Iugoslávia, assim como os crescente conflitos no Cáucaso e na Ásia Central e, não menos, a ofensiva narcoterrorista contra a Colômbia, nos mostram que o *Establishment* anglo-americano vem reativando todos os cenários do velho "Grande Jogo" geopolítico britânico, com o intuito de "balcanizar" as grandes nações do mundo.

Essa diretriz foi recentemente reafirmada por Martin Palmer, assessor de "assuntos religiosos e culturais" do príncipe Philip, em uma discussão com um jornalista europeu. Segundo Palmer, "é absolutamente fundamental para a política exterior britânica reforçar o processo de 'fragmentação dos impérios'... A política exterior britânica, nos últimos 200 anos, tem-se baseado numa idéia central: a fragmentação de outros impérios. A idéia de semear divisões entre os estados árabes é axiomática para o Foreign Office britânico... A Pérfida Albion está viva e ativa. O Foreign Office britânico tem uma certa agenda, que continua sendo 'dividir e dominar'".[14]

---

13 Barão do Rio Branco, *op. cit.*

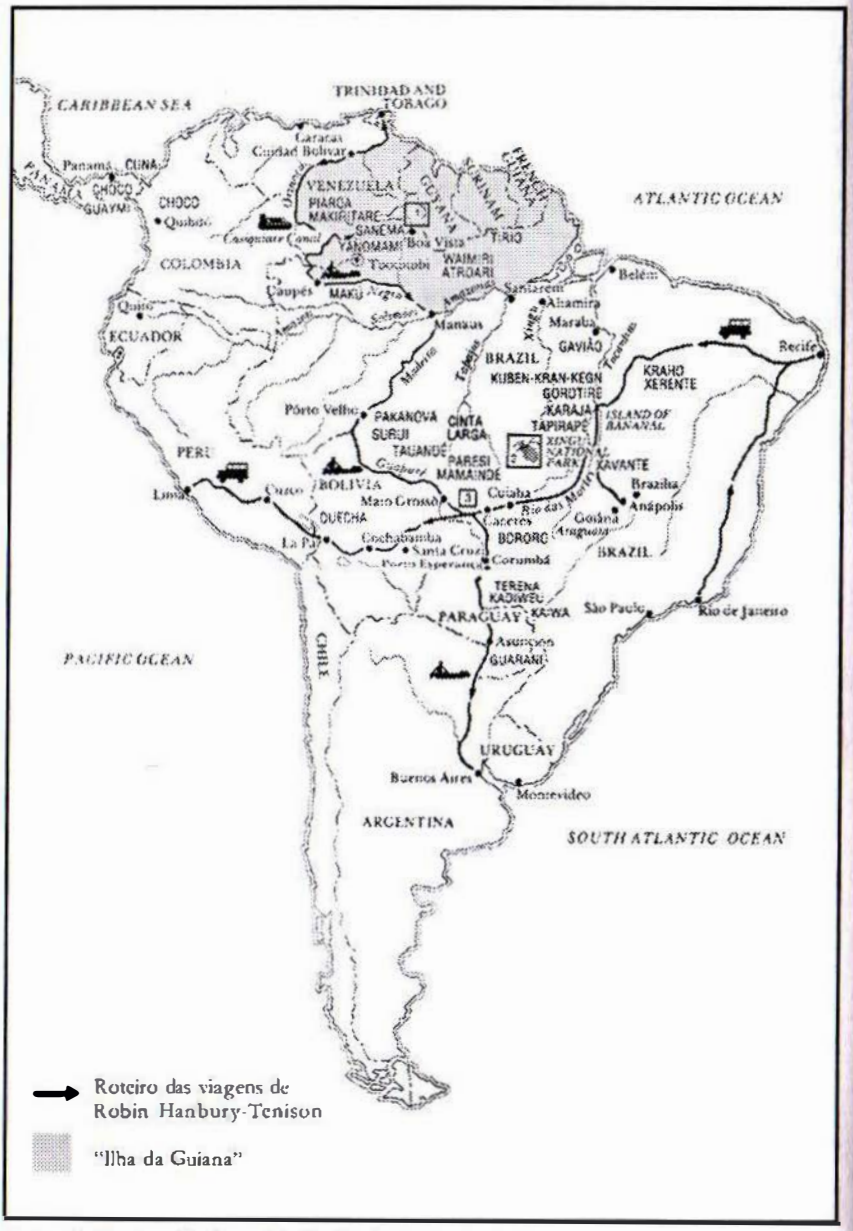
14 *EIR Alerta Estratégico*, 20/09/1999.

Na Universidade de Harvard, outro credenciado porta-voz do Establishment anglo-americano, Juan Enriquez Cabot, publicou um livro intitulado "Bandeiras, fronteiras, hinos e outros mitos", sobre o qual fez um resumo na influente revista *Foreign Policy*, publicada pela Carnegie Endowment for International Peace. Disse ele: "Estados tamanho Golias - como o Brasil, China, Índia, Indonésia e Rússia - enfrentam enormes desafios internos que poderiam resultar em divisões (territoriais) dentro de suas fronteiras no início do próximo século... As nações do 'novo mundo' do Hemisfério Ocidental têm-se sentido acomodadas por muito tempo devido à ausência de divisões históricas ou conflitos catastróficos que, sim, golpearam seus antepassados. Mas na época da globalização, o impulso secessionista não reconhece fronteiras geográficas... Existem mais de 550 nações soberanas, de povos indígenas, que exigem seus direitos".[15]

É nesse contexto que devemos considerar operações como a Iniciativa do Escudo da Guiana, onde o velho imperialismo oligárquico vislumbraram uma ótima oportunidade para ampliar o seu controle estratégico na Amazônia até as faldas dos Andes.

OSAMA BIN LADEN levou culpa do que não fez! Usaram o muçulmano para jogar o mundo islâmico contra o resto do Mundo!

15 *Miami Herald*, 29/08/1999.



Fonte: R. Hanbury-Tenison, *Worlds Apart*.

9

Como a oligarquia inglesa criou a reserva Ianomâmi

O presente capítulo foi publicado como artigo de Silvia Palacios e Lorenzo Carrasco, na edição da 1ª quinzena de fevereiro de 1995 do jornal Solidariedade Ibero-americana.

Ao iniciar a exercer as suas funções, o novo Congresso Nacional brasileiro, eleito em outubro de 1994, terá como uma de suas mais importantes tarefas legislativa a reversão do infame decreto de 15 de novembro de 1991, pelo qual o então presidente Fernando Collor de Melo, deposto um ano depois, determinou a criação da reserva indígena ianomâmi, localizada na região fronteiriça entre o Brasil e a Venezuela. O decreto confere a cerca de 6.000 indígenas da etnia ianomâmi uma área de 90.000 quilômetros quadrados, que coincide com uma importante província mineral.

Na ocasião, tanto o presidente Collor de Melo como os seus ministros do Meio Ambiente, José Lutzenberger e da Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, atuaram sem qualquer consideração para com os interesses superiores da nação brasileira, mostrando-se tão somente preocupados em satisfazer às pressões da oligarquia britânica e do presidente estadunidense George Bush, que lhes oferecia a ilusão do ingresso do Brasil ao clube das nações do chamado "Primeiro Mundo".

Por outro lado, não foi nenhuma instituição brasileira, nem qualquer grupo privado de cidadãos brasileiros bem intencionados ou, muito menos, membros das várias tribos ianomâmis preocupados com a sua sobrevivência os que deram partida ao processo de criação de tal reserva indígena. Esta decisão foi tomada em meados da década de 60, por iniciativa do aparato colonial britânico comandado pela decadente Casa de Windsor e cujos pormenores e implicações estratégicas foram discutidas nos salões do Palácio de Buckingham por ninguém menos que o próprio príncipe Philip, o "doge" da Casa de Windsor, na presença da rainha Elizabeth II.

Quando ainda poucos em todo o mundo haviam ouvido falar dos ianomâmis, que se auto-exterminavam em violentas pugnas intertribais e praticavam comumente o canibalismo e a eutanásia, a oligarquia britânica manufaturava uma suposta cultura ianomâmi para unir estas tribos rivais, introduzindo artificialmente uma noção de nação em tribos nômades que sobreviviam em condições de vida correspondentes ao Neolítico. Neste particular, é interessante notar que não são todos os grupos indígenas que interessam à Coroa britânica. Por que, então, estes arquioligarcas adotaram como as suas "tribos de estimação" a este grupo que ainda vive na Idade da Pedra?

Desde a origem da campanha em prol dos ianomâmis, há mais de um quarto de século, o fator relevante nas nações da oligarquia britânica foi a imensa riqueza mineral da região, que aquela imaginava ajudaria a manter o seu domínio sobre o mercado mundial de bens minerais, como ocorre no continente africano. De fato, as campanhas para a criação da reserva ianomâmi foram baseadas em sua experiência de domínio colonial da Africa Subsaariana.

O racismo devotado pela oligarquia britânica tanto aos africanos como aos ianomâmis é patente. Em julho de 1991, sir Walter Bodmer, presidente da Organização do Genoma Humano, anunciou que os ianomâmis seriam a primeira tribo cujos genes seriam congelados e arquivados no Museu de Genética Humana de Londres, como parte da biblioteca de genes de "povos em extinção".

A localização precisa da reserva ianomâmi foi o resultado de várias viagens de exploradores ingleses, especialmente Robin Hanbury-Tenison, as quais faziam parte de um esforço de localização dos principais grupos indígenas situados sobre os eixos naturais de integração do continente ibero-americano: o eixo Norte-Sul, ligando as bacias hidrográficas do Orenoco, Amazonas e Paraná; o eixo Leste-Oeste, apontando a conexão interoceânica fundamental para o desenvolvimento da região central do subcontinente. O objetivo era apontar os grupos indígenas que, posteriormente, poderiam ser manipulados para obstaculizar a construção de grandes obras de infra-estrutura necessárias para concretizar aquelas interconexões. Em seu livro *Worlds Apart* (Mundos à parte), o próprio Hanbury-Tenison apresenta um mapa onde demonstra, precisamente, esta preocupação e revela que a importância estratégica de seus roteiros lhe fora indicada pessoalmente pelo príncipe Philip (ver pág. 208).

Surge a Survival International

Para levar adiante a campanha pela reserva ianomâmi, a oligarquia britânica fundou, em 1969, a ONG Survival International, cujos documentos explicitam que "a criação do Parque Ianomâmi tem sido e será sempre o objetivo individual mais importante das campanhas da Survival". A criação da entidade resultou diretamente das expedições de Hanbury-Tenison e de seu colega Kenneth Taylor, que, em 1968, iniciou um demorado trabalho de campo junto aos ianomâmis, sendo um dos autores do primeiro projeto do Parque Ianomâmi.

A fundação da Survival International foi decidida em uma série de reuniões ocorridas no verão de 1969, no apartamento de Hanbury-Tenison, em Londres. Além dele, os fundadores da entidade foram: Kenneth Taylor; John Hemmings, diretor da Real Sociedade Geográfica britânica; os antropólogos Audrey Colson, James Woodburn, Nicolas Guppy e Francis Huxley; o ambientalista Edward Goldsmith, que, logo depois, fundaria a revista *The Ecologist*; e o cineasta Adrian Cowell, que, mais tarde, se tornaria célebre por seus filmes sobre a "devastação da Amazônia".

Vale destacar que a Real Sociedade Geográfica britânica constitui uma das principais organizações do *Establishment* britânico. Em sua diretoria, sempre figuram personalidades que representam a nata do aparato de inteligência colonial da Grã-Bretanha. Entre os que a ocuparam nas últimas décadas, podem-se citar, por exemplo: Julian Huxley, criador da UNESCO, da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e do World Wildlife Fund (WWF); Lorde Alanbrooke, ex-chefe do Estado-Maior do Reino Unido; lorde Solly Zuckerman, principal assessor científico do Governo britânico entre 1955 e 1984; sir Frank Chappell, ex-comandante-geral do Exército britânico e atual diretor do WWF no Reino Unido. Michael Huxley, primo de Julian Huxley, foi fundador da revista oficial da entidade.

Os recursos financeiros necessários para a fundação e as primeiras operações da Survival International foram fornecidos, particularmente, pelo WWF, na figura do seu presidente, Sir Peter Scott, que, naquele momento, dirigia outra das instituições-chave do aparato geopolítico da oligarquia britânica, a Sociedade para a Preservação da Fauna e da Flora, cujo objetivo era a preservação dos privilégios imperiais britânicos sob a fachada da conservação da natureza, especialmente, por meio da extensão do sistema de parques nacionais, exaustivamente aplicado na África, a todos os continentes. Não por outra razão, os vice-presidentes fundadores da sociedade, os lordes Milner, Grey, Curzon, Cromer e Minto, foram

procônsules imperiais na Africa e na Índia. Tais propósitos foram explicitados pelo próprio Peter Scott em uma história da organização: "Já que o Império, naquele momento, cobria cerca de quarta parte da superfície do globo, foi um bom ponto de partida para a internacionalização do incipiente movimento de conservação da vida silvestre". A criação da UICN, da UNESCO e, posteriormente, do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), visava a implementação e a complementação desta estratégia. Recentemente, o PNUMA, a UICN e o World Resources Institute, de Washington (EUA), estabeleceram uma estreita colaboração para elaborar a chamada Estratégia Global de Biodiversidade, programa que tem orientado iniciativas semelhantes em diversos países e cujo propósito é menos o de preservar a diversidade biológica do que utilizá-la como instrumento político de dominação.

É necessário enfatizar que, na realidade, a Survival International surgiu como o "braço indigenista" do WWF, cuja vice-presidência é atualmente ocupada por Lorde Buxton, membro de uma das famílias oligarcas de maior *pedigree* do Reino Unido e que também preside a Anti-Slavery International (ASI-Internacional Anti-Escravidão), ONG que, nos últimos tempos, tem desempenhado um papel crucial nas operações britânicas contra o Brasil. Fundada em 1787, a ASI se apresenta como a mais antiga organização de direitos humanos do mundo, mas, sob o pretexto de combate à escravidão, promove uma série de intervenções supranacionais contra os Estados nacionais visados. No Brasil, a ASI tem mostrado um inusitado interesse em promover certas lideranças do Movimento dos Sem-Terras. Em 1992, outorgou a sua medalha anual ao padre Ricardo Rezende, representante da Comissão Pastoral da Terra, braço da Teologia da Libertação marxista.

Outra fonte de recursos financeiros para a Survival International foi o irmão de Edward Goldsmith, o financista James Goldsmith que, juntamente com os seus primos da família Rothschild, é um dos principais patrocinadores do movimento ambientalista internacional.

No período transcorrido desde a fundação da Survival International até a promulgação do decreto do presidente Fernando Collor de Melo determinando a criação da reserva ianomâmi, em 15 de novembro de 1991, podemos distinguir três fases da campanha. A primeira, de "reconhecimento de terreno", com as expedições citadas e as sucessivas viagens dos diretores da entidade à região - Hanbury-Tenison, Hemmings e Huxley. Esta fase durou até 1976, quando a equipe da Survival International, encabeçada por Kenneth Taylor e o antropólogo francês Bruce Albert, foi expulsa do país pelo Governo Federal.

A partir de então, a Survival International mudou a sua estratégia, "nacionalizando" a campanha. Para este propósito, em 1978, Bruce Albert participou da criação da Comissão Para a Criação do Parque Ianomâmi (CCPY), que começou a atuar como a conexão brasileira do lobby oligárquico britânico, convertendo-se em sua principal propagandista frente ao Governo, ao Congresso e a grupos privados brasileiros. Simultaneamente, iniciou-se a montagem de um aparato internacional de pressões contra o Brasil. Uma das contribuições da Survival International para isto, foi o lançamento dos chamados "Boletins de Ação Urgente", publicações destinadas a um público selecionado. A campanha de pressões incluiu ações legais contra o Brasil no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta etapa culminou com êxito em 1985, com o projeto de lei elaborado pelo falecido senador Severo Gomes em favor do estabelecimento do Parque Ianomâmi.

A terceira fase da campanha foi marcada por um evento não programado por seus mentores, mas do qual tiraram o maior proveito: o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988, que desencadeou uma inusitada campanha de pressões internacionais contra o Brasil, fazendo o país aparecer como o "vilão ambiental planetário número um". Como parte da campanha, no ano seguinte, o líder ianomâmi Davi Kopenawa recebeu o Prêmio Global 500 da ONU e foi convidado pela Survival International para fazer uma viagem pela Europa, durante a qual recebeu uma enorme cobertura da imprensa internacional.

Em 14 de setembro do mesmo ano, em paralelo com a publicação de um inflamado editorial da revista *The Economist* sobre a Amazônia, ocorreu em Londres uma ruidosa manifestação em frente à embaixada brasileira. Evidentemente, os manifestantes protestavam contra a "devastação" da Amazônia. Além da indefectível Survival International, integravam a manifestação representantes de várias outras ONGs veteranas da campanha, como os Amigos da Terra, Greenpeace, Oxfam e Forest Peoples Support Group.

Duas semanas depois, também na Inglaterra, em Sheffield, ocorreu um simpósio intitulado "Amazônia: Meio Ambiente de Quem? Luta de Quem?", cujo propósito declarado era organizar uma federação internacional de ONGs para supervisionar as campanhas ambientalistas sobre a Amazônia. Os organizadores do conclave foram as ONGs Brazil Network e Instituto Católico de Relações Internacionais (CIIR) - entidade que, deve-se ressaltar, nada tem a ver com a hierarquia da Igreja Católica. A Brazil Network, que atua na Inglaterra e nos EUA, se apresenta como uma "organização

independente, fundada para aprofundar o intercâmbio de informações entre grupos comprometidos com o melhoramento dos direitos humanos e a proteção ambiental no Brasil". Em 1989, em cooperação com ONGs dos EUA, a entidade promoveu várias visitas de líderes indígenas brasileiros a este país, para expor os impactos dos projetos hidrelétricos então previstos para a Amazônia brasileira.

O principal contato brasileiro da Brazil Network e do CIIR é o Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (INESC), ONG com sede em Brasília que efetua uma ativo trabalho de lobby em prol de tais causas junto ao Congresso brasileiro.

A freqüência com que deparamos com a Inglaterra quando investigamos os bastidores da campanha ambientalista contra o Brasil não constitui mera coincidência, pois, como se percebe, naquele país se encontra a cabeçada da "hidra verde". Não admira, pois, que em vidros de automóveis ingleses, tenham aparecido plásticos com a inscrição "Salve a floresta: queime um brasileiro".

A OFENSIVA FINAL

O ano de 1990 se caracterizou por uma retomada da campanha de pressões contra o Brasil, que andava em "banho maria", devido a uma firme reação de autoridades brasileiras, particularmente as Forças Armadas, contra audaciosas propostas apresentadas por dignitários estrangeiros. Entre elas, destacaram-se a sugestão de "renúncia a parcelas de soberania" sobre a Região Amazônica, apresentada pelos líderes franceses François Mitterrand e Michel Rocard na Conferência de Haia, em abril de 1989 e a proposta de troca de "dívida por natureza", feita pelo vice-primeiro-ministro holandês Rudolf de Koorte, na mesma época.

Foi nesse período que a "agenda verde" se converteu em um elemento crucial para impor às nações do setor em desenvolvimento a chamada "Nova Ordem Mundial", decretada pelo então presidente dos EUA, George Bush e posta em execução na aliança deste com a primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher e o líder Soviético Mikhail Gorbachov.

As pressões renovadas produziram efeito com o advento do Governo Fernando Collor de Mello, sensível à tais influências externas, como ficou evidenciado pela presença do fanático ambientalista José Lutzenberger na Secretaria do Meio Ambiente. Durante a sua gestão, Lutzenberger, um íntimo do príncipe Charles, introduziu no Governo as pautas reivindicatórias de seus colegas das redes ambientalistas internacionais, o que não admira, já que,

além dos seus múltiplos contatos entre elas, ele recebia - e, talvez, ainda receba - importantes doações financeiras da Gaia Foundation da Inglaterra, como comprovou a revista *Executive Intelligence Review*.

No início de 1990, a Survival International divulgou amplamente uma manifestação do príncipe Charles contra o que este chamou "o pavoroso genocídio coletivo" dos ianomâmis. A partir daí, a Survival International, a Oxfam e o CIIR iniciaram contatos formais com a cúpula do Governo britânico sobre a questão ianomâmi, deflagrando uma série de debates sobre o assunto no Parlamento.

Em maio, o príncipe Charles convidou Lutzenberger para visitar Londres, sob o pretexto de discutir assuntos ambientais, a questão ianomâmi e anunciar a sua próxima visita ao Brasil. No regresso, Lutzenberger apresentou diretamente ao presidente Collor de Mello as preocupações da comunidade internacional, particularmente com os ianomâmis.

Em outubro, a ministra de Desenvolvimento Internacional britânica, Lynda Chalker - a mesma personagem que, em 1994, como denunciou a revista *EIR*, desempenhou um papel crucial no genocídio e na virtual desintegração de Ruanda como Estado nacional soberano - visitou o Brasil como parte dos preparativos da visita de Charles ao país. Na ocasião, participou de um seminário sobre meio ambiente patrocinado por seu ministério e pela empresa Imperial Chermical Industries (ICI). Particularmente, Chalker ofereceu o apoio do seu ministério a um programa de ajuda médica para as comunidades ianomâmis.

Ao longo do mesmo ano, as pressões internacionais fizeram com que o Governo brasileiro permitisse o acesso de diversas ONGs às terras dos ianomâmis.

Em abril de 1991, ocorreu a esperada visita do príncipe Charles ao Brasil, acompanhado de uma comitiva que incluiu, entre outros, o ministro do Meio Ambiente da Inglaterra, David Tripper, o diretor da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA), William Reilly, o coordenador de Meio Ambiente da Comunidade Européia, Carlo Ripa di Meana e o presidente da British Petroleum, Robert Horton. Na ocasião, Charles promoveu um seminário de dois dias sobre temas ambientais a bordo do iate real *Brittannia*, ancorado no rio Amazonas. Tanto Lutzenberger como o presidente Collor de Mello estiveram entre os presentes.

Em junho, em uma manobra que contribuiu para aumentar as pressões sobre o Brasil, o então presidente da Venezuela, Carlos Andres Pérez, assinou um decreto determinando a criação da Reserva da Biosfera Alto Orinoco-Casiquiare, cujo traçado inclui delimitação de uma reserva para os ianomâmis venezuelanos, contígua à futura reserva brasileira.

No mesmo mês, Collor de Mello visitou Washington, onde o presidente George Bush lhe entregou uma carta de oito senadores democratas, entre os quais o atual vice-presidente Albert Gore Jr., pedindo a Bush que pressionasse seu colega brasileiro para acelerar a delimitação da reserva ianomâmi no lado brasileiro da fronteira.

Em outubro, outros dois mensageiros internacionais se reuniram com Collor de Mello para discutir o assunto: o diretor do WWF, Henner Ehringhaus e o deputado estadunidense John Battle.

Finalmente, em 15 de novembro de 1991, o presidente brasileiro assinou o decreto que delimita a reserva ianomâmi, em uma área de dimensões pouco inferiores às do território de Portugal.

O exposto demonstra que a delimitação da reserva ianomâmi, um dos principais objetivos da ofensiva ambientalista contra o Brasil, responsável pelo estabelecimento de uma estratégia de tensão sobre a Região Amazônica, resultou da intervenção direta dos interesses coloniais britânicos sobre o presidente Fernando Collor de Mello. Todavia, lamentavelmente, o impedimento deste para exercer a Presidência da República não resultou na reversão da sua decisão mais lesiva à soberania e aos interesses do País e pela qual, por si só, mereceria um julgamento à parte.

10

O papel do MST na "africanização" do Brasil

No século passado, nosso continente sofreu um período de contínua desestabilização por meio de guerras civis, golpes de Estado, invasões e outros processos violentos. Esta foi a forma pela qual o Império Britânico dominou a Ibero-América, com a ciência política de Thomas Hobbes, segundo a qual os poderes coloniais só podem sobreviver quando as nações subjugadas, ou em vias de sê-lo, são submetidas à permanente instabilidade. Hoje, como no século passado, os interesses britânicos regressaram para cá e não poderiam se comportar de maneira diferente.

O ataque britânico está em marcha em todas as frentes: está-se apoderando de bancos e minas, estatais estratégicas, redesenhando as fronteiras nacionais e mobilizando as hordas jacobinas de narcoterroristas, para destruir todos os aspectos da vida institucional nacional da região.

No Brasil, ao mesmo tempo em que interesses do Império Britânico se apoderam da economia do país, entidades a seu serviço controlam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o melhor instrumento com que contam para desmembrar o País. O reconhecimento feito pelo líder do MST, Gilmar Mauro, de que sua organização está promovendo uma "guerra civil de baixa intensidade" em vários pontos do País, revela o propósito de encetar uma nova fase de ações ofensivas, como foi determinado no IV Encontro Nacional do MST, realizado em Brasília, em janeiro de 1999.

Essa nova ofensiva do MST não é uma decisão soberana na cúpula dirigente local, mas o cumprimento das ordens de marcha recebidas de seus controladores externos, processo similar ao desfechado, a partir do início do mesmo ano, pelo seu congênere mexicano Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). A semelhança entre os dois movimentos os torna clones quase perfeitos, criados no laboratório de "engenharia social" da decrépita Monarquia britânica, cujo objetivo maior é o desmembramento dos Estados nacionais soberanos.

A guerra irregular, como forma de ação, foi importada pelo próptio Gilmar Mauro do EZLN mexicano, a partir do encontro de La Trinidad, promovido pelos "zapatistas" em 1996, no qual ele foi delegado oficial do MST. Desde então, a coordenação entre os grupos tem sido efetivada por meio de canais organizados dentro do Foro de São Paulo, do qual ambos são membros. Entretanto, a coordenação mais importante é feita por intermédio de organismos e representantes pessoais do *Establishment* anglo-americano-francês. Um deles é a viúva do falecido presidente francês François Mitterrand, Danielle Mitterrand. Estes círculos oligárquicos têm uma idéia fixa a respeito de suas iniciativas colonialistas quanto às nações em desenvolvimento: a destruição dos Estados nacionais soberanos e a criação de "enclaves étnicos", dentro do esquema geral de formação de um "governo mundial" oligárquica, o qual mobiliza uma vasta rede de organizações não-governamentais (ONGs). O esquema foi proposto para a criação de um "Curdistão" ao Norte do Iraque, ao final da Guerra do Golfo, em 1991, e repetido para o Brasil, quando o casal Mitterrand se uniu ao movimento internacional a favor da criação da reserva indígena ianomâmi. Em dezembro de 1997, Danielle Mitterrand visitou a localidade de Chenallo, em Chiapas, zona dominada pelo EZLN, que considerou "similar ao Curdistão". Antes de viajar a Chiapas, ela passou pelo Brasil, onde se reuniu com seus amigos habituais, o ideólogo do MST Frei Betto e os líderes da organização.

Embora o MST tenha intensificado suas ações por todo o País, está claro que sua liderança selecionou algumas regiões estratégicas para tentar criar enclaves ou zonas liberadas. O próprio Gilmar Mauro, após voltar do México, afirmou que seu sonho era criar uma "república" do MST no Pontal do Paranapanema. Ao mesmo tempo, a revista *IstoÉ* revelou que fontes ligadas aos serviços de inteligência militar do Brasil apontavam a região do Sul do Pará como uma provável "zona livre", selecionada pela cúpula do MST. As áreas selecionadas eram:

1. Rio Grande do Sul , onde o resultado seria uma queda de produção agrícola drástica numa das regiões mais produtivas do País; com os conflitos no campo já provocados pelo MST, o valor da terra caiu cerca de 60% no Estado. Ademais, isto levaria o conflito à zona de fronteira, que historicamente serviu ao Império Britânico para traçar sua geopolítica de controle do Rio da Prata. É evidente que a estratégia do MST é transformar a crescente massa de miseráveis que a política neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso está criando em "refugiados econômicos", que facilmente podem desestabilizar toda a zona de fronteira.

2. O Pontal do Paranapanema, onde a investida englobaria parte dos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, área onde é gerada quase a metade da energia elétrica do País, que possui uma densa rede de distribuição de eletricidade e abrange a hidrovia Tietê-Paraná.

3. O Estado do Pará, especificamente a região compreendida por um raio de 200 km em torno do complexo mineiro de Carajás - escolhida como um dos focos insurrecionais por possuir certas características "africanas", como riquezas minerais, florestas e uma população paupérrima, facilmente manipulável devido à sua marginalização do processo civilizatório, criado sob a matriz cultural cristã ocidental. Isto é o que admite um dos líderes do MST na região, o bispo Dom Pedro Casaldáliga, uma das conexões do movimento com o EZLN mexicano, pela sua íntima colaboração com o bispo Dom Samuel Ruiz, o verdadeiro comandante do "zapatismo" mexicano.

O CONTROLE BRITÂNICO DO MST

Praticamente, desde a fundação oficial do MST, a Monarquia britânica tem presenteado o movimento com ajuda financeira, ao mesmo tempo em que se converteu, por meio de várias de suas fundações, na principal patrocinadora da imagem internacional do movimento, fornecendo-lhe um disfarce de genuíno movimento em prol da justiça social. A relação do MST com a Casa de Windsor se realiza principalmente por intermédio de dois canais, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e o Departamento do Desenvolvimento para o Gabinete Internacional (DFID), o antigo Colonial, que centralizou o apoio britânico aos líderes responsáveis pelo genocídio em curso na África Central.

O MST foi oficialmente fundado em 1984, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta, por sua vez, deve a sua criação a outra entidade que nasceu no Brasil nos anos 70, graças ao apoio que recebeu do CMI, a Comissão de Justiça e Paz, controlada pelo agora ex-arcebispo de São Paulo, cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Atualmente, as principais figuras da CPT se converteram de fato nos verdadeiros comandantes do MST, como os bispos Tomás Balduíno e Pedro Casaldáliga. A CPT foi fundada em Goiânia, em abril de 1975; atualmente faz parte da organização Pax Christi, sediada na Bélgica, uma ONG com ativo trabalho na Colômbia, onde intermediou vários seqüestros perpetrados pela narcoguerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Segundo o jornal *Gazeta Mercantil* de 21 de outubro de 1997, um representante do MST, Delwek Matheus, foi recebido em Londres por ninguém menos que o recém-nomeado vice-ministro britânico de Desenvolvimento Internacional, George Fowles.

Durante o governo de John Major, o DFID era dirigido por lady Lynda Chalker, que coordenou pessoalmente o apoio oficial britânico aos genocidas da África Central, Laurent Kabila, do ex-Zaire (atual República Democrática do Congo), Yoweri Museveni, de Uganda e Paul Kagame, de Ruanda. No atual Governo inglês, encabeçado por Tony Blair, esta política não foi alterada.

Em agosto de 1997, Diolinda Alves de Souza, alta dirigente do MST, viajou à Europa para evitar a prisão de seu marido José Rainha - considerado o líder militar maoísta do movimento e, à época, seu coordenador na crítica região do Pontal -, que fora condenado a 26 anos de prisão por sua suposta participação em dois assassinatos cometidos por sem-terras em Pedro Canário (ES). Sua viagem foi patrocinada pela Christian Aid (CA), organização filantrópica oficial das 40 igrejas da Inglaterra e Irlanda, encabeçada pela Igreja Anglicana e cujo chefe superior é a própria rainha Elizabeth II. A CA integra a estrutura do CMI e, igualmente, a rede do "Império Invisível" britânico, pois tem assento na Crown Agents Foundation (Fundação dos Agentes da Coroa), entidade recém-privatizada, que trabalha em coordenação com o DFID. A CA tem financiado o MST desde 1986 e não lhe tem negado apoio político em momentos cruciais. Em abril de 1996, após o sangrento confronto com a Polícia Militar provocado pelo MST em Eldorado de Carajás (PA), o diretor do Projeto Brasil da CA, Domingos Armani, não perdeu tempo em jogar lenha na fogueira, afirmando publicamente: "O massacre é o resultado direto da falta de reforma agrária."

Além da CA, a viagem de Diolinda teve patrocínio de várias ONGs, como os Amigos da Terra e a Oxfam, que tiveram importante participação na mobilização internacional que impôs ao Brasil a criação da reserva indígena ianomâmi. Na França, Diolinda foi recebida por Danielle Mitterrand. Na realidade, esta foi a "madrinha" do casamento do MST com o EZLN, consagrado durante o encontro de La Trinidad, em junho de 1996.

Além da antiga relação com a CA, o MST desenvolve laços com outras organizações similares:

• em 1991, a Right Livelihood Foundation (RLF) outorgou o seu prêmio anual Right Livelihood Award ao padre Ricardo Rezende, da

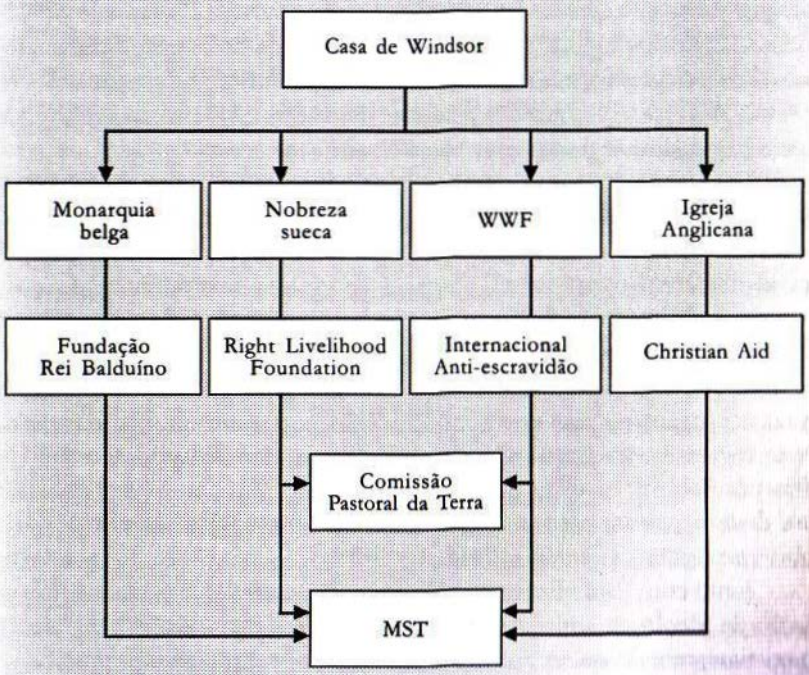
Comissão Pastoral da Terra (CPT); a RLF patrocinou as pesquisas do líder do MST, João Pedro Stédile, para seu livro *A luta pela terra no Brasil*, escrito a quatro mãos com frei Sérgio Görgen, um dos líderes do movimento no Rio Grande do Sul;

• em 1992, a Anti-Slavery International (ASI - Internacional Anti-Escravidão) outorgou ao padre Rezende a sua medalha anual. A ASI foi criada em 1787 por famílias oligarcas da Inglaterra, como os Wilberforce e os Buxton. O atual lorde Buxton é um dos vice-presidentes do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), do príncipe Philip;

• em fevereiro de 1997, o MST recebeu o Prêmio Internacional Rei Balduíno, outorgado pela casa real da Bélgica. Em 1989, o prêmio foi conferido ao falecido pedagogo Paulo Freire, que foi um dos principais ideólogos do MST.

A Fig.1 esquematiza a rede de influência britânica sobre o MST.

FIGURA 1 – O CONTROLE DE LONDRES SOBRE O MST



Colonialismo intelectual

Como no caso das hordas de Yoweri Museveni na África Central, o verdadeiro domínio exercido pelos britânicos sobre o MST se coloca mais no reino das idéias do que no dinheiro dos prêmios. Vejamos o exemplo de um dos ideólogos principais do movimento, o falecido pedagogo Paulo Freire, cujo método de alfabetização é usado como "bíblia" nos acampamentos do MST e cujas doutrinas já estão produzindo a primeira colheita de jovens líderes formados nos acampamentos.

Com o advento do regime militar de 1964, Freire foi expulso do Brasil e foi para o Chile, onde escreveu seu famoso livro *A pedagogia do oprimido*, autêntico manual de recrutamento de hordas jacobinas por meio do "mentecídio" (assassinato da mente), do mesmo gênero de *Os condenados da terra*, de Franz Fanon. Em 1970, foi nomeado assessor especial do Departamento de Educação do CMI, para o qual trabalhou até seus últimos anos. O CMI o despachou para a África, para trabalhar com vários movimentos terroristas. Em 1970-71, Freire esteve na Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, a "fábrica" que produziu Museveni e sua camarilha. A introdução à coleção de ensaios publicada pela universidade em 1971 - na qual figura o horripilante ensaio de Museveni, promovendo a sangria "revolucionária" - elogiava Paulo Freire por ter "enriquecido a teoria de Fanon e produzido inovações". Segundo tal introdução, "há argumentos poderosos em prol de uma nova guerrilha, armada somente com técnicas de ensino e aprendizagem expostas por pedagogos como Freire".

De Dar-es-Salaam, Freire foi trabalhar com os líderes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), poucos meses depois de Museveni ter feito seu próprio trabalho de campo nessa organização. Em Guiné-Bissau, Freire elaborou o programa educacional do país. Com a sua experiência africana, extraída de populações paupérrimas submetidas ao colonialismo mais rude, onde ensaiou fundamentalmente a idéia de segregar grupos populacionais, para depois opô-las a tudo que representasse progresso, pois este simbolizaria o "agressor colonial europeu", Freire regressou ao Brasil, ansioso por provar seus métodos de suposta alfabetização com criações lingüísticas que pudessem combinar português com dialetos, neste caso, indígenas, além da linguagem de camponeses pobres e populações marginalizadas.

Junto com Paulo Freire, o outro elemento central que contribuiu para a criação da ideologia anticristã ocidental - que substitui a premissa central do cristianismo, de que o homem é um ser criado à imagem e semelhança do Criador, pela adoração irracional da "Mãe-Terra", professada pelo MST -

é a Teologia da Libertação, com suas raízes intelectuais no existencialismo do filósofo pró-nazista Martin Heidegger, com seus gurus Leonardo Boff, Frei Betto e o próprio Dom Pedro Casaldáliga, que já afirmou: "Quando fizerem minha autópsia, irão encontrar terra no fígado e no coração."

Casaldáliga, famoso por suas conexões com o sandinismo nicaragüense, o EZLN e Fidel Castro, é atualmente um dos dirigentes da rede de informações Koinonia, com sede na Nicarágua. No Brasil, a rede está representada pela revista *Tempo e Presença*, órgão oficioso de difusão do CMI e anteriormente revista oficial do Centro Ecumênico de Documentação (CEDI).

Casaldáliga chegou ao Brasil em 1968, tendo em mente repetir o modelo de insurreição que começara na África nos anos 60, onde viveu na Guiné Espanhola. Numa entrevista à revista *Caros Amigos* de fevereiro de 1998, ele relatou a sua experiência africana e a decisão estratégica de vir para o Brasil e instalar-se no sertão do Centro-Oeste:

"Eu fui à África para fundar os cursilhos de cristandade. Não, naquela época eram outra coisa... Na época, os cursilhos eram uma experiência de Igreja muito revolucionária... Foi em 61, 62, na Guiné Espanhola... (A África) estava fervendo. Havia a figura de Lumumba. Logo tivemos conflitos, porque queríamos dar cursilhos para brancos e pretos, e os brancos representantes do resto do império espanhol queriam cursilhos separados. Lembro que dissemos ao bispo: 'Ou é café com leite ou vamos embora' (...)

"(...) Estou feliz no Araguaia. Do Brasil eu conhecia o carnaval e o futebol, mas sabíamos da imensidão do país, a nossa congregação - os claretianos - tinha missionado as áreas do que agora é Goiás e o Distrito Federal. Me falaram. 'Tem uma região infinita lá, que não tem ninguém, e estão pedindo missionários'. Eu falei: 'Então vamos'.

"Eu vim em 68... Mas, felizmente, tivemos a grande chance de fazer um curso em Petrópolis, de formação intercultural, chamado Centro de Formação Intercultural (Cenfi), em que os missionários que vêm do exterior, ainda agora, se reúnem durante quatro meses. Um curso de adaptação. Se não tivesse feito esse curso, eu me perderia no Araguaia, porque em plena ditadura militar, os meios de comunicação supercontrolados, a imagem precaríssima que a gente poderia ter do Brasil, mas felizmente os professores nos foram abrindo os olhos, e quando fui para o Araguaia já tinha uma noção bastante clara da ditadura militar por um lado, e por outro, da problemática indígena e da terra. (...)

"(...) E atravessar o Araguaia era como foi para os hebreus atravessar o mar Vermelho fugindo do Egito. Eu ainda agora encontro gente que se lembra que seus avós falavam desse messianismo, dessa procura da Terra

Prometida... Curioso que, quando veio a repressão forte, nós estávamos usando o método Paulo Freire, das palavras-chave. E a primeira palavra-chave era 'mata', por causa da procura e porque são sílabas simples, diretas. Mas para a repressão era uma intenção subliminar: 'Mata, mata, mata.'

"Quando chegamos, como eu disse, éramos uns perdidos no espaço; em segundo lugar, um pouco estrategicamente, pensamos: 'Onde há mais conflito, e a partir de onde poderá haver mais irradiação?' Esse povoadozinho que estava nascendo na mata, em Serra Nova - eu que dei esse nome ao lugar - estava já em conflito com a fazenda Bordon. Então lá fomos e fizemos o que chamávamos na época de campanha missionária. Eram três meses na área mais estratégica - porque tinha maior conflito, ou porque poderia ter mais irradiação, ou porque podíamos conhecer melhor a região - e nesses três meses aplicávamos o método de alfabetização Paulo Freire... Através do Método Paulo Freire, em três meses alfabetizamos e conhecemos o povo... Naquela época, na América Latina já se sabia que a conscientização é o primeiro passo. A educação formal e informal, por isso partimos para o Método Paulo Freire."

Para o MST e a CPT, a explicação de seu triunfo insurrecional está na capacidade de difundir o culto à Mãe-Terra ou Gaia: conseguir "espiritualizar a terra", considerando que essa "é um mistério" no sentido religioso, e "liberar a terra e criar um espaço vazio para que Deus atue neste mundo". Com esta visão anticristã - na qual o mistério de Cristo é suplantado pelo de Gaia e a Igreja Católica pela "comunidade da terra", este aparato celebra os ritos de doutrinação, nos quais encontra justificativa para os atos de violência. Esta é também a raiz conceitual que o une aos movimentos indigenista e ambientalista internacionais, com sua visão irracional da natureza. Leonardo Boff assim sintetiza esta idéia: "A nossa Mãe-Terra é a pátria amada, que é a visão dos povos originais, a visão do camponês, porque a visão científico-reducionista vê a terra como composição dos elementos físico-químicos da escala de Mendeleiev. A terra não é isso; a terra é paisagem, a terra fala, a terra é também nós mesmos, o ser humano."

Essa é a estrutura de crenças que move os principais líderes visíveis do MST, como João Pedro Stédile - que, parafraseando Franz Fanon, considera que os empobrecidos camponeses sem-terras são meros "párias" que cumprem o papel de "condenados da terra brasileira" - José Rainha, Gilmar Mauro e caterva. Todos eles estão fanaticamente apegados à idéia de extirpar do Brasil as marcas da civilização cristã ocidental, como se vê em um dos hinos do movimento, o qual promete apagar do continente o "farol de esperança" aceso por Cristóvão Colombo.

UNIVERSIDADE DAR-ES-SALAAM, EDUCAÇÃO PARA O ÓDIO E O GENOCÍDIO

A Universidade Dar-es-Salaam foi criada em 1970 por Julius Nyerere, presidente da Tanzânia desde sua independência, em 1964, até 1985, quando renunciou. Foi também reitor da universidade entre 1970 e 1985. Nyerere ficou famoso nos anos 60 por sua doutrina da *ujamaa* (grande família), às vezes chamada "socialismo africano". Com esta doutrina econômica, ele pretendia coletivizar a agricultura tanzaniana, para o que "relocou" 13 milhões de camponeses em 8.000 aldeias cooperativadas. Nas duas décadas seguintes, a produção agrícola tanzaniana caiu à metade, ocasionando um explosivo aumento das importações de alimentos, apenas para que o povo pudesse manter-se com vida neste "Grande Salto Para Trás" agrícola. Em 1985, quase 85% dos camponeses haviam abandonado as granjas *ujamaa*.

O currículo da Faculdade de Ciências Políticas de Dar-es-Salaam exigia que o estudante dominasse três autores: Karl Marx, V.I. Lênin e Franz Fanon, este último defensor da "violência purgante" ("A violência é uma força que limpa... libera o nativo do seu complexo de inferioridade... retira-lhe o medo e lhe devolve a auto-estima"). Fanon (1925-61) se graduou em medicina na Universidade de Lyon (França), onde se converteu em estudioso da filosofia existencialista, em particular de Martin Heidegger, Friedrich Nietzche, Karl Jaspers e Jean-Paul Sartre. Este último escreveu a introdução à obra mais famosa de Fanon, *Os condenados da terra*. Era um seguidor do filósofo filonazista Martin Heidegger e serviu como agente dos serviços de inteligência britânico e francês para a África, sobretudo nos meios intelectuais que perpetuaram a idéia racista da "cultura negra"; também escreveu a introdução a uma seleção de discursos do congolês Patrice Lumumba.

Por intermédio dos círculos acadêmicos franceses, Fanon foi de fato atraído para o projeto de etnologia da inteligência britânica, do qual Sartre foi o maior expoente público. Fanon foi recrutado como membro da divisão de guerra psicológica do Instituto Tavistock de Londres, encarregado de fabricar os novos "paradigmas culturais" da chamada "Nova Era", que se iniciaram com a contracultura dos anos 60. A ecologia, o feminismo, o indigenismo e as reivindicações das chamadas "minorias" são parte integrante deste projeto de guerra psicológica para minar as bases da cultura cristã ocidental. Foram estas redes anglo-francesas que tornaram Fanon mais famoso depois da morte do que foi em vida.

O sanguinário Yoweri Museveni, de Uganda, um dos educados em Dar-es-Salaam, foi profundamente influenciado por Fanon, chegando a realizar uma pesquisa intitulada "A teoria da violência de Fanon, sua verificação no Moçambique libertado", como resultado de uma viagem que fez àquele país, em 1969. Museveni começou seu ensaio com a seguinte citação: "Em nível individual, a violência é uma força purificadora", e acrescenta: "Fanon não advoga a violência por si mesma. Se o tivesse feito, teria sido um maníaco homicida, não um revolucionário... Fanon advoga a violência a fim de realizar a descolonização total e autêntica... A descolonização que demonstra mudança na ordem do mundo é, obviamente, um programa de completa desordem."

Os autores do genocídio na África Central

Falando pelo Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra, o *Times* de Londres admitiu que a força agressora na África Central é integrada por uma antiga aliança de líderes africanos, sendo a maioria educada na Universidade de Dar-es-Salaam, ou antigos radicais marxistas-leninistas. A força é liderada pelo presidente da Uganda, Yoweri Museveni, e ao seu redor gravitam o presidente da Eritréia, Isaias Afwerki; da Etiópia, Meles Zenawi; John Garang, líder do Exército Sudanês de Libertação Popular; o Ministro da Defesa de Ruanda, Paul Kagame; o ditador do Burundi, Pierre Buyoya; e Laurent Desiré Kabila, presidente da República Democrática do Congo, ex-Zaire. Em todos os casos, eles chegaram ao poder graças ao respaldo da inteligência britânica às suas carreiras políticas.

Essa quadrilha de genocidas é formada por líderes de uma força militar preparada para o duplo propósito de: 1) assegurar, pela semeadura do terror, a máxima extração das riquezas de suas próprias nações, em favor dos interesses financeiros britânicos e seus sócios; e 2) conduzir políticas de agressão contra os países vizinhos, para ampliar o território controlado pelo Conselho Privado da rainha Elizabeth II.

Assim, Uganda, Eritréia, Etiópia, Ruanda, Burundi e República Democrática do Congo não mais são Estados nacionais soberanos, nas satrapias britânicas controladas pelo férreo domínio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Estes países foram efetivamente recolonizados. Mencionaremos detalhadamente os casos de Ruanda e da República Democrática do Congo.

A tragédia de Ruanda

Até abril de 1994, a população de Ruanda era de 7.200.000 habitantes. Em setembro seguinte, mais de um milhão estavam mortos. A Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID) calcula que 2,6 milhões de pessoas foram deslocadas no país. O total inclui 1,3 milhão que foram levados para a antiga zona francesa de segurança, situada no extremo sudoeste do país. Outras 2,2 milhões de pessoas estão refugiadas fora de Ruanda: 1,5 milhão na República Democrática do Congo, 210 mil no Burundi, 460,5 mil na Tanzânia e 10,5 mil em Uganda. Quer dizer, 5,8 milhões de pessoas (80,6% da população) foram mortos ou deslocados.

A Frente Patriótica Ruandense (FPR) governa um país vazio. Os serviços de água e eletricidade estão destruídos. Mais de 50% dos professores e funcionários de saúde foram assassinados. A produção de alimentos é de 66% do necessário, ao mesmo tempo que o país recebe 75% da ajuda que necessita.

A destruição de Ruanda foi obra de Yoweri Museveni e lady Linda Chalker, ministra do Desenvolvimento Internacionais, em nome da criação de um "Império Tutsi" apregoado por Museveni - um exército mercenário que cometeu genocídio contra a população hutu, não por motivos tribais e sim por um plano traçado pela geopolítica britânica, visando o acesso e o controle das fontes de matérias-primas locais. A idéia central de Museveni é redesenhar o mapa da África, dividindo-a em seis regiões, como afirmou em abril de 1997 na assembléia da Academia de Direito Africano: "Minha missão é fazer que a Eritréia, Etiópia, Sudão, Uganda, Quênia, Tanzânia, Ruanda, Burundi e Zaire se tornem estados federados de uma única nação. O que Hitler fez para unir a Alemanha, devemos também fazer aqui. Hitler era um sujeito esperto, mas eu acho que ele foi um pouco longe demais, querendo conquistar o mundo inteiro."

Os laços de Museveni com a família real britânica passam por dois personagens relacionados entre si: Lady Linda Chalker e o falecido Tiny Rowland, presidente da transnacional mineira London and Rhodesia Mining and Land Corporation (Lonrho) - cujas atividades na África manifestam a estreita vinculação entre as mineradoras e os serviços de inteligência britânicos, a ponto de se fundirem em um único endereço. Na realidade, foi Tiny Rowland que apresentou Chalker aos círculos mais elevados da sociedade londrina.

Chalker foi a primeira estrangeira a se reunir com Museveni depois que este tomou o poder, como disse uma fonte britânica expert em África: "Lady Chalker passa demasiado tempo, um período desproporcional, no Chifre da África e em Uganda." Assim mesmo, sua sucessora no atual Governo de Tony Blair, Clare Short, ratificou o apoio de seu ministério a Museveni. Em viagem realizada a Uganda, para se reunir com o ditador , ela o qualificou como um homem "muito fino", enquanto ratificava o apoio a Ruanda e à sua Frente Patriótica.

Uganda também é o principal fornecedor do Exército Sudanês de Libertação Popular, de John Garang, colega de Museveni na Universidade Dar-Es-Salaam - e, como se fosse pouco, Tiny Rowland foi amigo de ambos. Numa transmissão da BBC, de Nairobi (Quênia), em março de 1993, Rowland disse que era membro do ESLP de Garang desde 1984. Por sua vez, a revista *Weekly Mail* disse que "o sul do Sudão tem uma indústria petrolífera pouco desenvolvida e a Lonrho está interessada em um projeto de extração de petróleo".

A TOMADA DO ZAIRE PELOS CARTÉIS DE MATÉRIAS-PRIMAS

Outro membro da quadrilha de Dar-Es-Salaam, Laurent Kabila, chegou ao poder no Zaire em junho de 1997, com um exército composto em 50% por tropas fornecidas por Museveni e Paul Kagame. A invasão do Zaire foi um plano que vinha sendo executado desde 1990 e se considera que a conquista desse rico país era o objetivo final do exército mercenário criado por Museveni. O antigo Zaire é o terceiro maior país da África e possui em seu rico território recursos minerais estratégicos - por exemplo, metade das reservas conhecidas de cobalto do mundo, abundantes depósitos de cobre, zinco e diamantes, ouro e outras matérias-primas, como bário e manganês.

A invasão militar foi precedida por uma guerra político-econômica. Em 1991, o ex-presidente George Bush cortou a ajuda econômica ao país, acusando o Governo do falecido Mobutu Sese Seko de "violação de direitos humanos", ao mesmo tempo que o preço do cobre caía e a inflação anual chegava a 3.000%. Mais tarde, em 1994, o FMI suspendeu o Zaire, que caiu no abismo econômico, destruindo-se os serviços básicos para a população e as Forças Armadas. Depois disto, não houve resistência à invasão.

Em suas aventuras militares de conquista, o ex-marxista Kabila contou com o apoio de um seleto grupo de empresas do cartel de matérias-primas. Em 9 de maio de 1997, em Lubumbashi (Zaire), antes de seu avanço

definitivo sobre a capital, Kabila se reuniu com um grupo de representantes de mineradoras para fazer certos acordos, prometendo abrir seu país ao saque, em troca de apoio político-financeiro para a sua empresa militar. A reunião foi organizada pela America Mineral Fields, companhia baseada no Canadá. Participaram representantes de cerca de uma dúzia de instituições financeiras. Em 20 de maio, um vice-presidente de um banco de investimentos canadense, que assistiu à reunião de Lubumbashi, disse: "O Zaire tem potencial para a produção de alimentos, reservas florestais e grande riqueza mineral." Interrogado sobre por que agora desejava investir no Zaire, e não o quisera antes, explicou que "Kabila prometeu a privatização das empresas do Zaire, o que explica claramente o porquê do interesse das mineradoras internacionais em apoiar o fascista Kabila, apoio que incluiu grandes quantidades de dinheiro para sustentar o exército invasor". Apesar do falecido presidente Mobutu ter feito algumas concessões aos cartéis britânicos, ele resistiu a privatizar a Gecamines, estatal que controlava a maior parte dos recursos naturais do país. Kabila, imediatamente, deu início à privatização da mesma.

Já três anos antes, o cartel de matérias-primas lançara as bases para o ataque ao país. Por meio de várias mineradoras de menor importância, na realidade controladas por outras maiores como a Anglo-American, começaram a pesquisar e, por meio de contratos preliminares, passaram a controlar várias jazidas de cobalto, estanho, diamantes, zinco, cobre, etc. Esta primeira incursão começou em 1994-95 e ganhou força em 1996, ainda no Governo Mobutu. Entretanto, estes contratos tinham demasiadas restrições, que limitavam os direitos para que o cartel saqueasse o país ao seu bel prazer. Em 1996, houve uma incursão mais forte, encabeçada pela mineradora Barrick Gold, em cujo conselho consultivo tem assento o ex-presidente George Bush.

A RECOLONIZAÇÃO BRITÂNICA DA ÁFRICA

Nos anos recentes, e quase despercebidamente, o Império Britânico logrou de fato a recolonização da África, como demonstram várias investigações realizadas por uma equipe internacional da revista *Executive Intelligence Review* (*EIR*). Ameaçada pelo colapso do sistema financeiro internacional, a oligarquia britânica está procurando controlar novamente o rico continente africano. O objetivo é assegurar que as vastas jazidas de minerais estratégicos e o potencial de produção de alimentos - ironicamente, em um continente que morre de fome pelas condições do FMI e

do Banco Mundial - não saiam do controle das companhias que formam a coluna vertebral do Império Britânico. O que vemos na África, especialmente em sua região central, é um nova fase de agressões oligarcas contra a Humanidade, que recordam as imagens demoníacas dos crimes cometidos pelos nazistas.

Na década de 60, os britânicos iniciaram sua política dos "ventos de mudança", pela qual os povos africanos nominalmente lograram a sua independência: "Os ventos de mudança sopram em todo o continente", afirmou o primeiro-ministro britânico Harold MacMillan na Cidade do Cabo, África do Sul, em 3 de fevereiro de 1960: "Gostemos ou não, este crescimento da consciência nacional é um fato político."

Cinco anos depois, a maior parte da África britânica estava oficialmente descolonizada e uma classe dirigente nativa foi elevada à categoria de nova elite governante. Mas, embora a bandeira britânica tenha sido arriada nas colônias, a maior parte do aparato colonial britânico se manteve intacto, em sua essência, permanecendo súditos britânicos na chefia de postos e ministérios chaves. A permanência do domínio britânico se manteve de duas maneiras. Primeiro, foi mantido e ampliado o sistema dos chamados parques naturais, com o qual o aparato ambientalista do príncipe Philip ficou em posição de poder determinar uma política que asfixiava as possibilidades de desenvolvimento econômico; e a segunda foi controlando a formação política do que hoje se conhece como a "nova liderança" africana, na Universidade de Dar-es-Salaam.

Após um longo período de submissão ao colonialismo, seria de se esperar que a nova liderança das nações africanas chegasse ao poder com uma clara política de desenvolvimento científico-industrial, que lhes permitisse sair do subdesenvolvimento, criando autênticos Estados nacionais soberanos. Pelo contrario, em Dar-es-Salaam, os lacaios do império, como Yoweri Museveni ou Laurent Kabila, se alimentaram da ideologia existencialista francesa e alemã e do tribalismo fomentado pelo guru da Universidade, Franz Fanon. Com esta estrutura de crenças, não tiveram obstáculos morais para serem os responsáveis diretos pelo genocídio que açoita a África Central.

O predomínio britânico se tornou mais evidente no sistema de parques naturais que, à época da independência, representavam mais de 20% do território das colônias britânicas na África. Os diretores dos parques, os chefes de polícia dos mesmos e suas juntas diretoras continuaram nas mãos dos súditos britânicos. Quando Julius Nyerere proclamou, na Declaração de Arusha, de 1961, que os povos africanos preservariam a perpetuidade dos parques naturais a eles legados, simplesmente estava

admitindo que a existência de tais enclaves coloniais se manteria sem modificação, e assim ocorreu. Mais ainda, como malévola inovação, um grande número destes parques, em alguns casos todo o sistema, foi colocado sob o controle de ONGs, manejadas por juntas internacionais ou procuradores sem supervisão alguma por parte dos governos. Hoje em dia, os sistemas de parques do Quênia, Tanzânia e República Democrática do Congo são administrados por entidades privadas. Chegou-se ao extremo de, por exemplo, na Tanzânia, cerca de 40% do território estar contido no sistema de parques naturais, administrado pela ONG Parques Nacionais da Tanzânia.

O tamanho total desses parques e complexos é surpreendente - 8,2% da superfície total da África Subsaariana (Fig. 2). Mas, muito mais surpreendente é que grande parte dos parques e reservas naturais está situada nas fronteiras nacionais. Em muitos casos, os parques se juntam para formar parques binacionais e trinacionais, que ultrapassam fronteiras. Estas fronteiras dos Estados africanos foram desenhadas arbitrariamente pelas potências européias em suas conferencias imperiais. A situação dos parques naturais em tais regiões visa ao genocídio e à desestabilização contínua da África. Por outro lado, os parques fizeram estragos na economia e ecologia africanas. A rede de parques diminuiu o fluxo de energia de todo o sistema ecológico, o que fez proliferar os parasitas e as enfermidades. Esta degradação do ambiente humano ajudou a criar as condições pelas quais as novas enfermidades - como a AIDS - se generalizam entre a população esgotada.

Os parques têm vários objetivos geopolíticos:

• eliminar grandes extensões de terra para fins econômico-produtivos; a criação dos parques é a maior operação de expulsão conhecida desde que as hordas mongóis de Gengis Cã assolaram a Ásia Central no século 13. Como disse um especialista britânico: "Quando os britânicos desejam expulsar o povo de uma região, sua tendência é converter a mesma em um parque selvagem, o que lhe dá sua razão de ser.";

• enquanto impedem o aproveitamento desses territórios, as reservas se situam com freqüência sobre jazidas de recursos estratégicos. Por exemplo, os parques das zonas fronteiriças do Níger estão sobre uma jazida de urânio;

• o fato dos parques serem administrados por organismos supranacionais, como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) é um ataque à soberania nacional. A pretexto de combater os caçadores furtivos, a administração inclui muitas vezes forças paramilitares. Em cinco países africanos - Camarões, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Quênia e

Zâmbia - o WWF administra diretamente pelo menos um parque. Em outros cinco, estes são administrados por outros organismos internacionais, como o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), a Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO) ou a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN).

• os parques são refúgios e zona de treinamento de tropas dos grupos guerrilheiros mais diversos. Vários estão localizados nas fronteiras dos países e funcionam como "zonas militarizadas". Por exemplo, o WWF administrava o programa dos gorilas no parque Virunga, quando a Frente Patriótica de Ruanda (FPR) usava o mesmo para entrar em Ruanda. Sem exagero, podemos afirmar que, sem as zonas de refugio que a rede de parques da família real britânica oferece, as prolongadas guerras civis e fronteiriças que afligem a África desde os anos 70 teriam sido impossíveis.

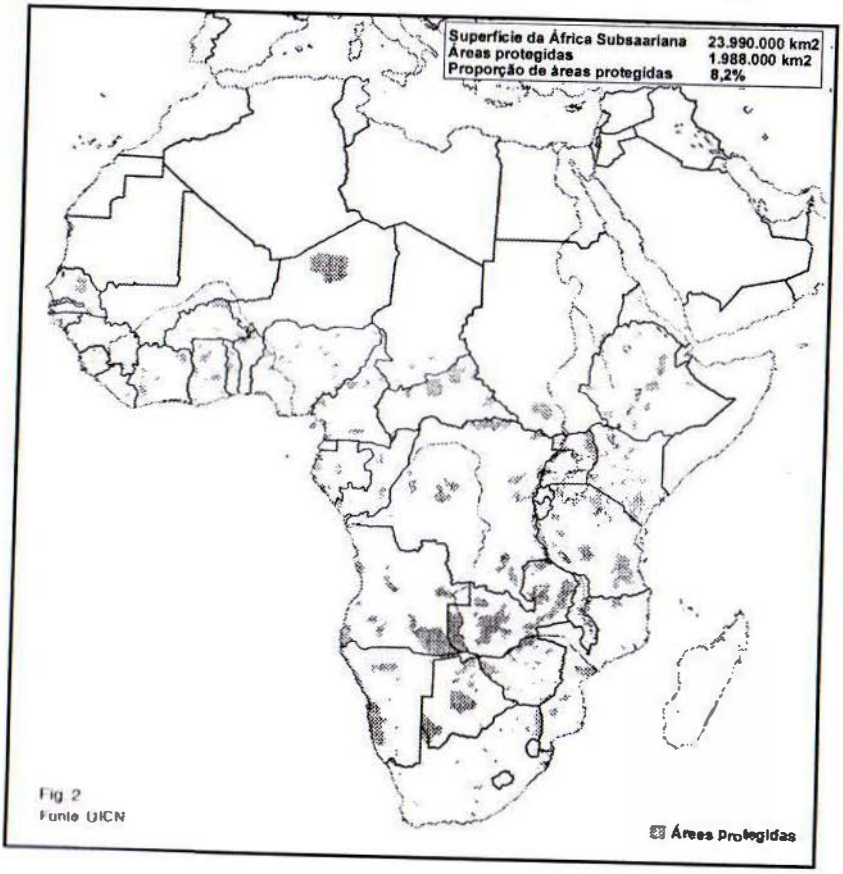


Fig 2
Fonte UICN

11

DEFENDAMOS A NATUREZA CONTRA O AMBIENTALISMO RADICAL

O presente texto, de autoria de Jonathan Tennenbaum, foi originalmente publicado no jornal Solidariedade Ibero-americana, *1ª quinzena de maio de 1994.*

Viva a natureza! Muito antes de que fosse criada a palavra "ambientalismo", já havia pessoas que se intitulavam "amigos da natureza", uma vez que valorizavam de forma muito particular a natureza vivente em sua condição de criação divina e, em sua beleza e ordem intrínsecas, viam uma pauta para a conduta humana. Alexander von Humboldt e Friedrich Schiller eram apaixonados pela natureza, mas também os eram pelos homens e pela Humanidade. Para eles, não havia qualquer contradição entre a natureza e o desenvolvimento pleno e livre dos seres humanos, em todas as suas capacidades naturais: a ciência, a arte e o desenvolvimento das nações. O gênio humano, no dizer de Schiller, constitui o nível superior da natureza, onde o próprio homem, como imagem de Deus, se torna criador.

Com o ambientalismo de hoje, as coisas se passam de forma diferente. Em nome da natureza, manifesta-se uma intenção de limitar a liberdade humana. Segundo os ambientalistas, isto é necessário porque o homem, com a sua tecnologia, o seu crescimento demográfico e o seu desenvolvimento econômico, tornou-se um fardo e uma ameaça para o meio ambiente. Como se tivessem recebido uma mesma ordem, órgãos de difusão, políticos, funcionários governamentais, burocratas, sacerdotes e manifestantes se lançam contra a agricultura e a indústria para descobrir e castigar os "delitos ambientais".

Sob essa ótica, toda atividade produtiva se torna fundamentalmente suspeita. A prosseguir tal tendência, dentro em pouco, qualquer movimento das mãos, até mesmo o de um camponês que queira ordenhar a sua vaca, deverá ter o seu "impacto ambiental" cuidadosamente avaliado e oficialmente aprovado. E já existem "forças policiais ambientais", que estão se expandindo rapidamente.

Qualquer medida arbitrária para a "proteção" do meio ambiente é aceita sem maiores questionamentos, já que os anúncios diários de catástrofes ambientais mergulharam-nos num estado de profundo temor. Tudo está infestado por radiatividade e substâncias venenosas: nosso ar, nossos alimentos, nosso leite, nosso vinho e nossa água subterrânea. É um milagre que não tenhamos partido desde há muito desta vida mortal. A campanha de temor encurralou a maior parte da população em uma espécie de fortim psicológico protetor, de onde aguarda o próximo lance da "catástrofe ambiental".

Contradições do ambientalismo

A um observador atento, a campanha ambientalista não esconde muitas e grandes contradições. Tais contradições não são acidentais, já que se os pressupostos do que hoje se aceita e comercializa sob o rótulo de "ambientalismo" forem examinados com rigor científico, não encontraremos outra coisa senão perigosas omissões, falsidades e meias-verdades, revestidas de uma ideologia que deve ser qualificada como hostil à Humanidade e profundamente hostil à própria natureza. Como demonstraremos a seguir, as chamadas medidas ambientais que muitos governos pretendem adotar - e, em vários casos, já adotaram - poderão causar, estas sim, uma série de desastres ecológicos. Em breve, tornar-se-á necessário salvar a natureza do ambientalismo.

Nossa contribuição para a defesa da natureza se fará com a refutação dos pressupostos fundamentais dos ambientalistas contemporâneos, falsos e, na verdade, hostis à natureza, contrastando-os com os verdadeiros princípios da harmonia entre esta e o homem. Primeiramente, apresentemos as falsas e enganosas teses da ideologia ambientalista.

1. O homem interrompe o equilíbrio da natureza

Em toda a história de nosso planeta, jamais a natureza esteve em "equilíbrio". A natureza vivente configura um processo de crescimento constante, que, no decorrer do tempo geológico, tem-se tornado mais rápido e intenso. O equilíbrio apenas se encontra, se é que em algum lugar, entre a matéria inerte.

Essa tendência pode ser percebida, claramente, no poderoso processo evolucionário da vida, que tem ocorrido, aproximadamente, ao longo dos últimos quatro bilhões de anos da história da Terra. O processo da vida começou com os organismos unicelulares primitivos e, em seguida,

criou organismos multicelulares mais complexos, que deixaram o oceano primitivo e "conquistara" a terra. Os organismos foram se tornando mais velozes, mais energéticos, hábeis e "inteligentes". A energia total dos processos vivos na Terra cresceu exponencialmente.

Nesse processo, a vida também transformou o seu "meio ambiente": a atmosfera, o clima, a composição geológica e o relevo da Terra se alteraram drasticamente com a evolução da vida. Muito antes da chegada do homem, a vida já manifestava uma marcada tendência de não acomodar-se a um ambiente "naturalmente" dado, mas a alterar este meio ambiente para criar condições mais favoráveis ao seu próprio desenvolvimento contínuo.

Tomemos como exemplo a fotossíntese. No início, quase não havia oxigênio na atmosfera terrestre. A atmosfera atual, com cerca de 21% de oxigênio, evoluiu unicamente devido à ação de organismos fotossintéticos. A fotossíntese foi um grande e fundamental avanço "tecnológico" para a vida, tornando possível uma multiplicação do consumo de energia por parte da matéria viva. Entretanto, não devemos perder de vista que, no início do desenvolvimento dos organismos fotossintéticos, o oxigênio era um "poluente" venenoso para a maior parte das formas de vida, principalmente para os organismos bacterianos - em sua maioria anaeróbicos - que habitavam os mares.

Com a transformação da atmosfera pela emissão de grandes quantidades de oxigênio, muitas formas de vida foram destruídas. Se, na ocasião, já existissem os ambientalistas, seguramente, eles se oporiam à fotossíntese. Se estes hipotéticos "verdes" da época tivessem sido bem sucedidos como os seus colegas de hoje, a vida na Terra não teria ido além do nível da bactéria; provavelmente, ter-se-ia extinguido por falta de energia e pelo esgotamento da alimentação disponível no "caldo primitivo" do oceano primordial.

2. A TECNOLOGIA É ARTIFICIAL E ANTINATURAL

O homem e o seu cérebro são produtos da natureza. Portanto, a tecnologia, como produto do cérebro humano, também é legitimamente um produto natural. A verdade é que o homem prossegue a sua evolução natural por intermédio da sua tecnologia, já que esta, considerada como a estruturação e o ordenamento que aumentam o poder de um ser vivo sobre o seu meio ambiente, tem existido durante bilhões de anos. O que são as asas de uma ave, senão "tecnologia"? O que é o longo pescoço de uma girafa, graças ao qual pode se alimentar em árvores altas, senão uma "tecnologia natural"? O que podem objetar os "verdes" ao radar acústico dos morcegos? Tudo isso é tecnologia, desenvolvida e experimentada pela própria natureza no transcorrer do processo evolucionário.

Antes do surgimento do homem, o desenvolvimento tecnológico da natureza consistia quase exclusivamente do surgimento de novos gêneros e espécies de seres viventes, já que cada ser era relativamente fixo em sua construção e conduta. Com o homem, que pode aperfeiçoar continuamente os seus modos de conduta por meio do pensamento criador livre, a evolução adota uma nova forma. No centro, está agora o intelecto humano, que, com sua ciência e os seus descobrimentos, imita em certa medida o Criador e traz ao mundo novos gêneros e espécies de tecnologia.

Qualquer um que tente deter esse desenvolvimento em nome do ambientalismo, estará violentando simultaneamente o homem e a natureza e, ao mesmo tempo, disseminando miséria e frustração. Todos os seres vivos derivam satisfação do exercício de suas capacidades naturais. Assim, a alegria das aves está em voar e cantar. Entretanto, Deus deu ao homem as faculdades de pensar, investigar, descobrir, cultivar plantas e criar belas obras nas artes visuais e na música. Portanto, o homem que tem que desenvolver ao máximo tais faculdades, na mais completa liberdade. E, embora a nossa sociedade industrial seja bastante imperfeita, ela conseguiu proporcionar que tais faculdades fosse expressadas de uma maneira anteriormente inconcebível. Temos, pois, que aperfeiçoar esta sociedade e não destruí-la.

3. O CRESCIMENTO TEM LIMITES, JÁ QUE OS RECURSOS SÃO FINITOS

Admitamos que cada matéria-prima esteja disponível em quantidades limitadas na Terra. Entretanto, a evolução tecnológica abre-nos continuamente novas possibilidades, substituindo certos recursos por outros diferentes, mais eficientes. Neste processo, freqüentemente, substâncias e produtos que pareciam inúteis ganharam importância como valiosas matérias-primas. Desta forma, a natureza sempre tem aberto possibilidades de crescimento cada vez mais amplas ao homem, na medida em que outras se esgotam.

Volta e meia, tem havido indivíduos - como Thomas Malthus, no século 18, ou os malthusianos do Clube de Roma, em nossos dias - que afirmam que atingimos os "limites do crescimento". Tais personagens se esquecem de que, em qualquer momento arbitrário da evolução biológica e tecnológica, poder-se-ia ter dito a mesma coisa. Se, ha três bilhões de anos, houvessem existido malthusianos "verdes", certamente, ter-se-iam insurgido contra as algas criadoras de oxigênio, gritando: "Parem com o seu crescimento louco! Não vêem que isto é um suicídio?"

Aqui, afirmamos, sem temor, que o crescimento ilimitado, por meio da evolução continuamente criadora, é uma lei natural.

4. Os limites do crescimento se demonstram na produção de energia

Aqui se encontra a refutação mais evidente do conceito de limites do crescimento. As reservas conhecidas de diferentes matérias-primas são determinadas, em sua maioria, por interesses especulativos. Os cartéis de matérias-primas querem manter secretas as verdadeiras reservas para proteger seus investimentos. É de se supor que muitos países deverão pagar por importações de matérias-primas por muito tempo, antes que se "descubram" reservas em seus próprios territórios.

Nas próximas décadas, deverão tornar-se factíveis as pesquisas no campo da fusão nuclear controlada - a fonte de energia do Sol e da bomba de hidrogênio. Com a fusão nuclear, será possível extrair do deutério contido em um litro de água do mar a mesma quantidade de energia existente em 300 litros de gasolina. Com a comercialização da primeira geração de reatores de fusão, provavelmente ainda na primeira metade do século 21, teremos à disposição uma fonte de energia virtualmente ilimitada, em princípio muito superior a todas as formas atualmente existentes, no tocante à intensidade, economia e segurança.

O desenvolvimento da fusão nuclear e de outras novas tecnologias é necessário porque elas são mais econômicas. Se compararmos as quantidades de combustível requeridas para produzir uma certa quantidade de energia elétrica por meio da combustão de carvão, fissão nuclear e fusão nuclear, constataremos que, para produzir 1.000 megawatts, uma usina termelétrica a carvão necessita de 6.000 toneladas de combustível por dia, o equivalente a toda a carga de um trem. Uma central nucleoelétrica moderna necessita de 80 quilos de combustível, ou seja, 75.000 vezes menos. Para a mesma produção energética, as futuras centrais de fusão nuclear empregarão apenas 1,6 quilos de combustível - 50 vezes menor que um reator de fissão e 3,75 milhões de vezes menos que a termelétrica a carvão. Este nível muito mais baixo de consumo de combustível reflete o fato de que a energia nuclear se baseia em processos de intensidade e densidade energética muito mais elevadas que a energia tradicional de combustíveis fósseis.

5. O mundo está superpovoado, especialmente os países subdesenvolvidos.

A densidade demográfica média da antiga Alemanha Ocidental era de 248 habitantes por quilômetro quadrado. Este número é 18 vezes superior à densidade demográfica da África. O continente africano está catastroficamente subpovoado e sua baixa densidade demográfica constitui um impedimento ao desenvolvimento econômico.

Se estamos falando de um problema de superpopulação, isso apenas pode significar que, em muitas regiões da Terra, a produção atual de alimentos e outros bens não é suficiente para garantir um nível de vida razoável para a população destes lugares. Seria mais verídico falar de subdesenvolvimento do que de superpopulação. Por trás dos falaciosos relatos sobre superpopulação, escondem-se maldisfarçadas decisões políticas de negar aos países subdesenvolvidos o direito à tecnologia moderna, deixando que eles "se extingam".

6. A TECNOLOGIA AGRÍCOLA MODENA PRODUZIU A SUPERPOPULAÇÃO E PERIGOSAS ALTERAÇÕES DO MEIO AMBIENTE

É interessante observar que esta afirmação provêm da mesma gente que grita: "O mundo está superpovoado; simplesmente, não podemos dar de comer a toda essa gente."

Atualmente, a produção de alimentos se encontra num nível bastante baixo. A maioria dos países industrializados ainda podem abastecer-se com a sua produção atual, mas não muito mais do que isto. Em parte, os que condenam a tecnologia agrícola moderna são culpados pela fome que aflige centenas de milhões de seres humanos no Terceiro Mundo, porque somente com esta tecnologia poder-se-á dar uma existência digna para todos os habitantes do planeta.

A agricultura constitui um dos grandes suportes do sistema ecológico global da Terra. A agricultura moderna promoveu um aumento da intensidade de crescimento das plantas por um fator entre cinco e dez, aumentou o fluxo total de energia e matéria na biosfera e contribui para a produção de oxigênio, a eliminação de dióxido de carbono da atmosfera e a estabilização do sistema climático.

A agricultura moderna é aliada da natureza, porque tem que trabalhar com ela. Nenhum agricultor tem interesse em contaminar a sua terra e a água com venenos. Se houve casos isolados em que a terra foi esgotada por meio de um cultivo demasiadamente intenso, isto ocorreu apenas porque os preços baixos pagos aos produtores fizeram com que muitos deles extraíssem à força do solo mais do que eles próprios consideravam racional. A culpa destas práticas deve ser imputada aos governos e cartéis, nunca sobre a tecnologia e os agricultores.

É incrível que os assim chamados ambientalistas estejam, freqüentemente, advertindo sobre os riscos de um aumento da acumulação de dióxido de carbono na atmosfera, mas não se oponham ao fato de a Comunidade Européia decidir reduzir a produção agrícola da Europa em mais de 20%. A redução das áreas de cultivo reduz a atividade fotossintética.

Para a Europa, isto significa que 1,3 bilhão de toneladas de dióxido de carbono a menos serão eliminadas da atmosfera, enquanto 800 milhões de toneladas de oxigênio deixarão de ser produzidas pela biomassa vegetal do continente. Os chamados ambientalistas nada dizem sobre estas violentas incursões contra o meio ambiente.

7. Estamos rodeados de venenos da indústria; aumenta a incidência de cânceres etc.

O homem primitivo já estava rodeado de venenos que ocorriam naturalmente. As bactérias e os fungos ainda produzem alguns dos venenos mais poderosos conhecidos. Os venenos "naturais" ainda acarretam muitíssimo mais doenças e mortes do que toda a indústria.

Se analisássemos uma maçã com as mesmas normas rigorosas aplicadas a muitos produtos químicos e remédios, provavelmente, chegaríamos à conclusão de que ela é perigosa para o consumo humano - provavelmente, a produção de maçãs seria proibida. O problema é que sabemos pouco sobre as causas do câncer. Muitas substâncias têm sido qualificadas como carcinogênicas devido ao fato de que certas quantidades delas, aplicadas experimentalmente, parecem produzir aumentos mensuráveis na freqüência estatística de tumores. Isto ocorre normalmente com concentrações que são centenas ou milhares de vezes maiores que as que, normalmente, afetam os seres humanos. Entretanto, sem qualquer fundamento científico, afirma-se repetidamente que mesmo estas diminutas quantidades podem aumentar a freqüência de câncer nos seres humanos. Este processo, do ponto de vista científico, é extremamente duvidoso, já que, com tal justificativa, praticamente qualquer substância pode ser qualificada como carcinogênica.

Igualmente, é falso que tenha aumentado a incidência de câncer. O que ocorre é que, hoje em dia, a expectativa de vida da população é maior e o risco de câncer aumenta com a idade.

8. A radiatividade representa uma ameaça

Deve-se observar que a radiatividade não foi inventada pelo homem, mas ocorre naturalmente na natureza. Até mesmo a divisão de núcleos de urânio constitui um processo natural, que ocorre constantemente no interior da Terra e, mesmo, em sua superfície. Por outro lado, somos constantemente bombardeados por radiações naturais, sob a forma de raios cósmicos provenientes do Sol e do espaço ou por radiações da própria Terra e das substâncias radiativas que nos rodeiam por todos os lados. Há boas razões, inclusive,

para se acreditar que a radioatividade adicional é, efetivamente, saudável. Os cientistas já descobriram que as plantas e outros seres vivos não apenas resistem a um certo nível de radiações, como, também, que um ligeiro aumento dos níveis naturais conduzem a um melhor crescimento, uma maior esperança de vida e uma maior resistência dos organismos experimentais. Este fenômeno é conhecido como hormese.

9. Depois da guerra nuclear, o maior perigo para a Humanidade é a energia nuclear.

A despeito da campanha propagandística contra a energia nuclear, a maioria dos cidadãos normais ainda entende que um reator nuclear não é o mesmo que uma bomba nuclear. Em quase quatro décadas de utilização da tecnologia nuclear, foram pouquíssimas as fatalidades que se podem atribuir, inequivocamente, ao emprego civil da energia nuclear.

O reator da central ucraniana de Chernobyl era de um tipo construído para finalidades militares e, além de eletricidade, produzia plutônio para as armas nucleares soviéticas. Por suas deficiências de segurança, desde há muito este tipo de reator não é mais utilizado no Ocidente, nem mesmo na área militar - e também acaba de ser desativado na própria Chernobyl.

Ainda se culpássemos, erroneamente, o uso civil da energia nuclear, teríamos que compará-la com outros riscos. Por exemplo, diariamente, mais de 500 pessoas são infectadas em todo o mundo com o mortífero vírus HIV e a maioria destas pessoas, a menos que se descubra prontamente uma "droga milagrosa", morrerá de AIDS em 10 a 15 anos. Desta maneira, em menos de três dias, apenas na Alemanha, mais pessoas são condenadas à morte do que o número de vítimas da energia nuclear em todo o mundo nas últimas quatro décadas.

10. A maior poluição do meio ambiente se dá nos países industriais ricos, com as suas fábricas e automóveis.

Isso é totalmente falso. Por larga margem, a pior poluição do meio ambiente, que em alguns casos é realmente perigosa, ocorre em países subdesenvolvidos, onde a população está relegada à utilização de formas de produção e técnicas obsoletas e ineficientes. Os bosques da Índia, por exemplo, estão desaparecendo porque se queima lenha por falta de gás e eletricidade para o consumo doméstico e industrial. Nas grandes cidades da Índia e Bangladesh, ao entardecer, observam-se densas nuvens de fumo oriundas de milhões de fogões a lenha. E todos conhecem os velhos e desconjuntados

ônibus e automóveis da Cidade do México, que mal queimam a gasolina e produzem gigantescas quantidades de fumaça que freqüentemente cobrem a maior parte da cidade.

Se alguém quiser conhecer, verdadeiramente, o que é poluição, que visite as favelas das grandes cidades do Brasil, onde não há redes de esgoto, serviço de coleta de lixo ou fontes de água potável. Nestes lugares, percebe-se, claramente, que a histeria sobre a "proteção do meio ambiente" constitui um luxo dos que já têm preenchidas as suas necessidades básicas. Todavia, essa enorme queima de lenha e destruição de bosques e de cobertura vegetal em muitos países pobres constitui uma grave ameaça à ecologia global do planeta.

Quem quiser fazer algo sério para proteger o meio ambiente deve aplicar todas as suas capacidades ao imediato desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo. Aí se necessita de tecnologia moderna para a produção e distribuição de energia, no setor de transportes, na indústria e na agricultura. Enquanto isto não for feito, tudo o que se diga sobre proteção do meio ambiente não passará de uma farsa cruel.

11. O NÍVEL DE VIDA DOS PAÍSES RICOS É DEMASIADO ALTO; TODOS DEVEMOS REORIENTAR-NOS PARA OS "VALORES NÃO-MATERIAIS".

Mesmo nos países supostamente ricos da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, a prosperidade beneficia apenas uma parte da população. Em regiões do Sul da Itália, em grandes partes da Espanha e outros lugares ainda existe pobreza, embora não haja fome como na África. Igualmente, existe fome nos bairros negros de Washington, D.C.

Examinemos mais de perto essa suposta prosperidade da classe média na Europa e nos EUA. De que qualidade são as suas casas, os seus móveis e as suas roupas? Realmente, alimentam-se bem? Quão rica é a sua vida cultural? Analisando-se sob esta ótica, prontamente, veremos que a aparente riqueza da classe média nestes países é, em sua maior parte, uma fachada barata. Ainda que a produção de bens de consumo tenha aumentado maciçamente nos últimos 30 anos, a sua qualidade decaiu enormemente.

As famílias grandes já não podem encontrar moradia facilmente acessível. E o chamado Terceiro Mundo em nada se beneficiará se rebaixarmos os níveis de vida no setor avançado. Os países do Terceiro Mundo não necessitam de bens de consumo baratos dos países avançados, mas de bens de capital, tecnologia e conhecimentos, itens que apenas podem ser produzidos nos países industriais graças aos níveis de vida e educação relativamente altos da classe trabalhadora.

PODERÁ O AMBIENTALISMO PROVOCAR UMA CATÁSTROFE GLOBAL ?

Não resta a menor dúvida de que a maioria das pessoas que se comprometem com o movimento ambien lista o fazem por uma convicção honesta. Entretanto, uma coisa são as boas intenções e outra, as suas conseqüências reais. O movimento ambientalista, como fenômeno político internacional, foi criado no início dos anos 70 por instituições como o Clube de Roma, o WWF, as fundações Ford e Rockefe er, o Instituto Tavistock e outras entidades do gênero. As intenções de tais instituições podem ser claramente percebidas em seus próprios documentos, principalmente, evitar a industrialização do Terceiro Mundo, forçar o abandono da sociedade industrial e fortalecer em troca uma sociedade de "serviços" ou de ócio.

Hoje, três décadas depois, temos que admitir que grande parte dessas metas foram atingidas. E as suas conseqüências? No Terceiro Mundo e, particularmente, na África, os níveis de vida estão em queda livre. Por falta de desenvolvimento agrícola, industrial e da infra-estrutura, milhões de pessoas têm morrido de fome e de doenças de todo o tipo.

Com a sabotagem da energia nuclear, produziu-se uma pouco discutida, mas verdadeira crise energética global: os países que não possuem depósitos de carvão ou de petróleo, nem divisas fortes, praticamente foram forçados a derrubar as suas florestas. Nos países ricos, o desmantelamento da sociedade industrial promoveu uma onda de especulação financeira sem precedentes na História, a qual, agora, ameaça degringolar numa derrocada financeira generalizada e numa depressão econômica global. Tudo isso terá duas conseqüências ambientais:

Primeiro, um holocausto biológico acarretado pela queda dos níveis de vida no Terceiro Mundo. Isto significa que uma população debilitada pela fome e pela pobreza funciona como um criadouro para a rápida expansão de doenças epidêmicas, inclusive a AIDS. Tais doenças não afetam somente os seres humanos, mas, também, os animais de criação e as plantas cultivadas.

Segundo, uma drástica redução das atividades agrícolas acarretada pela crise econômica. Os endividadíssimos agricultores já não podem manter os seus empregados e as suas propriedades. Ao mesmo tempo em que se têm abandonado extensas áreas de cultivo, as terras cultivadas têm sido exploradas à exaustão. Devido à aceleração dos ciclos biogeoquímicos proporcionada pelas atividades agrícolas, comparada com as regiões não cultivadas, este fenômeno afeta globalmente os sistemas climáticos. Isto pode conduz a desestabilizações climáticas, o que se expressa em secas, inundações catastróficas etc.

Ao longo da História, não constitui raridade o fato de que as derrocadas econômicas também podem causar desastres ambientais. No início da década de 30, por exemplo, a brutal redução dos preços pagos aos produtores acarretou bancarrotas generalizadas na agricultura estadunidense e o resultado foi o fenômeno erosivo conhecido como *dustbowl*, no qual a desaparição da cobertura vegetal na região centra dos EUA ocasionou vastas tempestades de poeira, que sepultavam os poucos cultivos que restavam.

Nunca é demais repetir: não existe crise ambiental. Com base numa argumentação fundamentalmente anticientífica, a "proteção" do meio ambiente tem sido manipulada como pretexto para obstaculizar as perspectivas e os planos de desenvolvimento em todo o mundo. Portanto, para a inadiável retomada do crescimento e do progresso em escala global, é imprescindível que o ambientalismo radical seja definitivamente sepultado.

Apêndice 1

A história do controle populacional: de Theodore Roosevelt a George Bush

O presente texto, de autoria de Elke Fimmen, foi originalmente publicado no relatório especial The genocidal roots of Bush's 'New World Order' *(Executive Intelligence Review, Washington D.C., May 1992).*

"A fim de que as regiões orientais não atinjam um aumento populacional insuportável para nós, é urgentemente necessário omitir todos os métodos que usamos no Oriente para aumentar o número de nascimentos. Devemos pôr em ação, nas referidas regiões, uma política populacional conscientemente negativa. Pela propaganda, especialmente pela imprensa, rádio, cinema, plásticos, brochuras, conferências etc., repetida vezes sem conta, o pensamento do povo será persuadido de que é mau ter muitos filhos. Devem ser uma vez mais apontadas as despesas que os filhos requerem, maiores do que as necessárias ao adulto. Os grandes perigos à saúde que podem ocorrer à mulher na gravidez devem ser assinalados etc. Depois da propaganda, uma campanha em grande escala deve ser feita sobre os meios de prevenção. Nem o auxílio, nem a disseminação destes meios, nem o aborto, devem ser punidos. Deve ser promovido o estabelecimento de clínicas de aborto por toda parte... Quanto mais apropriado se tornar o aborto, mais o povo será levado a confiar nele. Também o médico deve obviamente ser competente para tomar essas medidas, sem que isto seja considerado ofensa à honra da profissão médica. A esterilização voluntária também deve ser promovida."

Essa citação de abertura não vem do relatório sobre a população mundial do Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais. Essa instrução sobre a política populacional nas regiões orientais ocupadas pelo nacional socialismo vem de Martin Bormann, secretário de Adolf Hitler, em 1941-42.

Após 1945, numerosos chefes nazistas foram enforcados em Nuremberg, por sua política racista e genocida. Na Convenção para Prevenção e Punição do Genocídio, de 1948, este crime foi assim definido no art. II:

"Uma das medidas principais, que tem a intenção específica de destruir, no todo ou em parte substancial, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso como tal... 4) sujeitar o grupo a condições de vida direcionadas a causar a destruição física do grupo no todo ou em parte; 5) impor medidas direcionadas a impedir nascimentos dentro do grupo..."

O fato é que as atuais políticas de controle da natalidade não só ecoam as práticas do regime nazista, como têm raízes ainda mais profundas. Grande parte delas já estava especificada nas políticas do *Establishment* anglo-americano do começo do século 20; Hitler apenas as implantou na Europa.

De Theodore Roosevelt a George Bush

A grande onda de imigração para os EUA no início do século e a rápida industrialização, que criou trabalho para milhões de pessoas, representaram um horror permanente para a elite anglófila local: a quantidade de italianos, poloneses e judeus crescia constantemente e ameaçava, em seu ponto de vista, a pureza da raça da "aristocracia" WASP (abreviatura de branco, americano, saxão e protestante). Após o assassinato do presidente William McKinley, a ascensão de Theodore Roosevelt à Presidência, no período de 1901 a 1909, colocou no poder um declarado representante dessa corrente. Em seu livro *Responsibilities of an American Citizen* (Responsabilidades de um cidadão americano), Teddy Roosevelt, como era mais conhecido, exigia que a elite estadunidense criasse uma "raça forte e poderosa". Em seu livro de 1914, *Race Decadence* (Decadência da raça), ele apresentou o seguinte ponto de vista: "Gostaria muito que os povos errados pudessem ser impedidos inteiramente de se reproduzirem; e quando a natureza ruim dessa gente estiver suficientemente flagrante, isto deve ser feito. Os criminosos devem ser esterilizados e pessoas de mente fraca proibidas de deixar descendência..."

Durante a sua estada na Casa Branca, George Bush (1989-1993) tinha um retrato de seu ídolo Teddy Roosevelt no seu gabinete. Não é mera coincidência que Bush, em 1969, como presidente do grupo de trabalho republicano sobre Recursos Naturais e População, convocasse para depor notórios racistas como William Shockley e Arthur Jensen, que proclamavam que os negros eram geneticamente inferiores, e se declarasse favorável a programas de esterilização, para que o sistema de bem-estar social encorajasse a "descendência negativa". A família Bush pertence aos círculos do *Establishment* anglo-americano que se devotam, desde o começo do século, ao movimento eugênico racista.

Vários personagens importantes desse drama devem ser aqui apresentados: o escritório de advocacia Sullivan & Cromwell, que representa, entre outros, o banco Morgan, a família Rockefeller, o pai de Bush, Prescott Bush, o empresário ferroviário E.H. Harriman e seus negócios com os nazistas, teve um papel central nas aventuras coloniais de Teddy Roosevelt. Mais tarde, o escritório produziu os contratos dos negócios anglo-americanos com a Alemanha Nazista. John Foster Dulles entrou para ele em 1926.

Quando, em 1919, W. Averell Harriman fundou o banco de investimentos W.A. Harriman & Co., Herbert G. Walker, avô materno de Bush, foi nomeado presidente do mesmo. Em 1926, Prescott Bush ascendeu à sua vice-presidência. A partir de 1931, ele passou também a administrar as finanças pessoais dos Harrimans e a atuar como gerente da empresa. O banco passou a se chamar Brown Brothers Harriman.

Em 1932, na Alemanha, a Union Banking Corporation de Fritz Thyssen, que, de 1924 até os anos 40, foi dirigida pelo banco de Harriman-Bush, concedeu um generoso crédito equivalente a mais de 100.000 dólares para a campanha eleitoral do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores, inclusive a campanha de Hitler para a presidência da Alemanha. De acordo com o grupo de Harriman, John Foster Dulles organizou um grupo de cartéis - por exemplo, as parcerias International Nickel Company (canadense)- I.G. Farben e Standard Oil (Rockefeller)-I.G. Farben - que constituíram monopólios mundiais até 1942. Dulles, do escritório Sullivan & Cromwell, cuidava dos assuntos legais dos cartéis.

A HISTÓRIA DO MOVIMENTO EUGÊNICO

Em 1910, Mary Harriman, mãe de W. Averell, fundou o Escritório de Registros Eugênicos (Eugenics Record Office), em Cold Spring Harbor, Nova York, instituição que se tornou o berço da Sociedade Eugênica Americana e da Associação de Pesquisa Eugênica. Esta se tornaria depois o centro da coordenação internacional da eugenia e da "higiene racial". Ali foram aperfeiçoadas muitas teorias e conceitos que, mais tarde, seriam postas em prática pelos teóricos nazistas.

Em 1912, o diretor do Escritório, Charles Davenport, atuou como vice-presidente do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, em Londres. O congresso foi organizado pela Sociedade Eugênica Britânica, fundada em Londres, em 1908, como Sociedade de Educação Eugênica. Sir John Galton, cunhado de Charles Darwin, ascendera em 1904 ao posto de primeiro professor de eugenia. O filho de Darwin presidiu a assembléia,

Os ensinamentos evolucionistas de Darwin, sobre a "seleção natural" dos mais capacitados e o conseqüente direito do mais forte constituem até hoje a base "científica" do lobby malthusiano.

As segunda e terceira conferências sobre eugenia foram organizadas em 1921 e 1932, pela família Harriman, com a participação especial de Averell. Ambas ocorreram no Museu Americano de História Natural, em Nova York, posto à disposição delas pelo fundador e presidente do museu até 1933, Henry Fairfield Osborn.

Henry Fairfield Osborn tinha um tio famoso: John Pierpoint Morgan. Ele foi também presidente da Sociedade Eugênica Americana e, pelos seus serviços ao movimento eugênico, Hitler o condecorou com a Medalha Goethe. Seu sobrinho Frederick ajudou a fundar a Associação de Pesquisa Eugênica, em Cold Spring Harbor. Os dois Osborns ajudaram a fundar a família Rockefeller a fundar o Conselho de População, em 1952 - instituição da qual Frederick seria curador e, depois, presidente.

Entre os patrocinadores da conferência de 1932, encontramos a nata da nata do *Establishment*: a Sra. Harriman, Charles Darwin Jr., Major Leonard, Sra. du Pont, coronel William Draper (depois fundador do Fundo Draper/Comitê de Crise Populacional), Dr. Harvey Kellogg (cereais Kellogg), Sra. John Pratt e Sra. Walter Jennings, ambas da Standard Oil (fundada em 1872 por John D. Rockefeller), e o casal Dodge (financiadores do presidente Woodrow Wilson).

Henry Osborn pronunciou o discurso de abertura perante os notáveis, no qual defendeu a eugenia, afirmando a necessidade de que o homem conserve os recursos naturais escassos (observe-se já aí a vinculação entre a eugenia e a "conservação" da natureza). A partir daí, ele foi ao cerne da questão: "Cheguei à conclusão de que o excesso populacional e o subemprego devem ser vistos como irmãos gêmeos. Deste ponto de vista, até opino que os EUA (cuja população da época era de 112 milhões) está superpovoado atualmente... Na natureza, os indivíduos menos capazes desaparecerão gradualmente, mas na civilização nós os estamos conservando na comunidade, esperando que eles achem emprego em dias melhores. Este é só outro exemplo da civilização humana indo diretamente contra a ordem da natureza e encorajando a sobrevivência dos menos capazes".

Seguindo essa linha, em 1948, Osborn foi um dos pioneiros da literatura "eco-alarmista", com a publicação do livro *The Plundered Planet* (O planeta espoliado).

Da Alemanha, veio o convidado com honras especiais, o Dr. Ernst Rudin, eleito por unanimidade presidente da União Internacional das Organizações Eugênicas. Em 1905, Rudin fundara a Sociedade Alemã para

a Higiene Racial. Logo após a conferência de 1932, surgiram as leis raciais do regime nazista, elaboradas por Rudin, com o comentário oficial: "Para proteção do sangue alemão e da honra alemã."

Em julho de 1933, Rudin também preparou a "Lei para a prevenção de futuras gerações débeis". Sua inspiração foi o "Modelo de lei para a esterilização eugênica", escrito em 1921 pelo Escritório de Registros Eugênicos, sob a liderança de Harry Laughlin. Por seu trabalho nesta área, Laughlin recebeu um doutorado na Universidade de Heidelberg, em 1936. Juntamente com ele, a universidade homenageou um médico chamado Foster Kennedy, que publicara obras sobre a eliminação de "crianças retardadas".

Tais sugestões eram levadas a sério: Rudin treinou a equipe médica do programa hitlerista de eutanásia, o chamado "Programa T4".

Na Conferência Mundial sobre População, realizada em Berlim, em 1935, os convidados estadunidenses mostraram que não haviam perdido o entusiasmo. O Dr. Clarence Campbell, da Associação de Pesquisa Eugênica (financiada pelos Harriman), era só elogios: "O líder da nação alemã, Adolf Hitler, habilmente apoiou o Dr. Frick e orientou antropólogos e filósofos sociais alemães, sendo capaz de construir uma política abrangente de desenvolvimento e melhoria populacional, que promete se tornar 'marcante' na história racial. Ela monta um conjunto que outras nações e grupos raciais devem seguir, se não quiserem degenerar em qualidade racial, em conquistas raciais e em seus objetivos de sobrevivência."

Ao mesmo tempo, pesquisas eugênicas feitas na Alemanha, antes e durante o regime nacional-socialista, recebiam muito dinheiro dos EUA. Já em 1911, a Fundação Rockefeller financiou a fundação da Sociedade Kaiser Guilherme (após a guerra, rebatizada como Sociedade Max Planck). Rudin foi diretor do Instituto Kaiser Guilherme para Genealogia e Demografia da Instituição de Pesquisa Alemã em Psiquiatria, de Munique. Um dos conselheiros de Hitler em questões raciais, o prof. Eugen Fischer, foi diretor da Sociedade Kaiser Guilherme, no Instituto de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia. O Dr. Alexis Carrel, colaborador do Instituto Rockefeller e ganhador do prêmio Nobel de 1912 por sua obra sobre transplantes de órgãos e de vasos sangüíneos, foi um dos cientistas que desde cedo apoiaram os cientistas racistas e nazistas, oferecendo conselho e aprovação. Em seu livro *O Homem, esse desconhecido*, publicado em 1935 e traduzido depois para nove idiomas, Carrel propunha, no capítulo final (intitulado "Para construir os Novos Homens") a morte na câmara de gás dos doentes mentais e criminosos, em pequenas instituições de eutanásia.

ANTES DE HITLER, HARRIMAN: CONTROLE DA NATALIDADE NAS DÉCADAS DE 20 E 30

"Os últimos 20 anos presenciaram grandes progressos, um nos EUA e outro na Alemanha. O primeiro foi a adoção das Leis de Cotas de Imigração de 1921-24... Com sua aprovação, um poder de primeira classe tornou lei o conceito do desejo pela homogeneidade racial... Essas leis se tornaram uma experiência eugênica gigantesca no controle da natalidade. O segundo foram as leis eugênicas da Alemanha Nazista." Assim dizia a edição de julho-agosto de 1936 da revista mensal do Escritório de Registros Eugênicos da família Harriman.

Na realidade, o movimento Harriman-Rockefeller implantou total e decisivamente a política racista da América nos anos 20 e 30. As duras leis de cotas de imigração de 1921-24, que até hoje pouco mudaram em substância, surgiram como resultado dos esforços do lobby eugênico estadunidense, reunido em torno dos Harrimans e de seu Escritório. As leis foram apresentadas e promovidas na segunda conferência de 1921, em Nova York, organizada por Averell Harriman. Pelos seus termos, apenas as "raças nórdicas" podiam de fato emigrar para os EUA: ingleses, escandinavos e alemães.

Em 1914, o Escritório formou uma comissão para "estudar os melhores caminhos práticos e aconselhar os métodos para acabar com os genes defeituosos no povo estadunidense". O estudo concluiu que cerca de 15 milhões de estadunidenses deveriam ser esterilizados. Assumiu-se como comprovado que a preguiça era uma desigualdade social e genética inerente, baseada em predisposições naturais e, portanto, era necessário esterilizar os pobres, criminosos, doentes mentais, tuberculosos, cegos, surdos e epiléticos.

O relatório afirmava: "É considerado por algumas escolas de pesquisadores sociais que melhores escolas, igrejas, alimento e vestuário, melhor convivência e vida social remediarão quase toda inadequação social dos indivíduos. Os estudos do comitê apontam fortemente na direção oposta. Eles provam conclusivamente que muita inadequação social é de uma natureza biológica profundamente enraizada, e só pode ser remediada pela supressão das raças humanas que a produzem."[1]

---

1 Antony Sutton, *Treason in America: from Aaron Burr to Averell Harriman*. New Benjamin Franklin House, New York, 2nd edition, 1985.

O Escritório tinha à sua disposição um impressionante elenco de "relações públicas": na primeiras páginas da imprensa estadunidense apareceram manchetes com as conclusões da comissão - "A Sra. Harriman patrocina passo gigantesco na eugenia, os defeituosos devem ser exterminados às centenas de milhares durante anos, para tornar a raça perfeita. Ajuda de Rockefeller e Carnegie esperada na campanha mundial."

Como resultado desses esforços, em meados dos anos 30, já havia leis de esterilização em quase todos os estados dos EUA. Projetos do gênero foram implementados em grande estilo na Califórnia pela Fundação para a Melhoria Humana, organização depois chamada Associação para a Esterilização Voluntária. Os nazistas estudaram tais "experiências" intensamente, antes de darem início aos seus próprios "grandes projetos".

A Associação sobreviveu à II Guerra Mundial. Entre 1946 e 1947, uma de suas filiais, na Carolina do Norte, executou, sob a direção da família Gray, programas de esterilização com escolares a partir dos oito anos, que mostrassem ter baixos quocientes de inteligência (QI). A Associação admitia publicamente como operava o programa: "O primeiro passo, após aplicar testes mentais em escolares, era interpretá-los e publicar os resultados. No condado de Orange, esses testes indicavam que 3% dos escolares eram insanos ou de mente fraca... (Então,) o comitê de campo chamou um pesquisador social para rever cada caso... e apresentar quaisquer casos nos quais era indicada a esterilização ao Conselho Eugênico Estadual, que, pela lei da Carolina do Norte, tinha autoridade para ordená-la. Foi relatado, num encontro do Conselho de Direitos de Nascimento, que várias esterilizações haviam sido 'realizadas' como resultado do projeto."

Em 1988, a agência governamental estadunidense USAID, fechou com a Associação (renomeada Associação para Contracepção Cirúrgica Voluntária) um contrato de cinco anos no valor de 80 milhões de dólares, para programas de esterilização no exterior. Segundo seus relatórios, a organização acompanha programas do gênero em 58 países da Ásia, América Latina e África e afirma ter esterilizado 2 milhões de pessoas. Suas operações no exterior são financiadas em 87% pelo Governo estadunidense. Seu "sucesso" é tremendo: de acordo com o relatório sobre população mundial da ONU, de 1991, por volta do ano 2000, 80% de todas as mulheres em idade fértil, no Panamá e Porto Rico, estarão esterilizadas. No Brasil, em anos recentes, 44% das mulheres férteis foram esterilizadas, de acordo com um relatório do ex-ministro da Saúde Alceni Guerra. Mas, também no industrializado Canadá, em 1984, 54% de todas as mulheres abaixo dos 50 anos e que usavam contraceptivos estavam esterilizadas.

Rockefeller e a "Nova Ordem Mundial"

O terreno do prédio da ONU em Nova York foi presente de John Rockefeller III. Como mostra o exemplo da Associação para a Esterilização Voluntária, o lobby populacional continuou seu trabalho após a II Guerra Mundial, sem perder o ritmo. Havia então muito a fazer. Acima de tudo, encaravam a pergunta: Como, após o fim do colonialismo, poderiam assegurar que as novas nações emergentes, da África, Ásia e América Latina, não obtivessem seu lugar de direito no mundo futuro? A questão foi respondida inequivocamente pelo *Memorando-Estudo de Segurança Nacional 200* (*NSSM-200*), emitido pelo Conselho de Segurança Nacional dos EUA, em 1974.

John D. Rockefeller III era o homem qualificado a dirigir a organização mundial para solucionar a questão da natalidade. Em 1934, ele já admitira, em carta ao pai, o seu interesse especial na "política da natalidade". Em 1948, viajou com uma equipe da Fundação Rockefeller à Tailândia, Índia, Coréia, Filipinas e Japão, a fim de estudar o crescimento populacional. O Japão, após Hiroshima e Nagasaki, era uma área experimental para "questões populacionais": naquele ano, sob controle militar estadunidense, o aborto foi legalizado e, como resultado, a taxa de natalidade japonesa caiu maciçamente. No final dos anos 40, Rockefeller viajou várias vezes à Ásia com John Foster Dulles, tendo participado como conselheiro especial à conferência de paz estadunidense-japonesa de Los Angeles, em 1951.

Em 1952, Rockefeller e Dulles fundaram o Conselho de População (Population Council). Dulles foi presidente da Fundação Rockefeller em 1950-51, antes de nomeado secretário de Estado pelo presidente Dwight Eisenhower (1951-59). Seu irmão Allen foi diretor da CIA até o Governo Kennedy (no qual seria demitido após o imbróglio da baía dos Porcos, em Cuba). Na conferência preparatória em Williamsburg, sob os auspícios da Academia Nacional de Ciências, apareceram os antigos agentes do movimento eugênico, Henry Osborn e seu sobrinho Frederick Osborn, então secretário da Sociedade Eugênica dos EUA. O jovem Osborn foi curador do Conselho de População (1952-68) e seu presidente (1957-59). O conselheiro científico era Frank Notestein, diretor do Escritório de Pesquisa de População da Universidade Princeton e, de 1958 a 68, diretor do Conselho.

A ONU também enviou um representante à cerimônia de fundação do Conselho de Rockefeller. Hoje, a organização tem numerosos departamentos envolvidos no controle da natalidade, especialmente o Fundo para Atividades Populacionais (UNFPA).

Desde a sua fundação, o Conselho de População tem estado no centro do controle do movimento mundial de controle da natalidade, tendo influenciado decisivamente as políticas oficiais dos EUA em relação às questões populacionais - desenvolvimento demográfico, pesquisa de fertilidade, programas práticos de controle da natalidade etc. Um relance à carta de fundação do Conselho, que não foi publicada, revela a extensão de suas ações:

"- Pesquisa básica dos processos vivos da proliferação humana;

- Pesquisa aplicada à eficácia das medidas de prevenção-concepção, considerando costumes, atitudes e circunstâncias da vida das pessoas em regiões com a maior pressão de risco populacional;

- Desenvolvimento de centros de estudo e pesquisa em questões populacionais em regiões com a maior pressão populacional;

- Atenção ao significado do trabalho coordenado em demografia, saúde pública, ciência social e outras áreas importantes para a política populacional;

- Treinamento de pessoal de alto nível... incluindo a garantia de estipêndios para estudos externos...;

- Investigação dos aspectos qualitativo e quantitativo da população dos EUA, em relação a possíveis recursos materiais e culturais."

Juntamente com a fundação do Conselho, os Rockefellers asseguraram para si mesmos uma influência fundamental sobre o estabelecimento da ONU, com a doação do terreno no qual foi construída a sede da entidade. Rapidamente, aumentou também o tamanho da comissão do Conselho Econômico e Social da ONU, que trabalhava intimamente com o Conselho. Igualmente, as outras organizações da ONU, como a UNESCO, estavam apinhadas de racistas: o primeiro diretor desta foi sir Julian Huxley, que, em 1962, defendeu publicamente o estabelecimento de um programa eugênico. Na mesma época, diretores da FAO sugeriam que fosse considerada a possibilidade de se misturarem substâncias esterilizadoras aos alimentos e à água dos países em desenvolvimento.

A primeira conferência da ONU sobre população mundial foi realizada em 1954. Em 1959, o Conselho de População organizou outra, em West Point, EUA, com cientistas internacionais importantes, para discutir o controle da fertilidade. Na conferência, o Dr. Pincus, criador da pílula anticoncepcional, apresentou os primeiros resultados das experiências com mulheres portorriquenhas. Na segunda conferência, em Belgrado, em 1965, quando surpreendentemente o tema do controle da natalidade não fora agendado, os Rockefellers e a Fundação Ford rapidamente organizaram um simpósio na Suíça, poucos meses antes, para preencher a lacuna. Conseqüentemente, o tema acabou emergindo na conferência, e o Conselho foi encarregado de organizar os discursos.

Em 1967, a Assembléia Geral da ONU estabeleceu uma comissão nos EUA, chamada Painel de Política Nacional, cujo chefe era John D. Rockefeller III. O seu relatório pedia à ONU que desse mais peso às questões populacionais. Além disso, ele organizou a chamada "Declaração dos Líderes Mundiais", na qual 30 chefes de Estado, incluindo o presidente dos EUA Lyndon Johnson, a primeira-ministra indiana Indira Gandhi, o líder iugoslavo marechal Tito, o general Nasser do Egito, o primeiro-ministro britânico Harold Wilson, o presidente filipino Ferdinand Marcos, o general Suharto da Indonésia e o rei Hussein da Jordânia declaravam a questão populacional como importante prioridade nacional. A declaração foi apresentada com grande pompa no Dia dos Direitos Humanos de 1967 ao secretário-geral U Thant, que depois se tornaria curador do Conselho de População.

Em conseqüência do trabalho desse lobby, em 1967, foi criado o Fundo Curador da ONU para Questões Populacionais, transformado dois anos depois em Fundo para Atividades Populacionais. Hoje, ele coordena a política populacional de todas as agências da ONU pelo mundo. A UNESCO, o UNICEF, o PNUD, a FAO e a OIT têm programas populacionais combinados com suas "medidas especiais de ajuda". Os escândalos de Bangladesh, onde as mulheres tinham que se submeter à esterilização em troca de alimentos do programa de ajuda da FAO, deu manchetes principais nos anos 80. Igualmente, os programas especiais de ajuda às mães (O Ano da Mulher da ONU) visam o controle da natalidade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é outro exemplo da minuciosidade com que se lida na área de "direcionamento da fertilidade". Já no início dos anos 70, a agência tinha um projeto especial sobre controle da natalidade, com centros de pesquisa e educação por todo o mundo. De acordo com registros da Fundação Ford, 50 milhões de abortos anuais já eram feitos em 1975. Com a ajuda dos projetos de pesquisa da OMS, o controle da natalidade foi consideravelmente intensificado:

"- Instituto Karolinska (Estocolmo): estudos sobre inserção de DIUs, novos hormônios orais e métodos químicos... estudos sobre ligação tubária, prostaglandina e o hormônio sexual HCG;

- O Instituto da União para Ginecologia e Obstetrícia em Moscou examina, entre outras coisas, o controle da natalidade por hormônio pós-coito, e o efeito dos esteróides no sistema reprodutor feminino;

- O grupo latino-americano, com o 'Programa Trinacional em Buenos Aires, Montevidéu e Santiago', estuda a importância dos bloqueios nervosos, dos contraceptivos de cobre e o efeito da testosterona (hormônio masculino) na taxa metabólica;

- O Instituto Nacional de Ciências Médicas deveria liderar os esforços clínicos por novas drogas, como estudos da imunidade biológica do embrião na fase inicial e os efeitos de drogas com cobre e esteróides."

Quem se recordar do *Admirável Mundo Novo*, a novela futurista de Aldous Huxley, de 1931, estará certo.

A Pró-Família

Segundo relatórios do UNFPA, seu parceiro mais importante do programa de controle da natalidade é a Federação Internacional de Paternidade Planejada (IPPF). A entidade foi estabelecida em 1952, em Bombaim, Índia, quase ao mesmo tempo que o Conselho de População, como uma organização internacional da qual emergiram oito organizações nacionais de planejamento familiar. Na Europa, a já conhecida família Osborn estabeleceu a sede da IPPF nas salas da Sociedade Eugênica de Londres.

A IPPF considera legítimos a esterilização, o aborto e outros métodos de "planejamento familiar". Também na China, país com as práticas mais brutais de aborto, a IPPF mantém uma organização nacional. Em 1983, ela ganhou um prêmio da ONU por sua obra na área do "controle populacional", e é hoje considerada a segunda maior ONG do mundo, logo após a Cruz Vermelha Internacional, mantendo filiais em 103 países, com orçamento anual acima de 100 milhões de dólares apenas para as atividades internacionais, dos quais mais de 40% vêm dos EUA. A seção estadunidense, a Aliança de Planejamento Familiar da América, recebeu 59 milhões de dólares do Governo dos EUA, em 1976. A filial brasileira, Sociedade de Bem-Estar Familiar (BEMFAM), esteve envolvida na esterilização de 44% das mulheres brasileiras em idade fértil, segundo relatórios da agência governamental estadunidense USAID.

Na maioria dos países, a IPPF goza de apoio governamental. Quando deputado, nos anos 60, o ex-presidente George Bush a elogiava efusivamente, instando os eleitores a chamarem e ajudarem o seu escritório mais próximo.

Em 1984, o Governo alemão deu 6 milhões de marcos à seção alemã da IPPF, que lá recebe o nome enganador de Pró-Família. Ela oferece "serviços de planejamento familiar" e educação sexual em todas as cidades alemãs, promovidos pelas comunidades, estados e o Governo Federal. O aborto faz também parte dos serviços, de acordo com seu estatuto. Ela apóia veementemente o "direito ao aborto". As gigantescas campanhas para relaxamento das leis sobre aborto (lema: "Minha barriga me pertence!"), nos EUA e na Europa, foram deslanchadas por ela.

Um patrono muito influente da IPPF foi o general William Draper, fundador do Comitê de Crise Populacional e promotor da 3ª Conferência Eugênica em Nova York, em 1932. Draper ajudou a filial alemã da Pró-Família a obter isenção de impostos nas cidades alemães. No Governo Eisenhower, em 1959, Draper chefiou o comitê presidencial que analisaria a influência da ajuda econômica nos países em desenvolvimento. Embora Eisenhower declarasse, no mesmo ano, que os EUA não se envolveriam em questões populacionais de outros países, o chamado "Relatório Draper" foi o primeiro documento oficial do pós-guerra que apresentou a questão populacional como um problema. Draper era de opinião que a espécie humana necessita de um "guarda-caça" (*park ranger*), que, de tempos em tempos, eliminaria o excesso populacional, como se faz com os animais.

Draper e seu filho eram amigos da família Bush. Quando George Bush era congressista (1966-70), ele citou muitas vezes os discursos de Draper sobre a questão populacional e o elogiou em 1969, como "a personalidade que tem liderado o mundo com suas opiniões úteis sobre como resolver o 'horrível problema do rápido crescimento populacional'".

Margaret Sanger

Em 1914, Margaret Sanger fundou a antecessora da IPPF, a Liga de Paternidade Voluntária ou Liga do Controle da Natalidade da América. A partir de 1917, passou a publicar a *Revista do Controle da Natalidade* e, nos anos 30, fundou o Escritório de Pesquisa Populacional, em cujo conselho diretor estava Frederick Osborn, fundador da Sociedade de Pesquisa Eugênica. Em 1942, por sugestão do presidente da Sociedade Eugênica Americana, Henry Pratt Fairchild, a Liga mudou o nome para Aliança de Planejamento Familiar da América.

Sanger era abertamente neomalthusiana e racista, e foi apoiada pelo *Establishment* estadunidense tão logo seus talentos organizacionais e demagógicos foram reconhecidos. Desde 1902, ela freqüentava o ambiente boêmio e anarquista do Greenwich Village, em Nova York, onde foi protegida por Emma Goldmann, a sacerdotisa do "amor livre". Em 1901, um dos numerosos amantes de Goldmann matou a tiros o presidente William McKinley.

Em 1914, Sanger escreveu seu primeiro panfleto, intitulado *Mulheres rebeldes*, no qual pontificava: "Não há influência mais degeneradora da ordem social que o casamento." Sua apologia do aborto livre resultou num processo do qual escapou fugindo para a Inglaterra, via Canadá. Na Inglaterra, tornou-se amante de Havelock Ellis, autor de mais de 50 livros sobre as

mais variadas práticas sexuais, que a introduziu no consumo da mescalina. Ellis participava dos círculos de H.G. Wells, Aldous e Julian Huxley, Bertrand Russell, John Maynard Keynes e George Bernard Shaw, e era um eugenista convicto; participava do conselho diretor da Sociedade de Educação Eugênica inglesa e tentara, em 1911, mudar as leis inglesas sobre pobreza. Sua proposta era de que os pobres deveriam ter permissão para se esterilizarem "voluntariamente", a fim de obter apoio financeiro. Ellis era também membro da Liga Mundial de Reforma Sexual, junto com Magnus Hirschfeld e August Forel, este último professor de Ernst Rudin. Entre outras coisas, a Liga propôs, numa conferência em 1921, em Berlim, da qual Sanger participou, a aplicação de "percepções" eugênicas para a melhoria da raça, por meio do controle da natalidade e esterilização de indivíduos "impróprios".

Quando voltou aos EUA, em 1916, Sanger fundou a primeira clínica de abortos, nas vizinhanças de Nova York, onde viviam os judeus e católicos pobres do Leste Europeu. Um "comitê de 100 personalidades", onde estavam a sras. Harriman e Tiffany, apoiou-a perante o tribunal ao qual teve que se justificar por suas atividades abortivas, então ilegais. Na véspera do julgamento, foi dado um jantar em sua honra, ao qual a elite novaiorquina compareceu em limusines com choferes.

Em 1921, uma tentativa de organizar a primeira conferência internacional sobre controle da natalidade foi "abortada" devido à resistência da Igreja Católica. Posteriormente, a conferência foi realizada graças a patrocinadores influentes do *Establishment*, como Henry Morgenthau (futuro secretátio de Fazenda do Governo Franklin Roosevelt), Paul Warburg (fundador e primeiro presidente do Sistema da Reserva Federal) e Herbert Salterlee, enteado de John Pierpoint Morgan, contando, inclusive, com a participação do pastor da Igreja Episcopal de São Jorge de Nova York. Desde 1925, a Liga para o Controle da Natalidade é financiada pela Fundação Rockefeller e, depois, pela Fundação Ford.

Sanger era amiga do escritor e agente de inteligência britânica H.G. Wells, que escreveu a introdução de seu livro dela *Pivot of Civilization* (Pivô da Civilização), publicado em 1922. Nele, ela rotula como inúteis os programas de bem-estar para os pobres e ataca duramente a Igreja Católica. No prefácio, Wells exige a fundação de um "governo mundial", ao qual as pessoas deveriam subordinar a sua liberdade pessoal. Só assim, afirma, poderiam ser asseguradas a paz social e mundial, a longo prazo. Liberdade, bem-estar e saúde não deveriam ser sacrificadas à onda de futuras gerações defeituosas.

Sir Julian Huxley também pertenceu ao bando de amantes de Sanger. No livro *Admirável mundo novo*, seu irmão Aldous perpetuou os sonhos dela sobre sexo livre sem conseqüências e a introdução de um

"Conselho de Supervisão Mundial" para o controle populacional. No enredo, o "governo mundial" controlava a Humanidade com a droga "soma" e uma ilimitada licenciosidade sexual, por meio da total abolição da família e da punição artística do povo.

A *Revista do Controle da Natalidade* de Sanger era uma plataforma para os teóricos racistas Ernst Rudin, Laughlin, Ellis e Stoddard. Este último, que depois entrevistou Hitler e freqüentou sessões do tribunal alemão de esterilização, escreveu em 1920 um livro chamado *Colored Human Flood Against the White* (Inundação de homens de cor contra os brancos), que recebeu uma resenha entusiasmada de Ellis na revista.

Em 1923, Sanger organizou uma conferência em Chicago sobre o tema do controle da natalidade. O objetivo estava claramente formulado no convite: "Os altos custos do (programa de) bem-estar e reabilitação são uma carga em permanente crescimento, pesando sobre todas as comunidades estadunidenses. Os membros independentes e respeitáveis da sociedade devem suportar a carga dos imperfeitos, dos criminosos e dos dependentes. Os recursos óbvios que devem ser fornecidos às crianças em posição de usar frutiferamente a sua educação, de acordo com seus talentos, são cortados a fim de manter os fracos e desajustados. As autoridades sociais confessam sua inabilidade para extirpar as raízes desse mal. Diminui-lo não é suficiente. *Devemos impedi-lo!* Por isto, apelamos aos trabalhadores sociais, doutores, servidores de saúde pública etc. para participarem."

Da agenda constavam temas como "Pobreza hereditária - Decadência Moral - Custos dos Valores Sociais e Espirituais - Custos em Dólares e Centavos das Doenças, Enfermidades, Criminalidade e Dependência." O relatório final se intitulava *Eugenia - a Super-Raça.*

O "Plano para a Paz" de Sanger, de 1932, propunha ainda leis de imigração estrangeira mais duras, esterilização e separação para os menos afortunados. No *Baby-Codex* da população estadunidense, ela colocou os custos de ajuda social aos pobres no fim, e propôs o estabelecimento de clínicas de aborto. Seu "Projeto Negro", de 1939, tinha como objetivo para reduzir a população negra do Sul dos EUA e nas cidades. Para tanto, foram treinados médicos e intelectuais negros, porque Sanger compreendeu corretamente que de outra forma as campanhas para aborto e esterilização pelos brancos pareceriam simplesmente uma campanha de extermínio. Segundo ela, "não queremos que digam que desejamos eliminar os negros. O pastor negro será o adequado, se possível, para banir tais pensamentos dos membros rebeldes de sua raça". As taxas estadunidenses de aborto e esterilização entre os negros são hoje mais que o dobro das vigentes entre a população branca.

Sanger é também reputada como a "mãe" da pílula, desenvolvida pelo Dr. Pincus sob comissão da Fundação Rockefeller e primeiramente testada em portorriquenhos. Nos anos 20, ela contrabandeou diafragmas para os EUA e depois estabeleceu uma empresa para a sua fabricação, com ajuda financeira das famílias Kellogg, McCormick e Roosevelt. Posteriormente, a IPPF se encarregaria da distribuição maciça de pílulas, DIUs, preservativos etc. foi organizada em todos os países do mundo.

Por sua vez, a IPPF tem a sua própria "tradição": seu fundador, primeiro presidente e depois presidente honorário até 1984 (quando renunciou após revelações sobre seu passado), foi o professor Hans Harmsen. Harmsen se doutorou em 1939, com um texto sobre "Possibilidades e Limites da Eugenia Aplicada". Anteriormente, em 1935, ele estreara em grande estilo no Congresso Demográfico Internacional de Berlim, no qual os estadunidenses da claque de Harriman aplaudiram Hitler delirantemente. Harmsen coordenou a assessoria de imprensa da conferência e depois produziu o relatório oficial, para o qual escreveu uma contribuição especial sobre as "leis biológicas do desenvolvimento do povo".

Harmsen teve uma longa trajetória no movimento de controle demográfico. Desde 1946, ele foi professor de Higiene Geral e Social na Universidade de Hamburgo e, depois, assessor de questões familiares do Ministro da Família do Governo Federal da Alemanha Ocidental. A história da Pró-Família o elogia como o iniciador e assessor mais importante de seu movimento.

Redução demográfica como política nacional dos EUA

Sem dúvida, John D. Rockefeller III moldou decisivamente a política governamental estadunidense na questão demográfica. Após o assassinato de John Kennedy, em 1963, começou a descida dos EUA para a recessão, a "sociedade pós-industrial" e a Guerra do Vietnã. Com os presidentes Johnson e Nixon, o lobby populacional teve mais sorte do que com o católico Kennedy. Robert McNamara, que como secretário da Defesa durante a guerra ganhou os apelidos de "Contador de Cadáveres" e "Açougueiro do Vietnã", depois declarou expressamente, quando servia como presidente do Banco Mundial, que era a favor dos objetivos do lobby populacional.

Em maio de 1968, ainda no Governo Johnson, Rockefeller se tornou presidente da Comissão Estadunidense para a Divulgação e Política Populacional. A 8 de julho de 1969, início da missão que levou os primeiros

homens à Lua, sob a influência da Comissão, Nixon assinou uma longa "Mensagem ao Congresso Estadunidense" sobre a situação demográfica do país. Nixon calculou em 300 milhões o total de pessoas que povoariam os EUA no ano 2000, e perguntou: "Onde viverão os próximos 100 milhões de estadunidenses?" À época, o país tinha uma densidade demográfica de 27 pessoas por quilômetro quadrado (contra 221 da Alemanha atual). Nixon advertiu especialmente sobre os 5 milhões de mulheres com baixa renda em idade fértil e qualificou como um "objetivo nacional" a alocação de mais dinheiro para o planejamento familiar.

Em 1970, foi aprovada uma lei para o estabelecimento de uma Comissão Nacional sobre Crescimento Demográfico e o Futuro da América, tendo como presidente ninguém menos que John D. Rockefeller III. Em 1966, George Bush fora eleito representante do Texas no Congresso. Durante os seus quatro anos lá, o controle da natalidade esteve no centro de sua atividade. Como presidente do grupo de trabalho republicano sobre população e meio ambiente, ele patrocinou uma audiência após outra, para as quais todos os conhecidos lobistas malthusianos foram convidados, entre outros o general Draper. Outro depoente foi Paul Ehrlich, autor do livro *The Population Bomb* (A bomba populacional), no qual propunha a esterilização em massa por meio de produtos químicos na água potável. Ainda hoje, Bush é elogiado pelos malthusianos dos EUA por suas contribuições.

Assim, é compreensível que Bush se sentisse chocado em 1968, quando foi divulgada a encíclica papal *Humanae Vitae* (Da vida humana). Em sua visão, ela representava um grande retrocesso para todos os que se preocupavam com as questões populacionais. A respeito do controle artificial da natalidade, Paulo VI escreveu: "Deve ser considerado também que uma arma perigosa poderia ser colocada nas mãos das autoridades públicas que não se atenham às exigências morais... Quem impedirá os dirigentes de favorecerem, e até de impor aos povos, se o considerarem necessário, o método de contracepção que julgarem ser mais eficaz?"[2]

Diante da crescente pobreza mundial, o desejo ardente de Bush era trabalhar contra a "explosão demográfica" nos EUA e no exterior. A realidade estava na inundação de pobreza que se manifestou nos anos 70 nas cidades estadunidenses, e que hoje choca cada visitante do país que não se restrinja a passeios turísticas, pelas amedrontadoras e enormes quantidades de pobres, sem-teto e dependentes da Previdência Social. Bush queria atacar o problema "pela raiz": em lugar de propor a criação de postos de trabalho

---

2 *Humanae Vitae*, p. 11.

e fomentar uma recuperação econômica, para que nenhum estadunidense passasse mais fome ou frio, ele queria reduzir o número de pobres com programas de controle da natalidade.

Nos Anais do Congresso de 30 de julho de 1968, estão os seguintes comentários dele sobre controle demográfico e planejamento familiar: "O problema do crescimento populacional está disparando... Os custos da nossa (programa de) Previdência nacional crescem como fenômeno, levando-me a imaginar como tomar medidas básicas para interromper isto... A parte de mais rápido crescimento das listas de ajuda é para crianças dependentes: no final do ano fiscal de 1968, pouco mais de 2 bilhões de dólares serão gastos (nesta rubrica), mas, em 1972, isto crescerá em mais de 75%... Com freqüência, (essas) crianças são indesejadas... Já se mostrou que, de todas as famílias que vivem na pobreza, 33% têm 5 filhos e 43% têm 6. 71% das famílias pobres não-brancas têm 5 ou mais filhos... O controle da natalidade deve ser feito rapidamente para diminuir o número de futuras bocas que se alimentarão na cada vez mais vazia mesa de refeição."

Bush propôs, então, montar um programa de planejamento familiar ao estilo e com o objetivo do programa de imunização contra a pólio. Era "imperativo que se fizesse isso: não só para combater a pobreza em suas raízes, não só para cortar nossos gastos com a Previdência, mas também para eliminar o desnecessário sofrimento de crianças indesejadas e pais sobrecarregados. Proponho que aumentemos e identifiquemos as doações para os já existentes serviços de planejamento familiar em todas as áreas... O dinheiro gasto com o planejamento familiar é um bom investimento, já que, a longo prazo, economizará custos como ajuda para crianças dependentes".

Em outro discurso, repetindo quase literalmente o que Sanger já dissera, Bush expressou o medo de que esses programas pudessem ser compreendidos como esforços para "eliminar negros". De fato, como resultado dos "programas de planejamento familiar", o número de esterilizações - sobretudo forçadas entre negros e outras minorias, mas também entre os brancos pobres - cresceu maciçamente. O juiz Gerhard Gesell afirmou, em 1974: "Nos últimos anos, cerca de 100 a 150 mil pessoas de baixa renda foram esterilizadas anualmente, nos programas de fundos federais." Há provas incontestáveis de que "um número indefinido de pobres foi impropriamente coagido a aceitar a esterilização, sob a ameaça de que vários benefícios federais da Previdência seriam retirados se (elas) não se submetessem à esterilização irreversível." Gesell concluiu que "a linha divisória entre planejamento familiar e eugenia está indefinida."[3]

---

3 Kathleen Klenetsky, "Bush backed Nazi 'race scientists'", *Executive Intelligence Review*, 1/5/1981

De 1970 a 1972, Bush foi embaixador estadunidense na ONU. Em seu primeiro discurso, mencionou como seus principais objetivos as políticas demográfica e ambiental. Aqui ressoa a sua posição sobre "Governo Mundial" e "Nova Ordem Mundial": "O problema demográfico não é mais assunto particular. Num mundo com quase quatro bilhões de pessoas, o crescimento demográfico e como restringi-lo são preocupações públicas que chamam a atenção dos líderes nacionais e internacionais... Está bem claro que um dos principais desafios dos anos 70 será reduzir a fertilidade mundial."[4]

E ele seguiu exatamente tal política nos anos seguintes. Enquanto ele era embaixador, a China foi aceita na ONU, em 1971. De 1973 a 76, Bush foi o embaixador estadunidense em Pequim. Na ocasião, a China efetuava a mais brutal política de controle da natalidade do mundo, incluindo o aborto legal até o nono mês, o infanticídio disseminado, a negação de rações alimentícias e similares às famílias com mais de um filho e outras medidas. Em 1979, o regime comunista prescreveu a família de um só filho; em 1983, o controle da natalidade foi colocado na Constituição chinesa. Em 1988, o Conselho de População elogiou a política chinesa, afirmando que seria necessário proceder ditatorialmente para se ter "sucesso" neste campo.

Em 1968, com participação ativa da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e dos círculos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Conselho de População de Rockefeller, foi fundado o Clube de Roma, sob a presidência de Aurelio Peccei. Dennis Meadows, co-autor do chamado *Primeiro relatório ao Clube de Roma - Limites ao crescimento*, trabalhava no Colégio Dartmouth de New Hampshire, que atuava com o Conselho de População. Por ocasião da concessão do Prêmio da Paz da Feira do Livro Alemão a Peccei, Meadows defendeu a redução da Humanidade para um bilhão de pessoas, afirmando que o mundo não podia sustentar mais gente.

Além disso, o Clube defendia explicitamente a abolição da soberania dos Estados nacionais, proposta que, desde então, tem estado presente nas iniciativas internacionais sobre população e meio ambiente e, hoje, está óbvia na "Nova Ordem Mundial" de Bush.

O livro *Limites ao crescimento*, cuja divulgação ocorreu em paralelo com a artificialmente deflagrada "crise do petróleo", se tornou a bíblia dos partidários do crescimento zero, que ajudou a decolar o movimento ambientalista, agora com o tema: "os limites ao crescimento foram alcançados;

---

4 Kathleen Klenetsky, *op. cit.*

se não limitarmos imediatamente a população, virá o apocalipse." Famosos príncipes consortes como Philip da Inglaterra e Bernardo da Holanda ajudam organizações como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Tecnologia e crescimento econômico são "out", conservação é "in" e os espectros amedrontadores da "explosão demográfica" e da "catástrofe ambiental" foram introduzidos em nossos lares.

A Conferência de Bucareste

Nesse ambiente, ocorreu a Conferência Mundial sobre População em Bucareste, em 1974, a primeira organizada em âmbito governamental. Naturalmente, após a "crise do petróleo" de 1973, o mote ideológico "nenhuma-tecnologia-mas-controle-da-natalidade-para-os-países-em-desenvolvimento" não poderia ser melhor. O Governo dos EUA estava firmemente nas mãos do lobby dos Rockefeller e elaborara o esboço de um chamado "plano de ação mundial" para reduzir o crescimento da população global. A inspiração, como hoje sabemos, veio de Henry Kissinger.

Na ocasião, Gerald Ford ocupava a Casa Branca após a queda de Nixon, tendo como vice-presidente a Nelson Rockefeller, que, já como governador de Nova York, em 1970, mesmo antes da decisão fundamental da Suprema Corte dos EUA sobre aborto (1973), liberara o aborto no Estado até a 24ª semana de gravidez.

O objetivo do "plano de ação mundial" estava delineado no mencionado memorando *NSSM-200*. O debate em Bucareste sobre a necessidade de frear o crescimento populacional nos países em desenvolvimento deveria ter servido apenas para apresentar medidas subsequentes de redução da população mundial. Mas, já em Bucareste surgiu uma oposição nas fileiras dos países em desenvolvimento, liderada pela Argélia, que viu corretamente no plano uma tentativa imperialista para privá-la da sua soberania e negar-lhe o desenvolvimento econômico. O movimento para uma nova ordem econômica mundial pelo desenvolvimento tecnológico era então muito forte, o que os anais da conferência registram com muito pesar. Naturalmente, o Vaticano estava ativo na oposição. E Helga Zepp-LaRouche, que depois fundaria o Clube da Vida e o Instituto Schiller para criar um movimento antimalthusiano de renascimento cultural, acusou John D. Rockefeller III de genocídio perante a mídia mundial presente. Além disto, ativistas pró-vida e grupos como a Ação dos Médicos Europeus obtiveram um considerável sucesso em quebrar a atmosfera local de lavagem cerebral.

O lobby malthusiano registrou a derrota e tomou providências. Sintomaticamente, no período subseqüente, as melhores personalidades líderes dos países em desenvolvimento foram, uma a uma, derrubadas ou assassinadas. George Bush, principal porta-voz da política do *NSSM-200*, foi nomeado diretor da CIA de 1976 a 77, vice-presidente em 1981 e, finalmente, eleito presidente de 1989 a 1993. Neste período, o conflito Norte-Sul entrou numa nova fase: do controle da natalidade por meios econômico-políticos, passou-se à aberta militarização do conflito. A invasão do Panamá, no final de 1989, foi uma amostra disto, o mesmo ocorrendo com a guerra contra o Iraque. Hoje, a política de controle da natalidade representa uma grande ameaça à paz mundial. Se não quisermos sofrer um colapso no século 21, com uma guerra mundial e uma barbárie sem paralelo, devemos parar com as atividades do lobby da morte e voltar à política no sentido como a entendia e praticava o presidente francês Charles de Gaulle, que afirmou, em 23 de abril de 1960: "Em nossos tempos, não pode haver uma verdadeira paz sem desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento vivem 2 bilhões de pessoas. Creio que a grande tarefa do mundo - acima e além de todas as teorias, doutrinas e governos - é ajudá-las a saírem da miséria."

APÊNDICE 2

O MEMORANDO *NSSM-200*: O MALTHUSIANISMO NA POLÍTICA EXTERIOR DOS EUA

O presente texto, de autoria de Silvia Palacios e Lorenzo Carrasco, foi originalmente publicado como um memorando especial pelo escritório brasileiro da revista Executive Intelligence Review (EIR), *em 1992.*

Documentos confidenciais do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos (National Security Council - NSC), emitidos a partir de 1974 e desclassificados como secretos pelo Governo estadunidense em 1989-90 comprovam contundentemente que Henry Kissinger, então chefe do Conselho de Segurança Nacional, Brent Scowcroft, assessor de Segurança Nacional da Casa Branca - que ocuparia depois o cargo de Kissinger - e o então diretor da Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency - CIA), o depois presidente George Bush, foram os artífices de uma política secreta de seu governo, orientada para a imposição de programas de redução de população aos países do chamado Terceiro Mundo, sob pretextos de segurança nacional e preservação de recursos minerais.

Segundo revelam os documentos, tal política secreta foi levada a cabo com um amplo financiamento de organismos oficiais, como a USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional), e entidades nominalmente privadas, como a International Planned Parenthood Federation (IPPF), cuja subsidiária no Brasil , a Sociedade de Bem-estar Familiar (BEMFAM), a principal agência de controle de natalidade do País, é a maior responsável pelos programas de esterilização maciça que vêm sendo aplicados no mesmo.

Já nas primeiras páginas da documentação obtida, o Conselho de Segurança Nacional relacionou uma lista de "13 países-chave", os quais deveriam ser submetidos a rígidos programas de redução de população, "devido ao seu crescente papel político e estratégico" e por serem considerados de "especial interesse estratégico e político para os Estados Unidos": Brasil, Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia.

Os documentos confirmam categoricamente que agências estrangeiras, inclusive governamentais, foram responsáveis pelos ilegais programas de esterilização maciça aplicados a milhões de mulheres brasileiras, nos últimos anos.

Efetivamente, em 24 de abril de 1974, Henry Kissinger enviou aos secretários de Defesa e Agricultura, ao diretor da CIA, ao subsecretário de Estado, ao diretor da USAID e ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, um documento confidencial, codificado como *National Security Study Memorandum-200 (NSSM-200)* e intitulado "Implicações do crescimento da população mundial para a segurança nacional e os interesses externos dos Estados Unidos".

O documento afirmava: "O Presidente ordenou um estudo sobre o impacto do crescimento da população mundial sobre a segurança nacional e os interesses externos estadunidenses. O estudo deverá abranger, pelo menos, até o ano 2000, e utilizar diversas projeções alternativas de crescimento demográfico." Outros aspectos considerados eram os "problemas comerciais que os Estados Unidos poderiam enfrentar, provenientes da competição pelos recursos" e a "probabilidade de que o crescimento da população produza desequilíbrios ou interrupções nas políticas externas e instabilidade internacional".

Mais tarde, em outubro de 1975, Kissinger enviou a versão final do documento, com 250 páginas, ao presidente Gerald Ford, confirmando a necessidade de que "os Estados Unidos assumam a liderança nos assuntos de população mundial". Em anexo ao estudo, Kissinger apresentou duas recomendações adicionais: o aumento dos fundos destinados ao planejamento familiar e uma "forte ênfase" na motivação aos líderes políticos dos "países-chave no setor em desenvolvimento", para a aceitação de tais programas.

Um mês depois, Brent Scowcroft emitiu a resolução favorável, codificada como *NSDM-314*, endossando as propostas de Kissinger. Desta forma, a execução da política antinatal sugerida ficou sob a responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional, o qual se comprometia a elaborar informes anuais, analisando políticas, iniciativas e metas populacionais, cujos elementos passaram, a partir de então, a ser considerados integrantes da política governamental estadunidense, para cujo tratamento foi criado um "Grupo Ad Hoc". O primeiro informe anual, datado de maio de 1976, foi enviado por Scowcroft a vários membros do gabinete presidencial, inclusive o então diretor da CIA, George Bush.

Bush já era um notório adepto do controle populacional. Em 1973, ele escreveu o prólogo do livro *World Crisis: The U.S. Response* (Crise mundial: a resposta dos Estados Unidos), de Phyllis Piotrow, no qual afirmava: "O problema da população não é mais um assunto privado. Em um mundo

com cerca de 4 bilhões de habitantes, o crescimento populacional e a maneira de conte-lo são assuntos públicos que demandam a atenção de líderes nacionais e internacionais... Está totalmente claro que um dos maiores desafios dos anos 70 será controlar a fertilidade mundial."

O Brasil na alça de mira

Entre as 13 nações-chave citadas pelo memorando *NSSM-200*, alinham-se países possuidores de vastos recursos naturais, considerável potencial econômico e, sobretudo, na época, com lideranças políticas determinadas a promover um rápido desenvolvimento industrial em seus países. Em relação ao Brasil, por exemplo, a emissão do memorando coincidiu com a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), durante o governo do presidente Ernesto Geisel, no qual se afirmava que "o Brasil pode, legitimamente, aspirar ao desenvolvimento e à grandeza", criando "uma sociedade desenvolvida, moderna, progressista e humana".

O II PND afirmava que "o Brasil ainda se coloca como país subpovoado, em relação à disponibilidade de terra e outros recursos naturais. Como país soberano, se pensa no direito de adotar posição conseqüente com essa verificação de ser ainda país subpovoado, ou seja, de deixar que sua população continue crescendo a taxas razoáveis, para efetivar o seu potencial de desenvolvimento e dimensão econômica."

Em contraste, o texto do *NSSM-200* diz que o Brasil, "com uma população atual de 100 milhões, claramente domina o continente (latino-americano) demograficamente; no final do século, sua população alcançará o nível da população norte-americana de 1974, cerca de 212 milhões de pessoas. As perspectivas de rápido crescimento econômico - se estas não forem frustradas por um exagerado crescimento demográfico - auguram para o Brasil um crescente status de poder na América Latina e no resto do mundo, nos próximos 25 anos".

O documento preconizava que os EUA deveriam mudar a sua ênfase em prol do desenvolvimento de países como o Brasil, porque, segundo seus autores, são "mais eficientes... os gastos efetuados em controle populacional do que no aumento da produção, por meio de investimentos diretos em projetos de energia, irrigação e fábricas adicionais". Como uma forma de ameaçar os países que não seguissem suas recomendações, o estudo apresenta um cenário alternativo: "uma série de desastres agrícolas poderiam transformar alguns dos países menos desenvolvidos em casos malthusianos clássicos, com a fome de milhões de pessoas."

"Sob o ponto de vista dos interesses estadunidenses", continua o texto, "tal redução das necessidades alimentícias nos países menos desenvolvidos seria claramente vantajosa. Ela não reduziria os mercados comerciais estadunidense para os alimentos, já que a redução de consumo que resultaria de uma queda do crescimento populacional somente afetaria os pedidos de ajuda alimentícia e não as operações comerciais... (Isto) aumentaria a possibilidade de um desenvolvimento a longo prazo e a integração em uma ordem mundial pacífica".

Ofensiva diplomática

Entre as recomendações do estudo, encontram-se: primeiro, que a imposição "diplomática" das políticas malthusianas nos países do Terceiro Mundo deverá ocorrer por intermédio de agências multilaterais, em vez de por intervenção direta dos Estados Unidos; segundo, a integração do planejamento familiar com os aspectos ligados ao desenvolvimento; terceiro, a persuasão dos líderes políticos dos benefícios do planejamento familiar; e, por último, a premiação, com ajuda econômica, daquelas nações que demonstrassem boa conduta em seus programas de planejamento familiar.

As agências multilaterais, afirma o documento, deverão lograr uma maior credibilidade e status porque "podem fomentar ações em governos e outras instituições dos países menos desenvolvidos...Os Estados Unidos poderiam trabalhar neste sentido com as organizações internacionais interessadas (p.ex., OMS, UNFPA, Banco Mundial, UNICEF)". Para tanto, o memorando recorda a experiência obtida pelo "Departamento de Estado dos Estados Unidos e a USAID no estabelecimento do Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (UNFPA)".

E adverte: "Existe o risco de que alguns líderes dos países menos desenvolvidos vejam na pressão dos países desenvolvidos para o planejamento familiar uma forma de imperialismo racial e econômico. Isto poderia acarretar um sério retrocesso... Os Estados Unidos podem ajudar a atenuar a acusação de que há uma motivação imperialista por detrás do seu apoio a atividades de população, sustentando reiteradamente que o seu apoio provém de uma preocupação com: a) o direito dos indivíduos de decidir livre e responsavelmente o seu número de filhos; e b) o desenvolvimento econômico e social fundamental dos países mais pobres". "Finalmente, - afirma o memorando - prover o planejamento familiar integrado a serviços de saúde em uma base ampla ajudaria aos Estados Unidos a combater

as acusações ideológicas de que estão mais interessados em diminuir o número de pessoas dos países menos desenvolvidos do que em seu futuro e bem-estar".

O memorando enfatiza, também, os programas educativos que tenham efeitos diretos sobre a fertilidade, ao propor a adoção de técnicas de "educação e doutrinamento das novas gerações de crianças, considerando os benefícios de famílias menores". Finalmente, recomenda-se o aumento das verbas para pesquisas em contracepção, juntamente com o uso de injeções contraceptivas de longo efeito e a esterilização.

Segundo o documento, "há, também, um precedente estabelecido a ser levado em conta sobre o desempenho do planejamento familiar na avaliação dos requisitos assistenciais da USAID e dos grupos consultivos. Dado que o crescimento populacional constitui um determinante principal do aumento da demanda por alimentos, a disposição de recursos escassos deve considerar os passos que um país está dando no controle da população, assim como a produção de alimentos. Nestas relações sensíveis, é importante, tanto em estilo quanto em conteúdo, evitar a aparência de coerção".

"Poderão os alimentos serem considerados um instrumento de poder nacional? Seremos obrigados a tomar decisões sobre a quem podemos, razoavelmente, ajudar e, se assim for, deverão ser os esforços populacionais um critério para tal ajuda? Estão os Estados Unidos preparados para aceitar um racionamento de alimentos para ajudar povos que não possam ou não controlem o seu crescimento populacional?"

APÊNDICE 3

O ILUMINISMO E O NEOPAGANISMO AMBIENTALISTA

Palestra de Lorenzo Carrasco proferida na conferência de fundação do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa), em Tlaxcala, México, em 18 de maio de 1992.

Muitos pensam que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho de 1992, será um fracasso, já que dificilmente se chegarão a acordos significativos em diversas áreas do controle climático. Mas tal visão está equivocada, porque a chamada Rio-92 já está cumprindo o seu objetivo primário de provocar uma mudança nos chamados "paradigmas culturais". Nas escolas, as crianças não falam senão da proteção à natureza e da maldade intrínseca às atividades humanas.

Por isso, não é por acidente que a conferência tenha sido planejada para este ano, coincidindo com as celebrações dos 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo ao nosso continente e do início do processo de evangelização, tentando com isto diminuir a importância universal do que hoje aqui celebramos. Não é acidental, porque o propósito da Rio-92 - organizada para ser o mais importante evento de nosso século, a conferência que para alguns inauguraria a "Nova Ordem Mundial" do presidente George Bush - era estabelecer princípios que constituem essencialmente um ataque aos valores cristãos mais fundamentais, colocando as preocupações com a natureza *per se* em plano idêntico, senão superior, àquelas com o homem e sua luta para reproduzir e ampliar as bases da Civilização, que foram a força motriz das descobertas marítimas e a própria alma da evangelização.

Na realidade, a chamada "agenda ambiental" das oligarquias do "governo mundial" não é nenhuma novidade, apenas atualiza o velho conceito malthusiano de que os recursos naturais são finitos, como também é limitada a população que deles pode usufruir. Por conseguinte, a estratégia

delas exigiria fundamentalmente o controle do crescimento populacional dos países subdesenvolvidos, assim como impedir o seu desenvolvimento científico-tecnológico-econômico.

São esses os propósitos escondidos pela pomposa denominação de "desenvolvimento sustentado", que pressupõe que os limitados recursos naturais do planeta e a igualmente restrita capacidade de sustentação da biosfera, não permitem a expansão dos benefícios da sociedade industrial moderna a todos os povos do planeta, o que não só é cientificamente incorreto, como também moralmente inaceitável. Continuando as antigas propostas de Adam Smith para a divisão internacional do trabalho, os promotores desse "desenvolvimento" propõem agora uma divisão das restrições ao desenvolvimento econômico, a qual, se levada às últimas conseqüências, significará um virtual congelamento do progresso da Civilização em nível muito inferior ao possível e exigido pela dignidade humana. Este é, na verdade, o tema central que se tentará impor à Rio-92.

A intenção é inverter os valores, para produzir uma distorção cultural incompatível com a herança judaico-cristã que possibilitou o desenvolvimento da Civilização Ocidental, baseada no conceito de que o homem é *imago viva Dei* (imagem viva do Criador) e como tal é *capax Dei* (capaz de Deus), capaz de participar da criação divina, o que se traduz pela sua capacidade de conhecer e transformar a natureza e sua relação com ela, por meio de sua ciência, sua tecnologia e seu trabalho.

Em vez disso, se propõe uma verdadeira desfiguração do ser humano, rebaixado ao nível dos seres irracionais, dotados, segundo tal ótica, de "direitos" idênticos, o que é em última instância a essência da chamada Hipótese Gaia - a Mãe-Terra -, favorita dos ideólogos do ambientalismo. Essa atitude mental explica as ruidosas mobilizações internacionais em favor das espécies animais consideradas ameaçadas, que recebem importantes fundos financeiros, em contraste com a fria indiferença com que se assiste à proliferação das doenças da miséria, como a cólera, propiciadas precisamente pela deterioração do meio ambiente humano, por causa das condições impostas pelas instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, as quais, entretanto, se auto-elegem campeãs das causas ambientais.

Tal distorção mental levou, por exemplo, o ex-secretário de Meio Ambiente José Lutzenberger, um ultramalthusiano doentio, a afirmar que um galinheiro é um campo de concentração e aniquilação de frangos e galinhas, quando verdadeiramente, do ponto de vista da tecnologia moderna, os galinheiros se converteram em motéis de frangos, cujo máximo destino transcendente é serem bem assados em brasas.

A mesma atitude se vê nas declarações vazias de outros corifeus do ambientalismo, como o "comandante" Jacques Cousteau, que, numa entrevista recente, chegou a afirmar que a sobrevivência da natureza exigiria o desaparecimento de 350.000 humanos diariamente, ao mesmo tempo em que afirmava que a pior catástrofe ecológica da História da Humanidade foi o descobrimento da América por Colombo.

O mesmo desprezo pela espécie humana se encontra no príncipe Philip da Inglaterra, quando declara que, se pudesse reencarnar, preferiria fazê-lo como um vírus mortal para ajudar a controlar a população. A mesma coisa se constata no mais recente estudo do Clube de Roma, que sem recato reconhece que o inimigo da instituição é a "próptia Humanidade".

ECOLOGISMO, ANIMISMO PAGÃO

Entremos agora em aspectos quiçá mais complicados, mas fundamentais para a melhor compreensão do problema das raízes culturais dessa praga de ecologistas irracionais e seus mestres oligarcas, cujo grito de guerra é que "são filhos de Gaia", *imago viva Gaia*, os filhos da Mãe-Terra, a quem cultuam. Segundo essas teorias, o homem é um passageiro como qualquer outro animal ou vegetal do planeta Terra, viajando pelo Universo". Este tipo de idéia sempre esteve associado à essência do pensamento oligarca, desde pelo menos Hesíodo, cuja *Teogonia* expõe a origem do mundo segundo uma concepção determinista da natureza: primeiro, foi o Caos e depois Gaia (a Terra) e Eros; deste, nasceram as Trevas e a Morte, e a partir desses deuses se desenvolveram o resto dos elementos e deuses sujeitos a uma cruel hierarquia que termina em Zeus. É esta concepção pagã que proporciona uma lógica às loucuras da oligarquia britânica e seus principais membros, quando os vemos conversar com plantas ou reconhecer Eros em um de seus cãozinhos - o que bem pode ser um dos motivos de tantos escândalos matrimoniais na família real inglesa, se pode chamar matrimônios a esses cruzamentos e associações.

Outra idéia característica da irracionalidade oligarca é a que diz que a natureza, cujas leis fixas são violadas pelo homem, com o progresso científico-tecnológico, se vingará cruelmente, provocando grandes catástrofes que farão o mundo voltar às suas origens naturais. É o "eterno retorno", formulado pela primeira vez por Empédocles, e cujo fundamento foi a negação da existência de qualquer substância única fundamental, de qualquer idéia de Deus, de qualquer direcionalidade

ao Universo, para poder proclamar costumeiramente aos discípulos: "Sou para vocês um Deus imortal, e não um mortal." Nisto, ele em nada se diferencia da mesma atitude do presidente George Bush, quando massacra o povo iraquiano e se proclama o Zeus de sua "Nova Ordem Mundial" e da *Pax Universali* dos próximos 100 anos, nos quais a justiça será ditada por suas opiniões caprichosas, como vimos na invasão do Panamá.

O certo é que as idéias de Empédocles - sobretudo quanto à existência de quatro substâncias primárias impenetráveis - terra, água, fogo e ar, e seu princípio de força hedonista, resultado da luta entre amor e ódio -, que serviram de base a muitas teorias aristotélicas, que por sua vez têm baseado toda a estrutura de crenças da oligarquia em geral, ao longo da História, e do ambientalismo atual em particular.

Além de constatar o núcleo podre de todas essas crenças oligarcas, devemos nos perguntar como é possível que a maioria da população - embora haja setores relativamente sãos e racionais - permite a proliferação de idéias tão esdrúxulas. Devemos analisar, em razão do exposto, o problema da difusão do liberalismo entre a população, que permitiu, especialmente ao longo das últimas décadas, o predomínio do irracionalismo característico dos grupos ambientalistas.

Aqui, quero mencionar dois discursos, coincidentemente proferidos no mesmo dia 1° de setembro de 1990. O primeiro, de Lyndon LaRouche, na conferência do Instituto Schiller em Crystal City, Virginia (EUA), quando disse que "o traço mais profundo da crise estratégica mundial atual é a evidentíssima intenção de certas pessoas em erradicar o cristianismo deste planeta".

O segundo foi do cardeal Joseph Ratzinger, em Rimini, Itália, no qual denunciou o ressurgimento da heresia pelagiana, criando uma verdadeira comoção. Apesar de se referir especialmente a um assunto interno da Igreja - o perigo de converter o cristianismo num mero sistema ético -, o assunto é o mesmo, a natureza da profunda crise mundial, na insistência da oligarquia em destruir o cristianismo. Em conjunto, os dois discursos nos permitem uma caracterização mais profunda do naturalismo enfermo subliminar ao ambientalismo e, ao mesmo tempo, entender a origem do liberalismo e dos sistemas liberais surgidos por influência do Iluminismo, a partir do século 18. Como demonstrarei a seguir, o Iluminismo foi uma infecção da heresia pelagiana, da qual evoluiu como um câncer o movimento romântico do século 18, o marxismo do século 19, o modernismo da Escola de Frankfurt, em princípios do século 20 e a forma mais degenerada do ambientalismo atual.

A HERESIA PELAGIANA

Para situar historicamente o problema do pelagianismo como heresia, devemos dizer que esta se desenvolveu no século 4, principalmente entre a elite aristocrática romana, no momento em que os bárbaros invadiam o Império, submerso em bancarrota moral e falta de credibilidade dos governantes, embrutecidos pela corrupção. Muitos na Igreja pensavam que a incorporação da moral cristã ao sistema jurídico romano bastava para salvar o Império; buscava-se maquilar o cadáver, o que significaria enterrar com ele o cristianismo. As idéias de Pelágio, precisamente transformando o cristianismo num sistema ético, caíram como uma luva entre os oligarcas de então, que buscavam fazer o Império sobreviver.

Muito semelhante é o momento atual, com a queda de todo o sistema imperial de Versalhes, com a destruição da credibilidade de todas as estruturas políticas e institucionais surgidas do liberalismo predominante em nosso século. Também vemos hoje a Igreja e alguns que tratam de dar uma tintura cristã à "Nova Ordem Mundial" de Bush. Sem falar dos líderes da Teologia da Libertação marxista, Frei Betto e Leonardo Boff, que, depois da queda do Muro de Berlim e do colapso de sua teocracia na Nicarágua, proclamam agora o "conteúdo revolucionário" da ecologia. A Teologia da Libertação marxista é uma forma de pelagianismo dentro da Igreja, na qual o homem pode alcançar sua auto-salvação por intermédio de fantasias revolucionárias.

Pelágio, ao eliminar a graça divina, característica essencial do cristianismo, também elimina a raiz da maravilhosa revolução jurídica introduzida pela era cristã. O elemento que São Paulo sublinha, especialmente na Carta aos Romanos, quando nos diz que a lei por si mesma não traz a justiça, que só vem pela intervenção divina externa (*extra divinum*), por intermédio da graça, que foi o conteúdo essencial do direito natural desde Santo Agostinho até São Tomás de Aquino. Para os pelagianos, a lei e o livre arbítrio são suficientes para praticar o bem, sem necessidade de ajuda superior. Por isso, Santo Agostinho distingue a lei da graça, porque a lei por si mesma é impotente para santificar o homem, que para isto requer a ajuda da graça divina, trazida à Humanidade pela pessoa de Cristo.

Santo Agostinho reconhece que o que está por trás do pelagianismo são as idéias aristotélicas, tanto no concernente ao naturalismo radical, como na suposta auto-suficiência do homem, no campo da justiça e da moral. Estes dois aspectos do pelagianismo ressurgirão no Iluminismo.

Agora darei um grande salto na História, para desenvolver o paralelo entre pelagianismo e Iluminismo. Toda a teoria política, filosófica, moral, religiosa e jurídica do Iluminismo parte, de um lado, do conceito da "bondade natural do homem", equivalente à negação do pecado das origens pelos pelagianos e, do outro, no fundamento de que a justiça e o direito se baseiam apenas na natureza do homem, que possui certos direitos naturais imanentes, que, ao serem descobertos pela razão, surgem como direito natural, mas não aquele derivado do direito divino.

Embora o conceito de "bondade natural" exista desde tempos remotos, ele apenas se popularizou na Europa após algumas descrições particularmente fantásticas das viagens ao Novo Mundo, a partir do século 16, e originou mais tarde a idéia do "estado de natureza" como imagem de uma "Idade de Ouro", que a Humanidade havia vivido e na qual não existia o Estado. Portanto, não havia limitações de nenhum tipo, exceto as impostas pela própria natureza, costumes e hábitos, resultados da interação entre dor e prazer, como diria Aristóteles. Esta é a essência naturalista do liberalismo de qualquer espécie, conceito que originou a idéia do "nobre selvagem" do contrato social de Rousseau. Muitas das descrições fantásticas pintavam os indígenas como seres que viviam numa espécie de paraíso terrestre, ocultando as terríveis enfermidades, o envelhecimento precoce, os costumes bárbaros, o canibalismo e a antropofagia.

Tanto os *Ensaios* de Montaigne, como a escola de direito natural de Hugo Grotius e seu discípulo Puffendorf, assim como as teorias de John Locke, que fundamentaram o Iluminismo de Jean-Jacques Rousseau e François Marie Arouet, vulgo Voltaire, se basearam nesse conceito da "bondade natural do homem". Com isto, combatiam a ingerência, para eles perturbadora, de todo significado transcendente do homem na organização da educação e na estrutura do Estado nacional soberano. A diferença entre Locke e Hobbes é idêntica à que Santo Agostinho estabelecia entre pelagianos e maniqueus, porque ambos partem do mesmo princípio, só que Hobbes, como os maniqueus, parte do pressuposto da perversão intrínseca do homem. Este é reduzido em ambos os casos à sua condição animal e irracional, eliminando do direito a noção de justiça baseada na razão superior: o homem foi rebaixado à sua animalidade e, desdenhando sua missão transcendente, viu reduzida sua dignidade como ser humano.

O conceito de "bondade natural" era, assim, uma reintrodução da essência do naturalismo aristotélico, carregado de racionalismo cartesiano e radicalismo anticlerical, que levou o nome de "filosofia das luzes", movimento propagado pela Maçonaria, que, por sua vez, desencadeou a chusma intelectual que gerou a Revolução de 1789.

A Revolução Francesa

Para mostrar a influência dos indígenas da América no conceito do Iluminismo, quero citar alguns textos de seus fundadores. Comecemos pelo ensaio *Sobre os canibais*, de Montaigne, baseado no livro *História de uma viagem feita à terra do Brasil* (1528) do calvinista Jean Levy, que serviu de inspiração a Bacon, Locke, Montesquieu e Rousseau. Montaigne define a identidade biológica e espiritual do homem como igual aos animais:

> Voltando ao assunto, não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem dos povos (do Novo Mundo); e em verdade cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra... A essa gente chamamos selvagens, como denominamos selvagens os frutos que a natureza produz sem intervenção do homem. No entanto, aos outros, aqueles que alteramos por processo e cultura e cujo desenvolvimento natural modificamos, é a eles que devemos aplicar o epíteto... Não há razão para que a arte sobrepuje em suas obras a natureza, nossa grande e poderosa mãe... Nem apelando para todas as nossas forças e nossos talentos, seríamos capazes de reproduzir o ninho de pássaro mais insignificante...

Ninguém concebeu jamais uma simplicidade natural elevada em tal grau, ninguém jamais acreditou pudesse a sociedade subsistir com tão poucos artifícios. É um país, diria eu a Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura, nem matemática; onde não se conhece o nome de nenhum magistrado, onde não existe hierarquia política, nem ricos nem pobres. Contratos, sucessão, são desconhecidos; em matéria de trabalho, só sabem a ociosidade; o respeito aos parentes é o mesmo que dedicam a todos; o vestuário, agricultura, trabalho dos metais aqui se ignoram; não usam vinho nem trigo; as próprias palavras que expressam a mentira, atraição, a dissimulação, a avareza, a inveja, a calúnia, o perdão, só excepcionalmente são ouvidas. Quanto a República imaginada por Platão parece longe de tamanha perfeição! "São homens que saem das mãos dos Deuses", "Como essas, foram as primeiras leis da natureza" (citando Sêneca e Virgílio).

Na realidade, a única vantagem do sistema descrito por Montaigne é que os índios analfabetos se livraram da desagradável tarefa de lê-lo.

Num famoso discurso sobre ciências e artes (1750), Rousseau, 200 anos depois, endossou a visão de Montaigne, quando considera o desenvolvimento científico-tecnológico como fonte de corrupção da "bondade natural do homem", o que bem poderia servir de fundamento aos promotores do "desenvolvimento sustentado":

Os selvagens da América, que andam inteiramente desnudos e que só vivem do produto de sua caça, nunca poderão ser domados. Efetivamente, que tipo de jugo se poderia impor a homens que não necessitam de nada? Não ouso falar dessas nações felizes, que nem sequer conhecem o nome dos vícios que nos dão tanto trabalho para reprimir, daqueles selvagens da América cuja política simples e natural Montaigne não duvida em preferir, não só às leis de Platão, mas verdadeiramente a tudo que a filosofia poderá jamais imaginar de mais perfeito para o governo dos povos. Ele cita uma quantidade de exemplos relevantes para quem os saiba admirar.

O luxo, a dissolução e a escravidão foram, em todos os tempos, o castigo dos esforços orgulhosos que fizemos para sair da ignorância feliz na qual nos colocou a sabedoria eterna... Povos, saibam de uma vez por todas que a natureza os quis preservar da ciência como a mãe arranca uma arma perigosa das mãos de seu filho; que todos os segredos que ela esconde de vós são outros tantos males de que os defende... Os homens são perversos; seriam ainda piores se houvessem tido a infelicidade de nascer sábios.

A astronomia nasceu da superstição; a eloquência, da ambição, do ódio, da adulação, da mentira; a geometria, da avareza; a física, de uma curiosidade infantil; todas elas e a própria moral do orgulho humano. As ciências e as artes devem portanto seu nascimento aos nossos vícios... Se nossas ciências são inúteis no objeto a que se propõem, são ainda mais perigosas pelos efeitos que produzem... Respondam-me, pois, filósofos ilustres, por intermédio de quem sabemos, por que os corpos se atraem no vazio? Quais são, nas revoluções dos planetas, as relações entre as áreas percorridas em tempos iguais? Quais as curvas que têm pontos conjugados, de inflexão e de retrocesso? Como o homem vê tudo em Deus? Como sem comunicação se correspondem alma e corpo, como fazem os relógios? Quais os astros que podem ser habitados; quais os insetos que se reproduzem de modo extraordinário? Respondam-me, repito, vós de quem recebemos tantos conhecimento sublimes: se não nos houvessem ensinado tais coisas, seríamos com isto menos numerosos, menos bem governados, menos temíveis, menos florescentes ou mais perversos? Reconheçam pois a pouca importância de vossas produções.

Shakespeare dedicou uma de suas últimas obras, *A Tempestade* (1611), a combater explicita e frontalmente esse conceito da "bondade natural" de Montaigne, usando o personagem Calibã (canibal), escravo selvagem e disforme, que, num momento de euforia, grita: "liberdade e prosperidade!" - quase antecipando o que viriam a ser as chusmas da Revolução Francesa, dois séculos depois. Citarei um breve diálogo:

Gonçalo: Em minha república, disporia todas as coisas ao inverso de como estão. Porque não admitiria comércio algum, nem nome de magistrado; não se conheceriam as letras; nada de ricos, pobres e uso da servidão; nada de contratos, sucessão, limites, áreas de terra, agricultura, vinhedos; não haveria metal, trigo, vinho nem azeite; não mais ocupações; todos, absolutamente todos os homens ficariam ociosos; e as mulheres também, e seriam castas e puras; nada de soberania... Todos os produtos da natureza seriam bem comum, sem suor e sem esforço. A traição, o engano, a espada, a lança, o punhal, o mosquete ou qualquer tipo de suplícios, tudo estaria suprimido, porque a natureza produziria por si mesma, com a maior abundância, o necessário para manter meu povo inocente.
Sebastião: Nada de casamento entre seus vassalos?
Antonio: Nenhum, homem. Seria uma república de folgazões, prostitutas e malandros.
Gonçalo: Governaria com tal acerto, senhor, que eclipsaria a Idade de Ouro.

O DIREITO NATURAL E O LIVRE COMÉRCIO

O segundo eixo da influência pelagiana sobre o Iluminismo, já mencionado, é o chamado direito natural de Hugo Grotius e Puffendorf, que deu uma roupagem pseudocientífica ao princípio da "bondade natural do homem". Segundo tais teorias, o direito natural ou os chamados direitos naturais são inatos por natureza; o homem os possui desde o seu início, em forma natural e a razão os descobre e estabelece como "justos". A idéia central, a mesma dos estóicos, é viver de acordo com a natureza, que é o mesmo que viver de acordo com a "razão" derivada da propensão natural do indivíduo, uma espécie da virtude natural para a justiça. Com isto, se elimina de saída o que denominamos o componente "divino" do direito e da razão. E, embora reconheça que o direito natural, assim como a natureza humana, se fundamenta em Deus, Ele não pode modificá-lo - exatamente o argumento pelagiano contra a interferência da graça divina. Assim, o direito natural, como declarou Grotius, permaneceria válido, "embora não existisse Deus, ou embora Este não cuidasse das coisas humanas". Então, a justiça e a moral não estariam mais associadas a uma idéia universal de transcendência, e sim a um instinto natural de sociabilidade - *appetitus societatis*, como chamava Grotius - e, por fim, como diria Aristóteles, o homem não é mais que um "animal social".

O Estado repousaria sobre um contrato dos indivíduos, um contrato social, que se respeitaria pela mera conveniência de se conseguir segurança coletiva imediata. A sociedade seria um agregado mecânico de indivíduos e seus interesses, onde a justiça se reduziria na verdade a um resultado estatístico.

Um dado interessante, para o tema geral desta conferência: Grotius cresceu numa época em que se começavam a formar as companhias coloniais anglo-holandesas, para as quais suas teorias naturalistas sobre o direito serviram como uma luva. Em 1607, começou a propaganda nos Países Baixos para formação da Companhia das Índias Ocidentais, ao mesmo tempo em que eles iniciavam uma guerra encarniçada contra Portugal e Espanha, que lutavam por um mar fechado e protegido, contra os interesses holandeses em prol do mar livre e da conquista do Brasil. Foi neste contexto que, em 1609, Grotius publica sua famosa obra *Mare liberum* (Mar livre), em favor da liberdade comercial nos mares, o livre comércio. Isto é muito importante, porque foram os mesmos círculos holandeses que, enquanto atacavam Portugal e Espanha por suas medidas protecionistas, lançaram a Legenda Negra, apresentando os conquistadores e evangelizadores espanhóis como cruéis exterminadores dos bondosos índios americanos. Para defender os interesses comerciais oligarcas holandeses, foi necessário modificar a fonte do direito, eliminando o "divino" para consagrar o "natural", o que coube a Grotius e Puffendorf.

LOCKE E A "TÁBULA RASA"

A terceira importante influência sobre o Iluminismo proveio sem dúvida de John Locke, que encontrou em Voltaire, Montesquieu e Rousseau os seus mais fiéis propagandistas. O princípio da "bondade natural do homem", baseado em descrições fantásticas dos povos mais selvagens da América, foi para Locke uma alavanca para reintroduzir o conceito aristotélico da mente humana como uma "tábula rasa", ou, em termos "tecnetrônicos", um disco virgem de computador, onde, por meio de sensações e experiência, ganhamos conhecimento sobre o mundo físico e sobre nós mesmos, "imputando" informações. Locke sustenta que as crianças, como os selvagens, demonstram que na mente não existem "idéias inatas", nem sequer a de Deus, como defendia Platão e mais tarde Leibniz, ao rebater Locke.

Esse conceito é uma importação mecânica do de Newton sobre o universo físico. As massas, em seu movimento no espaço vazio infinito, sujeitas a diversas relações fixas, são as idéias simples ou compostas de Locke dentro da mente. O que ele faz é simplesmente voltar o telescópio

de Galileu e Newton para observar dentro de sua própria mente e demonstrar que aí não existe criatividade - o que, no seu caso, é definitivamente verdadeiro. Por isso, a máxima, tanto de Newton, que negava a necessidade das hipóteses, como de Locke seria, sem exagero, a seguinte: "Nenhuma idéia se cria nem se destrói, só se rouba."

O mesmo conceito, baseado no naturalismo radical, é visto em Montesquieu, que diz, no *Espírito das leis:* "De tão perfeita liberdade humana, deriva necessariamente a liberdade política dos cidadãos desse Estado, em que os chefes nunca são tirânicos. E a liberdade é o objeto da organização política dos selvagens. Por não conhecer a moeda, não conhecem a desigualdade... porque os bens não podem ser transformados em direitos e, portanto, as necessidades são iguais e se satisfazem por igual. Finalmente, por não conhecer a moeda, não conhecem a violência de uns contra os outros e, quando ela aparece, os débeis se unem e se defendem contra ela."

Para defender o colonialismo e a escravidão, Montesquieu também usa as mesmas idéias: "Já dissemos que o calor excessivo diminui a força e a coragem dos homens, e que havia nos climas frios uma certa força de corpo e espírito, que tornava os homens capazes de ações duradouras, penosas, grandes e ousadas... Não devemos, pois, nos espantar que a covardia dos povos de clima quente os haja quase sempre tornado escravos, e que a coragem dos povos de clima frio os haja mantido livres. É conseqüência que deriva de sua causa natural."

Sintetizando, podemos ver o naturalismo pelagiano em todas as correntes que se cristalizaram no Iluminismo. Mais, é essa idéia da "bondade natural" a subjacente ao lema da Revolução Francesa - Liberdade, Igualdade e Fraternidade - que os propagandistas imaginavam como as qualidades do paraíso terrestre, da Idade de Ouro, em que a Humanidade vivia antes do pecado das origens e da qual os índios do Novo Mundo supostamente descendiam. O Terror jacobino foi um derivado obrigatório do direito de rebelião, não baseado nos direitos divinos do indivíduo, procedentes da graça, mas no direito natural "grociano", que faz o homem regressar ao "estado da natureza", onde se pode vingar sobre outro homem.

O ataque à graça, como essência do cristianismo, se expressa também nitidamente no conceito de "desenvolvimento sustentado". Para exemplificar, citarei um artigo recente do presidente Fernando Collor de Mello: "A evolução científica e tecnológica, que alterou radicalmente a vida no planeta, é só uma dimensão do processo civilizador. A outra dimensão, que completa este processo e lhe dá sentido ético, é a universalização dos valores cardeais do Humanismo... Uma das reflexões centrais de nosso tempo é o conceito e implementação da idéia de desenvolvimento sustentado."

O seu núcleo estabelece uma relação fixa entre o homem e a natureza, entre a sociedade e seus meios para criar as pré-condições de sua reprodução, o que implica no crescimento tecnológico zero. É a antítese do conceito de LaRouche sobre a densidade demográfica relativa potencial. Santo Agostinho diria aos defensores da "sustentabilidade", como fez contra os pelagianos, que eles tencionam "fundir a graça à natureza", que estabelecem arbitrariamente para o homem uma relação específica e limitada. Ao aceitar tal comportamento, o homem se torna incapaz de modificar essa natureza em sentido verdadeiro, através do descobrimento de novas leis do Universo. Por esse processo, a mente humana efetivamente está reduzida a um simples receptáculo de sensações e experiências como qualquer outro animal, como Locke. Assim, ao eliminar a graça divina, se arranca do indivíduo a sua capacidade criativa, a sua centelha divina que só se acende em contato com a caridade do Deus vivo. O homem se torna *incapax Dei*, incapaz de participar da criação divina, de pensamento científico criativo, de mudar de idéias e comportamento, de perfeição; é escravo da natureza, o que se enquadra muito bem com os sistemas lógicos aristotélicos e com o malthusianismo.

Centelha divina e graça

Para Santo Agostinho, a santificação do homem exige cooperação estreita entre a graça e o livre arbítrio, cooperação entre uma força divina e uma humana: "Com a graça, inspira Deus o desejo do bem, para que não aja com desgosto, mas com prazer. Esta é a suavidade que Deus dá, para que nossa terra produza seu fruto; porque nós fazemos o bem verdadeiro, não por medo dos males temporais, mas pela atração que o bem produz por si mesmo. As boas obras devem ser feitas por amor e não por temor, não por medo da pena, mas pelo gozo da justiça. Esta é a verdadeira e autêntica liberdade... E atua com liberdade quem atua satisfeito, contente, alegre."

Essa cooperação de forças, em que a vontade humana, convidada pela graça divina, participa da Criação, é, parece-me, aquilo em que consiste a centelha divina no indivíduo. Somos a imagem de Deus por virtude da razão criadora, e esta existe por virtude da atração da graça divina. Assim, é por intermédio da graça que o homem atravessa a república do simples livre arbítrio e passa à república da verdadeira liberdade.

Em referência à nossa tarefa, concluirei citando os *Princípios sobre a natureza e a graça*, de Leibniz, que, junto com a *Justificativa de Deus*, se dedicam à defesa dos conceitos de pecado das origens e graça divina, ameaçados pelos precursores do Iluminismo:

"Por tudo isso, os espíritos dos homens ou dos gênios entram, por virtude da razão e das verdades eternas, numa espécie de sociedade com Deus, e são membros da Cidade de Deus, do Estado mais perfeito, formado e regido pelo maior e melhor dos monarcas; neste Estado, há tanta virtude e felicidade como é possível que haja, e não por um desgoverno da natureza... mas pela própria ordem das coisas naturais, em virtude da harmonia preestabelecida desde sempre, entre o reino da natureza e o reino da graça, entre Deus arquiteto e Deus monarca; de sorte que a natureza conduz a graça e esta aperfeiçoa aquela...

"Sendo Deus a mais perfeita e mais venturosa, e por conseguinte a mais amável das substâncias, e consistindo o puro amor verdadeiro num estado no qual as perfeições e a felicidade do objeto amado nos produzem prazer, esse amor deve proporcionar-nos o máximo deleite de que somos suscetíveis, quando o objeto amado é o próprio Deus... Deus enche nossas esperanças e nos conduz pelo caminho da felicidade plena, porque, em virtude da ordem perfeita estabelecida no Universo, tudo está feito do melhor modo possível, não só para o bem geral, mas para o maior bem particular daqueles que estão persuadidos desta verdade e satisfeitos pelo regime divino, o qual não pode faltar a quem sabe amar a fonte de todo bem. Certamente, a felicidade suprema, ainda que acompanhada de beatíficas visões ou conhecimento de Deus, não pode ser nunca plena, porque sendo Deus infinito, não pode ser conhecido por inteiro.

"Assim, pois, nossa felicidade não consistirá nunca, e não deve consistir, num gozo pleno, no que nada fique a desejar, e restará estúpido nosso espírito se não estiver em progresso perpétuo para novos deleites e novas perfeições."

APÊNDICE 4

A INFRA-ESTRUTURA E O ABC DOS "CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO"

O presente texto foi compilado do relatório especial The Eurasian Land-bridge The 'New Silk Road', locomotive for worldwide economic development *(Executive Intelligence Review, Washington D.C., January 1997).*

A História da Humanidade comprova que o transporte, a infra-estrutura urbana, energia, grandes obras hidráulicas e comunicações têm sido fatores decisivos para o desenvolvimento econômico dos povos. Estes empreendimentos de infra-estrutura não agregam à economia um produto propriamente dito, mas algo muito mais importante: eficiência e produtividade aos setores da economia que produzem bens. Criam novos mercados onde não existiam, viabilizam novas fronteiras agrícolas ou a exploração econômica de recursos naturais, possibilitam o surgimento de novas cidades, são um fator importante para a integração e ocupação territorial e têm um papel fundamental para a logística da defesa nacional. Devido a estes e outros fatores, os efeitos de um empreendimento de infra-estrutura são não-lineares e geralmente incomensuráveis. Por conseguinte, a decisão de sua implantação deve obedecer a diretrizes de um planejamento estratégico da Nação, necessariamente de longo prazo, em que análises tipo custo-benefício são critérios auxiliares, mas jamais decisórios. Assim, tais empreendimentos representam verdadeiros "corredores de desenvolvimento", ao longo dos quais criam-se polos econômicos que possibilitam o surgimento de novas cidades e frentes de desenvolvimento socioeconômico.

Por estas características, empreendimentos de infra-estrutura devem ser, direta ou indiretamente, patrocinados e financiados pelo Estado, única entidade que pode emitir créditos para tais finalidades. Isto requer uma política econômica de cunho dirigista, em que o Estado determina o que será feito, mas em harmonia com a iniciativa privada. A forma de o Estado recuperar o investimento feito, inclusive para garantir futuros empreendi-

mentos, é mediante a arrecadação de impostos. Ao promover a abertura de novas fronteiras, o Estado dinamiza a economia do país, aumenta o bem-estar da população e também amplia a sua base arrecadadora. Quase sempre, os desafios enfrentados envolvem avanços científicos e tecnológicos que, por sua vez, irão acrescentar eficiência e produtividade à economia como um todo. No Projeto Apolo, por exemplo, além dos inegáveis benefícios que trouxe para toda a Humanidade, o governo dos Estados Unidos arrecadou 14 dólares por cada dólar que investiu ao longo dos quinze anos de duração do projeto.

O exemplo mais importante de "corredores de desenvolvimento" da atualidade vem da China, que transformou-se em um verdadeiro canteiro de obras. A China lidera o conjunto de obras de infraestrutura conhecido como Ponte Terrestre Eurasiática, constituído basicamente por uma malha ferroviária ligando todos os países da Ásia Central e cujo principal eixo percorre a milenar Rota da Seda. A Ponte Terrestre Eurasiática já é uma realidade. Em 1990, foram concluídos 4.131 km de ferrovias ligando a China ao Cazaquistão e a parte restante - o trecho entre o Irã e o Turcomenistão -, foi inaugurada em maio de 1996. No total, são 11.000 km de ferrovias ligando a China à Europa. A diretriz que converte estas redes em corredores de desenvolvimento é uma norma oficial do governo chinês. A idéia é integrar a ferrovia a uma rede de energia elétrica, oleodutos, gasodutos e a instalação de uma rede de fibra ótica, que já começou a operar em alguns trechos: no final, terá 27.000 km de extensão e unirá Frankfurt a Xangai, servindo a 20 países. Ao longo destes corredores de desenvolvimento, a China planeja criar, nos próximos 20-30 anos, cerca de 200 novas cidades de um milhão de habitantes.

A China empreende, também, gigantescas obras hidráulicas, das quais a maior é a represa de Três Gargantas, no rio Yangtsé, cujo principal objetivo é o controle das enchentes periódicas que assolam a região. A última grande inundação, por exemplo, cobriu 33 milhões de hectares de terras agrícolas, matou mais de mil pessoas, destruiu 800.000 casas e danificou outras 2.800.000. Apesar destes estragos, o aparato ambientalista internacional vem fazendo grande pressão contra o projeto. Quando concluída, em 2010, Três Gargantas gerará 17.680 megawatts de energia elétrica e permitirá a navegação em novas regiões do interior. O projeto inclui ainda irrigação e a transposição de águas para o rio Amarelo, por meio da modernização de um canal já existente, o que permitirá levar água ao deserto de Gobi, transformando-o totalmente.

O PRINCÍPIO DO CORREDOR DO DESENVOLVIMENTO

A maciça promoção de idéias neomalthusianas nas duas últimas décadas, por parte do Clube de Roma e outros patrocinadores do movimento ambientalista, implantou nas mentes da maioria das pessoas uma noção completamente falsa da relação entre população e desenvolvimento econômico.

Ao contrário da crença popular, não é a "superpopulação" que está impedindo o desenvolvimento econômico, mas a falta de população suficiente na África, América do Norte e do Sul, Austrália e até mesmo na própria Eurásia! De fato, uma rápida olhada na distribuição mundial da densidade de população demonstra que a maior parte da superfície terrestre do planeta é muito pobremente habitada. Aparte algumas áreas espalhadas e isoladas, há poucas regiões no mundo onde a densidade média populacional seja comparável à da Europa Central. São elas, principalmente: 1) partes da China, particularmente os vales dos rios Huang He e Chang Jiang, além de partes da Coréia, Japão e Indonésia; 2) partes da Índia, incluindo o vale do Indo e as regiões costeiras; e 3) o cinturão industrial do Nordeste dos Estados Unidos. No demais, a Terra é em geral um lugar muito solitário.

Deixando de lado no momento o papel do clima, dos recursos minerais etc., há uma razão muito simples pela qual uma baixa densidade populacional constitui um fator econômico negativo. Consideremos os custos materiais reais per capita de manutenção de uma certa população em um certo nível de padrão de vida e de produtividade. A maior parte deste custo consiste na manutenção e funcionamento da infra-estrutura econômica básica, incluindo: o transporte de pessoas e bens (construção e manutenção de estradas, ferrovias, transporte público, automóveis etc.); produção e distribuição de várias formas de energia; fornecimento de água e sistemas sanitários; comunicações; sistemas de saúde e de educação. Tomemos uma unidade populacional (um milhão de pessoas, por exemplo) e comparemos os custos médios estimados por pessoa e por domicílio para fornecer tais serviços de infra-estrutura, em dois casos hipotéticos: a) a população se concentra em poucas e bem definidas cidades; ou b) a população se distribui uniformemente por uma grande área rural. Quando fazemos a comparação, imediatamente compreendemos porque as cidades são uma das maiores invenções da Humanidade.

A eficiência econômica vastamente superior das cidades se liga mais obviamente a três fatores primários: o primeiro e mais óbvio é a drástica redução nas distâncias médias nas quais pessoas, bens e serviços devem ser transportados e distribuídos, para se fornecer um certo nível de vida, educação, emprego e atividade sócio-cultural. O segundo é o uso mais

intenso e eficiente de todo tipo de instalações, de estradas e outros sistemas de transporte a escolas e hospitais. O terceiro fator é constituído pelas condições favoráveis inigualáveis que os centros urbanos possibilitam ao desenvolvimento e uso da tecnologia. Um exemplo típico é a revolução da eletricidade, em fins do século 19, que começou nas cidades e apenas gradualmente se espalhou para fora delas, em geral como resultado de políticas dirigistas de eletrificação rural.

O QUE É UM CORREDOR DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA

Para fins de conceituação, o típico corredor de infra-estrutura pode ser visto como uma faixa contínua de terra, com aproximadamente 100 km de largura, centralizada em uma rota de transporte principal, como uma ferrovia ou hidrovia. Paralelamente à rota principal, instalam-se linhas elétricas de alta capacidade, gasodutos, oleodutos, sistemas de fornecimento de água (inclusive canais de irrigação), linhas de comunicação por fibra ótica etc. Desta forma, criam-se as pré-condições essenciais para qualquer tipo de atividade industrial no corredor de desenvolvimento. Qualquer região deste não está a mais de 50 km dessas principais "artérias" de infra-estrutura. Daí, é simples e economicamente eficiente construir uma rede de "ramos" e "capilares" ligando as artérias da infra-estrutura central aos serviços fornecedores de transportes, energia, água e comunicações para qualquer parte do corredor.

Mais uma consideração é crucial para se compreender as vantagens econômicas sem igual do corredor de desenvolvimento. Transformando linhas de longa distância de transporte, energia e de infra-estrutura de água em "corredores de desenvolvimento", aumentaremos enormemente a eficiência e o impacto econômico das linhas de infra-estrutura em si mesmas.

Consideremos, por exemplo, a construção e operação de uma ferrovia de longa distância ligando a cidade A à cidade B, através de uma área enorme, subdesenvolvida e pouco habitada. À medida que as regiões ao longo da ferrovia permanecerem subdesenvolvidas, aparecerão somente como fator de custo no fornecimento de transporte de bens e pessoas entre A e B. O tempo e esforço gastos em se atravessar a distância entre A e B é simplesmente perdido sem qualquer efeito econômico positivo. De fato, uma das principais fraquezas da economia da antiga União Soviética era o enorme custo de transporte resultante da ligação de depósitos de matérias-primas isolados e centros de processamento e produção, separados um do outro por espaços imensos relativamente vazios.

O que ocorre, entretanto, quando desenvolvemos um denso tecido de centros populacionais e de atividades agrícolas e industriais, localizados ao longo da extensão inteira de uma ferrovia? Neste caso, a distância entre A-B é transformada em um "multiplicador" econômico. Imediatamente, o grau de uso da ferrovia e de outras infra-estruturas é grandemente aumentado. Embora a adição de tráfego local e regional possa pedir estradas adicionais e várias outras melhorias, a regra geral permanece verdadeira: Quanto maior a densidade de exploração de uma rota de transito, tanto maior se torna a eficiência do sistema de transporte, quer dizer, tanto menor o investimento e custo operacional por tonelada e por quilômetro transportado. A região ao longo da linha é também um enorme mercado, e um grande fornecedor de bens. Em especial, as indústrias localizadas entre A e B podem processar certos bens e materiais, transportados pela linha, em bens com maior valor agregado para transporte posterior para A, B ou outras localidades. Nesta espécie de desenvolvimento, a ferrovia entre A e B age como uma gigantesca "linha de produção", na qual se agrega valor a uma porção de bens conforme se movem eles de um ponto a outro. Efeito análogo ocorre no transporte de passageiros, quando estes exploram a possibilidade de fazerem uma parada para conduzir algum negócio útil em local intermediário.

Resumindo, as vantagens econômicas sem igual dos corredores de infra-estrutura derivam-se principalmente da "realimentação positiva" de dois fatores, ambos refletindo o impacto das "funções de densidade": 1) o "pacote" de transporte, energia, água, comunicações e outras formas de infra-estrutura básica, ao longo de uma certa rota, fornecem condições ideais para o crescimento de um grupo de centros de agricultura intensiva, indústrias e população ao longo da rota; e, reciprocamente, 2) o crescimento em escala e densidade de atividades econômicas ao longo de toda a extensão de tal rota aumenta grandemente a eficiência, produtividade e efeito econômico positivo líquido dos melhoramentos na infra-estrutura, bem corno quaisquer outros tipos de investimentos produtivos.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Academia Brasileira de Ciências 164
Academia de Ciências da Suécia 67
Academia de Ciências da URSS 154
Academia Nacional de Ciências (EUA) 252
Ação dos Médicos Europeus 263
Ação Popular 115
Afwerki, Isaias 226
Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional 77, 99, 116, 117, 178
Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency – CIA) 108, 128, 133, 252, 265
Agência de Inteligência de Defesa (DIA) 72
Agência de Proteção Ambiental (Environmental Protection Agency – EPA) 123, 215
Agência de Segurança Nacional (NSA) 72
Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) 122
AIDEnviroment 187
Albert, Bruce 103, 121, 212
Albuquerque Lima, Afonso de 133
Alexandre II, czar da Rússia 20
Alfred Jurzykowski Foundation 106
Aliança de Planejamento Familiar da América 255, 256
Allegretti, Mary 148, 172
Allied Signal 121
Almeida, Miguel Ozório de 136
Alsa, Aubrey Buxton 100
Alves, Rex Nazaré 162
Amazon Conservation Team 110
Amazon Watch 110
America Mineral Fields 229
American Soybean Association 166
Amigos da Terra, (Friends of the Earth) 97, 119, 171, 197, 213, 220
Anderson, Robert O. 52, 54, 97
Andrade, Roberto Paulo Cezar de 111
Andujar, Claudia 102
Angleton, James Jesus 34
Anglo-American 77, 229
Anistia Internacional 80, 157
Annan, Kofi 101
Araújo Castro, João Augusto de 135
Arendt, Hannah 30
Aristóteles 275, 278
Armani, Domingos 220
Arns, Dom Paulo Evaristo 219
Arouet, François Marie (Voltaire) 275
Associação Amazônia 99, 192, 193, 194
Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) 114
Associação de Pesquisa Eugênica (Eugenics Research Association) 247, 248, 249
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) 145
Associação Industrial 20, 21
Associação para a Esterilização Voluntária 251, 252
Atlantic Richfield Oil Corporation 52
Atlee Burpee, W. 121

Bacon, Francis 276
Bakunin, Nicolai 86
Balduíno, Dom Tomás 142
Ballinger, Richard A. 43
Baltazar, rei da Babilônia 32
Banco Central (Brasil) 146
Banco da Inglaterra 18, 27
Banco de Compensações Internacionais (BIS) 27
Banco de Desenvolvimento Internacional 9
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) 66, 148

Banco Mundial 27, 53, 54, 66, 81, 101, 102. 106, 119, 124, 128, 136, 147-149, 151, 180, 181, 196, 226, 230, 259, 268, 271
Bantel, Arnaulf 203
Barclays Bank 100
Baring, casa bancária 132
Barney, Gerald O. 60, 61, 62
Barrick Gold 229
Barros, Sebastião do Rego 183
Bateson, Gregory 38, 157
Batista, Eike 105
Batista, Eliezer 105
Batmanian, Garo 187
Battle, John 216
Bayer 64
Beaverbrook, lorde 33
Bell, Peter T. 128
Bernardes, Arthur 134
Bernardo, príncipe consorte da Holanda 27, 46, 100, 263
Betto, frei 218, 223, 274
Bilderberg, Grupo 31
Black, Conrad 100
Blair, Tony 72, 220, 228
Blós, Walter 200
Bode, Thilo 129
Bodmer, Walter 210
Body Shop 152
Boeing 122
Boff, Leonardo 223, 224, 274
Bolivian Syndicate 57, 132
Bonaparte, Napoleão 42
Borlaug, Norman 163
Bormann, Martin 245
Borregard, v. Riocell
Both Ends 99, 101, 178
Boulding, Elise 84
Boulding, Kenneth 55, 84
Boutros-Ghali, Boutros 26
Bramble, Barbara 116, 147
Branwell, Anna 44
Brascan 111, 117
Brazil Network 152, 153, 213, 214
Brewda, Joseph 49, 79
British Petroleum 122, 215
Brooke, Alan 46
Brot für die Welt (Pão para o Mundo) 104
Brower, David 98
Brown Brothers Harriman 247
Brown, Irving Foster 124
Brown, Lester R. 125
Brundtland, Gro-Harlem 63
Brzezinski, Zbigniew 30, 47, 48, 59, 71
Bullock, James 42
Bundy, McGeorge 108, 128
Bush, George 70, 153, 154, 209, 214, 216, 228, 229, 245, 246, 255, 256, 260, 264-266, 270, 273
Bush, Prescott 247
Buxton, família 100, 221
Buyoya, Pierre 226

Cabot, Juan Enriquez 207
Cáceres, Luiz de Melo 176
Cadbury, Christopher 112
Cadbury, família 112
Cadbury, Peter 100, 112
CAEMI 111
Caldwell, Lynton 52
Calheiros, Renan 198
Campbell, Clarence 249
Campos, Neudo 193, 199, 201
Capobianco, João Paulo 172
Cardoso, Fernando Henrique 27, 119, 127, 129, 162, 171, 182, 218
Cardoso, Ruth 201
Carey, Henry C. 19
Carlos Magno 176
Carlsson, Ingvar 130
Carneiro, Paulo Berredo 134
Carrara, Eduardo 169
Carrasco, Lorenzo 8, 21, 157, 159
Carrel, Alexis 249
Carter, Jimmy 58, 130, 145, 179
Carvalho, Ricardo 151
Casa de Orange 56, 100
Casaldáliga, Dom Pedro 142, 172, 219, 223
Castro, Josué de 135, 137
Castro, Luciano 200
Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP) 127
Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural 99
Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais 71
Centro de Formação Intercultural (CENFI) 223
Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) 116, 141
Centro Industrial do Brasil 21

Centro Mundial de Vigilância da Conservação 120, 125
Chafee, John 129
Chalker, Lynda 80, 215, 220
Chapell, Frank 46
Chappell, Frank 211
Charles, príncipe de Gales 65
Chevron 122
Christian Aid 103, 104, 220, 222
Church Missionary Society of England 205
Churchill, Winston 35
Cidadãos Planetários, (Planetary Citizens) 55, 97
Clark, Christopher 99
Clarke, Kenneth 24
Clay, Jason 117, 143
Clínica Tavistock 36, 117, 118
Clinton, Bill 72, 181
Clube 1001 46, 75, 77, 100, 112
Clube da Vida 263
Clube das Ilhas 10, 27, 75, 77, 112, 114
Clube de Roma 6, 8, 30, 48-51 58, 59, 66, 76, 77, 84, 98, 99, 101, 236, 242, 262, 272, 285
Coalizão para os Povos Amazônicos e seu Meio Ambiente 197
Coalizão Rios Vivos 98, 100, 101, 107, 110, 111, 171, 179, 182
Coca-Cola 122
Coeficientes 31
Colby, Gerald 134
Colchester, Marcus 121
Colégio Dartmouth 262
Collor de Mello, Fernando 27, 214, 216, 280
Colson, Audrey 211
Comissão Brandt 63
Comissão Brundtland, v. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Nações Unidas 39, 52, 62, 64, 66, 68, 125, 145
Comissão da Comunidade Européia 57
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas 39
Comissão do Índio 117
Comissão Estadunidense para a Divulgação e Política 259
Comissão Internacional de Caça à Baleia (IWC) 113
Comissão Para a Criação do Parque Ianomâmi (CCPY) 102, 213
Comissão Pastoral da Terra (CPT) 219, 221
Comissão Pró-Índio 102
Comissão Trilateral (Trilateral Commission) 31, 58, 59, 68, 69, 71, 128
Comitê Não Faça Ondas, v. Greenpeace 112
Commoner, Barry 55
Companha das Índias Ocidentais 15
Companhia Vale do Rio Doce 105
Comunidade Britânica de Nações (British Commonwealth) 23, 24, 46, 113
Comunidade Européia 57, 117, 196, 215, 238
Confederação Nacional dos Transportes 164
Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano 53
Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação 137
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, v. Rio-92
Conferência de Haia 98, 214
Conferência Mundial de População (Bucareste) 7
Conferência Mundial sobre População (Berlim) 136, 249, 263
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) 103, 104, 193
Conferência sobre Desequilíbrio e Colaboração Tecnológica 47
Congregação para a Doutrina da Fé 104, 141
Congresso Demográfico Internacional de Berlim 259
Conselho de Conservação (Conservation Board) 42
Conselho de População (Population Council) 252
Conselho de Qualidade Ambiental 120, 124, 179
Conselho de Relações Exteriores 31
Conselho de Segurança das Nações Unidas 22, 71, 194
Conselho de Segurança Nacional (EUA) 23, 25, 60, 128, 252, 265
Conselho Econômico e Social das Nações Unidas 253
Conselho Ecumênico de Igrejas, v. Conselho Mundial de Igrajas 04, 141
Conselho Indigenista de Roraima 193, 197
Conselho Indigenista Missionário (CIMI) 103, 104, 141, 168, 193, 197
Conselho Internacional de Ciência Social 83
Conselho Privado 24, 226
Conservation Foundation, (Fundação de Conservação) 45
Conservation International 76, 77, 105-107, 153, 188, 197

Control Risk 24
Cooperrider, David 83
Cordonnier, Michael 166
Costa, Artur da Souza 133
Costa, José Pedro de Oliveira 111
Cousins, Norman 98
Cousteau, Jacques 272
Coutinho, Aureliano 205
Cowell, Adrian 211
Cristo, Jesus 224, 274
Cromer, lorde 211
Cronos 6
Cruz Verde Internacional 99, 194
Cruz Vermelha Internacional 255
Cuellar, Javier Pérez de 26
Cultural Survival 106, 116, 143, 152, 197
Curzon, lorde 211
Cusa, Nicolau de 7

Darwin, Charles 43, 247
Darwin Jr., Charles 248
Davenport, Charles 247
David Suzuki Foundation 106
de Gaulle, Charles 264
Dennett, Charlotte 134
Departamento de Agricultura (EUA) 106, 165
Departamento de Defesa (Pentágono) 72
Departamento de Estado (EUA) 7, 23, 47, 53, 108, 150, 181, 268
Departamento do Interior (EUA) 63
Departamento para o Desenvolvimento Internacional 77, 81, 107, 180
Dewar, Elaine 53, 73, 74
Diálogo Interamericano 23, 24, 128
Dias, José Carlos 129, 199
Dodge, casal 248
Douglas, Kevin 123
Dow Chemical 121
Draper, William 248, 256
Dubos, René 54
Dulles, Allen 34
Dulles, John Foster 141, 247, 252
DuPont 64
D'Urban, B. 205
Dutra, Olívio 113, 115

Eagle Star Insurance Corp. 33
Earth First! 77, 98, 114, 119
Earth Island Institute 77, 98, 119
Eastman Kodak 122
Eberhard, Adalberto 107
Ecologia e Ação (ECOA) 107, 178
Ecological Society of America 123
Ecotrópica 107, 110, 122, 178, 188
Eduardo VII, rei do Reino Unido 27, 31, 42
Ehringhaus, Henner 216
Ehrlich, Paul 52, 55, 260
Einaudi, Luigi 23
Eisenhower, Dwight 252
Elbrick, Charles 115
Elizabeth II, rainha do Reino Unido 24, 46, 127, 209, 220, 226
Ellis, Havelock 256, 258
Emery, Fred 89-92
Empédocles 272
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) 191
Ennals, David 80
Enron 122
Environmental Defense Fund (EDF) 52, 108, 116, 147, 185, 197
Eros 272
Escola de Administração Wharton 85
Escritório de Pesquisa de População, v. Universidade Princeton 252
Escritório de Registros Eugênicos (Eugenics Record Office) 247, 249-251
Exército Popular de Libertação Sudanês 81
Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) 13, 106, 119, 141, 217
External Aid 99
Exxon 121

Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) 116
Fairchild, Henry Pratt 256
Fanon, Franz 16, 222, 224, 225
Farage, Nádia 199
Farias, Alcides 107
FBI (Federal Bureau of Investigations) 42
Federação Internacional de Institutos de Estudos Avançados 83
Federação Internacional de Organizações Eugênicas 44
Federação Internacional de Paternidade Planejada 60, 255
Federalistas Mundiais, (World Federaltsts) 55, 97
Feldman, Fabio 129
Fischer, Eugen 249

Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) 14, 219
Ford, Gerald 263, 266
Forel, August 257
Forest Peoples Support Group 152, 213
Fowles, George 220
Franco, Itamar 114
Freire, Paulo 221, 222, 224
Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) 222
Frente de Libertação de Vancouver 112, 113
Frente Patriótica Ruandense (FPR) 227
Frering, Mario Augusto 111
Frick, Dr. 249
Fromm, Erich 30
Fujimori, Alberto 6
Fundação Amoco 122
Fundação ARCO 122
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentado 110
Fundação C.S. Mott 178, 185
Fundação Cargill 122
Fundação da Comunidade Britânica (Commonwealth Foundation) 26, 79
Fundação dos Agentes da Coroa (Crown Agents Foundation) 220
Fundação Ecológica de Mineiros (Fundação Emas) 105
Fundação Findhorn 157
Fundação Ford 50, 53, 54, 108, 117, 120, 125, 127, 128,253,254,257
Fundação Gaia 148, 156, 158
Fundação Gorbachov 67
Fundação Interamericana (Inter-American Foundation) 108, 116
Fundação Lindisfarne 157
Fundação Luterana Mundial 81
Fundação MacArthur 109, 124, 127, 128
Fundação Mellon 122
Fundação Nacional de Saúde 102
Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 133, 199
Fundação Nacional para a Democracia (NED) 103
Fundação para a Melhoria Humana, v Associação para a Esterilização Voluntária e Associação para a Contracepção Cirurgica Voluntária 251
Fundação Pró-Natureza (Funatura) 122
Fundação Rockefeller 42, 109, 110, 161, 249, 252, 257, 259
Fundação SOS Amazônia 122
Fundação Vitória Amazônica 110
Fundação W. Alton Jones 101, 107, 110, 115, 119, 124, 177
Fundación Kattan 101
Fundo 1001 para a Natureza (1001 Nature Trust), 46
Fundo Cadbury 112
Fundo Curador das Nações Unidas para Questões Populacionais 254
Fundo dos Irmãos Rockefeller (Rockefeller Brothers Fund) 59, 124
Fundo Draper/Comitê de Crise Populacional 248
Fundo Internacional para a Sobrevivência e o Desenvolvimento da Humanidade 160
Fundo Monetário Internacional (FMI) 7, 9, 65, 66, 82, 226, 271
Fundo Mundial para a Natureza (World Wide Fund for Nature), v. Fundo Mundial para a Vida Selvagem 46, 111
Fundo Mundial para a Vida Selvagem (World Wildlife Fund – WWF) 26, 46, 110
Fundo para Atividades Populacionais das Nações Unidas 252, 268

Gabinete Colonial (Colonial Office) 180
Gabinete de Serviços Estratégicos (Office of Strategic Services – OSS) 34
Gaia 6, 39, 148, 157, 178,224, 272
Galinkin, Maurício 99, 171, 179
Galton, Francis 43
Gana Sahajya Sangsta 81
Gandhi, Indira 254
Gandhi, Mahatma 86
Garang, John 226, 228
Garel-Jones, Tristan 24
Garfield, James 20
Gauss, Carl 7
Gecamines 229
Geisel, Ernesto 267
General Motors 64
Gengis Cã 32, 231
George Cadbury Trust 100
Gesell, Gerhard 261
Goldemberg, José 110, 154, 155, 159, 160,209
Goldmann, Emma 256
Goldsmith, Edward 57, 98, 211, 212
Goldsmith, James 57, 98, 212
Gomes, Severo 103, 213
Goodland, Robert 147

Gorbachov, Mikhail 99, 154, 194, 214
Gore, Albert 40, 216
Goulart, João 133
Goya, Francisco 6
Grant, Ulysses S. 20
Gray, família 251
Greenpeace 67, 77, 111-114, 129, 152, 157, 160, 171, 213
Grey, lorde 211
Groeneveld, Willem Pieter 116
Gross, Tony 117, 147
Grotius, Hugo 15, 275, 278
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) 98, 197
Grupo de Trabalho Europeu sobre a Amazônia (European Workyng Group on the Amazon – EWGA) 22, 186, 193
Grupo Pulsar (México) 105
Guernier, Maurice 51
Guerra, Alceni 251
Guimarães, Sérgio 115
Guppy, Nicolas 211
Guyana Shield Regional Trust Fund 196

Halifax, lorde 141
Hamilton, Alexander 19, 21
Hanbury-Tenison, Robin 121, 143, 196, 210
Hare, Jay 149
Harmsen, Hans 259
Harriman, Averell 42, 43
Harriman, E.H. 247
Harriman, Mary 247
Hayes, Dennis 55
Heath, Edward 130
Heidegger, Martin 16, 30, 223, 225
Henrik, príncipe da Dinamarca 100
Hesíodo 272
Hidroservice-Louis Berger, consórcio 182
Hirschfeld, Magnus 257
Hitler, Adolf 44, 141, 245, 249
Hobbes, Thomas 6, 31 217
Hoffman, Luc 100
Hoffman-LaRoche 100
Hollinger Corporation 33, 78, 100
Hong Kong and Shangai Banking Corporation (HSBC) 24
Horton, Robert 215
Howard Perlmutter 85, 86, 91-93
Hughes, Patrick 72, 195
Humboldt, Alexander von 175, 233
Hunter, Robert 112
Huntington, Samuel 71
Hurlbut, Stephen 20
Hussein, rei da Jordânia 254
Hutchins, Robert M. 55
Huxley, Aldous 97, 118, 255
Huxley, Francis 211
Huxley, Julian 44, 46, 57, 123, 134, 211, 253, 257
Huxley, Michael 211

I.G. Farben 100, 247
Igreja Anglicana 103, 141, 220
Igreja Católica 15, 103, 141, 152, 213, 224, 257
Igreja Episcopal de São Jorge de Nova York 257
Imperial Chemical Industries (ICI) 64, 114
Iniciativa de Estocolmo sobre Segurança e Governança Global 130
Iniciativa do Escudo das Guianas (Guyana Shield Initiative) 22, 196
Inocentes, frei José dos Santos 205
Instituição Alemã de Pesquisa em Psiquiatria 249
Instituto Aspen de Estudos Humanísticos 52
Instituto Atlântico 47
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) 150
Instituto Católico de Relações Internacionais (CIIR) 213
Instituto Centro de Vida (ICV) 115, 178
Instituto da União para Ginecologia e Obstetrícia 254
Instituto de Advogados para um Planeta Verde 110
Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC) 115, 147
Instituto de Estudos Sócio-econômicos (INESC) 153
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) 116, 122, 124
Instituto de Pesquisas de Stanford 36
Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Massachusetts Institute of Technology – MIT) 49
Instituto Hudson 134
Instituto Internacional da HiléiaAmazônica 134
Instituto Internacional de Análise de Sistemas (IIASA) 66
Instituto Internacional para Assuntos Ambientais (IIEA) 54
Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) 161

Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED) 54
Instituto Karolinska 254
Instituto Nacional de Ciências Médicas 255
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) 134
Instituto para a Cooperação Internacional / Campanha Aliança pelo Clima (IIZ) 117
Instituto para a Política Européia de Meio Ambiente 57
Instituto para a Pré-História, Antropologia e Ecologia (IPHAE) 116
Instituto para a Qualidade de Vida 99, 194
Instituto Schiller 263, 273
Instituto Smithsoniano (Smithsonian Institution) 43, 132
Instituto Socioambiental (ISA) 116, 142, 168, 197
Instituto Summer de Lingüística (Summer Institute of Linguistics – SIL) 117, 133, 203
Instituto Tavistock de Relações Humanas 36, 117
Internacional Anti-Escravidão (Anti-Slavery International) 79, 212, 221
Internacional Socialista 56, 58
International Nickel Company 247
International Rivers Network 98, 100, 110, 119, 171, 178
Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) 137, 151, 183

J.P. Morgan Bank 122
Jagam, Jaddy 203
Jaime, Maria José 115
Jardim Botânico de Nova York 124
Jaspers, Karl 225
Jean-Baptiste Colbert 17
Jenkins, Roy 54
Jennings, Walter, sra 248
Jensen, Arthur 246
John Hemmings 211
Johnson, Lyndon 119, 254
Juan Carlos de Bourbon, rei da Espanha 100
Judd, Frank 80, 120
Juliana, rainha da Holanda 100

Kabila, Laurent 220, 228, 230
Kagame, Paul 220, 226, 228
Karajá, Daniel Koxini 172
Kasten, Robert 148
Kellogg, Harvey 248
Kelly, Petra 58
Kennan, George 59, 68
Kennedy, Foster 249
Kennedy, John Fitzgerald 37, 134, 259
Kepler, Johannes 7
Keynes, John Maynard 257
King, Alexander 30, 49, 50, 51, 57
King, John Caldwell 133
King, Martin Luther 149
Kishinami, Roberto 129
Kissinger, Henry 23, 25, 60, 263, 265, 266
Klabin, Israel 110, 185
Kleinwort Benson 101
Kleinwort, Kenneth 101
Koorte, Rudolf de 153, 214
Kopenawa, Davi 121, 213
Krautler, Dom Erwin 142
Kreisky, Bruno 51
Kristensen, Thorkil 50
Kublai Cã 84

Lacerda, Leonardo 99
LaLonde, Brice 98
Lampreia, Luiz Felipe 170
Landes, David 16
Lapham, Anthony A. 108
LaRouche, Helga Zepp 263
LaRouche, Lyndon 7, 8, 9, 10, 32, 37, 41, 56, 273, 303
Laughlin, Harry 249, 258
Leal, capitão 205
Leibniz, Gottfried Wilhelm 17
Lênin, V.I. 225
Leonard, Major 248
Lerner, Jaime 129
Levy, Jean 276
Lewin, Kurt 89
Lewis, David Maybury 106, 107, 143
Libânio, José Carlos 116
Lideranças para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (LEAD) 109, 161
Liga de Paternidade Voluntária 256
Liga do Controle da Natalidade da América 256
Liga Mundial de Reforma Sexual 257
Liga para a Democracia Industrial (League for Industrial Democracy) 56
Lima, Márcio 173
Limerick, conde de 24
Lincoln, Abraham 19, 34, 171

Lins, Átila 159
List, Friedrich 19
Lloyd, Tony 102
Locke, John 275, 279
Lockheed 46, 100
London and Rhodesia Mining and Land Corporation (LONRHO) 227
Lopes, Antônio Muniz 150
Lopes, Édio Vieira 200
Lothian, lorde 103, 141
Loudon, John H. 101
Lovejoy, Thomas 125, 137, 148, 172
Lovelock, James E. 39
Lovestone, Jay 34
Loy, Frank 108
Lucis Trust 157
Luís XIV, rei da França 17
Lumumba, Patrice 225
Lutero, Martinho 14
Lutzenberger, José 148, 153, 155, 156, 158, 209, 214, 271
Lynx 77, 113

MacMillan, Harold 230
MacNeill, Jim 68
Maçonaria 275
Major, John 220
Malthus, Thomas 6 236
Mansholt, Sicco 57
Mao Tsé-tung 86
Marcos, Ferdinand 254
"Marcos, subcomandante" 13
Marcuse, Herbert 30
Marés, Carlos Frederico 199
Margullis, Lynn 39
Marinho, José Roberto 111
Martins, Eduardo 124, 127, 147
Marx, Karl 225
Malbrus, Delwek 220
Mauro, Gilmar 217, 218, 224
Maximiliano de Habsburgo, imperador do México 19
McCormick, família 259
McDowell, David 45
McKinley, William 35, 246, 256
McNamara, Robert 53, 54, 128, 259
McTaggart, David 112
Mead, Margaret 38, 53
Meadows, Dennis 262
Meoma, Carlo Ripa di 215
Meiji, Restauração 20
Melchett, Peter 114
Mendeleiev, Dmitri 224
Mendes, Chico 108, 116, 148, 149, 213
Mesquita, Fernando César 150
Metcalfe, Ben 112
Metropolitan Life 139
Metternich, Clement 18
Micheletto, Moacir 172
Mike Roselle 98, 119
Mildred Andrews Fund 122
Milner, Alfred 31
Milosevic, Slobodan 194
Minc, Carlos 146
Ministério da Cooperação Internacional (Holanda) 101
Ministério da Educação (Brasil) 162
Ministério de Relações Exteriores (Foreign Office, Reino Unido) 24, 120, 198, 202
Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (Brasil) 111, 172
Minto, lorde 211
Mittermeier, Russel 106
Mitterrand, Danielle 98, 218, 220
Mitterrand, François 58, 98, 151, 153, 214, 218
Mobil Oil 105
Mongiano, Dom Aldo 198
Monroe, James 18
Montaigne, Michel de 14
Montesquieu 276, 279, 280
Moraes, Eduardo José de 176
Moreira, Marcílio Marques 149
Morgan, John Pierpoint 248, 257
Morgenthau, Henry 257
Morte 272
Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa) 8, 270
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) 104
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) 14, 79, 141, 168, 217
Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA) 14
Movimento Viva Rio 104, 129
Murdoch, Rupert 33
Museu de História Natural de Nova York (New York Natural History Museum) 43, 132
Museveni, Yoweri 220, 222, 226, 230
Myers, Norman 138

Nader, Ralph 55
Napoleão III, imperador da França 19
Nasser, Gamal Abdel 254
National Audubon Society 43, 77
National Westminter Bank 111
National Wildlife Federation 116, 119, 147, 197
Natural Resources Defense Council (NRDC) 52, 120, 147
Nepstad, Daniel 124
Neto, Moura 184
Neto, Paulo Nogueira 111, 125, 145
Neto, Vasco Azevedo 163, 175
Neumann, John von 7
Newmont Gold Company 122
Newton, Isaac 279
Nicholson, Max 43, 44, 46, 123
Nietzche, Friedrich 225, 233
Nitze, Paul 108
Nixon, Richard 29
Notestein, Frank 252
Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) 142
Nuñez, Rafael 20
Nyerere, Julius 225, 230

Ohio Soybean Council 164, 165
Oldham, J.H. 141
Ontario Hydro 101
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) 114
Organização das Nações Unidas (ONU) 53, 79, 213
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) 137
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) 44, 120
Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) 22, 47, 71, 91, 101, 194, 262
Organização dos Estados Americanos (OEA) 23, 121, 213
Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) 104
Organização Internacional do Trabalho (OIT) 102, 213
Organização Meteorológica Mundial (OMM) 120
Organização Mundial da Saúde (OMS) 254
Organização Mundial de Comércio (OMC) 27
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento 30, 47, 100, 101, 262
Organizações Globo 111
Ortes, Giammaria 6
Orwell, George 31
Osborn, Fairfield 43, 45, 248
Osborn, família 255
Osborn, Frederick 252, 256
Osborn, Henry Fairfield 43, 248
Ostrom, Sverker 53
Oswald, Julian 71
Overseas Development Administration, v. Departamento para o Desenvolvimento Internacional 107
Owen, Joshua T. 20
Oxfam (Oxford Famine) 80, 120

Padoch, Christine 124
Pádua, Maria Tereza Jorge 122, 129
Paiakan, Paulinho 107, 144
Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) 70
Palme, Olof 51
Palmer, Martin 206
Palmerston, lorde 204, 205
Partido dos Trabalhadores (PT) 114
Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores 247
Partido Nazista 46
Partido Verde (Alemanha) 58
Partido Verde (Reino Unido) 98
Partner, Arno 166
Pasmore, William 83
Paulo VI, Papa 260
Pax Christi 219
Pearson, John 193, 202
Peccei, Aurelio 47, 48-50
Pelágio 274
Pereira, João Mendes 196
Pérez, Carlos Andres 215
Peshine Smith, Erasmus 20
Petro-Canada 101
Philip Morris 122
Philip, príncipe consorte do Reino Unido 27, 46, 49, 97, 113, 121, 127, 129, 140, 196, 209, 221, 230, 272
Pike, Kenneth L. 117
Pinchot, Gifford 42
Pincus, Dr. 253, 259
Piotrow, Phyllis 266
Piva, Hugo de Oliveira 162
Pizano, Samper 195
Planejamento Político e Econômico (Political

and Economic Planning – PEP) 44
Platão 7, 276, 277, 279
Poe, Edgar Allan 9
Porritt, Jonathon 98
Post, Laurens van der 157
Prada, Manrique 169
Pratt, John, sra. 248
Preston Publications 100
Pró-Família 255, 259
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 81, 120, 124, 179
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) 54, 101, 120, 123, 195, 212
Programa Norueguês para Povos Indígenas 102, 117
Puffendorf, Samuel 15
Pugwash, conferências de 29

Quakers Canadenses pela Paz 112

Rainforest Action Network 77, 98, 103, 119
Rainforest Alliance 110
Rainforest Foundation 102
Rainforest Foundation International 117
Rainha, José 220, 224
Ramphal, Shridath 110
Rapoport, Anatol 36
Rattner, Henrique 110, 185
Ratzinger, Joseph 104, 141, 273
Reagan, Ronald 63
Real Instituto de Assuntos Internacionais (Royal Intitute for International Affairs – RIIA) 23, 31
Real Jardim Botânico de Kew 132
Real Sociedade Africana 81
Real Sociedade Geográfica (Royal Geographic Society) 44, 211
Rede Brasileira Antinuclear 114
Rede de Ação Internacional de Armas Pequenas (IANSA) 104
Rees, John Rawlings 118
Rees-Mogg, William 25
Regina, Vera 193
Reilly, William 154, 215
Reis, Clodomir Sebastião 170
Rezende, Ricardo 212, 220
Rhodes, Cecil 31
Ribeiro, Darcy 143
Ricardo, Carlos Alberto 103
Riemann, Bernhard 7
Rifkind, Malcolm 24
Rio Branco, barão do 204, 206
Rio Tinto Zinc 24, 77
Rio-92, conferência, v. Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento 13, 53, 73, 101, 159, 162, 270, 271
Riocell 145, 158
Rocard, Michel 58, 151, 214
Rockefeller, John D. 43, 55, 248, 254, 259, 263
Rockefeller, John D. III 43, 55, 248, 252, 254, 260, 263
Rockefeller, Nelson 133, 134, 263
Roddick, Anita 152
Romano, Paulo Affonso 137
Romo, Alfonso 105
Rondon, Cândido 201
Roosevelt, família 259
Roosevelt, Franklin Delano 26, 33, 257
Roosevelt, Theodore 20, 26, 34, 35, 42, 43, 57, 132, 245, 246
Rosswall, Thomas 67
Rotchschild, Victor 57
Rothschild, família 57, 98, 212
Rousseau, Jean-Jacques 275
Rowland, Tiny 227
Royal Dutch Shell 50, 56, 101, 113
Ruckelshaus, William 52
Rüdin, Ernst 44
Ruiz, Dom Samuel 219
Russell, Bertrand 29, 31, 55, 97, 257

Safra, Edmond 101
Safra, Joseph 111
Salati, Enéas 110
Salterlee, Herbert 257
Sampaio, ouvidor 196
Sanger, Margaret 256
Santana, Jerônimo 158
Santiago, Jorge Santiago 120
Santilli, Márcio 117
Santo Agostinho 274, 275, 281
Santos, Antonio Felício dos 21
São Paulo 274
São Tomás de Aquino 274
Sargant, William 36, 37
Sarney, José 145
Sartre, Jean-Paul 16, 30, 225
Saturno 6

Scherer, Dom Vicente 142
Schiller, Friedrich 233
Schneider, Bertrand 51
Schneider, Jefferson 168
Schneider, Stephen 38
Schomburgk, Robert 204
Schwartzman, Stephen 116, 158, 192
Scott, Peter 46, 113, 121, 211
Scowcroft, Brent 265, 266
Sea Shepherd Conservation Society 113
Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) 125, 145
Segunda Conferência Internacional da Indústria sobre Controle de Meio Ambiente (WICEM II) 64
Seko, Mobutu Sese 228
Seligman, Peter 105
Sendero Luminoso 14
Sêneca 276
Serviço de Proteção ao Índio (SPI) 133
Serviço Florestal dos EUA (U.S. Forest Service) 42
Serzedelo Correia, Inocêncio 21
Shakespeare, William 277
Shaw, George Bernard 257
Shell Oil Co. 101
Shevardnadze, Eduard 67, 130
Shockley, William 246
Short, Clare 228
Sierra Club 43, 77, 112, 114
Silva, Ady Raul da 164
Simmons, Adele S. 127
Sistema da Reserva Federal 18, 27, 42, 52, 257
Skinner, B.F. 89
Slater, Joseph 53
Smart, Bruce 125
Smeraldi, Roberto 98
Smith, Adam 271
Soares, Sérgio Loesch 185
Sobrevivencia 101, 110
Sociedade Alemã para a Higiene Racial 248
Sociedade de Bem-Estar Familiar (BEMFAM) 255,265
Sociedade de Educação Eugênica, v. Sociedade Eugênica Britânica 247, 257
Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS) 122
Sociedade Etnológica Americana (American Ethnological Society) 43
Sociedade Eugênica (Eugenics Society) 44
Sociedade Eugênica Americana (American Eugenics Society) 247, 248, 256
Sociedade Eugênica Britânica (British Eugenics Society) 247
Sociedade Européia de Cultura 57
Sociedade Holandesa pela Natureza e o Meio Ambiente 170
Sociedade Kaiser Guilherme, v. Sociedade Max Planck 249
Sociedade Max Planck 249
Sociedade para a Preservação da Fauna e da Flora 211
Sociedade para os Povos Ameaçados 106
Sociedade por um Mundo Melhor (Better World Society) 148
Sociedade Real para a Prevenção de Crueldade contra os Animais 113
Sociedade Zoológica (Zoological Society) 44
Souza, Diolinda Alves de 220
Speth, James Gustave 120, 128, 179
Standard Oil 247, 248
Stédile, João Pedro 221, 224
Stoddard 258
Stone, Roger D. 130
Stowe, Irving 112
Strong, Maurice 53, 54, 74, 99, 101, 124, 161, 181
Stuarts, Restauração dos 33
Suharto, general 254
Survival International 47, 77, 102, 121, 137, 143, 152, 196, 211-213, 215
Sustainable Development Institute 130
Switkes, Glenn 98, 119

Taft, William 43
Taller Ecologista 101
Taripé, Nivaldo Korina'i 172
Távola Redonda (Round Table) 31
Taylor, Paul 193,202
Terceira Conferência Eugênica Internacional 43
Thatcher, Margaret 70, 107, 153, 214
The Nature Conservancy (TNC) 105, 121, 188
Thompson, E.P. 88
Thyssen, Fritz 247
Tickell, Crispin 98
Tiffany, Sra. 257
Tigres de Tamil 81, 120
Times Mirror Corporation 122
Tito, Josip Broz 254
Toffler, Alvin 30
Töpfer, Klaus 195
Toral, André Amaral 169

Townsend, William Cameron 117, 133
Toynbee, Arnold 85
Tradutores da Bíblia Wycliffe (Wycliffe Bible Translators) 133
Train, Russell E. 124
Tresinati, Ângela 122, 146
Trevas 272
Tripper, David 215
Trist, Eric 85
Trudeau, Pierre Elliot 51
Turner, Ted 108, 148
TVX Gold 105

U Thant 254
União das Nações Indígenas 103
União Internacional para a Conservação da Natureza 27, 45, 75, 111, 123, 187, 197, 211
UNICEF 254, 268
Union Banking Corporation 247
Union Carbide 64
Universidade Cornell 56
Universidade das Nações Unidas 83
Universidade de Berna 143
Universidade de Birmingham 194
Universidade de Dar-es-Salaam 222, 226, 230
Universidade de Hamburgo 259
Universidade de Harvard 66, 106, 207
Universidade de Heidelberg 249
Universidade de Maryland 110
Universidade de Salerno 99, 194
Universidade de Siena 99, 194
Universidade de Washington 110
Universidade Federal do Pará 124
Universidade Federal Fluminense 124
Universidade Princeton 252
Universidade Rockefeller 54
Urano 6

Vance, Cyrus 59, 128
Vargas, Getúlio 64, 133, 160
Vieering, Wouter 115, 196
Velikhov, Yevgeny 154, 160
Venker, John 107
Vernadsky, Vladimir 7
Vieira Souto, Luiz Rafael 21
Vila Franca, Paolo Imperiali da 99, 193
Virgílio 276
Vittorio Emanuele I, rei da Itália 206
Voinovich, George V. 164
von Martius 176

W.A. Harriman & Co. 247
Walker, Herbert G. 247
Warburg, Paul 257
Ward, Barbara 54
Wasmosy, Juan Carlos 181
Watson, Paul 113
Watt, James 63
Weathermen 112
Weber, Max 15
Wells, H.G. 31, 55, 257
Wetlands for the Americas 110, 177, 178
Wickham, Henry Alexander 132
Wiener, Norbert 7
Wilberforce, família 221
Wilderness Society 77, 114
Wilson, Harold 254
Wilson, Thomas 53
Wilson, Woodrow 34, 35, 248
Windsor, Casa de 14, 22, 26, 78, 113, 118, 199, 202, 209, 219, 222
Wirth, Timothy 72, 155, 181
Woodburn, James 211
Woods Hole Research Center 116, 122, 123
Woodwell, George M. 123
World Resources Institute 76, 110, 120, 123, 124, 128, 129, 145, 179, 197, 212
Worldwatch Institute 76, 125

Youd, Thomas 205

Zenawi, Meles 226
Zeus 272, 273
Zuckerman, Solly 46, 98, 211

Não deixe de ler o livro que se tornou "best-seller" entre os patriotas ibero-americanos:

"Os estudiosos dos assuntos latino-americanos que ignorarem este livro o farão por sua conta e risco. O livro está recrutando um séquito entre os militares da América Latina."

James Zackrison,
Joint Forces Quarterly,
Spring 1996

Pedidos

telefaxes: +(21) 532-4086 ou +(51) 331-6164
e-mail: ocomplo@terra.com.br
R. México, 31 - s. 202 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144